



GABRIELA MISAEL DA CUNHA

IGREJA CATÓLICA E DEMOCRACIA: Análise comparativa do conteúdo do boletim O Diocesano como ferramenta de comunicação na defesa da democracia no Sul Fluminense.

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Dissertação de Mestrado Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social.

Orientadora: Prof.^a. Patrícia Maurício Carvalho

Rio de Janeiro
Julho de 2024



GABRIELA MISAEL DA CUNHA

IGREJA CATÓLICA E DEMOCRACIA: Análise comparativa do conteúdo do boletim O Diocesano como ferramenta de comunicação na defesa da democracia no Sul Fluminense.

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof.^a Patrícia Maurício Carvalho

Orientadora

Departamento de Comunicação – PUC-Rio

Prof.^a Lilian Saback, de Sá Moraes

Departamento de Comunicação – PUC-Rio

Prof. Placide Okalema Pashi

Université Catholique - Du Congo

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2024

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

GABRIELA MISAEL DA CUNHA

Graduou-se em Comunicação Social - Jornalismo pelo Centro Universitário de Barra Mansa. Pós-graduada em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Tem ampla experiência na área de assessoria de imprensa dos setores público e privado. Trabalhou no ramo de consultoria em comunicação para o Terceiro Setor, além da produção, edição e revisão de conteúdo jornalístico em veículos de comunicação. Coordenou o setor de comunicação da Mitra Diocesana de Barra do Piraí - Volta Redonda, sendo responsável pela assessoria de imprensa, planejamento estratégico e de conteúdo dos veículos institucionais: rádio, revista e mídias digitais. Atualmente leciona nos cursos de Gestão em Administração e Marketing do Senac – RJ.

Ficha Catalográfica

Cunha, Gabriela Misael da

Igreja Católica e democracia: análise comparativa do conteúdo do boletim O Diocesano como ferramenta de comunicação na defesa da democracia no Sul Fluminense / Gabriela Misael da Cunha; orientadora: Patrícia Maurício Carvalho. – 2024.

194 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2024.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Democracia. 3. Igreja Católica. 4. Ditadura militar. 5. Neoliberalismo. 6. Notícias falsas. I. Carvalho, Patrícia Maurício. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. III. Título.

CDD: 302.23

*À Antônia, para que acredite
em seus sonhos. E a Danilo, por
me apoiar a realizar os meus.*

Agradecimentos

Ao meu pai que, mesmo com pouco estudo, trabalhou até os últimos dias de vida para me proporcionar tranquilidade para estudar.

À minha mãe que vive a vida a serviço do próximo e de onde vem meus valores humanos. Foi minha principal rede de apoio com a Antônia durante o mestrado.

A todos os familiares e amigos que se revezaram para buscar Antônia na creche, ficar aos finais de semana e cuidar enquanto eu precisei me dedicar ao mestrado.

À minha grande família! Antônia, meu sol e Danilo, meu par!

Aos meus professores:

Em primeiro lugar à minha orientadora, Patrícia Maurício, que além de ajudar a conduzir a minha pesquisa, se fez presente todo o tempo e me proporcionou uma experiência intensa de aprendizado de forma humana e prazerosa.

Aos professores da banca, Lilian Saback e Placide Okalema Pashi, que contribuíram com generosidade para a melhoria desse trabalho.

E a todos os professores e funcionários da PUC Rio com quem tive contato e foram essenciais para a minha formação.

Ao professor Paulo Célio, que ainda no Ensino Médio me fez pensar sobre os fatos históricos e sociais. O grande criador do meu problema de pesquisa ao me indagar sobre as mudanças na linha editorial de O Diocesano e um dos principais referenciais teóricos para a minha dissertação.

À professora Marlene Fernandes que nunca se cansou de me perguntar: e o mestrado? Quando vai começar? Foi ela que sugeriu o objeto de pesquisa, entrevistados e documentos.

Ao professor Luis Cláudio Hermógenes que nos primeiros meses da graduação me disse: menina, você leva jeito para a vida acadêmica. E plantou essa ideia.

Aos professores Álvaro Britto e Ana Lúcia que me apresentaram o tema democratização da comunicação, fato que me levou a participar, inclusive, da Conferência Nacional de Comunicação e acreditar no jornalismo a serviço da democracia.

Citando esses professores estendo meus agradecimentos a todos que passaram pela minha vida.

Agradeço a dom Francisco Biasin, que acreditou no meu trabalho e me fez experimentar a relevância da comunicação alternativa nos dias atuais, a coragem de um posicionamento firme e coerente com o Evangelho e a esperança de que a Igreja Católica pode ser profética e transformadora.

Agradeço a dom Waldyr Calheiros que traçou o caminhar de uma Igreja fiel ao Evangelho, aos pobres, aos últimos, ao povo de Deus, de onde veio minha formação católica e pastoral.

Junto a eles trago no coração tantos homens e mulheres que lutam pela justiça social que brota da fé em Deus, principalmente aqueles com quem partilhei o trabalho na comunicação da Igreja no Sul Fluminense e Brasil afora. A amizade de vocês tornou possível essa conquista.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Cunha, Gabriela Misael; Mauricio, Patrícia. **Igreja Católica e democracia: Análise comparativa do conteúdo do boletim o diocesano como ferramenta de comunicação na defesa da democracia no Sul Fluminense.** Rio de Janeiro, 2024. 194p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta é uma pesquisa do campo da Economia Política da Comunicação, Informação e Cultura (EPICC), e tem por tema a comunicação da Igreja Católica como ferramenta para a defesa da democracia no Sul Fluminense. O objeto de estudo é o boletim O Diocesano, veículo que nasceu nos anos 1970 e pertence à diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda. O principal objetivo da pesquisa consiste em buscar entender as mudanças na comunicação da Igreja Católica no Sul Fluminense e a possível interferência do capitalismo e o neoliberalismo no posicionamento desta Igreja.

Para tanto fizemos o recorte de dois períodos: os anos de 1970 – 1973 e 2020 – 2023. Na primeira fase, de criação do boletim impresso, a Igreja local se adaptava às orientações do Concílio Vaticano II (1962-1965) e da Conferência Episcopal de Medellín (1968) e enfrentava diversos conflitos com os militares, por conta da ditadura. Na segunda fase, com O Diocesano em formato de revista digital, o cenário é de pandemia, atos antidemocráticos pedindo a volta da ditadura e a divulgação de notícias falsas durante a gestão do então presidente da República, Jair Bolsonaro, e logo após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva. Ao estabelecer a comparação entre os dois momentos, procuramos avaliar a utilização de O Diocesano, na defesa da democracia, liberdade e contra a censura e as notícias falsas. O percurso metodológico foi misto, com ênfase na pesquisa qualitativa. Adotamos procedimentos para a análise do conteúdo e indicadores da observação participante com dados quantitativos e entrevistas. A dissertação propõe uma compreensão da utilização de O diocesano a partir de estudos de documentos e pesquisas sobre comunicação na Igreja Católica e as transformações do ponto de

vista da influência neoliberal no modelo de escolha dos temas, produção, posicionamento e distribuição do informativo.

PALAVRAS-CHAVE:

Democracia, Igreja Católica; ditadura militar; neoliberalismo; notícias falsas; comunicação.

Abstract

Cunha, Gabriela Misael; Mauricio, Patrícia (Advisor). **Catholic Church and democracy: Comparative analysis of the content of the diocesan bulletin as a communication tool in the defense of democracy in Southern Fluminense**. Rio de Janeiro, 2024. 194p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This is research in the field of Political Economy of Communication, Information and Culture (EPICC), and its theme is the communication of the Catholic Church as a tool for the defense of democracy in the South of Rio de Janeiro. The object of study is the bulletin *O Diocesano*, a publication that was born in the 1970s and belongs to the diocese of Barra do Piraí – Volta Redonda. The main objective of the research is to seek to understand the changes in the communication of the Catholic Church in the South of Rio de Janeiro and the possible interference of capitalism and neoliberalism in the positioning of this Church.

To this end, we selected two periods: the years 1970 – 1973 and 2020 – 2023. In the first phase, of creating the printed bulletin, the local Church adapted to the guidelines of the Second Vatican Council (1962-1965) and the Episcopal Conference of Medellín (1968) and faced several conflicts with the military, due to the dictatorship. In the second phase, with *O Diocesano* in the format of a digital magazine, the scenario is one of a pandemic, anti-democratic acts calling for the return of the dictatorship and the dissemination of false news during the administration of the then President of the Republic, Jair Bolsonaro, and shortly after the inauguration of Luiz Inácio Lula da Silva. By establishing a comparison between the two moments, we seek to evaluate the use of *O Diocesano*, in defense of democracy, freedom and against censorship and fake news. The methodological path was mixed, with an emphasis on qualitative research. We adopted procedures for analyzing the content and indicators of participant observation with quantitative data and interviews. The dissertation proposes an understanding of the use of *O diocesano* based on document studies and research on communication in the Catholic Church and the transformations from the point of view of neoliberal

influence in the model for choosing themes, production, positioning and distribution of the newsletter.

KEYWORDS:

Democracy, Catholic Church; military dictatorship; neoliberalism; fake news; communicatio

Sumário

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	31
1.1 Sistema de Informação Pró-Golpe: a consolidação liberal	39
1.2 Volta Redonda: a cidade do aço	41
1.3 Sul Fluminense: uma área de Segurança Nacional	43
1.4 Reestruturação neoliberal do capitalismo.....	46
CAPÍTULO 2	55
2.1 - João XXIII – 1958 – 1963.....	55
2.1.1 No campo das comunicações	61
2.2 Paulo VI - 1963 – 1978.....	63
2.2.1 Celam e a proposta de unificação na América Latina	65
2.2.2 Lição de casa	66
2.2.3 Ditadura: Igreja contra ou a favor?	68
2.2.4 Teologia da Libertação.....	69
2.2.5 A Comunicação com Paulo VI.....	74
2.3 João Paulo I – 26 de agosto a 28 de setembro de 1978	75
2.4 João Paulo II – 1978 – 2005.....	76
2.4.1 Mas livrai-nos de Marx, amém!	79
2.4.2 Comunicação – um olhar contemporâneo.....	82
2.5 Bento XVI – 2005 – 2013	83
2.5.1 A Era Bento XVI	87
2.5.2 Comunicação e formalização	88
2.6 Francisco (2013 – atual).....	89
2.6.1 Encíclicas de Francisco.....	92
2.6.2 Comunicação de Francisco	94
CAPÍTULO 3	96
3.1 Dos períodos escolhidos	96
3.2 Do contexto da primeira fase de análise	97
3.3 Repercussão na mídia.....	100

3.4 A motivação para a criação	102
3.5 “Se calarem a Voz dos profetas, as pedras falarão” (Lc, 19, 40)	104
3.6 Do contexto da segunda fase de análise	107
3.7 Evolução do informativo	112
CAPÍTULO 4	117
4.1 – A pré-análise	117
4.2 Exploração do material.....	119
4.2.1 Conteúdo do Informativo 1970 - 1973	120
4.2.1.1 Editoriais:.....	123
4.2.1.2 Notícias e orientações	126
4.2.1.3 Notícias internas de paróquias da diocese passam a ganhar mais destaque	129
4.2.1.4 Explicando o comunismo e o marxismo	130
4.2.1.5 Comunicação e liberdade:.....	135
4.2.2 Conteúdo Revista 2020 – 2021	139
4.2.2.1 A pandemia em O Diocesano.....	140
4.2.2.2 Ditadura e golpe militar na nova versão de O Diocesano.....	143
4.2.2.3 Sem polêmicas: O chamado à unidade.....	147
4.2.2.4 Comunicação e jornalismo	150
4.2.2.5 Social, político e econômico	151
4.3. Um olhar quantitativo:	152
CAPÍTULO 5	156
5.1 Entrevistas com os comunicadores:.....	156
5.2 Mudanças que atravessam o Brasil	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
Referências:	180

Lista de figuras

Figura 1: Nota de Esclarecimento emitida pela Diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda para se isentar de vídeo	116
Figura 2: nuvem de palavras com termos mais recorrentes nas fases analisadas	120
Figura 3: Dicionário de termos pertinentes à época	121
Figura 4: Cabeçalho com o nome Caminhando	122
Figura 5: Cabeçalho modificado com o nome Caminhando	122
Figura 6: Cabeçalho modificado mais uma vez com o nome Caminhando	122
Figura 7: Editorial de outubro de 1971 (parte 1).....	124
Figura 8: Editorial de outubro de 1971 (parte 2).....	125
Figura 9: Editorial – 150 anos depois	126
Figura 10: Orientações sobre lutas políticas	127
Figura 11: Sobre produção de O Diocesano	128
Figura 12: Mudança de capa e separação por editorias	129
Figura 13: Texto sobre comunismo	131
Figura 14: O pensamento Social Cristão antes de Marx	132
Figura 15: Os Cristãos e o socialismo	133
Figura 16: O Cristão e a Justiça	134
Figura 17: Zero Hora entrevista dom Waldyr.....	135
Figura 18: Fechada a rádio 9 de julho	136
Figura 19: CNBB se manifesta quanto a rádio 9 de julho.....	136
Figura 20: Demitida a Comissão Pontifícia Justiça e Paz	137
Figura 21: Da crítica ao boletim.....	138
Figura 22: Capa de retorno de O Diocesano durante a pandemia	140
Figura 23: Editorial de março de 2021	141
Figura 24: Editorial de março de 2021	143
Figura 25: Sentir com a Igreja	144
Figura 26: A Extensão da Sede Episcopal (parte 1).....	145
Figura 27: A Extensão da Sede Episcopal (parte 2).....	146
Figura 28: Sinodalidade, caminho de comunhão eclesial (parte1)	148

Figura 29: Sinodalidade, caminho de comunhão eclesial (parte2)	149
Figura 30: a pastoral a serviço das outras pastorais	150
Figura 31: Políticas Públicas: entenda o que são e para que servem....	151

Lista de gráficos

Gráfico 1: Pesquisa sobre definição de Pauta em O Diocesano	156
Gráfico 2: Pesquisa sobre mudança editorial em O Diocesano	157
Gráfico 3: Pesquisa sobre preocupação econômica em O Diocesano...	157
Gráfico 4: Pesquisa sobre posicionamento político em O Diocesano	158
Gráfico 5: Pesquisa sobre divulgação de atos antidemocráticos em O Diocesano	158
Gráfico 6 - Pesquisa sobre o porquê de não divulgar os atos antidemocráticos em O Diocesano.....	159
Gráfico 7: Pesquisa sobre frequência de pautas sociais em O Diocesano	159
Gráfico 8: Pesquisa sobre censura em O Diocesano.....	160
Gráfico 9: Pesquisa sobre a utilização das mídias digitais na diocese de Barra do Piraí - Volta Redonda	160
Gráfico 10: Faixa etária	164
Gráfico 11: Gênero.....	165
Gráfico 12: Formação.....	165
Gráfico 13: Identidade eclesial	166
Gráfico 14: Função no departamento de comunicação.....	166
Gráfico 15: Pesquisa sobre definição de Pauta em veículos católicos...	167
Gráfico 16: Pesquisa sobre mudança editorial em veículos católicos....	167
Gráfico 17: Pesquisa sobre preocupação econômica em veículos católicos	168
Gráfico 18: Pesquisa sobre posicionamento político em veículos católicos	168
Gráfico 19: Pesquisa sobre divulgação de matérias sobre as eleições de 2022 em veículos católicos	169
Gráfico 20: Pesquisa sobre divulgação de atos antidemocráticos em veículos católicos	169
Gráfico 21: Pesquisa sobre o porquê de não divulgar os atos antidemocráticos em veículos católicos	170

Gráfico 22: Pesquisa sobre frequência de pautas sociais em veículos católicos	170
Gráfico 23: Pesquisa sobre censura em veículos católicos	171
Gráfico 24: Pesquisa sobre a utilização das mídias digitais em veículos em dioceses no Brasil	171
Gráfico 25: Respostas sobre a dificuldade de veículos católicos incluírem pautas sociais em sua rotina de pautas	172

Introdução

Igreja e a comunicação sempre estiveram de alguma forma interligadas. Segundo a Bíblia, as primeiras comunidades cristãs tinham como atividade própria da sua “função” a comunicação entre os que dali faziam parte que, associados, levariam o chamado anúncio da “Boa Nova” aos que ainda não a conheciam. (Mt, 28, 18-20). Apesar disso, a profissionalização da comunicação dentro da Igreja de forma difundida e institucionalizada, em especial na América Latina, surgiu após o Concílio Vaticano II (1962 a 1965).

O Concílio foi convocado em dezembro de 1961 pelo papa João XXIII, eleito em outubro de 1958. Já no início de 1959 ele anunciou a intenção de realizar um concílio ecumênico na Igreja Católica. Os trabalhos, no entanto, só foram concluídos com o seu sucessor Paulo VI. Foi um momento de renovação e de reforma, que criou certa oposição dos setores mais conservadores da Cúria Romana. Dentre as mudanças, destacam-se: a maior proximidade com o povo católico, quando a missa deixa de ser em latim, a maior participação dos leigos (não-padres) na vida eclesial, a promoção da igualdade essencial entre todos os homens, a responsabilidade e participação social, como observado num dos documentos conclusivos: *Gaudium et Spes*¹ (Alegria e Esperança). Esta aproximação com o povo, orientações para a vida em comunidade e o bem-comum, anos mais tarde, tomaram forma de representatividade popular e ativismo político a favor dos considerados mais vulneráveis socialmente e na defesa da liberdade e da democracia.

A característica reivindicativa desta época já havia se iniciado a partir dos anos 1950, quando houve o aumento do conflito entre Igreja e o poder político, com ápice nos anos da ditadura militar (1964-1985), quando crescia na América Latina um novo modelo de associação e grupos dentro da Igreja, os chamados movimentos de Ação Católica. (COSTA, PANDOLFO, DERBIN, 2001).

Para concentrar e reunir as informações desse novo modo de pensar e agir da Igreja, em Volta Redonda foi criado o informativo O Diocesano nos anos 1970,

¹ *Gaudium et Spes*. É a Constituição Pastoral dos católicos, que define como eles devem se relacionar no mundo, e é um dos quatro documentos firmados ao final do concílio. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 1/5/2022.

logo após a Igreja Católica local, comandada pelo bispo dom Waldyr Calheiros, realizar vários atos contra a repressão militar. O bispo foi um dos líderes católicos que lutaram contra a ditadura na América Latina. Acolheu perseguidos políticos, enfrentou as forças armadas para defender católicos; padres, leigos, homens e mulheres e ficou marcado pela causa dos pobres, oprimidos e dos trabalhadores. O informativo faz parte dos desdobramentos e apelos feitos durante o Concílio Vaticano II para uma maior comunicação com o povo e como forma de organização popular no Sul Fluminense e, por isso, foi estabelecido como veículo institucional utilizado pela diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda para orientar e articular padres e formadores de opinião católicos inseridos nas redes de Comunidades Eclesiais de Base do Sul Fluminense nos anos 1970. Além de toda trajetória como membro participante da Igreja Católica, sobretudo em movimentos sociais na época da juventude, o interesse pelo tema nasceu a partir da minha atuação profissional de comunicação em 2015, quando fui contratada para assumir o setor de comunicação da diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda, onde trabalhei por cinco anos. O principal problema da pesquisa nasceu quando fui indagada por membros das pastorais sociais sobre a mudança que o boletim O Diocesano já vinha sofrendo ao longo dos anos, desde a transformação estética, até mesmo a escolha das reportagens selecionadas para compor as páginas do veículo de comunicação.

Ainda durante a minha gestão no informativo, encontrei alguns entraves sobre assuntos que era melhor não entrarem na pauta², não pelo posicionamento da autoridade da Igreja local na época, o bispo diocesano, dom Francisco Biasin, que sempre esteve à frente de lutas populares, o que chegou a gerar incômodo, sobretudo nas eleições de 2018, quando se posicionou contra as armas e violência e foi interpretado como um posicionamento contra Bolsonaro, mas por conta da má recepção que certas notícias poderiam gerar no meio eclesial local e regional. Anos mais tarde, mesmo não fazendo mais parte da instituição, continuei a acompanhar o periódico, que foi cada vez mais perdendo a característica de luta e acabou tendo a publicação interrompida por conta da pandemia. Ao retornar, desta vez na versão on-line, notei uma mudança radical nos assuntos tratados, e a quase inexistência de pautas ligadas à política e à democracia. Foi então que partindo da indagação realizada ainda na minha época de jornalista na instituição, entendi que “o

² Planejamento e a organização de conteúdos que serão abordados pelos meios de comunicação, servindo como um guia para reportagens, entrevistas e artigos.

pesquisador pode fazer uma etnografia do contexto em que vive a partir do estranhamento daquilo que lhe é familiar para compreender os ‘outros’ e como eles se comportam”. (Velho, 2008 [1981] *apud* Araújo, 2021). Porém como nos traz ARAÚJO (2021):

Isso requer suspender nossas interpretações dadas por certas para observar que outros significados emergiriam naquilo que vemos. Para tanto, a etnografia envolve o mergulho no campo (seja entre seus iguais ou num grupo diferente), a observação, as anotações e as entrevistas. Uma análise dessa prática visa comunicar como um determinado grupo parece se organizar e com que significados eles parecem operar. Trata-se de descortinar novas formas de interpretar o objeto em estudo (Frankhan, 2015) (ARAÚJO, 2021. P.47)

Passados 76 anos desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e 36 da Assinatura da Constituição de 1988, vivemos não só no Brasil, mas em boa parte do mundo “em sociedades politicamente democráticas, mas socialmente fascistas” (SANTOS, 2016). Temos acompanhado tentativas recorrentes de enfraquecimento da democracia no Brasil, de partidos e políticos que manipulam os meios de comunicação e criam canais em plataformas como Instagram, Facebook, TikTok, Telegram, WhatsApp, entre outros, apoiados por uma realidade de ausência da regulação das plataformas digitais. Somado a isso, o descrédito imputado à imprensa convencional nos jogou no abismo das notícias falsas. Emerge mais uma vez a necessidade de mídias livres e alternativas na busca pela pluralidade do discurso, denúncias de abusos e fortalecimento da democracia. Desta forma, relembrar experiências bem-sucedidas de anos marcados pelo autoritarismo e a censura pode nos levar a retornar às raízes da verdade. O Diocesano, material consultado até os dias atuais, foi um marco da resistência na época em que jornais eram cesurados ou cooptados pela ditadura. Por isso, vale entender se e por que um veículo com tamanha importância para a luta pela democracia deixou de ser usado também para este fim.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2010, última atualização oficial disponível para consulta, 64,6% da população brasileira se diz católica, 22% menor em 20 anos. Se seguir o declínio das últimas décadas, a tendência é que a taxa dos que se afirmam católicos seja ainda menor na próxima divulgação de dados prevista para este ano. De acordo

com a pesquisa Datafolha realizada em 2022 em 181 municípios, 51% dos entrevistados se declararam católicos e 26% evangélicos, mantendo a tradição de maioria cristã no Brasil.

Em 2021, o Latinobarómetro apontou que, apesar do declínio dos católicos, as Igrejas, de maneira geral, continuam sendo instituições que não perderam a credibilidade. A pesquisa anual de opinião pública realizou cerca de 20.000 entrevistas em 18 países da América Latina, representando mais de 600 milhões de pessoas e é conduzida por Latinobarómetro Corporation, uma organização privada sem fins lucrativos, com sede em Providencia, Chile. Os resultados de 2021 apontam que entre as instituições da democracia, a Igreja é a instituição com maior credibilidade entre a população, seguida pelas Forças Armadas com 44%, uma diferença de 17 pontos percentuais.

É interessante observar que as duas instituições de maior credibilidade democrática, segundo a pesquisa, são dotadas de significados conservadores, enquanto a democracia tende a se afirmar como política e economia neoliberais na América Latina. Os esforços para manter uma democracia liberal por aqui geram uma série de contradições. Conflitos estes também sentidos entre os católicos que se dividem entre mais neoliberais e os mais voltados aos interesses dos trabalhadores.

Em 2023, a pesquisa anual de opinião pública do Latinobarómetro Corporation examinou o respaldo à democracia na América Latina, por meio do indicador de “apoio à democracia”, que inclui três alternativas: “apoio”, “indiferença” e “autoritarismo”. A pesquisa anual de opinião pública realizou cerca de 20.000 entrevistas em 18 países da América Latina, representando mais de 600 milhões de pessoas.

Em 2023, apenas 48% apoiam a democracia na região, o que significa uma diminuição de 15 pontos percentuais em relação aos 63% de 2010. O autoritarismo foi sendo validado aos poucos na medida em que não é condenado, nem se sabe bem qual é o limite onde um país deixa de ser democrático. Além disso, durante o período, aqueles que não se importam com tipo de regime, o que implica que o populismo ou o autoritarismo lhes são indiferentes (LATINOBAROMETRO, 2023, p.18)

Ainda de acordo com a pesquisa, os motivos que explicam o declínio da democracia são: o ciclo econômico, cujo impacto é leve sobre o apoio ao regime

democrático, e a escassez de bens políticos que se manifesta na baixa qualidade de suas elites, especificamente no nível da Presidência da República, no personalismo, na corrupção, na permanência no poder contra as regras, e no colapso do desempenho dos governos, “que tem como consequência, o surgimento de atitudes populistas e autoritárias e a queda da imagem dos Partidos Políticos.”. (LATINOBAROMETRO, 2023, p. 20)

No Brasil, foi registrado um apoio de 46% à democracia, aumentando seis pontos percentuais desde 2020 (40%). A indiferença sobre o tipo de regime diminuiu seis pontos percentuais, de 36% a 30% entre 2020 e 2023, e o autoritarismo subiu dois pontos percentuais, de 11% a 13% no mesmo período. O Brasil melhorou sua situação de apoio à democracia, embora ainda tenha menos de 50% de apoio entre os entrevistados.

A crise do sistema democrático é algo que pode ser considerado permanente. A própria dinâmica da democracia e amplitude desse conceito colocam-na em condição de crise. Mas como saber se nossa democracia está em crise? A crise do sistema democrático pode ser medida por três indicadores: o grau em que os partidos antissistema e as mudanças emergem, como o surgimento de partidos que ameaçam a hegemonia dos principais partidos políticos tradicionais; o grau de apoio popular à democracia como sistema de governo; e o grau em que as regras democráticas são aceitas. (PFETSCH, 2020).

Os segundos e terceiro indicadores são os que estão diretamente ligados à nossa pesquisa. De que forma O Diocesano tem sido utilizado, e se de fato está sendo utilizado, para divulgar as regras democráticas que vêm sendo praticadas e o apoio para que a democracia permaneça no país? Essa nossa pergunta leva em consideração os dados da pesquisa de 2021 do Latinobarómetro, que apontou que as igrejas, de maneira geral, continuam sendo instituições que não perderam a credibilidade. Por isso, investigamos as principais mudanças na comunicação da Igreja Católica do Sul Fluminense na defesa da democracia e, se questões econômicas e políticas influenciaram na transformação do conteúdo de O Diocesano ao longo dos anos.

Esta é uma pesquisa do campo da Economia Política da Comunicação, Informação e Cultura (EPICC). Utilizamos referencial teórico constituído por autores que discutem questões sobre comunicação, informação, cultura, democracia, participação popular, bem como a participação dos meios de

comunicação nesse processo, sobretudo a comunicação alternativa e contra-hegemônica. (MARX, 2013, BOLAÑO, 2002, ALVES, 2005, DREIFUSS, 1981, SOARES, 2019, MARTINS; VALENTE, 2020). Realizamos ainda pesquisa bibliográfica, com o objetivo de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas já existentes sobre o problema apresentado por estudiosos da Igreja Católica. (ALVARENGA, 2020 e 2024, PUNTEL, 2012, SOARES, 2019, SBARDELOTTO, 2023, MOREIRA ALVES, 1979, SANTOS, 2020, HOOPER E NETO, 2023).

A Economia Política da Comunicação, Informação e Cultura lança um olhar ainda sobre os meios de comunicação de massa, mas não apenas como veículos de informação, mas como ferramenta utilizada pelas “indústrias que fabricam produtos culturais e como essas indústrias produzem valor e dele se apropriam” (DOURADO E RÊGO, 2013, p.13). Bolaño (2008) defendeu que a Economia Política da Comunicação tem a capacidade de responder à necessidade de esclarecimento hoje posta na configuração das indústrias culturais no mundo.

A Economia Política da Comunicação trata da expansão da lógica capitalista para o terreno da Comunicação e da Cultura e não se confunde os enfoques setentistas das Teorias da Dependência Cultural ou do Imperialismo Cultural. Suas análises empíricas devem situar-se na dupla contradição existente entre capital e trabalho, de um lado, economia e cultura, de outro, sendo uma alternativa para a construção de um paradigma teórico geral, centrado no entendimento do fenômeno cultural e comunicacional, para a compreensão do MPC [Modo de Produção Capitalista] na sua atual fase de desenvolvimento. (BOLAÑO, 2008, p.61)

Para esclarecer fundamentos ligados à Economia Política da Comunicação, que mais tarde se tornou da Economia Política da Comunicação, Informação e Cultura (EPICC), precisamos procurar entender o conceito de economia política. Para isso utilizaremos a definição de Mosco. O autor nos diz que “economia política é o estudo das relações sociais, em especial das relações de poder, que constituem a produção, distribuição e consumo de recursos, incluindo os recursos da comunicação” (MOSCO, 1999, p.98). Ou utilizando ainda uma definição mais abrangente, seria “o estudo do controle e sobrevivência na vida social” (MOSCO, 1999, p.98).

A economia política tem constantemente salientado o objetivo de compreender a mudança social e a transformação histórica. Para os economistas políticos clássicos, como Smith, Ricardo e Mill, isto significava compreender a grande revolução capitalista, a vasta convulsão social que transformaria as sociedades inicialmente assentes no trabalho agrícola em sociedades comerciais, de transformação e, por fim, industriais. Para Marx, significava observar as forças dinâmicas dentro do capitalismo e entre este e outras formas de organização político-econômica, de modo a compreender os processos da mudança social que iriam, por fim, transformar o capitalismo em socialismo. (MOSCO, 1999, p. 99)

Podemos dizer que a Economia Política da Comunicação, Informação e Cultura (EPICC), entende os meios de comunicação de massa não apenas como veículos, mas como indústrias que fabricam produtos culturais e se apropriam deles. Mas, diferentemente da visão frankfurtiana, que afirmava existir uma indústria cultural, a EPICC entende que existem diversas indústrias culturais, abandonando a percepção abstrata e generalista da Escola de Frankfurt, para buscar entender o funcionamento do mercado consolidado por essas indústrias culturais. Pode parecer pequena essa mudança do singular para o plural, porém, assim, reforça o interesse dos economistas em saber como essas indústrias de bens simbólicos produzem valor e dele se apropriavam. (DOURADO E RÊGO, 2013, p.13)

Outra diferença apontada por Dourado e Rêgo (2013) é que a Economia Política da Comunicação nega o poder de alienação sobre o público. Não entende a audiência como uma massa amorfa e homogênea, pelo contrário, acredita que essa audiência influencia diretamente na produção dos conteúdos, na perspectiva da oferta e da demanda.

Como resultado, as indústrias culturais buscam se adequar aos gostos e valores de seu público, como dito anteriormente. Essa ideia passa a surgir com o desenvolvimento da grande imprensa, da radiodifusão comercial, das indústrias fonográfica e cinematográfica, na década de 1970, e mais tarde com a possível interação criada pela chamada Web 2.0, segunda fase da internet, que teve início a partir dos anos 2000. A grande mudança dessa nova fase se dá pelo fato de os usuários deixarem de ser passivos e começarem a interagir com os conteúdos produzidos por terceiros e o início da produção dos próprios conteúdos *online* e divulgação de informações.

Buscamos “compreender a comunicação social como bem público, ainda que, via de regra, seja apropriada privadamente com vistas a dinâmicas de

valorização” (BRITTOS, BOLAÑO e ROSA, 2010). A EPICC é uma construção teórica metodológica estruturadora do pensamento político desenvolvido a partir do legado de Marx. Sendo assim, nosso marco teórico posiciona a Comunicação no Brasil como parte da estrutura capitalista (BOLAÑO, 2002; FIGUEIREDO, 2019). Essa linha de pensamento acredita que é possível empreender esforço na tentativa de transformar a sociedade num sentido mais democrático e construir formas de relação social que não passem pela dependência do mercado, utilizando uma comunicação com livre acesso. Utiliza uma abordagem crítica para estudar e evidenciar os interesses comerciais das empresas de comunicação na produção e distribuição de seus conteúdos, sejam eles produzidos para rádio, televisão, jornais, revistas e atualmente com apelo maior, a internet. Essa produção, segundo a EPC se sustenta por meio da audiência e do faturamento publicitário. Esse seria o motor impulsionador das produções. (MOSCO, 1999).

Buscamos analisar o nosso objeto de estudo, O Diocesano, a partir da observação dos chamados meios alternativos e sua importância para a esfera pública, local de debate dos assuntos considerados “públicos”, aqueles que, por alguma razão interessam ao coletivo. Esse debate público é sobre os temas de interesse geral e “é imprescindível para garantir a legitimidade de qualquer sistema de governo”. (MARTINO, 2016).

Para Brittos e Menezes (2011), apesar do debate em torno da comunicação alternativa no Brasil não ser uma novidade, precisa de um olhar científico crítico, “pois está condicionado por fatores sociais, políticos e econômicos”. (Brittos e Menezes, 2011, p. 2). Ainda de acordo com eles, durante as últimas décadas, houve um avanço nas técnicas que não ficaram ligadas apenas aos grandes meios de comunicação, mas chegaram de fato às produções não-hegemônicas. “Estas, em se tratando de casos específicos, podem ser relacionadas ao passado combativo dos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980”. (Brittos e Menezes, 2011, p. 5).

Desta forma, ao abordar os meios de comunicação alternativos, em especial nosso objeto de estudo, o Diocesano, procuramos entender se, e, como o modelo neoliberal de comunicação acabou atravessando a produção e distribuição do veículo. Embora não tenha como principal fim a sua comercialização, passou a apresentar, por exemplo, a opção de anúncios pagos para arcar com as despesas de produção e impressão e ainda como entrada de recursos financeiros para ajudar a

custear os outros meios de comunicação presentes na diocese de Barra do Pirai – Volta Redonda.

Nossa pesquisa se concentra na comparação de dois momentos diferentes do boletim para buscar entender se houve mudanças na linha editorial e no conteúdo ao longo dos anos na comunicação da Igreja Católica do Sul Fluminense como agente participativo na luta pela democracia. Para isso fizemos uma análise histórica do início até os dias de hoje do jornal, mas a pesquisa aprofundada se concentrou em dois períodos: a ditadura, mais precisamente 1970 a 1973, e a atualidade, com a pandemia, entre 2020 e 2023.

Além de procurar entender se existe uma mudança de conteúdo, linha editorial e distribuição entre os períodos apresentados, procuramos responder as seguintes perguntas:

1 - As questões econômicas influenciaram na transformação do conteúdo de O Diocesano ao longo dos anos e existe ligação com o liberalismo e neoliberalismo no Brasil?

2 - O veículo perdeu o caráter de luta pela democracia, conquistada após a ditadura e mantida mesmo com tentativa de golpe em 2023?

3 - A Igreja do Sul Fluminense abriu mão de um posicionamento político neste informativo, utilizado outrora para denunciar abusos da ditadura militar e passaram a divulgar apenas informações de caráter interno, desprezando os efeitos de uma democracia neoliberal que faz opção preferencial pelos ricos e atua na manutenção e ampliação das desigualdades?

4 - O próprio modelo de produção das notícias e profissionalização da área de comunicação dentro da Igreja teria mudado?

5 - As escolhas de palavras e temas se modificaram nesses dois períodos, sobretudo em relação às pautas externas à Igreja e no posicionamento firme a favor da democracia, contra estratégias de censura e fake news que comprometem a comunicação?

Para entender O Diocesano em seu contexto religioso, político e econômico utilizamos a metodologia mista, com ênfase na pesquisa qualitativa, com seu caráter construtivista, negociável e provisório, sem, no entanto, deixar de evidenciar sua relevância social, levando sempre em consideração um posicionamento ético. Apresentaremos ainda os procedimentos adotados para a análise do conteúdo e

indicadores da observação participante e de dados quantitativos. Para justificar a escolha da linha qualitativa, trazemos a definição de Denzin e Lincoln (2006) em “localizar o observador no mundo” (2006, p.17). Como pesquisadora, assim como Denzin e Lincoln definiram, busquei compreender aquilo que pode estar ao meu alcance (Denzin e Lincoln, 2006). Ainda de acordo eles, a pesquisa qualitativa coloca a serviço do estudo realizado o uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos, entre eles: estudo de caso; experiência social; entrevistas; textos e produções culturais; textos observacionais, históricos, interativos e visuais. Grande parte destes materiais está presente no nosso estudo. Utilizamos variados métodos de pesquisa, que explicaremos mais à frente, com o intuito de buscar “descrever momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos” (Denzin e Lincoln, 2006).

Neste sentido, trabalhamos com levantamento bibliográfico de obras, artigos e estudos no campo da Economia Política da Comunicação. Buscamos identificar, localizar e obter uma bibliografia pertinente sobre democracia, comunicação na América Latina, ditadura militar, em especial no Brasil, comunicação alternativa e comunitária e sobre os quatro critérios que correspondem a diferentes dimensões do interesse público no jornalismo: relevância pública, esclarecimento, vigilância e pluralidade (SARTOR, 2016). Partimos da revisão bibliográfica uma vez que:

É um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar documentos pertinentes ao tema estudado e proceder a respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico. (Stumpf, 2006, p.51)

Para analisar o nosso objeto de estudo, utilizamos o método de Análise de Conteúdo. A organização desta análise segue, portanto, as etapas de pré-análise e exploração do material, seguida do tratamento e interpretação dos dados (BARDIN, 2011, 123-172). Escolhemos a Análise de Conteúdo para nortear o nosso trabalho pois trata-se de um método de pesquisa que desempenha um importante papel nas investigações no campo das pesquisas sociais. Podemos citar como ponto relevante desse tipo de método sua capacidade de analisar com profundidade a questão da subjetividade, ao reconhecer a não neutralidade entre pesquisador, objeto de

pesquisa e contexto. Mas de forma alguma isso interfere na validade e do rigor científicos que são empregados com princípios e regras bastante sistematizados. (ALVES, SARAMAGO, VALENTE, SOUSA, 2021, P.100). Nas palavras de Moraes (1999):

A análise de conteúdo tem sua origem no final do século passado. Suas características e diferentes abordagens, entretanto, foram desenvolvidas, especialmente, ao longo dos últimos cinquenta anos. Mesmo tendo sido uma fase de grande produtividade aquela em que esteve orientada pelo paradigma positivista, valorizando sobretudo a objetividade e a quantificação, esta metodologia de análise de dados está atingindo novas e mais desafiadoras possibilidades na medida em que se integra cada vez mais na exploração qualitativa de mensagens e informações. Neste sentido, ainda que eventualmente não com a denominação de análise de conteúdo, se insinua em trabalhos de natureza dialética, fenomenológica e etnográfica, além de outras (MORAES, 1999, p. 8)

É importante ressaltar que a Análise de Conteúdo aplicada em nossa pesquisa se alinha a uma perspectiva qualitativa, conforme descrito por Minayo (2007, p. 24), ao enfatizar que a pesquisa qualitativa “Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” na busca por compreender e interpretar a realidade. Deste modo, assim como diz Godoy (1995), mesmo sendo a análise de um conteúdo, não estamos à procura números e métricas ou uma justificativa estatística para uma análise dos dados.

A Análise de Conteúdo foi o principal método de geração de dados e no caso dessa pesquisa, optamos por indicadores metodologia de pesquisa qualitativa. A nossa pré-análise partiu da sistematização das ideias, formulação das hipóteses e objetivos para elaborar indicadores que orientassem na interpretação final. Nesta fase utilizamos uma leitura flutuante dos principais documentos referentes ao tema escolhido, para reforçar nossa escolha por O Diocesano, uma vez que percebemos que o material se tornou uma das principais fontes de pesquisa e até mesmo para a Comissão da Verdade de Volta Redonda. Bardin (1977, p. 114) esclarece que a análise quantitativa funda-se na frequência de aparição de certos elementos da mensagem, enquanto a análise qualitativa “[...] recorre a indicadores não frequenciais suscetíveis de permitir inferências; por exemplo, a presença (ou a ausência), pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência de aparição”.

Apresentamos entrevistas realizadas por meio de questionários semiestruturados e, posteriormente, entrevistas semiestruturadas e em profundidade a partir da necessidade de aprofundamento de questões. Identificamos que o questionário semiestruturado seria a primeira opção de obtenção de dados que nos ajudassem a aprofundar sobre as mudanças encontradas na linha editorial e no conteúdo. O resultado obtido nos levou, inclusive, a identificar outras questões que complementam as perguntas da nossa pesquisa.

Quando aplicamos então a sistemática das decisões tomadas, definimos que analisaríamos as versões do boletim O Diocesano impressas entre os anos de 1970 e 1973. Levamos em consideração que Volta Redonda caminhava para se tornar área de segurança nacional e, por isso, havia uma censura mais acirrada que, inclusive, limitou o funcionamento da imprensa e inviabilizou o trabalho de veículos alternativos contra-hegemônicos. Observamos essa realidade a partir da dificuldade de encontrar dados, materiais e depoimentos de pessoas da época em arquivos sobre jornais até 1975. Já na segunda fase, levamos em consideração o clima de incertezas causado pela Pandemia de Covid-19, agravado pela divulgação de falta de transparência do Governo Federal, divulgação de notícias falsas e discursos e atos antidemocráticos desencadeado pelo posicionamento do próprio presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

A categorização na Análise de Conteúdo foi feita a partir da análise das duas épocas, observando a presença ou não das palavras e termos pertinentes ao debate. Para tanto, mais que enumerar a quantidade de vezes que elas aparecem no informativo nas duas épocas analisadas, procuramos identificar a intensidade ou direção dessas palavras frente ao cenário das épocas analisadas.

É importante salientar que houve uma mudança metodológica tomada no curso do desenvolvimento da pesquisa, com a alteração dos objetivos do estudo. Inicialmente, utilizaríamos uma abordagem histórica sobre a contribuição de O Diocesano e outros documentos como mídias alternativas e comunitárias na época da ditadura, e como o informativo foi utilizado para driblar a censura militar. Porém, ao verificar que existia uma importante mudança com o passar dos anos na linha editorial do informativo ligado à Igreja Católica do Sul Fluminense, assumimos a inclusão de novas perguntas.

No capítulo 1 contextualizamos o cenário do surgimento de O Diocesano, levando em consideração as referências políticas e econômicas no Brasil e na

América Latina, desde a instalação da era industrial no Brasil até os desdobramentos do capitalismo e neoliberalismo no país dos dias atuais. Apresentamos também os artifícios de inteligência, comunicação e desinformação utilizados para instaurar o golpe de 1964 e se há semelhanças nas estratégias lançadas em tentativas de golpe contra a democracia na segunda fase de análise do boletim (2020- 2023). Fizemos um resgate histórico desde o fim das duas Guerras Mundiais (1914 -1918 e 1939 - 1945) e, principalmente, sobre a influência da Guerra Fria (1945 – 1991), para contextualizar a tensão geopolítica entre os Estados Unidos e a União Soviética e as disputas políticas, econômicas e ideológicas, com conflitos indiretos como eventos responsáveis por desencadear ditaduras militares na América Latina (DREIFUSS, ALVES, PANSARELLI).

No Capítulo 2 fizemos uma breve análise da passagem dos Papas: João XXIII (1958 – 1963), Paulo VI (1963 – 1978), João Paulo I (26 de agosto a 28 de setembro de 1978), João Paulo II (1978 – 2005), Bento XVI (2005 – 2013) e Francisco (2013 – atual). Levamos em consideração o cenário político e econômico de cada época, a partir dos documentos de orientações aos bispos, padres e fieis, em geral, e o direcionamento dos Papas no assunto: comunicação da Igreja. Buscamos entender a relação fiel-pastor, a hierarquia estabelecida pela Igreja e a validação do pensar do católico nas diferentes funções que exerce dentro dessa estrutura que, segundo Libanio (2005), explica a alienação política até a década de 1960. Um cenário que se transforma a partir da segunda metade de 1960 com a realização do Concílio Vaticano II, evento da Igreja que teve início em 11 de outubro de 1962 e terminou em dia 8 de dezembro de 1965. O Concílio vaticano II mudou profundamente o jeito de fazer Igreja na América Latina. A partir dele, outros encontros envolvendo bispos católicos passam a direcionar as ações pastorais no Brasil. A Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín (1968) foi um marco importante que promoveu um compromisso renovado com a justiça social e a luta contra a pobreza e a opressão (Medellín, 1968). Dividido em 16 capítulos, o documento final da Conferência de Medellín foi um dos inspiradores da Teologia da Libertação, uma corrente de pensamento social que busca a libertação social dos pobres e pessoas oprimidas. (BOFF, 2011). Gibellini (1998) classifica como dois os principais compromissos da Teologia da Libertação: “a experiência da fé e o compromisso com os pobres” (Gibellini,1998, p. 350). Anos mais tarde (1979), na Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em

Puebla, o documento traz os pobres para o centro do debate ao relatar a adoção de “uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres” (PUEBLA, 1979). Seguimos o capítulo apresentando as demais transformações sofridas pela Igreja a partir do declínio da Teologia da Libertação e as orientações sobre a forma de fazer a comunicação pela Igreja nos diferentes papados. Para isso utilizamos como referência o que Alvarenga (2020) definiu como a relação Comunicação-Igreja e suas quatro fases: censura e repressão, aceitação desconfiada, deslumbramento e reviravolta. É a importância do documento *Inter Mirifica*, publicado no final do segundo período conciliar, como balizador desse processo de transformação.

No capítulo 3 fizemos uma apresentação de O Diocesano e uma linha do tempo com as fases do boletim desde a criação até os dias atuais para contextualizar o leitor sobre a passagem de tempo, de forma breve, do nosso objeto de estudo.

A metodologia e as técnicas empregadas nesta pesquisa são detalhadas no capítulo 4, no qual é feita a análise de conteúdo do boletim O Diocesano nos períodos de 1970 – 1973 e 2020 – 2023. Apresentamos o tratamento e interpretação dos resultados obtidos por meio da inferência e dados qualitativos e quantitativos. Para Bardin (1977, p. 133), a inferência poderá “apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor”. Neste caso, analisamos a mensagem por meio de imagens e linguagem que o emissor (Igreja) se propôs a transmitir por meio do canal (textos e mensagens) presentes em O Diocesano.

No capítulo 5, apresentamos entrevistas semiestruturadas a partir de questionário enviado via Google Forms para profissionais de comunicação que trabalharam ou trabalham na diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda, para análise da escolha e produção do conteúdo sob a ótica dos profissionais. Para entender a realidade nacional, estendemos as entrevistas a comunicadores de outras dioceses e veículos de comunicação do Brasil.

CAPÍTULO 1

DA GUERRA FRIA AO NEOLIBERALISMO

O chamado “breve século XX”, assim descrito pelo historiador inglês Eric Hobsbawm (1999), foi atravessado por duas Guerras Mundiais (1914 -1918 e 1939 - 1945) e a Guerra Fria (1945 – 1991). Ao findarem as duas grandes Guerras, Estados Unidos e União Soviética emergiram como os líderes de dois sistemas: capitalismo e socialismo, respectivamente. A chamada Guerra Fria imposta pela disputa de protagonismo econômico e político entre essas duas nações resultou em consequências para o resto do mundo. Alguns autores (DREIFUSS, ALVES, PANSARELLI) apontam a influência da Guerra Fria no desencadear das ditaduras militares na América Latina. As duas grandes potências não pouparam as nações latino-americanas, pois, segundo Pansarelli (2019), elas eram estratégicas, dentre outros motivos, pela proximidade geográfica com os EUA. Isso as colocava como ponto privilegiado de ataque ou de defesa em incursões militares.

No Brasil, em 1945 a política era comandada por Getúlio Vargas. Vargas foi presidente do país por quase vinte anos, sendo os primeiros 15 anos um período ininterrupto, porém dividido por fases da chamada Era Vargas: de 1930 a 1934, como chefe do "Governo Provisório". Pós-queda da República Velha (1889 – 1930); de 1934 até 1937 como presidente da República do Governo Constitucional, tendo sido eleito presidente da República pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934; e, de 1937 a 1945, época em que foi apontado por muitos como ditador. (O DIA, 2014)

Alguns estudiosos e jornalistas apontam relação entre Getúlio Vargas e o fascismo. De acordo com Samuel Sousa (2020), Vargas chegou a convidar membros da Ação Integralista Brasileira (AIB) para o governo e sinalizou apoio à Alemanha e Itália na 2ª Guerra Mundial. O integralismo ressaltava o nacionalismo. Assim como o fascismo italiano, pregava a existência de um partido único e atacava o comunismo. Para Sousa (2020) “Elementos como esse fazem com que o Estado Novo, decretado em 1937, seja, muitas vezes, identificado como uma ditadura fascista”.

De acordo com Victor (2012), o integralismo foi o grande adversário da Era Vargas, e sabendo disso, em 1937, Getúlio estabeleceu uma aproximação com Plínio Salgado, líder do Integralismo e oposição ao seu governo. Esse encontro ficou registrado no diário de Vargas. Ainda de acordo com o historiador, os entendimentos giraram em torno de promessas de participação dos integralistas e suas propostas no novo modelo (Estado Novo) que seria implementado por Vargas.

Entretanto, o primeiro discurso e o decreto Lei nº 37, dissolvendo os partidos e a Ação Integralista, pois fim a essa possível aliança, que até chegou a cogitar que a pasta da Educação ficasse com integrantes da AIB, porém, sem sucesso pois não havia acordo com Plínio Salgado. As eleições, que deveriam ocorrer em 1938, não ocorreu, pois já em novembro de 1937, Getúlio implantou o golpe e manteve-se na presidência, como ditador, por mais oito anos”. Os conflitos com os integralistas se seguiram com ameaças de conspiração contra Vargas, inclusive com a chamada intentona ou levante integralista, tentativa de golpe fracassada contra Getúlio, em maio de 1938.

Em “Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia”, Luiz Carlos Bresser-Pereira (2009), analisa como a ação política de Vargas se relacionou com a construção da Nação e do Estado brasileiro. O autor não nega o autoritarismo presente na era Vargas, mas não o associa ao fascismo, faz uma conexão entre o desenvolvimento econômico do país e a Revolução Capitalista, com a transição de um Estado oligárquico para um democrático.

Em síntese, afirmo, primeiro, que o estadista é o dirigente político que, não obstante suas próprias fraquezas e hesitações, tem a visão antecipada do momento histórico que seu país ou sua nação está vivendo e tem a coragem de enfrentar o velho em nome do novo; segundo, que um momento decisivo na história de um povo – o da Revolução Nacional e Industrial – é aquele no qual esse povo se transforma em uma Nação não apenas formal mas real, ao mesmo tempo em que completa sua transição para o capitalismo; e, terceiro, que a democracia só se consolida em um Estado-nação depois que ele completou sua Revolução Capitalista, de maneira que o controle direto do poder político deixa de ser condição necessária para a apropriação do excedente. Sob estas três perspectivas, concluo que Getúlio Vargas foi o grande estadista que o Brasil teve no século XX. (Bresser Pereira, 2009, p. 3)

Vargas percebeu que o Brasil já tinha uma classe de empresários industriais que poderia participar como base para o desenvolvimento econômico do país. Reconheceu a existência de um operariado urbano, produzido pelo capitalismo

brasileiro, e tratou de se aproximar dele para buscar legitimidade política. E ainda: aliou-se aos representantes da oligarquia, da qual fazia parte também, ao mesmo tempo em que impunha impostos indiretos ou disfarçados sobre a oligarquia exportadora e transferia renda para a indústria. (Bresser-Pereira, 2009).

Ao motivar a industrialização, Vargas se opõe às opiniões e recomendações econômicas até então naturalizadas vindas dos Estados Unidos sobre a única vocação de desenvolvimento para o Brasil à época: a agricultura. Ao romper com esse modelo, a proposta de Estado-nação³ se distancia do modelo imperialista. De acordo com Bresser-Pereira, nesse novo conceito adotado por Vargas, há três principais elementos: o nacionalismo, que busca a unidade do Estado-nação e seu desenvolvimento; o liberalismo que se junta para garantir a seus cidadãos a liberdade econômica e política; e o socialismo que busca a justiça social. (Bresser-Pereira, 2009).

Bolaño recorre a Karl Marx para explicar o imperialismo como uma estrutura histórica particular, fruto da tendência à concentração e centralização do capital.

Na boa tradição marxista, imperialismo é o governo mundial do capital monopolista, decorrente do desenvolvimento das grandes potências industriais da Europa e do Japão, as quais, tendo realizado a Segunda Revolução Industrial ao longo do século XIX, se lançaram, no início do seguinte, numa disputa pela divisão do mundo e pelo acesso às fontes de matérias-primas e aos mercados, a qual desembocaria nas duas grandes guerras mundiais, ao final das quais se consolida, no bloco ocidental, a hegemonia norte-americana. Com isto, põe-se fim ao longo período de turbulências que caracteriza o desmantelamento da hegemonia inglesa, exercida no período do capitalismo concorrencial... O poder de comando dos Estados Unidos elimina qualquer possibilidade de disputas Inter imperialistas, deslocando toda conflitualidade para a disputa com o sistema soviético, na periferia. (BOLAÑO, 2022, p.59)

De acordo com Antônio Negri e Michael Hardt (2001, p. 14, *apud* Bolaño, 2022) “o conceito de império caracteriza-se fundamentalmente pela ausência de fronteiras: o poder exercido pelo império não tem limites”. Essa era a busca dos Estados Unidos na economia mundial, rivalizando com a União Soviética durante a Guerra Fria. É neste cenário que o modelo Vargas começa a entrar em declínio

³Estado-nação é a ideologia que um povo, sentindo-se capaz de se transformar em uma nação, usa para poder se dotar de um Estado com soberania sobre seu território, independente, e no caso do Brasil, em vez de aceitar a permanente subordinação aos EUA.

após 1945 e coincide com o retorno da Itália de soldados da Segunda Guerra. Vargas passa a ser apontado como um ditador. O Brasil caminhava para deixar de ser apenas um fornecedor de matéria-prima agrícola e se colocava como mais um país a aderir à industrialização, porém uma mudança oriunda de uma concepção nacionalista, com grande orientação rumo a uma independência que não agradou ao mercado internacional.

A política nacionalista de Vargas e o investimento industrial que ele propunha criaram um sinal de alerta aos norte-americanos que vigiavam as nações que apresentassem sinais nacionalistas e ampliação da independência econômica e diplomática. (NAPOLITANO, 2019).

Nessa fase, a preocupação dos norte-americanos era com líderes nacionalistas e reformistas com capacidade de mobilização de massas e cujo principal apelo simbólico residisse na retórica anti-imperialista. A se julgar pelos inúmeros documentos da CIA e do NSC produzidos entre fins dos anos 1940 e fins dos anos 1950, a convergência de lideranças nacionalistas e agrupamentos comunistas poderia representar uma ameaça, sobretudo quando conseguiam se “infiltrar” em governos de corte nacionalista, como em Vargas no Brasil, Juan Domingo Peron na Argentina e Jacob Arbenz, na Guatemala. Não por acaso, os três governos eram duramente criticados pelos conservadores anticomunistas e foram derrubados por golpes de Estado, em 1954 e 1955. No caso de Arbenz, é mais do que comprovada a participação direta dos serviços de inteligência norte-americanos. (NAPOLITANO, 2019, p. 7)

O ano de 1958 é considerado por alguns autores um ano de inflexões para a política norte-americana em relação à América Latina (Zanisher & Weis, 1989, *apud* Napolitano, 2019). No Brasil era clara a intenção de se tornar um país para além da dependência dos Estados Unidos com a consolidação do projeto Vargas. Os episódios violentos no tour latino-americano de Nixon em maio de 1958 foram vistos como a primeira tomada de consciência do antiamericanismo e “yankeefobia” dos “policimakers” da política externa dos Estados Unidos. (MCPHERSON, 2003, APUD NAPOLITANO, 2019). Durante a passagem na Venezuela, Manifestantes atiraram pedras e outros objetos no carro de Nixon, quebrando janelas e danificando o veículo. No Peru, o protesto foi feito por parte dos estudantes universitários. Atearam fogo em bandeiras americanas e houve confronto com a polícia. No Equador também houve protestos, mas de forma mais moderada. (NAPOLITANO, 2019)

A viagem de Nixon pelo continente, que deveria ser de natureza protocolar a fim de sinalizar e reiterar as alianças orgânicas e identidades entre os Estados Unidos e a América Latina, acabou se transformando em um episódio de conflitos graves, que ficou conhecido como “Pearl Harbour diplomático” (NAPOLITANO, 2019. p. 386).

Além de vigiar os possíveis resistentes ao imperialismo americano, era necessário criar uma visão de que entre a União Soviética e os Estados Unidos, era melhor que os países da América Latina se aliassem aos Estados Unidos para evitar os transtornos que poderiam surgir durante esta época de Guerra Fria. Os esforços dos diplomatas eram estabelecer uma ideia de que para os países da América Latina, escolher ficar do lado dos Estados Unidos criava uma sensação de segurança local e possibilidade de crescimento econômico após anos de penúria das Guerras. A visão sobre o conflito gerado pela Guerra Fria foi construída por *policy makers*, *think tanks* e diplomatas em geral, tendo exercido forte influência na historiografia da Guerra Fria, tradicionalmente centrada no jogo diplomático e militar entre as duas superpotências e seus principais aliados (MUNHOZ, 2004).

Esse grupo de intelectuais passou a apontar a maneira de se fazer política, economia e influenciou diretamente na forma de pensar e produzir políticas públicas, como definiu Kátia Baggio.

Think tank – expressão que pode ser traduzida por “centro de pensamento” — é um termo criado nos Estados Unidos e utilizado, a partir da década de 1950, para designar organizações que se dedicam a produzir e/ou difundir pesquisas, ideias e projetos de políticas públicas (política econômica, política externa, políticas sociais, ambientais etc.), com o objetivo de influenciar governos e/ou conformar uma certa opinião pública. Em geral, buscam transmitir uma imagem técnica, tentando afastar-se de uma identificação estritamente ideológica, mesmo que claramente defendam determinadas concepções política e ideologicamente orientadas. (BAGGIO, 2016, p. 1)

Movimento que surgiu com mais intensidade como fim da II Guerra Mundial e durante a Guerra Fria é o que mais tarde ganha força para sistematizar as escolhas e preferências neoliberais que mais uma vez vão influenciar nas decisões políticas no Brasil. Falaremos sobre isso um pouco mais à frente. Esse movimento orquestrado pelos *thinks tanks* coloca em xeque o modelo keynesiano, que teve sua ascensão baseada num Estado do bem-estar social (*Welfare State*) no pós-Guerra. De acordo com esta teoria, o Estado deve intervir na economia sempre que for necessário, como forma de evitar a retração econômica e garantir o pleno emprego, ou seja, defende a necessidade de o Estado buscar formas de conter o

desequilíbrio da economia. Uma das principais medidas sugeridas por esse modelo é a aplicação de verbas do governo na realização de investimentos que aqueçam a economia de modo geral. Esse modelo utiliza a saúde econômica do país para investir áreas comuns à população, como saúde e educação. O novo jeito de pensar e fazer economia ditado pelo *thinks tanks* neoliberais não contemplava uma atitude nacionalista. A inclinação para o liberalismo vinha sendo pensada, porém as duas Guerras Mundiais atrasaram o processo porque os países envolvidos estabeleceram um planejamento menos arriscado para o momento e o liberalismo precisou esperar.

Os *think tanks* são pensadores financiados por organizações com interesses capitalistas e imperiais. Em 1955 foi criado o *Institute of Economic Affairs* (IEA) em Londres. Nos anos 1960 Margaret Thatcher, que mais tarde assumiria como primeira-ministra britânica entre 1979 e 1990, frequentava reuniões no IEA. Não por acaso, no período em que esteve à frente do poder, houve um progressivo desmonte do Estado de bem-estar na Grã-Bretanha, seguindo a lógica neoliberal propagada pelos *think tanks*. É desta forma que os grupos econômicos organizados pela lógica do acúmulo de capital influenciam nas políticas públicas e decisões a serem tomadas pelos governantes.

Mayer (2016) *apud* Silva (2017), aponta que apesar da primeira ideia de *think tanks* ter surgido na Europa, desenvolveu características libertárias e conservadoras nos Estados Unidos. Para Silva (2017, p.132), os *think tanks* libertários e conservadores “surgiram como frutos de uma robusta estratégia de relações públicas e um pilar fundamental da própria campanha para criar incertezas acerca da existência do aquecimento global”.

Nos Estados Unidos, a concepção de mudança de valores e pensamentos tomou grande proporção a partir dos anos 1960 com as constantes derrotas de candidatos com visão libertária. Seguindo o raciocínio Europeu, Lewis Powell, advogado que mais tarde seria juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos afirmava ser necessário influenciar o senso comum e difundir os ideais libertários a longo prazo, construindo instituições aparentemente neutras para alterar os valores sociais, aproximando as ideias do livre mercado da política.

Para tal, essas fundações deviam focar sua atuação na construção de uma credibilidade intelectual, atuando como um contraponto ao keynesianismo econômico e aos movimentos sociais por novos direitos – nessa visão, a agenda contra as intervenções estatais na economia e na vida social jamais se consolidaria enquanto apenas o pensamento de

Keynes fosse aceito como científico e enquanto o Estado fosse encarado como uma cura potencial para as desigualdades sociais e a concentração de renda. (SILVA, 2017, p.138)

É sob esta influência internacional que após o final da II Guerra Mundial, sob o cenário de Guerra Fria, a política industrial de Getúlio e conseqüentemente o estabelecimento de uma economia capitalista, continuada por Juscelino, dá lugar em 1961 a João Goulart. Ao assumir, Jango, que já colecionava desafetos entre os militares, visto que foi destituído do cargo de Ministro do Trabalho na época de Getúlio Vargas por forte oposição do Exército, representa também uma ameaça para “as expectativas dos empresários multinacionais e associados” (DREIFUSS, 1981, p. 163).

O novo presidente do Brasil iniciou sua jornada pautado por projetos que conflitavam com esse novo jeito de fazer política estabelecido pelos *thinks tanks*. Goulart promoveu uma série de restrições aos investimentos multinacionais, com um controle de remessas de lucros, de pagamentos de royalties e de transferências de tecnologia, assim como em legislação antitruste e em negociação para a nacionalização de grandes corporações estrangeiras, adotando uma política nacionalista de apoio a concessão de subsídios diretos ao capital privado nacional (ALVES, 2005).

Paralelo a isso, ocorre uma maior organização popular dos trabalhadores, o que Alves vai chamar de “tempo fértil para a organização da classe trabalhadora” (2005, p. 38). Sabe-se que os investimentos em novas tecnologias e a expansão da eletricidade, indústrias química e do aço, mobilidade urbana, por exemplo, promoveu a abertura de postos de trabalho e, em muitos casos, existia uma crescente exploração dos empregados, que passaram a exigir aumentos de salários e redução de horas trabalhadas, além de benefícios sociais como educação, saúde, transporte, entre outros. A classe trabalhadora organizada começa a pressionar o patronado por melhores condições de trabalho. Os trabalhadores se organizam em sindicatos. (BOLAÑO, 2002, p. 55 e 56)

Esse é um ponto apontado como um grande desentendimento entre as classes, o tipo de conflito apontado por Habermas (1984) como as contradições fundamentais. A contradição fundamental de uma formação social passa pelo princípio organizacional a partir do confronto reiterado entre grupos ou indivíduos com reivindicações e intenções incompatíveis e irreconciliáveis, de acordo com o

autor. Essa é a consequência para expectativas populares, que ele considerava inatingíveis e frustradas e, por isso, leva à crise das instituições democráticas. Para Alves, esse desentendimento das classes foi a resposta encontrada pelas classes dominantes para justificar a ideologia da segurança nacional. Uma vez que não existia mais a possibilidade de interação e consenso entre os grupos, havia uma comprovação de necessidade de intervenção para estabelecer uma ordem devido às ameaças à segurança nacional, e assim promoveu-se o golpe.

Ideologia de Segurança Nacional é um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente. (ALVES, 2005, p.22).

De acordo com Alves (2005), a ideologia da segurança nacional contida na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi um instrumento importante para a perpetuação das estruturas de Estado destinadas a facilitar o desenvolvimento capitalista associado-dependente. No Brasil, essa doutrina foi repassada utilizando os seguintes artifícios: a massificação de um pensamento com teorias de guerra, revolução e subversão, aliada a uma perspectiva de que o Brasil teria um importante papel na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado (ALVES, 2005).

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento tem sido utilizada para justificar a imposição de um sistema de controles e dominação [...] prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos "inimigos internos" e da "guerra psicológica". A legitimação é vinculada aos conceitos de desenvolvimento econômico e segurança interna. O slogan governamental "segurança com desenvolvimento" associa o desenvolvimento capitalista associado-dependente à defesa da segurança interna contra o "inimigo interno". Por sua vez, esta ênfase na constante ameaça à nação por parte de "inimigos internos" ocultos e desconhecidos produz, no seio da população, um clima de suspeita; medo e divisão que permite ao regime levar a cabo campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas. Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classe poder ser controlados pelo terror. Trata-se por isso mesmo de uma ideologia de dominação de classe, que tem servido para justificar as mais violentas formas de opressão classistas. (ALVES, 2005, p.26)

1.1 Sistema de Informação Pró-Golpe: a consolidação liberal

Para desarticular a mídia profissional e implantar, validar e consolidar a desestabilização, há que se utilizar estratégias de convencimento organizadas por diferentes grupos, sejam acordos entre jornais, censura ou outros artifícios. René Dreifuss (1981, p.230), em seu livro “1964: A Conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classes”, resultado de sua tese de doutorado, propõe uma análise diferente daquela tratada como a predominante sobre a ditadura, em que os militares são apontados como os grandes responsáveis pelo golpe de 1964. Para ele, a rede de informações formada por integrantes da Escola Superior de Guerra (ESG), o Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), não só detinha informações sobre mais de 400 mil brasileiros, segundo os dados apontados por Dreifuss, como atuava como uma espécie de partido da burguesia, com estratégias para uma ação ideológica, política e militar. (DREIFUSS, 1964).

Para Dreifuss, o golpe foi uma articulação “premeditada e cuidadosamente amadurecida durante vários anos” pelo que nomeou como uma “elite orgânica”. O intelectual orgânico é todo aquele que, diferentemente do “intelectual tradicional”, está vinculado a um projeto de classe ou fração de classe, se formos analisar o termo sob a ótica de Gramsci. Para Dreifuss, os intelectuais orgânicos são na verdade toda uma camada de gerentes e “tecnoempresários”, vinculados, neste caso, a um projeto político da fração mais internacionalizada do capital: a elite orgânica. (HOEVELER, 2014).

A elite orgânica organizada inclui, em suas relações influentes, comunicadores, formadores de opinião, empresas de comunicação e publicidade para validar e convencer que o novo modelo liberal proposto é vantajoso para todos. Esse modelo é incorporado aos discursos do pleito eleitoral de 1962, presentes em campanhas de diferentes candidatos.

O IPES conseguiu organizar um sincronizado assalto à opinião pública, através de seu relacionamento especial com os mais importantes jornais, rádios e televisões nacionais [...] Todos esses jornais também mantinham sua própria e acirrada campanha editorial, que beneficiava a elite orgânica. Tudo isso era ajudado pelo controle que o complexo IPES/IBAD tinha sobre as agências de notícia e canais de informação em todo país e o seu relacionamento especial com companhias de

publicidades e anunciantes. O IPES se certificava de que os editores dos mais importantes jornais do país dirigissem seus próprios jornais de fato e em nome conforme a linha da elite orgânica. (DREIFUSS, 1981, p.233).

E no caso do golpe, somado a isso, foi orquestrada uma política de desestabilização que envolveu corporações multinacionais, o capital brasileiro associado-dependente, o governo dos Estados Unidos e grupos de militares brasileiros. (ALVES, 2005. p.24). Na guerra pelo convencimento, a ideologia do complexo IPES/IBAD era propagada a partir de diferentes táticas desinformativas. Muitas vezes, noticiários explicitamente mentirosos e ficcionais vinham à tona, como na ocasião em que O Globo passou a veicular um suposto plano da União Soviética para instalar um Gabinete Comunista no Brasil. Todo alarde feito em torno de questões desestabilizadoras tinha como objetivo distorcer a realidade ou criar um fato, atmosfera propícia para que justificassem toda ação contra aqueles que se contrapusessem aos ideais liberais, com forte apelo norte-americano. Foi o que aconteceu com João Goulart. Com a queda de seu governo, o modelo de penetração do capital internacional no Brasil e a aliança entre capital multinacional, o capital nacional associado-dependente e o capital do Estado que formaram o “tripé econômico”, não teria barreiras para se consolidar e ser reforçado após o golpe militar de 1964, estabelecendo o que conhecemos como a relação econômica de dependência do Brasil. De acordo com Alves (2005), um sistema econômico pode ser denominado “autônomo” quando é capaz de gerar seu próprio crescimento, o que implica acima de tudo na faculdade de criar novas tecnologias, de expandir o setor de bens de capital e controlar seus sistemas financeiro e bancário. As economias dependentes, por outro lado, funcionam na periferia mundial e estão afastadas dos pontos de concentração dos recursos para o crescimento autogerado. Ainda de acordo com ela, em casos extremos, as economias dependentes acabam por se tornar meras fornecedoras de matéria-prima para as economias mais avançadas.

Frise-se que uma situação de dependência não significa necessariamente subdesenvolvimento permanente e estagnação econômica. O que ela efetivamente implica, na melhor das hipóteses, é um processo de desenvolvimento distorcido: mantêm-se sem solução consideravelmente problemas sociais como as desigualdades regionais, graves disparidades na distribuição de renda, altos índices de

desemprego e níveis de vida aberrantemente baixos para a maioria da população. (ALVES, 2005, p. 32)

Ainda de acordo com a autora, na economia dependente acaba por existir internamente uma força de empresas e grupos que têm por objetivo fazer prevalecer os interesses estrangeiros, dos quais se beneficiam ou apenas se identificam e defendem como os melhores ou únicos praticáveis na sociedade.

1.2 Volta Redonda: a cidade do aço

“A Revolução de 1930 trouxe novo impulso à siderurgia, propondo como um de seus objetivos a criação de uma grande indústria siderúrgica, identificada mesmo com a noção de soberania nacional”. (ABREU, 1995)

Após instituir e consultar conselhos nacionais sobre a implantação de uma siderúrgica no Brasil, em 1938, Getúlio Vargas apresentou alternativas que poderiam levar à instalação de uma grande indústria siderúrgica com diferentes configurações de aporte e capital. Ela poderia ser financiada pelo Estado, e receber levantamento de capitais estrangeiros ou mediante financiamento na base de minério exportado; com capitais mistos do Estado e de empresas particulares nacionais e ainda, uma terceira opção, por empresas particulares, com capitais próprios estrangeiros e controle do Estado.

Após contatos na Europa e a falta de interesse de investimento na área siderúrgica no Brasil, chegou-se a cogitar receber o investimento da United States Steel, que se mostrava interessada em expandir fora dos Estados Unidos, mas em janeiro de 1940, o comitê financeiro da United States Steel decidiu não mais participar da construção da usina no Brasil, com a justificativa de não desejar estender suas atividades fora dos Estados Unidos. A recusa da United States Steel em participar do empreendimento siderúrgico brasileiro não abalou os planos de Vargas, que decidiu “criar a grande siderurgia através de uma empresa nacional, com a ajuda de capitais estrangeiros sob a forma de empréstimos.” (ABREU, 2023)

Em março de 1940, foi criada a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, que estabeleceu as bases para a organização da

primeira grande usina brasileira. A comissão admitiu uma produção média de 300 mil toneladas de perfis médios e pesados, trilhos, chapas e folhas-de-flandres. Em relação ao carvão, ficou estabelecido que inicialmente a usina funcionaria com o coque obtido da mistura do carvão de Santa Catarina com o carvão importado. Para a localização da usina, depois de estudadas várias regiões, a comissão deu preferência ao trecho compreendido entre Barra do Piraí (RJ) e Barra Mansa (RJ), no Vale do Paraíba, que tinha a vantagem de poder contar com a Estrada de Ferro Central do Brasil. Do ponto de vista da defesa militar, a região reunia igualmente condições favoráveis. Foi finalmente escolhida a área de Volta Redonda (RJ), situada a nove quilômetros de Barra Mansa. (Abreu, 2023)

A CSN foi fundamental no processo de industrialização nacional, atraiu imigrantes de vários lugares do Brasil. Volta Redonda foi transformada, a partir da instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), numa cidade prioritariamente operária. Quando a CSN foi fundada, em 1941, o local onde hoje se encontram a Companhia e a cidade de Volta Redonda, pertenciam a Barra Mansa, sendo conhecidos como oitavo distrito. Anos mais tarde, em 1954, devido a autonomia econômica que o local se encontrava e vendo que a dependência do distrito para com o município sede era desvantajosa, o município atingiu sua emancipação (LANDIM; POLL, 2015). Após constituir o operariado, o sindicalismo se afirmava como o principal intermediário nas lutas entre empresários, Estado e trabalhadores nos anos de 1950 (MOREL, 1989).

Na organização da estrutura urbana da cidade, o governo federal adotou um "cidade companhia". "Esse modelo refere-se a cidades ou regiões administradas por uma empresa, prática empresarial do início do século XX, como estratégia de gestão e produção para dar suporte às atividades industriais." (SOARES, 2019, p. 59). Nesta época, quem comandava a Igreja de Barra do Piraí era o bispo dom Altivo Pacheco (1956-1966). Ele era tido como figura próxima aos militares. Assim como parcela majoritária da Igreja brasileira, apoiou a ditadura militar.

Diversas demonstrações públicas atestam esse apoio, como a celebração de missa campal em ação de graças pelo 2º aniversário da 'Revolução Democrática Brasileira', a participação em um ciclo de palestras em uma rádio local sobre a importância desta 'revolução' e ainda um curso promovido pela Federação dos Círculos de Trabalhadores Cristãos, em que criticava o comunismo. Esse bispo era a presença institucional da Igreja ao lado da CSN e dos poderes locais, recebendo apoio dessa empresa. Dreifuss (1984) o aponta como um anticomunista militante afirmando que sua posição política era

interessante para a elite orgânica nacional graças à importância da diocese local. (SOARES, 2019, p. 36)

A CSN já vinha passando por importantes manifestações de descontentamento dos seus operários desde 1976. A partir da recessão dos anos 1980, passou a enfrentar grave crise financeira e períodos de paralisação dos operários, as chamadas greves da CSN: em 1984, 1985, 1987 e 1988. Esta última a maior de todas, durou 17 dias e terminou com três operários mortos pelas Forças de Segurança (Exército e Polícia Militar), Carlos Augusto Barroso (19 anos), Walmir Freitas Monteiro (27 anos) e William Fernandes Leite (22 anos). A greve foi motivada pelas perdas do Plano Bresser, um plano econômico lançado durante o governo José Sarney com o objetivo de controlar a alta inflação da época que impôs defasagem nos salários. Dom Waldyr e a Igreja Católica também estiveram presentes na defesa dos operários nesta época, como ele mesmo conta no livro “O Bispo de Volta Redonda: memórias de dom Waldyr Calheiros”. A obra é uma publicação de entrevista feita com o bispo pela Fundação Getúlio Vargas.

Os operários exigiam a reposição, além de um aumento real de 17% sobre a Unidade Referencial de Preços. Na lista de reivindicações constavam ainda o turno de seis horas, readmissão dos que haviam sido demitidos desde 1984, ao longo das pequenas paralisações, conforme lhes garantia a Constituição recém-promulgada. (COSTA, PANDOLFO, DERBIN, 2001).

Ao assumir o governo em 1990, o presidente Fernando Collor, adepto à ideologia neoliberal deu início ao processo de privatização da CSN, mas foi interrompido pelo seu impeachment. Itamar Franco honrou o compromisso assumido pelo governo anterior e privatizou a CSN em 1993. Esta foi a principal ação do movimento neoliberal que afetou a vida dos moradores de Volta Redonda. Voltaremos a falar sobre neoliberalismo no item 1.4.

1.3 Sul Fluminense: uma área de Segurança Nacional

As Áreas de Segurança Nacional foram instituídas pelo governo federal em 1966 com a edição do AI-3 (Ato Institucional nº 3). Justificava-se uma área de Segurança Nacional quando municípios ou capitais estaduais eram considerados

estratégicos no quesito segurança. Um município para se enquadrar no perfil de segurança nacional, de acordo com os militares, deveria apresentar quatro critérios: importância política, econômica, militar e psicossocial e a atuação de elementos ‘subversivos’. (SOARES, 2019, p. 160)

Volta Redonda, cidade do interior do Estado do Rio e nosso território de estudo, se encaixava em todos os critérios. Por isso, em 1973 a cidade sofreu uma grave intervenção do governo federal. O decreto lei 1273/73, assinado pelo presidente Médici, tornou a cidade uma Área de Segurança Nacional até 1985, quando se realizaram eleições diretas para prefeito, elegendo Marino Clinger, do PDT.

O decreto legitimou a atuação das Forças Armadas na cidade e na região Sul Fluminense, que contava ainda com a atuação da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) na cidade de Resende. Inclusive os militares já eram presença marcada nas prefeituras da região Sul Fluminense. Os interventores municipais indicados ao governador pelos militares eram também pertencentes aos quadros da Companhia Siderúrgica Nacional (Arquivo Nacional, 1971). A transformação de Volta Redonda em Área de Segurança Nacional significou o fortalecimento do poder do Exército e da CSN nos rumos do município.

Este período de expansão do capitalismo é conhecido como a chamada Segunda Revolução Industrial (Bolaño, 2002). Nesta Segunda Revolução, a máquina-ferramenta "desqualifica e substitui" o trabalhador especializado. Neste momento a máquina passa a controlar e direcionar o processo, e o funcionário é aquele que guarda e vigia o seu funcionamento. A máquina e a ciência são então aplicadas diretamente à produção. Esta fase também marcou o desenvolvimento dos grandes meios de comunicação de massa, estimulados pela propaganda e publicidade no pós-guerra (FERREIRA, 2022).

O aparato para manter-se diretamente ligado ao mercado do petróleo, do aço e ferro, esses dois últimos muito influentes no campo de estudo deste trabalho, devido à localização da CSN. Há ainda o desenvolvimento ligado à eletricidade, a necessidade de construir ferrovias que permitiam o escoamento de mercadorias e ainda indústrias químicas, mais uma vez presentes na região Sul Fluminense, como a Indústrias Nucleares do Brasil (INB), com sede em Resende (RJ) e Eletronuclear em Angra dos Reis (RJ), ambas oriundas da Nuclebrás, criada em 1974.

Todo esse processo está relacionado também ao que Habermas (1984) citou como o fim da esfera pública burguesa e a constituição de um sistema de manipulação das consciências. Ou seja, ao mesmo tempo em que as massas se organizam para conquistar o acesso à esfera pública, antes vista com limitação devido aos critérios de exclusão, surge uma nova maneira de manipulação regida pelos grandes meios de comunicação de massa.

Primeiro os jornais de massa da virada do século, depois o rádio e a televisão, como elementos de controle social, visando à manutenção da hegemonia da classe capitalista, anulando o caráter revolucionário e explosivo que uma esfera pública crítica teria no momento em que incorporasse camadas sociais não comprometidas com a ordem burguesa. (BOLAÑO, 2002, p.56).

Nesta época, os militares colhiam os frutos comunicacionais plantados antes mesmo do golpe de 1964, devido a uma forte reestruturação do setor de comunicação com a criação do Código Brasileiro de Telecomunicações. Militares e empresários de radiodifusão se aliaram para controlar o setor que consideravam estratégico para o modelo econômico capitalista. Após a tomada do poder em 1964, com o apoio de grande parte dos signatários da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert), os militares criaram vários mecanismos para orientar a prática do setor. (MAURÍCIO, QUEIROZ E SOARES, 2021)

Para Morel (2003), a censura marca a história da imprensa brasileira e o relacionamento entre Estado e meios de comunicação desde o início com a chegada da família real portuguesa ao Brasil. Porém os chamados “Anos de Chumbo” da ditadura militar foram de grande repercussão sobre as duas facetas da relação entre a imprensa e o regime vigente: convivência/subserviência ou resistência. Nas décadas de 1960 e 1970, a imprensa escrita possuía um importante papel na dinâmica social e na constituição da realidade dos fatos vividos. De acordo com Motta (2013), essas décadas foram o auge da grande imprensa tradicional quando considerado o volume de vendas e circulação dos jornais diários.

Eram vendidos aproximadamente 5 milhões de jornais e os diários mais influentes haviam passado por reformas recentes, tornando-se empresas mais sólidas. Também houve diversificação no perfil da imprensa, com a entrada em cena de diários que disputavam o público de mais baixa renda. O acirramento da competição e as pressões exercidas pelo regime

militar levariam à redução do número de jornais no início dos anos 1970, gerando fenômeno de concentração nas empresas maiores, ao mesmo tempo que as tiragens aumentavam. (MOTTA, 2013, p. 63).

Mas, devido à ideologia de segurança nacional, jornais foram censurados, jornalistas presos e torturados, seguindo a desculpa de proteção ao país e o afastamento de qualquer possibilidade de instalação do comunismo. De acordo com um relatório entregue à Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça em 2014, “durante a ditadura militar, exercer a atividade de transmitir informação crítica e isenta poderia resultar em perseguição, prisão, tortura e até morte”. (AGÊNCIA BRASIL, 2014). O estudo faz uma análise de 50 casos de jornalistas perseguidos na época. O Sudeste lidera o índice da perseguição por concentrar a maior parte dos veículos na ocasião. Rio de Janeiro e São Paulo são os estados que aparecem com os mais altos percentuais de perseguições, com 34% e 20% dos casos, respectivamente. Como forma de punição aos jornalistas militantes, 10% dos casos resultaram na cassação de direitos políticos, anistiados mais tarde pela comissão do ministério, 23,3% resultaram em prisão e 12,4% em tortura. A comissão também investiga pelo menos duas dezenas de casos que resultaram em mortes de jornalistas.

Na contramão do controle militar, censura, enxugamento dos meios de comunicação e criação de grupos e conglomerados a serviço do capital e do regime autoritário, são os meios considerados alternativos que fazem chegar a notícia ao povo. Como estratégia de reação ao poder dominante da época militar, em 1970, o boletim O Diocesano passa a cumprir esse papel de denúncia. O bispo católico que comandava a Igreja na diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda, no Sul Fluminense, dom Waldyr Calheiros, criou um boletim para se comunicar com os fiéis e acabou se tornando o veículo e presença referência na região.

1.4 Reestruturação neoliberal do capitalismo

Terminou a Guerra Fria, desapareceu a geopolítica da bipolaridade e, ao mesmo tempo, instaurou-se a indiscutida hegemonia militar norte-americana, ocorreu igualmente a globalização de sua economia, cultura e política externa... no meio do terror de uma espantosa miséria que aniquila a maioria da humanidade no final do século XX, junto com a

incontível e destrutiva contaminação ecológica do Planeta Terra (DUSSEL, 2000, p. 15).

Damos um salto histórico para procurar entender os desdobramentos da política com todo aparato comunicacional e ideológico que serviu para instalar e fortalecer uma nova realidade econômica no Brasil: o neoliberalismo.

Em “A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século”, de Chesnais, o autor explica que a partir dos anos 1970 intensificou-se uma nova fase do que chama de processo de internacionalização, a mundialização do capital. Essa nova etapa, segundo ele, reflete importantes “mudanças qualitativas nas relações de força política entre o capital e o trabalho assim como entre o capital e o Estado, em sua forma de Estado do Bem-Estar” (Chesnais, 1995, p.2)

Em decorrência da grande crise dos anos 30 e, principalmente, da crise revolucionária que marcou o fim da Segunda Guerra Mundial, as classes abastadas, altamente enfraquecidas, em todo lugar, com exceção dos Estados Unidos, haviam sido obrigadas a aceitar a ampla intervenção do Estado na economia, a conceder aos assalariados um conjunto importante de direitos, de garantias e de proteção, assim como tiveram que se submeter a numerosas limitações ou restrições a sua liberdade de ação e movimento. (Chesnais, 1995, p. 2)

Esse novo modelo também é descrito por Martins e Valente (2020): a chamada nova ordem mundial traz em si a mundialização do capital e a financeirização. De acordo com os autores, foi o que permitiu forjar o crescimento das taxas de lucro e com isso valorizar o sistema financeiro por meio da desregulamentação ou liberalização.

Ao trazer diferentes definições para o neoliberalismo, Oliveira Negrão (2004, p. 2) exemplifica que esse modelo de economia está inserido numa realidade capitalista, de abertura econômica e que descentraliza os serviços do poder do Estado. Ainda de acordo o autor, no modelo descrito por ele como mais “light” adotado no Brasil, “admite-se – ou mais que isso, apoia-se – intervenções estatais para promover ‘reformas’ que se deem neste sentido”. Para diminuir o papel do Estado há que se desqualificar a política. É uma versão do neoliberalismo que vem orientando o processo de globalização da economia.

Então, podemos concluir que a crítica e a negação neoliberal à política é retomada pelos teóricos conservadores da crise da democracia, que entendem que o welfare state acabou por gerar excessiva politização de questões econômicas e sociais. Para salvar-se, entendem, a democracia

precisa estabelecer limites as pressões que se exercem sobre ela, ou seja – raciocinando pelo inverso o risco da democracia está no excesso de democracia. É necessário, portanto, “despolitizar” a sociedade e suas demandas, enquadrar as reivindicações dos diferentes grupos sociais em planos que não se generalizem em direitos universalistas e tornem-se obstáculos à acumulação ampliada do capital. Mais mercado e menos regulações democráticas – influenciáveis pelo jogo político e, portanto, sujeitas a determinações outras que não aquelas da “mão invisível”: eis o ponto de contato central entre os teóricos do neoliberalismo e da ingovernabilidade das democracias. Oliveira Negrão (2004, p. 4)

Ao estabelecer a separação entre política e economia há que se entender de que forma os que não jogam o jogo dos lucros serão enxergados, uma vez que está nas políticas públicas a garantia dos direitos básicos e sociais de grande parte da população. Esse modelo que separa quem dita as regras dos interesses públicos está contida na chamada “democracia delegativa” sugerida por O’Donnell(1992). Neste modelo, que segundo ele permeou a passagem das nações de regime autoritário para a democracia na América Latina, aquele que ganha uma eleição presidencial está habilitado a governar o país como bem entender, e na medida em que as relações de poder existentes o permitam, durante o mandato para o qual foi eleito. Em uma democracia considerada delegativa algumas instituições como as igrejas, movimentos sociais, agentes coletivos como os sindicatos e os partidos políticos acabam por perder sua característica de defesa dos mais vulneráveis, por meio da pressão ao Estado, encontrada mais facilmente numa democracia representativa, ou seja, aquela em que supostamente o candidato eleito vai seguir as demandas apresentadas pelo povo.

Na democracia delegativa os debates e decisões políticas e econômicas não são abertos a todos. Aqui nos faz lembrar o pensamento político de Platão, em que apenas os guardiões do saber devem fazer parte do debate político e econômico e, baseado no saber e conhecimento que eles detêm, decidir o que é melhor para todos. Essa é a reflexão reverberada na instalação e manutenção do neoliberalismo.

A partir do momento em que o cidadão é convencido de que assuntos políticos e econômicos são maçantes, complicados e que compete a quem entende definir os rumos do país, ele fica alijado das decisões que impactam a própria vida ou passa a acreditar nos benefícios para o país em seguir uma nova ordem mundial baseada na suposta saúde financeira e econômica do país, passando a “comprar” essa ideia como se fosse a única maneira possível de se viver bem, seguindo um modelo de vida altamente capitalista. Soma-se a esse cenário um poder público cada

vez mais endividado internacionalmente, além do próprio cidadão trabalhador, que adere ao crédito para consumir e adquirir bens.

Para entender melhor esse processo de direcionamento do pensar, trazemos o conceito de indústria cultural apresentada por Bolaño (2000). Uma forma específica na qual o sistema de mediação social se configura no momento em que o capitalismo se torna monopolista (BOLAÑO, 2000, p. 50), a publicidade e propaganda – formas funcionais da comunicação – passam a promover a mediação entre: Estado e capital, de um lado, e público do outro. É desta forma que passa-se a normalizar o “novo modelo de vida” que servirá ao capitalismo, mas que parecerá bom para todos. Segundo Bolaño, essa contradição entre a essência de uma informação de classe e sua aparência de informação de massa está na própria gênese da Indústria Cultural e contribui para que os meios de comunicação de massa permitam o exercício da desigualdade no nível do processo produtivo. Chamado pelo autor como propaganda, está relacionado à constituição de um modo de vida que é a base para a construção de uma cultura de massas especificamente capitalista (BOLAÑO, 2000, p. 51).

As estratégias publicitárias e propagandistas estão diretamente ligadas ao mercado e, para não causar empecilhos, por exemplo, ao capital internacional, há que se tornar ideias e costumes seguindo na mesma direção que os interesses econômicos internacionais. Para isso, é necessário, mais uma vez, um aparato comunicacional que deslumbre, convença e, por vezes, desinforme.

Diferentemente das estratégias apresentadas para o (de)serviço da informação pública na época da ditadura com os serviços de inteligência, censura e controle das informações, nos anos 1990, com a consolidação do neoliberalismo, a estratégia era outra. O trabalho de convencimento se deu relacionado a uma sensação de liberdade, descentralização e pluralidade dos meios das telecomunicações.

É neste contexto que ocorre a privatização da CSN, em 1993, como mencionamos no item 1.2. Para “vender” a ideia de privatização, foram usadas estratégias de convencimento da ideia central de que “a siderúrgica era um problema social a ser resolvido com a privatização e que a privatização traria infinito desenvolvimento e modernidade” (SILVA, 2016). Para conseguir o apoio dos funcionários e seus familiares, foram utilizadas várias estratégias de comunicações.

Para isso, divulgou especialmente, um plano de democratização do capital, em que todos empregados teriam parte na empresa e com isso, ‘ficariam ricos’: ‘(...) os empregados vão pagar 40% do valor (...). É absolutamente possível que os valores das ações multipliquem por 10 vezes, depois da recuperação. (...) Daí, eu reafirmo, o empregado da CSN vai ficar rico com as ações que ele comprar no programa de privatização (...)’ (SILVA, 2016, p. 84)

Silva (2016) explica que a CSN era anunciada na mídia como uma empresa que drenava recursos do Estado, desconstruindo a imagem de CSN “mãe” para desvalorizar a siderúrgica e o Estado como gestor. E para isso foi criado um ideal de libertação econômica própria do neoliberalismo que se instalava no Brasil de forma rápida.

A “libertação” que antes advinha da saída do campo para a indústria, agora se aliava aos interesses da nova ideologia; a “liberdade” e a “modernização” estavam na empresa privada, conquistadas mediante mudança do discurso, ideologia e imagem da siderúrgica, culminando, desta forma, na legitimação do processo de privatização e no cessar do poder dos sindicatos e dos movimentos sociais. (SILVA, 2016, p.93)

Após a privatização da CSN seria a vez das telecomunicações. Com a proposta de Emenda Constitucional enviada ao Congresso em 1995 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, logo em seu primeiro ano de governo, estabeleceu a quebra do monopólio estatal na exploração dos serviços de telecomunicações e permitiu a entrada da iniciativa privada. Na época, Fernando Henrique era assessorado por uma equipe econômica simpática ao grande capital e ao mercado financeiro, com formação nos EUA. (MAURÍCIO, QUEIROZ E SOARES, 2021). O que vimos ocorrer na economia brasileira nos anos de 1990 já vinha sendo desenhado nos anos de ditadura. De acordo com Dreifuss, o relatório da reunião especial dos IPES Rio e São Paulo do dia 3 de abril de 1964 traz indicações de como a mídia deveria atuar na doutrinação geral para afastar a ideia de Estado Maior e vincular a modernização, desenvolvimento e melhora dos padrões de vida à abertura do capital privado.

A doutrinação geral através da mídia era realizada pela ação encoberta e ostensiva, de forma defensiva e defensivo-ofensiva, Constituíam-se basicamente numa medida neutralizadora, Visava infundir ou fortalecer atitudes e pontos de vista tradicionais de direita e estimular percepções negativas do bloco popular nacional-reformista. A elite orgânica atacava o comunismo, o socialismo, a oligarquia rural e a corrupção do

populismo. No aspecto positivo, argumentava que a prosperidade do país e a melhoria dos padrões de vida do povo se deviam à iniciativa privada e não se deviam, certamente, os métodos socialistas ou à intervenção do Estado na economia. Por outro lado, a sua abordagem negativa podia ser vista na sua utilização de uma mesclagem de técnicas sofisticadas e uma grosseira propaganda anticomunista, constituindo uma pressão ideológica, que explorava o “encurralamento pelo pânico organizado”. (DREIFUSS, 1964, P. 231 – 232)

O movimento se tornou cada vez mais crescente entre os anos de 1980 e 1990 com o avanço do neoliberalismo. Bolaño (2004) lembra que o setor de informática brasileiro sofreu importante derrota para o capital estrangeiro sem possibilidade de negociação.

Lei 7.232/84 era estratégica, no sentido de que dava tempo para uma negociação em melhores condições com as empresas estrangeiras e o Ministério da Economia, adepto de um “choque de competitividade”. O resultado, materializado na Lei 8248, de 23 de outubro de 1991, significou uma derrota incontestável para os setores nacionalistas, ao mesmo tempo em que abriu as portas para uma maior integração entre o capital nacional e o estrangeiro nesse setor. (BOLAÑO, 2004, P. 84)

Anos mais tarde, a invasão do capital estrangeiro abarcou os processos de TV Digital. O Brasil sofreu pressão dos Estados Unidos, ainda no governo de Fernando Henrique, com ameaça de sobretaxas nas exportações caso o Brasil não aderisse ao seu modelo de TV Digital. Durante o processo de escolha da tecnologia, já no governo do sucessor de FHC, Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil chegou a construir um modelo nacional da tecnologia com a adesão de pesquisadores e universidades, mas na mesma época o país foi atravessado pelo Escândalo do Mensalão, em que o governo brasileiro pagava propinas mensais a parlamentares em troca de apoio no Congresso. A perda de apoio popular e a pressão por um modelo que agradasse o setor dos radiodifusores levou o Brasil a aderir ao modelo chamado “nipo-brasileiro”, porém com quase nenhuma influência dos estudos traçados pelos pesquisadores brasileiros. (MAURÍCIO, 2022).

Anos mais tarde, com o neoliberalismo já instalado no Brasil, o presidente Jair Bolsonaro (2019 – 2022) passa a acelerar questões consideradas essenciais para o capital estrangeiro, com o discurso de uma economia liberal. No comando dos processos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, que acelerou a pressão pelo desmonte de políticas sociais e avançou nas privatizações de empresas estatais. “Emergiu assim o neoliberalismo em sua feição mais radical no Brasil”. (SILVA E

RODRIGUES, 2021, p.101). Essa marca está registrada no discurso do secretário especial de Desestatização e Privatização do Ministério da Economia, Salim Mattar: “Talvez esse governo tenha discurso mais liberal do que está praticando, mas nunca nenhum governo teve prática mais liberal do que este” (SILVA E RODRIGUES, 2021, p. 101). Os autores citam o esforço do governo em privatizar 16 empresas estatais até o final do mandato, como os Correios, Telebrás, Eletrobrás, Casa da Moeda, EBC, Serpro, entre outras. Em 2019 a BR Distribuidora, maior distribuidora de combustíveis do Brasil, foi privatizada. A Petrobras se desfez de mais de 30% das ações da BR Distribuidora, passando a participação da Petrobras no capital social da BR Distribuidora de 71,25% para 37,5%. Como em qualquer política neoliberal, a consequência direta da privatização foi a redução do quadro de trabalhadores da empresa. E mais:

O governo federal também se desfez de ativos em empresas que no passado já haviam sido privatizadas, mas que ainda contavam com participação pública, como o Instituto de Resseguros do Brasil, IRB. Em julho de 2019, a participação da União via Banco do Brasil e Caixa Econômica foi desfeita com a venda bilionária de ações na Bolsa. No Banco do Brasil, uma situação polêmica aconteceu, em julho de 2020, com a venda de uma carteira de créditos ao BTG Pactual, banco privado fundado pelo ministro Paulo Guedes. De acordo com denúncia da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, ANABB, a carteira, cujo valor contábil é de R\$ 2,9 bilhões, foi cedida por R\$ 371 milhões, cerca de 12% do valor total. Para os partidos da oposição, esse processo foi um primeiro passo para a futura privatização do próprio Banco do Brasil. “Esta é uma operação gravíssima, porque é parte e sequência das ações entreguistas do governo Bolsonaro, de privatização do Banco do Brasil”, sustentou a ex-senadora do PCdoB, Vanessa Grazziotin (2020). (SILVA E RODRIGUES, 2021, p.121).

Os autores ainda lembram da tentativa em 5 de novembro de 2019 do fim da exclusividade para fabricação de papel moeda no Brasil pela Casa da Moeda, o que seria uma tentativa de privatização posterior, mas a Medida Provisória 902 não foi votada pelo Congresso e perdeu sua eficácia em 2020. Em paralelo, o governo Bolsonaro acabou com o aumento real do salário mínimo e retirou mais de um milhão de famílias do Bolsa Família, que passou a ser chamado de Auxílio Brasil na época do seu governo. O trabalhador mais uma vez não ficou fora das decisões neoliberais. Foi o que ocorreu com a “Medida Provisória da Liberdade Econômica”, sancionada pelo presidente em 20 de setembro de 2019. Entre os principais pontos da nova lei, constam a flexibilização de regras trabalhistas, estabelecendo uma maior “liberdade” de negociação entre patrão e empregado, a separação do

patrimônio de empresas e sócios em casos de falência ou execução de dívidas e a dispensa de registro de ponto para empresas com até 20 empregados (SILVA E RODRIGUES, 2021, p. 102).

Em junho de 2022, já no apagar das luzes do Governo Bolsonaro, a Eletrobrás foi privatizada. O governo colocou ações da empresa à venda e reduziu sua participação nela de 65% para 42%. Com isso, deixou de ser acionista majoritário e perdeu o controle da companhia. Por isso, o governo recebeu cerca de R\$ 30 bilhões. (BRASIL DE FATO, 2023).

Enquanto essas decisões aconteciam, Bolsonaro fazia barulho com questões de cunho moral, religioso e dogmáticas e desviava o olhar para as questões urgentes e permanentes que impactariam o Brasil, o trabalhador e as empresas estatais, e concedia benefícios às iniciativas privadas. É aqui que estabelecemos diálogo com os estudos sobre a desinformação. Mais que fake news⁴, que se tornaram casos de uma CPI, falaremos sobre o universo da desinformação provocado com o intuito de esconder e desviar a atenção de debates econômicos e políticos urgentes.

Na sua dissertação de mestrado “Desinformação: a intencionalidade de enganar como forma de obtenção de lucro”, Patrícia Gabrig (2021) faz um apanhado histórico sobre a desinformação. Trataremos aqui dos pontos tratados pela autora que nos levam a convergir dois momentos históricos que levaram à desinformação como estratégia de comunicação para governos.

Começamos pela definição do termo desinformação, segundo Volkoff (2004), que surgiu no idioma russo como dezinformatsiya, na época da Guerra Fria. Como já citamos no início do capítulo, é nesta época que a disseminação de informação e desinformação era de extrema relevância para as duas nações, que disputavam estrategicamente uma guerra político-ideológica: Estados Unidos e União Soviética. Esta, àquela época, acreditava que suas campanhas de desinformação mostravam a verdadeira natureza do capitalismo. “Desinformação” foi uma arma particularmente eficaz nacional de medidas ativas do bloco soviético (GABRIG, 2021). Ainda de acordo com os estudos levantados pela autora, o termo dezinformatsiya denotava uma variedade de técnicas e atividades para fornecer informações falsas ou enganosas como parte fundamental das estratégias dos

⁴Termo definido eleito pelo dicionário Collins em 2017 como a expressão do ano. A definição por este dicionário é: “informações falsas, muitas vezes sensacionalistas, divulgadas sob o disfarce de notícias”.

especialistas do bloco soviético procuravam infiltrar na mídia estrangeira. Do ponto de vista ocidental, a desinformação era uma mentira politicamente motivada, mas os propagandistas do bloco soviético acreditavam que suas campanhas de desinformação apenas destacavam verdades maiores ao expor a natureza real do capitalismo. (BOGHARDT, 2009, *apud* GABRIG, 2021, p. 28). Assim como por parte dos Estados Unidos, que para garantir a sua hegemonia apostou em técnicas de desinformação que sugeriam um estado de alerta e vigilante contra as possíveis ameaças vindas de aliados ao grupo soviético com a ideologia de segurança nacional citada anteriormente. É interessante verificar que, no campo da política, economia e do poder, a desinformação é uma estratégia frequentemente presente para a manutenção do poder e deliberação de questões consideradas sensíveis e possivelmente conflituosas quando colocadas num debate amplo e social.

Levaremos em consideração para esse capítulo, e mais precisamente para estabelecer o que foi parte da estratégia de comunicação do governo Bolsonaro, a desinformação no sentido apresentado por Brito; Pinheiro (2015). Os autores definem que desinformação é na verdade “a informação manipulada”. Sugerem que essa desinformação passa pela “imbecilização” dos setores sociais para a obtenção de vantagem das classes dominantes. Desta forma perpetua-se o poder na defesa e permanência dos próprios interesses dessa elite. Podemos dizer que, ao estabelecer pautas polêmicas, o ex-presidente Jair Bolsonaro direciona seus aliados, oposição e, por que não dizer, a mídia de massa, a assuntos pouco decisórios no que diz respeito ao debate público, polêmicos e dogmáticos. É plantada uma série de assuntos desinformadores que desvia- o olhar de decisões extremamente importantes para a população brasileira, como o caso das tentativas de privatizações, como citamos anteriormente.

Até aqui, nossa intenção foi mostrar como o capital estrangeiro interfere nas escolhas políticas no Brasil e como políticos, aliados a grupos internacionais, utilizaram recursos, sobretudo a comunicação, como controle, censura e desinformação para esconder a realidade da população e manipular decisões e até mesmo o processo democrático contido nas eleições. A escalada da desinformação apresenta aqui diferentes versões e investimentos por parte dos governos considerados autoritários ou democráticos, ambos com inclinações liberais, e a utilização de mecanismos para a construção da desinformação em troca de obter vantagens e esconder assuntos considerados de interesse público da sociedade.

CAPÍTULO 2

Caminho Papal, comunismo e a comunicação

No Brasil, a relação entre Igreja e Estado é permeada por episódios de alinhamento e subordinação daquela por este. A Igreja atuou, e em muitos locais ainda atua, como legitimadora do ‘status quo’ e do poder dominante, detendo o monopólio do capital simbólico no imaginário social (Emmerick, 2010).

A Igreja Católica no Brasil passou por diferentes fases e em cada uma há uma relação estabelecida com o poder vigente local. Podemos citar: a sua implantação atrelada ao patronato real; o declínio da organização eclesiástica ao longo dos séculos XVIII e XIX, com interferência direta nos esforços para restabelecer o predomínio de Roma sobre a Igreja local; a reimplantação da Igreja sob a autoridade incontestável do Vaticano a partir da tentativa de separação Igreja-Estado, estabelecida pela Constituição Republicana de 1891, até a independência relativa da Igreja em face do Estado, fruto do reforço da sua organização impulsionada por uma organização de coordenação, com a fundação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em 1953. (Alves, 1979).

A partir deste ponto iniciamos neste capítulo uma breve análise sobre a passagem dos papas e a formação dos bispos e padres, sobretudo as gestões de João XXIII, Paulo VI, João Paulo I, João Paulo II, Bento XVI e Francisco, buscando traçar o perfil de cada pontificado no jeito de se comunicar e nas suas orientações na formação do clero e da comunidade católica em relação à participação na política e ao posicionamento econômico.

2.1 - João XXIII – 1958 – 1963

Angelo Giuseppe (nome de batismo) nasceu no dia 25 de novembro de 1881 em Sotto il Monte, na Itália. De família católica praticante, foi ordenado padre aos 22 anos e, aos 43 foi nomeado Núncio Apostólico na Bulgária. Trabalhou com a juventude e se destacou pela facilidade de estabelecer o diálogo inclusive com

ortodoxos e muçulmanos. Atuou, sobretudo na França, no restabelecimento da paz após a Segunda Guerra Mundial, quando foi nomeado Núncio Apostólico⁵ em Paris.

Depois da morte de Pio XII, foi eleito Sumo Pontífice a 28 de Outubro de 1958 e assumiu o nome de João XXIII. O seu pontificado, que durou menos de cinco anos, apresentou-o ao mundo como uma autêntica imagem de bom Pastor. Manso e atento, empreendedor e corajoso, simples e cordial, praticou cristãmente as obras de misericórdia corporais e espirituais, visitando os encarcerados e os doentes, recebendo homens de todas as nações e crenças e cultivando um extraordinário sentimento de paternidade para com todos. O seu magistério foi muito apreciado, sobretudo com as Encíclicas "*Pacem in terris*" e "*Mater et magistra*". (VATICANO, 2024)

João XXIII foi o grande precursor das mudanças na Igreja Católica que influenciaram fortemente o jeito de viver o catolicismo na América Latina. Um pontificado relativamente breve, entre 28 de outubro de 1958 e 3 de junho de 1963 que impactou a história e o jeito de fazer Igreja também no Brasil. O modelo do fiel católico na época de sua eleição ainda seguia a linha tradicional: uma pessoa que professava visivelmente sua fé, sob os sacramentos da Igreja. Era o sujeito social com características ainda provenientes do “pré-moderno”, que vivia o dualismo natural e sobrenatural, que reconhecia a ordem hierárquica em que estava inserido abaixo de papa, bispos e padres. (Libanio, 2005, p. 16). A submissão fazia parte da configuração de sociedade da época.

É nesta época que o Brasil estava caminhando para a industrialização, mas ainda assim carregava as marcas de uma vida rural, na qual havia pouco ou nenhum direito trabalhista, sem perspectivas de mobilidade econômica e até mesmo territorial. Libanio explica que a alienação política dos católicos tomava o duplo sentido etiológico. As pessoas estavam esvaziadas de si mesmas, da sua própria autonomia. Seus interesses não eram negados, na verdade não eram explicitados, conhecidos e reconhecidos. E isso se dava pela realidade da situação econômica vigente. “A domesticação política se prolongava para dentro da Igreja, de maneira que nela vivia um sujeito acostumado a submeter-se e a obedecer”. (Libanio, 2005, p. 17). Isso podia ser contemplado nos rituais, investiduras e cerimônias, onde o povo era apenas um mero expectador. A própria aparição do novo papa, quando

⁵É um representante diplomático permanente da Santa Sé que exerce o posto de embaixador no país onde desempenha suas atividades.

eleito, é carregada ainda hoje dessa atmosfera quase sobrenatural, com a fumaça branca, as vestimentas, gestos e discursos. Santos (2020) explica que eventos como esse têm forte apelo midiático.

A morte ou renúncia e a eleição de um novo Papa costumam mobilizar o interesse não só de católicos, mas da população em geral, uma vez que as decisões da Igreja incidem também na vida política, ainda que a maioria dos países tenha adotado sistemas laicos de governo. (Santos, 2020, p. 156)

É neste sentido que, ao ser eleito, João XXIII, já nas suas primeiras aparições e orientações, dá indícios de que pretendia se distanciar um pouco da imagem dos bispos e papas de séculos anteriores e se fazer mais acessível. Santos (2020) ao analisar a cobertura dos jornais nas eleições e aparições papais, destaca que o jornal O Estado de São Paulo noticia uma série de gestos e comportamentos que demonstravam a intenção de uma proximidade e abertura maiores. Numa edição pós-eleição o jornal chega a descrever uma “quebra de protocolo”, de um Papa mais acessível que não hesitou em dar uma bênção a um grupo mesmo “violando os regulamentos”. “Sem se importar com a violação cometida, concedeu-a com solicitude paternal”. (Santos, 2020, p. 156)

As especulações de que a Igreja ganhara um Papa mais aberto se confirmaram logo. Eleito Papa em dezembro de 1958, logo no início de 1959 anunciou a intenção de convocar um concílio ecumênico na Igreja Católica. O principal legado do Papa João XXIII, hoje reconhecido santo pela Igreja Católica, foi a convocação do Concílio Vaticano II, em dezembro de 1961.

“Pronuncio perante vós, certamente tremendo um pouco de emoção, mas também com humilde firmeza de intenção, o nome das duas celebrações: um Sínodo diocesano para a cidade de Roma e um Concílio geral para a Igreja Universal” (ALBERIGO, 1992).

O Concílio Vaticano II foi o XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica. Foi convocado no dia 25 de dezembro de 1961, através da Constituição Apostólica "Humanae salutis" (JOÃO XXIII, 1961). João XXIII tinha pressa. Inaugurou-o no dia 11 de outubro de 1962. O Concílio foi realizado em quatro sessões e só terminou no dia 8 de dezembro de 1965, já sob o papado de Paulo VI.

Boaventura Kloppenburg (1962) explica que era de se esperar esse tipo de reação do Papa, uma vez que o mundo atravessara graves problemas sociopolíticos, econômicos e culturais como as duas grandes guerras europeias, de 1914-1918 e 1939-1945, a revolução russa de 1917 e as questões do chamado terceiro milênio - problemas do ponto de vista do campo teológico, com o processo de secularização e ateísmo e os descréditos das instituições. (Kloppenburg, 1962, p.13)

Ana Maria Tepedino (2005) defende que essa situação de desordens foi motivadora para a convocação de um Concílio, mas que o ato, considerado ousado, rendeu por parte da ala mais conservadora uma série de oposições. “O Papa provoca, no entanto, as polêmicas tanto fora quanto dentro da Igreja: há reações diversas, pró e contra, às transformações dentro da instituição eclesiástica”. (Tepedino, 2005, p. 47). A Igreja se obriga então a reconhecer o valor da democracia na sociedade. O movimento favoreceu a Igreja na elaboração de sua doutrina social⁶ (Libanio, 2005, p. 41). É fundamental lembrar que o sucesso da realização do Concílio Vaticano II (CVII) está diretamente ligado à figura e o que representou, em termos de carisma e aceitação por parte do povo católico, João XXIII. Em decorrência disso, a Igreja retraiu o seu caminho em direção ao ecumenismo, mais aberta à realidade contemporânea. Foi por meio do CVII que a Igreja foi capaz de rever sua doutrina e o mundo onde estava inserida.

Para dizê-lo desde o início: um Concílio é mais do que os documentos literários que produz. É um encontro, de bispos, de pessoas vivas, responsáveis pela Igreja, e o que resulta de um encontro de pessoas é muito mais do que as declarações escritas que simbolizam parcialmente os seus acordos. Um Concílio ecumênico cria um novo consenso, um novo relacionamento, um novo modo de ser na Igreja. Os textos não o manifestam explicitamente. Depois de um Concílio respira-se um ar novo, e os textos não contêm esse ar novo. O ar novo comunica-se pela palavra viva e pelos comportamentos: a Tradição viva da Igreja deu um novo passo que os textos não conseguem exprimir suficientemente. Isto vale sobretudo para o Vaticano II. Menos do que nos casos anteriores, os textos do Vaticano II exprimem tudo o que foi o encontro eclesial. (COMBLIN, 2024)

Desde a sua convocação, uma palavra italiana sempre direcionou o CVII: *aggiornamento*. A palavra não chegou a ser traduzida nos documentos, mas sua

⁶A DSI é uma forma da Igreja se posicionar eticamente, à luz da Palavra de Deus, diante dos questionamentos da realidade. Ela teve sua origem em 1891, com a Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, onde o Pontífice se posicionou diante da situação cruel vivida pelos proletários, causada pela Revolução industrial.

intenção era encorajar que a Igreja, por meio da participação e abertura para o novo, se atualizasse. “Como se fosse um estímulo contínuo para a crescente vitalidade da Igreja, para a sua capacidade sempre desperta de escutar os sinais dos tempos, e para a sua agilidade juvenil de ‘provar tudo e ficar com o que é bom’” (Descalzo, 1967).

Na encíclica “*Mater et Magistra*” (1961), (*Mãe e Mestra*), João XXIII adianta a necessidade da Igreja em sair de si e ir em busca ou a serviço das realidades existentes no mundo. Ele enfatiza que não se tratava de uma novidade, mas que era preciso enfatizar esse caminho a ser percorrido pelos católicos:

Não é, pois, para admirar, que a Igreja católica, à imitação de Cristo e em cumprimento das suas disposições, tenha mantido sempre bem alto, através de dois mil anos, isto é, desde a instituição dos antigos diáconos, até aos nossos tempos, o facho da caridade, não menos com os preceitos do que com os numerosos exemplos que vem proporcionando. Caridade, que ao conjugar harmoniosamente os mandamentos do amor mútuo com a prática dos mesmos, realiza de modo admirável as exigências desta dupla doação que em si resume a doutrina e a ação social da Igreja. (JOÃO XXIII, 1961, p. 6)

O documento traz ainda fortes indicações sobre a realidade do trabalhador. A questão já havia sido levantada na época do Papa Leão XIII (1878 a 1903). O Papa defendia o fim do monopólio do trabalho e que o trabalho não deveria ser visto como mercadoria e sim com direitos e leis justas. João XXIII retomou as considerações de Leão XIII em “*Rerum Novarum*” (Das Coisas Novas) sobre o campo econômico. *Rerum Novarum* foi o ponto inicial da trajetória da doutrina social da Igreja. Ao retomar o documento, João XXIII traz como reflexão novamente os perigos para os pobres de um modelo difundido e posto em prática, “conceito naturalista, negador de toda relação entre moral e economia”. Denuncia a livre concorrência sem limites, dependência das leis do mercado e o que ele chama de “ordem econômica radicalmente perturbada”. Ao denunciar os excessos com o trabalhador, o Papa não deixa de criticar, entretanto, a organização da classe para romper com o modelo econômico vigente e revela o medo de tais condições levarem a um caos maior com atitudes que ele considera “extremistas”.

Num mundo econômico assim concebido, a lei do mais forte encontrava plena justificação no plano teórico e dominava no das relações concretas entre os homens. E daí derivava uma ordem econômica radicalmente perturbada. Enquanto, em mãos de poucos, se

acumulavam riquezas imensas, as classes trabalhadoras iam gradualmente caindo em condições de crescente mal-estar. Salários insuficientes ou de fome, condições de trabalho esgotadoras, que nenhuma consideração tinha pela saúde física, pela moral e pela fé religiosa. Sobretudo inumanas as condições de trabalho a que eram frequentemente submetidas as crianças e as mulheres. Sempre ameaçador o espectro do desemprego. A família, sujeita a contínuo processo de desintegração. Daí uma profunda insatisfação nas classes trabalhadoras, entre as quais se propagava e se consolidava o espírito de protesto e de rebelião. E assim se explica porque encontraram tanto aplauso, naqueles meios, as teorias extremistas, que propunham remédios piores que os próprios males. (JOÃO XXIII, 1961, 12)

Neste contexto, o Papa retoma questões econômicas, ressaltando os direitos, sobretudo dos mais vulneráveis, e estabelecendo os limites do Estado, por exemplo, que não deveria interferir em questões relacionadas às propriedades privadas. Mas sugere que atue na promoção da “produção de uma abundância suficiente de bens materiais, cujo uso é necessário para o exercício da virtude”. O Estado também, segundo o Papa, citando ainda outros pontífices que se declararam antes dele, “deve proteger os direitos de todos os cidadãos, sobretudo dos mais fracos, como são os operários, as mulheres e as crianças”. “De igual modo, é dever seu indeclinável contribuir ativamente para melhorar as condições de vida dos operários”. Ainda de acordo com o documento, compete ainda ao Estado “velar para que as relações de trabalho sejam reguladas segundo a justiça e a equidade, e para que nos ambientes de trabalho não seja lesada, nem no corpo, nem na alma, a dignidade de pessoa humana”.

João XXIII traz uma proposta de leitura das mazelas da sociedade para denunciar e buscar soluções para os sofrimentos por meio do que chamou de método *ver, julgar e agir, também presente na encíclica Mater et Magistra* (1961). Sugere uma prática crítica e transformadora do mundo como vivência da fé. Até nos dias atuais essa é a metodologia que a Igreja utiliza em seus momentos de reflexão para se mostrar inserida nos problemas cotidianos. Assim define suas lutas, anseios e participação na vida do povo, como agente transformadora não só entre os católicos, mas na sociedade.

Para levar a realizações concretas os princípios e as diretrizes sociais, passa-se ordinariamente por três fases: estudo da situação; apreciação da mesma à luz desses princípios e diretrizes; exame e determinação do que se pode e deve fazer para aplicar os princípios e as diretrizes à

prática, segundo o modo e no grau que a situação permite ou reclama. São os três momentos que habitualmente se exprimem com as palavras seguintes: "ver, julgar e agir". (JOÃO XXIII, 1961, 12).

Desta forma, o Papa atende a uma exigência de maior participação da Igreja em questões sociais, mas deixa claro que o objetivo nada tem a ver com a defesa de valores comunistas, ao citar *Quadragesimo Anno* de Pio XI.

Entre comunismo e cristianismo, o pontífice declara novamente que a oposição é radical, e acrescenta não se poder admitir de maneira alguma que os católicos adiram ao socialismo moderado: quer porque ele foi construído sobre uma concepção da vida fechada no temporal, com o bem-estar como objetivo supremo da sociedade; quer porque fomenta uma organização social da vida comum tendo a produção como fim único, não sem grave prejuízo da liberdade humana; quer ainda porque lhe falta todo o princípio de verdadeira autoridade social. (JOÃO XXIII, 1961, 34)

Embora se posicione de forma oposta radicalmente ao comunismo, também se pronuncia veementemente a favor da proibição de tomada de decisões por parte de instituições do mundo econômico que levem em consideração apenas o interesse individual ou de grupo: “quer a livre concorrência, quer a hegemonia econômica, quer o prestígio ou o poder da nação, ou outros critérios semelhantes”. Como forma efetiva propõe a criação de uma ordem jurídica, nacional e internacional, dotada de instituições estáveis, públicas e privadas, “que se inspire na justiça social e à qual se conforme a economia; assim tornar-se-á menos difícil aos economistas exercer a própria atividade em harmonia com as exigências da justiça e atendendo ao bem comum”. O posicionamento deve ser, segundo o Papa, sobretudo de maneira voluntária e sem a intervenção do Estado para que isso seja aplicado de forma obrigatória. Pode ser até uma indicação cheia de boas intenções, mas extremamente ingênua ao imaginar que o capital possa se comportar de maneira a beneficiar o bem-comum antes de beneficiar a si mesmo.

2.1.1 No campo das comunicações

João XXIII deixou um outro legado importante para os católicos: o estímulo à produção em comunicação. Para Alvarenga (2020) a relação Comunicação-Igreja

passou por quatro fases: censura e repressão, aceitação desconfiada, deslumbramento e reviravolta. A comunicação de João XXIII finaliza a era de aceitação desconfiada e introduz o deslumbramento, que de fato ocorre já na gestão de Paulo VI.

Além de levar para dentro do Concílio Vaticano II a temática dos meios de comunicação, João XXIII dá outra contribuição significativa para a relação Igreja-Comunicação quando lança, em 22 de fevereiro de 1959, o documento *Boni Pastoris*, pelo qual constitui oficialmente a Comissão Pontifícia para o Cinema, Rádio e a TV, como Ofício da Santa Sé. A postura de João XXIII é de fato um marco para o final da fase da aceitação desconfiada e o início do que entendemos como a fase do deslumbramento ingênuo. (Alvarenga, 2020, p.11)

Segundo o documento *Boni Pastoris* (Bom Pastor) publicado em fevereiro de 1959:

A dita Pontifícia Comissão competirá: informar-se das tendências e das realizações práticas quanto à produção de filmes, e transmissões radiofônicas e televisivas; dirigir e incrementar a atividade das Associações católicas internacionais e dos Organismos eclesiais nacionais de cinema, rádio e televisão, particularmente no que se refere à classificação moral dos filmes, às transmissões radiofônicas e televisivas de carácter religioso, e à instrução dos fiéis, especialmente da juventude, acerca dos deveres cristãos no referente a espetáculos (cfr. A.A.S., vol. XLIX, p. 780 ss.); e, finalmente, manter relações com as Sagradas Congregações e Organismos da Santa Sé, com as Conferências Episcopais e com cada um dos Ordinários, em tudo o que se refere a estes problemas complexos e difíceis. (JOÃO XXIII, 1959).

Romeu Dale (1973), que reuniu os mais diversos documentos do Vaticano, da América Latina e do Brasil sobre comunicação na Igreja entre os anos de 1487 e 1971, lembrou que antes do seu pontificado, João XXIII foi Patriarca de Veneza, “cidade sede de um dos mais célebres festivais de cinema”. Segundo ele, esse pode ter sido um dos motivos de olhar para as produções em comunicação com interesse. Como demonstrou em carta dirigida a Mons. Martinho O’Connor, para tratar da

Valorização da Comissão Pontifícia para o Cinema, Rádio e a TV. (DALE, 1973, p.153).

Portanto, João XXIII deixa a sua marca na comunicação da Igreja, partindo da escuta de mundo, por meio do método ver, julgar e agir até a constituição oficialmente a Comissão Pontifícia para o Cinema, Rádio e a TV, como Ofício da Santa Sé.

Os trabalhos do CVII, no entanto, só foram concluídos com o seu sucessor Paulo VI. Foi um momento de renovação nunca visto, que criou certa oposição dos setores mais conservadores da Cúria Romana. Dentre as mudanças, destacam-se: a maior proximidade com o povo católico, quando a missa deixa de ser em latim; os leigos passaram a ter maior participação na vida eclesial; igualdade essencial entre todos os homens; e responsabilidade e participação social, como observado num dos documentos conclusivos, *Gaudium et Spes* (1965), como veremos abaixo.

2.2 Paulo VI - 1963 – 1978

A parte mais importante do nosso Pontificado será ocupada pela continuação do Concílio Ecumênico Vaticano II, para o qual são fixados os olhos de todos os homens de boa vontade. Este será o trabalho principal, por isso pretendemos gastar todas as energias que o Senhor nos deu, porque a Igreja Católica, que brilha no mundo como a bandeira que se ergue sobre todas as nações distantes (cf. Is 5:26), pode atrair todos os homens com a majestade de seu organismo, com a juventude de seu espírito, com a renovação de suas estruturas, com a multiplicidade de suas forças [...].(Papa Paulo VI, 1963)

Entre 21 de junho de 1963 a 06 de agosto de 1978, quem conduziu a Igreja Católica Apostólica Romana foi Paulo VI: o Papa que deu seguimento ao projeto de renovação da Igreja Católica iniciado por seu antecessor, o Papa João XXIII, responsável pela convocação do Concílio Vaticano II. De acordo com Santos (2018), a própria imprensa apontava Paulo VI como aquele que seria responsável por conduzir a Igreja rumo às mudanças. (Santos, 2018, p.174). Mudanças essas que vinham sendo suscitadas há décadas, desde a época de Pio XII, pois havia por parte dos católicos o desejo de aprender e de atuar mais de forma efetiva na Igreja. Paulo VI foi responsável por incluir na sua pauta de trabalhos e, conseqüentemente, no CVII questões relativas ao que Libanio nomeou como entrada do “sujeito

moderno” nas estruturas da Igreja. Integrantes do movimento bíblico exigiam a abertura para o estudo pessoal da Escritura, apontando inclusive erros de traduções e criando polêmicas geradas pelo interesse em estudar a bíblia sem precisar da figura do padre para isso. Outros movimentos passaram a também reivindicar mais participação e transparência nos processos da Igreja Católica, como os movimentos litúrgico, social, teológico, ecumênico e leigo. Este último foi fundamental para estabelecer não só a participação dos sujeitos não padres nas atividades de direção e organização da Igreja, mas também da participação da Igreja na sociedade, como “sujeitos modernos” que são a expressão da Igreja na vida social.

De acordo com Dias e Moreira (2022), o próprio processo de escolha do sucessor de João XXIII se dava em função do CVII, ou seja, seria eleito alguém para continuar o processo de atualização da Igreja ou alguém capaz de frear o movimento? O arcebispo de Milão, Giovanni Batista Montini (1897-1978), mais tarde Papa Paulo VI, havia sido isolado pelo Papa Pio XII supostamente por sua tendência política de centro-esquerda, em meio a uma cúria conservadora e anticomunista, que o achava progressista. Entretanto, Montini foi o primeiro a ser criado cardeal pelo Papa João XXIII. (Dias e Moreira, 2022, p.853).

Eleito em 22 de junho, cinco dias depois Paulo VI comunicou que retomaria os trabalhos do CVII em setembro do mesmo ano. Foi durante o seu pontificado que ficaram definidos os quatro objetivos do CVII: a) explicitar melhor a natureza da Igreja; b) organizar a renovação da Igreja; c) favorecer a reunião com os cristãos separados e d) favorecer o diálogo com o mundo inteiro, sendo este o principal elemento presente no último discurso do CVII feito por Paulo VI. “A ele é que se dá a maior ênfase. Essa evolução de Paulo VI foi significativa do movimento do Concílio inteiro. Esta foi uma dinâmica de descobrimento e de evolução do pensamento dos bispos” (COMBLIN, 2024). Daí a importância da comunicação como maneira de estabelecer essa aproximação e favorecer o “diálogo com o mundo inteiro” (Idem).

O tema comunicação já havia sido pauta antes mesmo do CVII na América Latina. Na primeira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada no Rio de Janeiro, em 1955, já se faziam indicações de que as comunicações precisavam ser olhadas com mais atenção. O conteúdo específico sobre comunicação trouxe orientações práticas, com levantamento de experiências já

existentes e estimulando outras nas dioceses na América Latina (TEIXEIRA, 2015).

2.2.1 Celam e a proposta de unificação na América Latina

Com a criação do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), em 1955, os bispos acabam por assumir a realização de encontros de forma periódica para fomentar a aproximação, formação e contribuir para a reflexão sobre a realidade da Igreja. “Esses encontros receberam o nome de Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano e do Caribe” (Alvarenga, 2020, p.17). Cada encontro revela um documento conclusivo que aponta orientações para a Igreja.

As propostas que outrora estavam inseridas no contexto da América Latina ganham um novo lugar durante o CVII. Um grupo de bispos da África, Ásia e da América Latina e alguns da Europa e Canadá se formou sob a inspiração do padre operário Paul Gauthier e da religiosa carmelita Marie-Thérèse Lescase, que começaram a procurar bispos dispostos a propor “o caminho de conversão a uma Igreja servidora e pobre” (GAUTHIER, 1962). A intenção do grupo era que a temática econômica com olhar preferencial pelos pobres se tornasse o tema central do CVII, o que não aconteceu. Porém alguns documentos trouxeram a necessidade desse olhar. Como *Lumen Gentium* (Vaticano II, 1962) que fala sobre a constituição dogmática. Em uma breve passagem, o documento relaciona todo o percurso de Jesus na Terra voltado a uma vida de pobreza e perseguição e incentiva que a Igreja não procure sustentação em riquezas.

Mas assim como Cristo consumou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, assim a Igreja é chamada a seguir o mesmo caminho a fim de comunicar aos homens os frutos da salvação. Cristo Jesus, “como subsistisse na condição de Deus, despojou-se a si mesmo, tomando a condição de servo” (Fl 2,6) e por nossa causa “fez-se pobre embora fosse rico” (2Cor 8,9): da mesma maneira a Igreja, embora necessite dos bens humanos para executar sua missão, não foi instituída para buscar a glória terrestre, mas para proclamar, também pelo seu próprio exemplo, a humildade e a abnegação. Cristo foi enviado pelo Pai para “evangelizar os pobres, sanar os contritos de coração” (Lc 4,18), “procurar e salvar o que tinha perecido” (Lc 19,10): semelhantemente a Igreja cerca de amor todos os afligidos pela fraqueza humana, reconhece mesmo nos pobres e sofredores a imagem de seu Fundador pobre e sofredor. Faz o possível para mitigar-lhes a pobreza e neles procura servir a Cristo. Mas enquanto Cristo, “santo, inocente,

imaculado” (Hb 7,26), não conheceu o pecado (cf. 2Cor 5,21), mas veio para expiar apenas os pecados do povo (cf. Hb 2,17), a Igreja, reunindo em seu próprio seio os pecadores, ao mesmo tempo santa e sempre na necessidade de purificar-se, busca sem cessar a penitência e a renovação (LG 8/22).

Ainda durante o Concílio, já no fim das atividades, em 16 de novembro de 1965, 42 sacerdotes assinaram um acordo chamado: o Pacto da Igreja Servidora e Pobre, mais conhecido como Pacto das Catacumbas. O documento foi dirigido aos bispos da Igreja Católica para que assinassem e que vivessem este pacto como homens despojados e livres com opção radicalidade evangélica pelos pobres. O movimento recebeu a adesão de bispos católicos como dom Helder Câmara, dom Antônio Fragoso, dom João Batista Motta e Albuquerque, dom José Maria Pires e dom Waldyr Calheiros, que posteriormente assumiria por 33 anos a diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda - nosso campo de estudo. Posteriormente mais de 500 bispos dos cerca de 2500 participantes do CVII aderiram ao pacto que influenciou os rumos da Igreja Católica na América Latina.

A três semanas do encerramento do Concílio Vaticano II, nas Catacumbas de Santa Domitila, na periferia de Roma, de maneira discreta, um grupo de padres conciliares celebrou a Eucaristia sobre o túmulo dos mártires Nereu e Aquileu e assinou um compromisso de vida, trabalho e missão que ficou conhecido como Pacto das Catacumbas. (BEOZZO, 2015, p. 9).

2.2.2 Lição de casa

A Igreja Católica se organizara na promoção de eventos e encontros locais para implantar a nova visão proposta pelo CVII em sua estrutura. A Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín (1968), na Colômbia, foi uma reunião de bispos de grande repercussão na vida dos católicos brasileiros, pois teve como objetivo adaptar os ensinamentos do Concílio Vaticano II à realidade da América Latina. E isso aconteceu no contexto de ditaduras, que em geral eram financiadas por interesses burgueses apoiados pelos Estados Unidos. Medellín traduziu a nova proximidade da Igreja com a sociedade moderna, e a retomada da expressão Igreja dos Pobres. O documento final do encontro tem como título

“Pobreza da Igreja”. Nele, o episcopado latino-americano admite não poder ficar indiferente perante as injustiças sociais existentes na América Latina “que mantêm a maioria de nossos povos numa dolorosa pobreza e que, em muitíssimos casos, chega a ser miséria inumana”. (MEDELLÍN, 14, 1-2). Como Orientações Pastorais, o documento de Medellín propõe que:

A Igreja da América Latina seja evangelizadora e solidária com os pobres, testemunha do valor dos bens do Reino e humilde servidora de todos os homens de nossos povos. Seus pastores e demais membros do Povo de Deus devem dar à sua vida, suas palavras e atitudes e ação, a coerência necessária com as exigências evangélicas e as necessidades dos homens latino-americanos (MEDELLÍN, 1968 - 14, 8).

Certamente o documento foi um dos inspiradores da corrente da Teologia da Libertação. Acontece na época de ditadura militar instalada. Foi um importante período histórico em que a Igreja Católica passa a reconhecer e combater os processos de dominação política e ideológica influenciados pela grande imprensa, a concentração midiática na América Latina e os problemas gerados por esse fenômeno.

A presença do modelo socialista em Cuba era franca ameaça aos estadunidenses, que procuraram garantir que não haveria outros espaços para a invasão soviética no continente americano. Subsidiaram em diversos países ditaduras militares de perfil político conservador, a exemplo da que se instalou no Brasil em abril de 1964. Tais ditaduras, por seu turno, ocasionaram o surgimento e a consolidação de movimentos intelectuais e políticos de libertação nacional que se colocavam contra o modelo político-econômico capitalista, bandeira ideológica estadunidense, e em defesa das parcelas mais oprimidas da população. Suas expressões mais difundidas talvez sejam a *Pedagogia do oprimido* e a *Teologia da Libertação*. (MEDELLÍN, 1968 P.245)

De acordo com Barbosa e Júnior (2018), a CNBB passa a ser o órgão representativo de todo o episcopado brasileiro. Este formato de organização garantiu ainda o respaldo diante das instituições sociais localizadas no Brasil e no mundo e era a partir da instituição que eram emitidas – e até hoje são – as orientações básicas às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), às pastorais e aos movimentos sociais ligados à Igreja. Nascidas na época da ditadura militar, as CEBs tiveram uma relevante atuação na defesa dos direitos dos pobres e vulneráveis. Matos (2011) define as CEBs como “pequenos núcleos de católicos que viviam a fé conjugada com a realidade social em que se situavam. Fala-se que elas ‘reinventaram a Igreja’ e passaram a constituir ‘um novo jeito de ser Igreja’”.

(MATOS, 2011, p. 199-200). Esta aproximação Igreja-povo após o Vaticano II coincide com o distanciamento Estado-povo durante a ditadura militar. Esse fenômeno é apontado por Moreira Alves (2005) como a raiz do conflito Igreja-Estado neste período.

2.2.3 Ditadura: Igreja contra ou a favor?

No início da ditadura, os militares imaginaram que a Igreja poderia ser uma forte aliada para o regime. Em maio de 1964, a CNBB lança um documento, uma declaração oficial de 2 de junho de 1964, em que agradeceu aos militares e, ao mesmo tempo, manteve algumas reservas ao movimento:

Ao redermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente. Insistimos na necessidade e na urgência da restauração da ordem social, em bases cristãs e democráticas. Mas esta restauração não será possível apenas com a condenação teórica e a repressão policial do comunismo, enquanto não se extirparem as injustiças sociais e outras modalidades de materialismo [...] (MATOS, 2011, p. 171).

Essa primeira declaração do documento acaba por invalidar o restante do conteúdo que faz críticas ao novo regime, rejeita acusações contra a Igreja e movimentos como a Ação Católica e o MEB e não abre mão dos direitos humanos e na busca pela justiça social. A Igreja Católica esteve dividida entre o apoio aos militares devido ao medo da instauração do comunismo na América Latina e a luta contra os abusos dos militares. Após a perseguição a religiosos e a instalação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968, a Igreja passa a se posicionar contra a Ditadura Militar. Em dez anos (1968-1978), sete padres ou seminaristas foram assassinados. Bispos estrangeiros foram deportados, quase 30 foram afetados direta ou indiretamente com as casas invadidas, publicações, documentos e informativos destruídos. (ASSIS E RODRIGUES, 2013). No Brasil, os bispos se reuniram em Assembleia Geral e emitiram documento contra as torturas, mas sem subir o tom e tentando manter o diálogo com os militares para não aumentar a repressão e

perseguições contra a Igreja. Esse cenário levou Paulo VI a se pronunciar em 1970 contra torturas e subversão na audiência de 21 de outubro.

As torturas, ou seja, os meios cruéis e desumanos usados pela polícia, para arrancar confissões dos lábios dos prisioneiros, devem ser abertamente condenadas. Hoje não são admissíveis, nem sequer quando têm por finalidade o exercício da justiça e a defesa da ordem pública. Não podem ser toleradas, mesmo que sejam praticadas por órgãos subalternos, sem mandato ou licença das Autoridades superiores, sobre as quais pode recair a responsabilidade de semelhantes prepotências abusivas e degradantes. Devem ser condenadas e abolidas. Não só ofendem a integridade física, mas também a dignidade da pessoa humana. Degradam o sentido e a majestade da justiça. Inspiram sentimentos implacáveis e contagiosos de ódio e de vingança. (Paulo VI, 1970)

Sobre a subversão, o Papa orientou:

Aliás, neste ponto, apresenta-se outra categoria de delitos, que o sentido cristão da vida social não pode admitir como lícitos. Referimo-nos à violência e ao terrorismo, empregados como procedimentos normais para subverter a ordem estabelecida, quando esta ordem não se apresenta, também ela, sob forma clara, violenta e injusta de opressão insuportável, que não pode ser reformada com outros meios. Esta mentalidade e estes métodos também devem ser deplorados. Produzem danos injustos e provocam sentimentos e costumes deletérios para a vida comunitária, acabando, logicamente, na diminuição e na perda da liberdade e do amor social. (Paulo VI, 1970)

Ainda como medida, o Papa trocou o Arcebispos de São Paulo Dom Agnelo Rossi, que já havia sido bispo em Barra do Piraí – Volta Redonda, e o substituiu por Dom Paulo Evaristo Arns. A troca se deu porque dom Agnelo não se posicionava como deveria contra a ditadura e em pouco tempo dom Paulo Evaristo Arns inaugurou um jeito de publicizar as torturas e excessos cometidos pelos militares com sermões direcionados aos fiéis católicos nas missas. Tal ação serviu de motivação para dom Waldyr Calheiros em Volta Redonda, que na época criou o boletim O Diocesano para driblar a repressão e censura e os ataques difamatórios utilizando a imprensa.

2.2.4 Teologia da Libertação

“Um surdo clamor brota de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes advém de nenhuma parte.” (Medellín, 1968 14, 1-2)

É sob o sopro do Concílio Vaticano II que a partir da década de 1960, a Igreja Católica passa a adotar uma postura mais crítica, comprometida com as questões sociais com o surgimento da Teologia da Libertação (TL) (ALVARENGA e KÜNSCH, 2019). A Teologia da Libertação é uma corrente de pensamento social que busca a libertação social dos pobres e pessoas oprimidas. Um dos principais pensadores dessa linha, Leonardo Boff, definiu a teologia da libertação como “A opção pelos pobres contra sua pobreza e a favor de sua vida e liberdade” (BOFF, 2011).

A TL colaborou com a democracia ao instruir os católicos e sociedade de forma geral a se sentirem protagonistas das transformações, motivando a observar e cobrar das elites econômicas e políticas um olhar para todos, e, para difundir tal ideologia, utilizava-se dos meios de comunicação próprios. De acordo com Gustavo Gutiérrez (2000), os cristãos deveriam tomar ações políticas e sociais para mudar a sociedade em prol de uma nova doutrina religiosa e moral.

Movimentos sociais tiveram sua expansão durante a vigência da TL na América Latina, despertando um compromisso maior com as mazelas da sociedade. (ALVARENGA, 2020). Neste período surgem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Além do templo religioso, essas comunidades passam a atuar como espaços de reflexão crítica do social a partir da fé. Essa mudança influenciou diretamente na atuação da Igreja chamada pastoral sobretudo nos países da América Latina. Além do olhar e da preferência pelos pobres, os que aderiram à TL se comprometeram a enfrentar sistemas opressores.

Frei Beto (2021) destacou que esse espírito mais combativo causava certo desconforto em alguns setores teológicos do Primeiro Mundo. Segundo ele, “nela, o discurso teológico não pode ser separado do compromisso pastoral. O teólogo da libertação não é um intelectual de poltrona, confinado em bibliotecas e salas de leitura, dedicado a um rigor acadêmico, protegido de conflitos atuais” (BETTO, 2021).

E não se escreve teologia da libertação sem se inserir profundamente, porque o ponto de partida do teólogo da libertação não é sua mente supostamente iluminada, mas a prática pastoral de comunidades cristãs pobres, comprometidas com a causa da libertação popular. Por essa razão, a teologia da libertação não existe sem vínculo com sua fonte, a prática libertadora de comunidades cristãs oprimidas do Terceiro Mundo. (BETTO, 2021)

A década de 1960 trouxe consigo alguns eventos que favoreceram o surgimento e desenvolvimento da TL. A revolução cubana⁷, o declínio da Aliança para o Progresso⁸, a crise do modelo desenvolvimentista⁹ e o crescimento de movimentos de esquerda não ligados aos partidos comunistas tradicionais foram alguns dos fatores que levaram os teólogos latino-americanos a aderirem ao pensamento da TL. (BETTO, 2021).

Para Gutiérrez (2000), a libertação não se limita apenas à libertação política ou econômica, mas também envolve uma libertação integral que abrange aspectos sociais, psicológicos e espirituais. Ele defende uma compreensão holística da libertação que visa a plenitude da vida humana. Gutierrez explica quais são as raízes da opressão e injustiça na América Latina que tem início desde o colonialismo europeu: as estruturas sociais desiguais frequentemente perpetuadas por sistemas econômicos injustos e políticas que favorecem os interesses das elites dominantes; a exploração econômica causada, por exemplo, pelas empresas multinacionais e pelas políticas neoliberais na exploração de recursos naturais e mão de obra barata, muitas vezes às custas dos direitos e da dignidade dos trabalhadores e das comunidades locais; a dependência econômica dos países latino-americanos em relação às potências econômicas globais, que muitas vezes impõem políticas comerciais desfavoráveis e dívidas insustentáveis que perpetuam o ciclo de pobreza e subdesenvolvimento na região; e a cultura do individualismo e consumismo que

⁷A Revolução Cubana foi um movimento que derrotou o governo Fulgêncio Batista e encerrou a interferência norte-americana na ilha, aproximando-a da União Soviética. Os principais líderes da Revolução Cubana foram: Fidel e Raul Castro e Ernesto Che Guevara.

⁸A Aliança para o Progresso foi um projeto político executado pelo governo dos Estados Unidos durante a presidência de John F. Kennedy. O objetivo era integrar os países da América nos aspectos político, econômico, social e cultural frente à ameaça soviética, vista como um regime comunista no continente (PINTO, Aliança para o Progresso e Comunismo).

⁹A crise econômica que, no início da década de 1960, atinge a maioria dos países latino-americanos é, simultaneamente, uma crise de acumulação e de realização da produção. Ela se manifesta, por um lado, no estrangulamento da capacidade de importar os materiais necessários ao desenvolvimento do processo de produção e, por outro, nas restrições encontradas para realizar esta produção. Ambos os fenômenos se devem ao fato de que a industrialização se deu sobre a base da velha economia exportadora, ou seja, sem avançar com reformas estruturais capazes de criar um espaço econômico propício ao crescimento industrial. (MARINI, 1994)

permeia muitas sociedades latino-americanas, enfatizando como esses valores podem contribuir para a desigualdade e alienação social, minando os laços de solidariedade e cooperação necessários para promover a justiça social.

Nesta época, o motor da teoria era a prática das comunidades populares cristãs. Não só na luta pela inclusão social como na resistência aos governos ditatoriais. Noronha (2012) descreve as quatro fases da TL apontadas por teólogos como Boff e Gibellini: gestação e gênese; difusão e crescimento; consolidação; e revisão e novo impulso.

A primeira fase teve como marco inicial o Concílio Vaticano II e a II Conferência Episcopal Latino-Americano realizada na Colômbia, em Medellín, em 1968, atravessando os pontificados de João XIII e Paulo VI. Em 1969 Gustavo Gutiérrez, ícone da Teologia da Libertação, publica a orientação teológica: *Hacia una teología de la liberación* (GUTIÉRREZ, 1969).

Já o segundo momento da história da TL seria o da sua formulação, entre os anos de 1968 a 1975, durante o pontificado de Paulo VI. É neste momento que há a expansão da TL, a partir da identificação com o cenário vivido na América Latina na época: ditadura, perseguições, pobreza, entre outras realidades.

A terceira fase da TL tem influência da Conferência do Episcopado Latino-Americano que ocorreu em Puebla em 1979, que é a continuação de Medellín.

Na verdade, Medellín e Puebla se completam. Dentro de um quadro de piora de situação sócio-política-econômica, onde as ditaduras militares recrudescem – no Brasil, o AI 5 em dezembro de 68 trouxe muita violência, arbítrio, tortura. No Chile ocorre a queda de Allende por obra da CIA. Na Argentina e Uruguai ocorrem sequestros, torturas, desaparecimentos. (Tepedino, 2010, p. 386)

A marca de Puebla é o compromisso pelos pobres. Os posicionamentos durante a conferência e pós-evento, “aproximam o povo da realidade e de sua condição de sujeito e agente social, para dar eco à sua voz e ao seu brado de dor e sofrimento, diante das constantes perseguições e marginalizações no continente” (Chaves, 2019).

A Conferência de Puebla (1979) apresenta dois aspectos da palavra libertação: o interior e pessoal referindo-se à libertação do pecado do ser como indivíduo e o aspecto histórico demonstrado pela necessidade de libertação da situação político-econômico-social-cultural denominado de pecado social

(Gibellini, 1988, p. 349). Este segundo aspecto, o pecado social, é o assunto preferido da Conferência (Noronha, 2019).

Apesar do direcionamento e apontamento cristãos para justificar o seu posicionamento político-econômico e sua influência significativa na América Latina e em outras partes do mundo, a Teologia da Libertação sofre críticas da ala conservadora da Igreja, apoiada por documentos de devido à temática “luta de classes”, politização da fé e sua abordagem de "libertação terrena" em detrimento da salvação espiritual. Isso acontece na quarta fase da TL “revisão e do novo impulso” (Boff, 2010), que se inicia após 1989, época em que a Teologia da Libertação tem o seu horizonte alargado, passando a se preocupar também com a ecologia. (Noronha, 2019).

Em 1971, na carta apostólica Octogesima adveniens, papa Paulo VI parece estar sendo forçado a falar sobre economia e política e oferece uma reflexão que fala sobre os direitos dos pobres, trabalhadores, mulheres, fala contra discriminação racial, o direito a emigração, cuidado com o meio ambiente. Combate veementemente o consumismo e o sistema que o alimenta, como no trecho abaixo:

Uma competição desmedida, que utiliza os meios modernos de publicidade, lança sem cessar novos produtos e procura aliciar o consumidor; e então, as antigas instalações industriais, ainda em funcionamento, ficam inutilizadas. E, assim, enquanto vastíssimas camadas da população não podem ainda satisfazer as suas necessidades primárias, emprega-se o engenho em criar as necessidades supérfluas. Poder-se-á, pois, perguntar, com toda a razão, se, apesar de todas as suas conquistas, o homem não está voltando contra si próprio os frutos da sua atividade. Depois de se ter assegurado um domínio necessário sobre a natureza, não estará agora tornando-se escravo dos objetos que ele mesmo fabrica?

No documento Paulo VI confirma que o marxismo teve um impacto significativo em muitas sociedades, oferecendo uma análise das injustiças sociais e propondo uma revolução para transformar as estruturas econômicas e políticas. No entanto, o Papa critica o marxismo pela sua visão materialista da história, que nega a dimensão espiritual e transcendente do ser humano e o incentivo à luta de classes.

2.2.5 A Comunicação com Paulo VI

O final do segundo período conciliar já indicava os rumos das comunicações para a Igreja. O documento *Inter Mirifica* (1963) foi o decreto sobre os meios de comunicação, que direcionava e conduzia a relação da Igreja por meio desses veículos. O *Inter Mirifica* é até hoje o texto balizador do trabalho em comunicação dentro da Igreja Católica, apesar do tema comunicação ter sido tratado anteriormente por Pio XI e Pio XII. O primeiro lançou a encíclica *Vigilanti Cura* (1936) em resposta à popularização do cinema, sobretudo sobre a influência moral sobre as pessoas, especialmente as crianças e os jovens. E em 1957, o papa Pio XII escreveu a encíclica *Miranda Prorsus*, que, além do cinema, fala sobre os meios de comunicação em geral, incluindo o rádio e a televisão, e sobre a influência dos meios na sociedade moderna. O Papa orientou sobre o uso responsável desses meios, sublinhando sua importância tanto para a evangelização quanto para a promoção da moralidade pública. O *Inter Mirifica*, por sua vez, orienta como a Igreja pode ser protagonista nos meios de comunicação e passa de receptora para produtora de conteúdo. Para Alvarenga essa é a terceira fase do processo da Relação Igreja-Comunicação e é marcada por essa publicação composta por 24 artigos. Dentre os assuntos existem direcionamentos ligados à doutrina, normas e ação pastoral dos meios de comunicação social.

O *Inter Mirifica* propõe a criação de organismos que auxiliem na instrução de cunho pastoral sobre os meios de comunicação. Indica, ainda, a valorização do Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais; a necessidade de criação de comissões e organismos no âmbito nacional; além de emissoras católicas. —Onde for oportuno, cuide-se de estabelecer emissoras católicas, que, no entanto, devem primar pela qualidade e pela eficácia dos seus programas (ALVARENGA, 2020, p. 13).

Já Puntel (2012) aponta que o documento ainda faz parte da chamada segunda fase da Relação Igreja-Comunicação, a de aceitação. Segundo Puntel essa parte pode ser entendida como uma “legitimação para o uso dos meios pela Igreja”, uma vez que assegura a *obrigação* e o *direito* de a Igreja utilizar os instrumentos de comunicação social. Além do estímulo à criação dos meios de comunicação da Igreja, o documento traz luz sobre qual deve ser a contribuição da Igreja considerando, por exemplo, o direito à informação. De acordo com Puntel, o texto

se divide em ditar as normas para o correto uso dos meios de comunicação social, considerando o direito à informação, e reconhecer “os meios de comunicação social e o apostolado”. Neste sentido é que surge um incentivo aos católicos para que “promovam” e “sustentem” a boa imprensa, a partir de suas próprias produções, como a criação de O Diocesano que serviu como fonte para imprensa e para pesquisadores. E mais tarde as assessorias de comunicação que enviam sugestões de pautas.

2.3 João Paulo I – 26 de agosto a 28 de setembro de 1978

Entre os pontificados de Paulo VI e João Paulo II, houve um brevíssimo papado de João Paulo I. Albino Luciani, conhecido como Papa Sorriso, nasceu em Forno de Canale, em Veneza, na Itália, no dia 17 de outubro de 1912. Jornais da época noticiaram que no dia de sua posse, “aboluiu a cerimônia de coroação e o uso da Tiara Papal – como a coroa de um monarca – substituindo-a pela celebração de uma missa mais simples”. E jornais italianos o projetavam como “pai dos pobres” e um “representante da facção moderada do conclave”. (SANTOS, 2020, p. 202). Em seu discurso às missões especiais presentes no início do seu pontificado. João Paulo I falou sobre liberdade, consciência religiosa e dignidade de todos os homens:

Desejamos, em primeiro lugar, que as comunidades cristãs encontrem sempre, nos vossos Países, o respeito e a liberdade a que tem direito qualquer consciência religiosa, e desejamos que seja concedido o lugar justo à contribuição que podem oferecer essas comunidades na busca do bem comum. Estamos também certo que ireis continuar a acolher com favor as iniciativas da Santa Sé, quando esta se propuser servir a comunidade internacional, recordar as exigências duma vida sã na sociedade e defender os direitos e a dignidade de todos os homens, em particular dos pequenos e das minorias. (JOÃO PAULO I, 1978)

Porém, seu pontificado durou apenas 33 dias (de 26 de agosto a 28 de setembro de 1978). Os discursos e o posicionamento já no início do seu papado levava a crer que João Paulo I seguiria a linha de seus predecessores: João XXIII e Paulo VI. A sua morte repentina em decorrência de um ataque cardíaco enquanto dormia levou a teorias da conspiração envolvendo assassinato e envenenamento. “As teorias, no entanto, foram negadas pela Igreja. João Paulo I tinha 65 anos”. (ELVERDIN, 2021)

2.4 João Paulo II – 1978 – 2005

Cardeal polonês Karol Wojtyła (1920-2005), o Papa João Paulo II, que ficou à frente da Igreja Católica por 26 anos. Esse foi o primeiro Papa polonês de toda a história da Igreja e o primeiro não italiano nos últimos 455 anos. Para Dorneles (2005), João Paulo II foi aquele que conseguiu restaurar “o poder papal”. Segundo ele, esse feito pode ser resumido nos seguintes aspectos principais: o mundo político estava polarizado entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética, e a Igreja estava à margem do poder político e sem influência de ambos os lados. A teoria da Evolução descredibilizou a Igreja. Internamente, as divisões históricas do cristianismo dificultavam ao Papa qualquer interação ecumênica significativa, já que protestantes, anglicanos e ortodoxos permaneciam separados da Igreja romana.

A Igreja sofria as consequências de um clero partido entre conservadores e progressistas, estes divididos em dois grupos: europeus e americanos que buscam aberturas para as questões morais e os sul americanos que defendiam a Teologia da Libertação, desejando empurrar a Igreja para uma revolução social.” (Dorneles, 2005, p.21)

Para finalizar, o autor aponta o crescimento no pentecostalismo e a demora da Igreja em reagir com o surgimento da Renovação Carismática Católica (RCC). “A RCC é um movimento que tem como célula principal os Grupos de Oração, cuja vocação é levar as pessoas a fazerem uma experiência profunda e verdadeira com a pessoa do Espírito Santo”. (RCC Brasil, 2024)

No campo político, João Paulo II não deixou dúvidas sobre o enfrentamento ao comunismo. No início de seu pontificado, em visita à Polônia, em 1979, ele exerceu influência decisiva para desestabilizar os regimes comunistas do Leste Europeu, preparando o terreno para a derrocada destes governos no final da década de 1980. (Dorneles, 2005, p.22). De acordo com Russo (2016, p. 3), esse posicionamento aproximou o Papa e possibilitou vantajosa amizade com os Estados Unidos. Russo citou Richard Allen, secretário de Segurança Nacional do governo de Ronald Reagan, que teria afirmado que o Papa João Paulo II e Reagan “formaram uma das maiores alianças secretas de todos os tempos” (Russo, 2016, p.42).

A Igreja Católica condena o comunismo e o socialismo em diversos documentos. A *Rerum Novarum* de 1891 do Papa Leão XIII foi escrita tendo como pano de fundo a revolução industrial, quando foram cometidos abusos e excessos contra os trabalhadores.

O problema nem é fácil de resolver, nem isento de perigos. E difícil, efetivamente, precisar com exatidão os direitos e os deveres que devem ao mesmo tempo reger a riqueza e o proletariado, o capital e o trabalho. Por outro lado, o problema não é sem perigos, porque não poucas vezes homens turbulentos e astuciosos procuram desvirtuar-lhe o sentido e aproveitam-no para excitar as multidões e fomentar desordens. (*Rerum Novarum*, 1891, p.2).

Mais adiante o papa desenvolve um tópico específico sobre o socialismo. De acordo com ele, os socialistas, para denunciar as opressões e abusos aos trabalhadores, recorrem a práticas que são condenadas

Instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para os municípios ou para o Estado. Ainda de acordo com o papa, tal modelo é “sumamente injusto, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social. (*Rerum Novarum*, 1891, p.2).

Além da unidade papal, era de se esperar que um papa polonês como Karol Wojtyła fosse contra qualquer tipo de inclinação ao comunismo. Isso porque após a invasão do país pela Alemanha nazista, em 1939, que deu início à Segunda Guerra Mundial, já na fase final da guerra, a Polônia foi dominada pelas forças soviéticas. Passou a fazer parte do bloco comunista liderado pela União Soviética, com um regime socialista de partido único governando o país, mesmo sendo considerada nação independente após o conflito.¹⁰

Já no início dos anos 1980, um sindicato de trabalhadores fundado na cidade portuária de Gdansk, chamado de Solidariedade, desafiou o regime. Suas greves e protestos foram fundamentais para enfraquecer o bloco comunista europeu como um todo. Esse movimento foi ajudado pelo polonês Karol Wojtyła, o papa João Paulo 2º, que também fez constante pressão pelo fim dos regimes comunistas na Europa. (BBC, 2022)

Em 1981, João Paulo II, divulga o documento *Laborem Exercens* e retoma as questões levantadas por Leão XXIII e a encíclica *Rerum Novarum*. Na encíclica, o Papa João Paulo II discute vários aspectos do trabalho e da dignidade da pessoa humana no contexto das estruturas socioeconômicas. São temas: o valor do trabalho, os direitos dos trabalhadores, a relação entre capital e trabalho, o papel do Estado e o impacto dos avanços tecnológicos no trabalho e na sociedade. Ela enfatiza a importância de reconhecer a dignidade de cada pessoa humana e garantir que os sistemas econômicos sirvam ao bem-estar de todos os indivíduos. No terceiro capítulo da encíclica o Papa aborda o conflito entre trabalho e capital na fase atual da história. Ele destaca a importância do trabalho como uma realidade fundamental que influencia a vida humana. O Papa discute como esse conflito se desenvolveu historicamente, particularmente durante a era industrial, entre os grupos de capitalistas e trabalhadores. Não deixa de lado as condições de exploração enfrentadas pelos trabalhadores, incluindo salários baixos e falta de segurança no trabalho, mas se opõe à luta ideológica entre o liberalismo capitalista e o marxismo socialista e comunista como fator gerador da chamada “luta de classes”. Luta essa que, segundo descreve, tem sua raiz no incentivo à “coletivização dos meios de produção, a fim de que, pela transferência deste meios das mãos dos privados para a coletividade, o trabalho humano seja preservado da exploração” (JOÃO PAULO II, 1981, 1.1). O Papa cita ainda que a “ditadura do proletariado” contra o “monopólio do poder” tem por finalidade “levar a cabo a revolução social e introduzir no mundo inteiro o socialismo e, por fim, o sistema comunista” (Idem).

Partindo desse ponto, João Paulo II define as orientações que vão minar, ainda que não explicitamente, o trabalho dos adeptos à Teologia da Libertação. Pois foi a partir dos anos 1980 que se intensificou a mudança de postura da Igreja em relação às vertentes da TL.

Aqui há um desvio feito talvez propositalmente por parte de uma ala mais conservadora da Igreja, ao relacionar a teologia cristã ao marxismo. Existem adeptos tanto da Teologia da Libertação quanto do marxismo não é o mesmo que dizer que a Teologia da Libertação nasceu do marxismo.

Gustavo Gutiérrez, em sua principal obra – Teologia da Libertação - fez uso das categorias então comuns da análise marxista, que seus opositores depois exploraram habilmente como um argumento junto a

João Paulo II, que vinha do bloco oriental e rotularam Gustavo como marxista. Gutiérrez respondeu que, se alguém usa a teoria de Sigmund Freud, não deve ser ateu só porque Freud era ateu. (Rauch, 2023)

“A teologia da libertação é um corpo de textos produzidos a partir de 1970” (LÖWY, 2000, p. 56). Os documentos passam a nortear ações dentro e fora da Igreja e levam a repensar e questionar assuntos não-eclesiais, ou seja, fora do contexto dos ritos e vida da Igreja. Assuntos esses como economia, trabalho e direitos humanos. Apesar de extrapolar os muros da Igreja, para Boff (2010), a TL está “intimamente ligada à própria existência do povo à sua fé e à sua luta. Faz parte de sua concepção de vida cristã” (BOFF, 2010, p. 25). Ao classificar os dois principais compromissos da Teologia da Libertação, Gibellini (1998) sugere que o primeiro compromisso está na experiência da fé e só a partir desta é estabelecido o segundo compromisso, que é com os pobres (Gibellini, 1998, p. 350).

2.4.1 Mas livrai-nos de Marx, amém!

A partir dessas definições de Boff e Gibellini é possível desmitificar os argumentos de que a Teologia da Libertação vem exclusivamente do pensamento marxista. O marxismo é uma teoria socioeconômica e política desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels no século XIX. A teoria fala sobre a luta de classes e a análise materialista da história, defendendo a transformação revolucionária da sociedade com o intuito de alcançar uma ordem socialista/comunista. A chamada “revolução proletária” ou “ditadura do proletariado” é uma das principais divergências entre Igreja e marxismo. Essa proposta, popularizada por Marx, defende que a classe operária é que deveria deter o controle do poder político. (MARX; ENGELS, 2005). Essa seria uma parte da transição para o comunismo, após a derrubada do estado burguês, que controla o modo de produção capitalista. Segundo Marx e Engels, a sociedade estaria sendo regida pela "Ditadura da burguesia" que é o contrário da "ditadura do proletariado". (MARX, 2013). Ainda segundo Marx, apenas derrubando o capitalismo é possível estabelecer uma vida igualitária para todos.

Além disso, Marx se autodeclarava ateu e criticava a religião. Para ele, a religião era parte de um sistema mais complexo de ideologias que ajudavam a

sustentar e perpetuar as desigualdades sociais próprias do sistema capitalista. Segundo ele, a religião criava uma ideia irreal e inatingível de felicidade. E a intenção da crítica da religião é justamente desenganar o homem “a fim de que ele pense, aja, configure a sua realidade como um homem desenganado, que chegou à razão, a fim de que ele gire em torno de si mesmo, em torno de seu verdadeiro sol”. (MARX, 2010, p.145)

Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, contra aquele mundo cujo aroma espiritual é a religião. A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo. (MARX, 2010, p. 145-146)

Este é o principal ponto de divergência entre os ideais marxistas e a crença religiosa. Quando Marx propõe o homem como o centro de tudo, ele tira de Deus o protagonismo. Para a Igreja Católica tudo deve partir de Deus e, conseqüentemente, a Igreja ganha lugar de destaque por mediar essa relação homem-Deus. Este ponto divergente acaba por apagar os pontos convergentes entre a doutrina social da Igreja e o marxismo.

A doutrina social da Igreja nasceu das Sagradas Escrituras, nos textos da Tradição Apostólica. É uma espécie de missão recebida de Jesus, que propõe levar a todos vida em abundância. (Bíblia, João, 10, 10)

A doutrina social é parte integrante do ministério de evangelização da Igreja. Daquilo que diz respeito à comunidade dos homens – situações e problemas referentes à justiça, à libertação, ao desenvolvimento, às relações entre os povos, à paz – nada é alheio à evangelização, e esta não seria completa se não se levasse em conta o recíproco apelo que continuamente se faz o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social do homem. (Pontifício Conselho Justiça e Paz, 2005)

Ao analisar a proposta contida da DSI, notamos o alinhamento entre esta e a Teologia da Libertação, que busca enfatizar a transformação social por meio da conscientização, da organização popular e da ação não violenta. Mas, como já dito anteriormente e justificado por alguns estudiosos da área, sempre a partir da fé em Deus e como continuidade da missão de Jesus na Terra e não a partir do protagonismo do homem.

A convergência das ideias marxistas e cristãs estão na Justiça Social, no combate à opressão dos pobres e marginalizados, na crítica ao capitalismo como

um sistema que gera desigualdades, exploração e alienação e no engajamento político, destacando que os indivíduos devem lutar por mudanças sociais e na defesa dos direitos dos mais vulneráveis. Uma grande diferença está na força física empregada para isto. Uma corrente, a marxista, defende a luta de classes, a luta armada, enquanto a Igreja propõe, nos documentos estudados para esta pesquisa e na atualidade, a autoanálise das elites como forma de trabalhar a solidariedade e a coletividade sem, no entanto, abalar o direito à propriedade privada. Ao tratar da propriedade, o Papa João Paulo II faz menção da propriedade privada como conquista do trabalho pessoal e da justa remuneração. No entanto, imputa à propriedade privada a noção de bem universal. Pois, de acordo com a Igreja, tudo é um bem dado por Deus, como os recursos da Terra que são transformados pelo homem. E, em certa medida, pertence à exigência igualitária social. Ou seja, todos têm direitos de usar de todos os bens da criação e ninguém pode tomar para si. Para o Pontífice, a “propriedade privada está subordinada ao direito comum e ao destino universal dos bens”. (Broleze e Frezzato, 2022, p.9)

A principal diferença do ponto de vista econômico do Papa e de Marx é que não cabe ao Estado controlar esses recursos porque eles vieram de Deus e, por isso, ninguém pode controlá-los, mas de alguma maneira colocar a favor de todas as pessoas. Sendo assim, João Paulo II afirma que o trabalho é “chave de toda a questão social” (JOÃO PAULO II, 1981), pois interfere diretamente na conquista e manutenção da dignidade humana e passa a ser visto como virtude, abandonando a antiga visão de castigo decorrente do pecado original. (Broleze e Frezzato, 2022, p.9). A indicação da Igreja é então que aqueles que conseguiram transformar os bens dados por Deus em trabalho, dividam esses bens de forma justa com os outros e que os donos dos meios de produção não tenham o acúmulo de capital como o ponto principal de seu exercício e sim a distribuição justa. João Paulo II propõe a partir desse ponto uma nova ordem: o ser humano em primeiro lugar e depois o capital, para explicitar que não é o modo de trabalho, tantas vezes alicerçado no capitalismo excludente, que dá sentido à vida do homem e da mulher, mas são estes que dão sentido ao trabalho (Broleze e Frezzato, 2022, p.9).

O que o Papa tratou como sendo a conversão dos dons de Deus disponíveis na Terra e transformados pelos homens e o poder do capital pelos donos dos meios de produção, Bolaño (2000) chama de subsunção do trabalho humano. Primeiro as máquinas começam a incorporar nos seus processos as aptidões antes desenvolvidas

apenas pelo homem, e passam a desempenhar o que antes era manufatura ou artesanato.

A subsunção real do trabalho significa que o trabalhador perdeu a sua autonomia e o controle que tinha sobre o processo de produção, cuja estrutura e ritmo passam a ser ditados pela máquina. Esta condensa o conhecimento que o capital extraiu do trabalhador artesanal no período da manufatura e desenvolveu, com o apoio das ciências. Assim, é a máquina que passa a usar o trabalhador — e não mais o contrário — e o capitalismo pode expandir-se, revolucionando o modo de produção. (Bolaño, 2000, p.3)

Depois as próprias máquinas se tornam obsoletas e passam a ser incorporadas em máquinas mais completas, e em máquinas que fabricam outras máquinas. E por último, a fase em que estamos vivendo com a inteligência artificial. Os homens criaram máquinas para explorar o chamado dom de Deus – os recursos disponíveis no mundo – mas a finalidade dessa transformação realizada por poucos donos e controladores do capital no mundo está cada vez mais distante do proposto por João Paulo II.

2.4.2 Comunicação – um olhar contemporâneo

No fim dos anos 1980, João Paulo II inicia publicações voltadas para o uso das comunicações. Primeiro o Papa chama para a reflexão do uso dos meios para fins abominados pela Igreja, como em *Pornografia e violência nas comunicações sociais: uma resposta pastoral* (1989). Logo depois volta a falar em comunicações, porém direcionadas ao diálogo ecumênico e inter-religioso em *Crêterios de colaboração ecumênica e inter-religiosa nas comunicações sociais* (1989). Mas é nos anos 1990 que, segundo Alvarenga (2020, p. 14), “vamos encontrar as marcas que delimitam essa reviravolta de pensamento da Igreja Católica, de forma mais clara, na encíclica *Redemptoris missio*” (1990).

Escrita por João Paulo II, a mensagem convida os fiéis católicos a refletirem e agirem no mundo atual, reconhecendo os meios de comunicação como “novos areópagos” lugares onde há de se fazer a evangelização.

O mundo da comunicação é entendido pelo pontífice como o primeiro lugar, o primeiro areópago dos tempos modernos. O Papa se apropria

do conceito ‘Aldeia Global’, de Marshall McLuhan, para exemplificar que, com o surgimento, desenvolvimento tecnológico e a popularização dos novos meios de comunicação, como a televisão e o telefone, o mundo se interligaria completamente, ampliando as possibilidades de evangelização dos povos. (Alvarenga, 2020, p. 15).

De acordo com Pfetsch (2022), mudanças nos campos da cultura política na democracia liberal e de comunicação estão relacionadas mesmo que não intencionalmente. Acontecem concomitantemente. Com o avanço da democracia liberal no Brasil, a Igreja amplia seu conhecimento e investimento em meios de comunicação, passando de veículos únicos para a criação de sistemas de comunicação, informação e mídias, com a criação de rádios e TVs.

Martins e Valente (2020, p.138) argumentam que o capitalismo sempre encontra uma forma de ascender de maneira conflitiva com as inovações consolidadas do percurso anterior, ou seja, essa virada de chave, de forma cíclica do capitalismo começa em momentos de crise para originar novos ciclos de expansão, e seus novos paradigmas vão afetar de maneiras distintas empresas, países e setores.

Seguindo o apelo do Papa, a Igreja Católica passa a olhar e se reinventar na área da comunicação, modernizando seus meios, aderindo à publicidade e outras propostas próprias do neoliberalismo. No Brasil, a Rede Vida foi a primeira emissora católica a se instalar. A ideia de formar tal rede surgiu durante o governo do presidente José Sarney (1985-1989), quando estava em disputa a concessão da geradora do canal 11, de SÃO José do Rio Preto (SP). Com o apoio de parlamentares constituintes católicos e a simpatia de Sarney, Monteiro de Barros, jornalista e empresário ligado à área da comunicação, conseguiu a concessão daquela emissora. (SOUZA, 2008). Porém a emissora só foi de fato inaugurada quase 10 anos depois, em 1995. Desde então, outras emissoras católicas surgiram, como a TV Aparecida e TV Canção Nova, além de rádios espalhadas por todo Brasil.

2.5 Bento XVI – 2005 – 2013

Joseph Ratzinger nasceu em 1927, na Alemanha. Foi ordenado padre aos 24 anos. Aos 50 tornou-se arcebispo de Munique. No mesmo ano foi criado Cardeal

pelo Papa Paulo VI. Em 1981, assumiu importante função dada por João Paulo II: foi nomeado Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé – organismo que substituiu o Tribunal do Santo Ofício (conhecido como Santa Inquisição). Foi eleito Papa com 78 anos, em abril de 2005, escolhendo para si o nome de Bento XVI. (Santos, 2018, p. 222). Antes de se tornar Papa, Joseph Ratzinger já exercia bastante influência na Cúria Romana. (Santos, 2020, p. 226).

Como já vimos, movimentos sociais tiveram sua expansão durante a vigência da TL na América Latina, como a Pastoral de Periferia, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, o movimento de frades e leigos do Consciência Negra, cujo trabalho evoluiu mais tarde para a criação, pelo frei David Raimundo dos Santos, do pré-vestibular para negros e carentes na Baixada Fluminense e, em seguida, o Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes).

Os projetos eram fruto também da ascensão do pensamento de alguns teólogos brasileiros, como o que acontecia no Convento dos Franciscanos de Petrópolis (RJ), onde o teólogo e filósofo Leonardo Boff escrevia livros como *Jesus Cristo Libertador* (1972) e *Igreja: Carisma e Poder* (1981) (VEIGA, 2021). Frequentemente as reflexões de Boff refletiam uma perspectiva crítica das estruturas de poder institucionais da Igreja Católica. O teólogo teve uma importante atuação crítica sobre a hierarquia eclesiástica. Argumentou que as estruturas de autoridade tendem a centralizar o poder nas mãos de poucos, afastando a Igreja do modelo mais participativo e democrático. E que a inspiração divina acaba sendo suprimida pelo poder institucional. Tais críticas colocaram o Leonardo Boff e a Teologia da Libertação na mira de Joseph Ratzinger nos anos 1980 quando ainda era prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé (antiga Santa Inquisição). Em 1984, Ratzinger deixou claras as divergências da Igreja em relação à TL em: “Instrução sobre alguns aspectos da ‘teologia da libertação’” (RATZINGER, 1984). Na orientação, Ratzinger utiliza diversos documentos da Igreja para evidenciar os erros cometidos por teólogos, religiosos e leigos ao se aproximarem da linha marxista, sobretudo quando utilizava o termo “luta de classes”, que segundo ele divide e estimula conflitos.

Não é o *fato* das estratificações sociais, com as conexas desigualdades e injustiças, é a *teoria* da luta de classes como lei estrutural fundamental da história que é recebida por estas « teologias da libertação », na

qualidade de princípio. A conclusão a que se chega é que a luta de classes, entendida deste modo, divide a própria Igreja e em função dela se devem julgar as realidades eclesiais. Pretende-se ainda que afirmar que o amor, na sua universalidade, é um meio capaz de vencer aquilo que constitui a lei estrutural primária da sociedade capitalista, seria manter, de má fé, uma ilusão falaz. (RATZINGER, 1984).

Ainda de acordo com o documento, mesmo a TL afirmando que o homem não pode ser objeto de ódio, afirma-se com a mesma força que, “pelo fato de pertencer objetivamente ao mundo dos ricos, ele é, antes de tudo, um inimigo de classe a combater” (RATZINGER, 1984), colocando assim ricos contra pobres e vice-versa.

No mesmo ano, o teólogo Leonardo Boff foi convocado para ser interrogado por Ratzinger no Vaticano e condenado a um ano de “silêncio obsequioso”, sendo proibido de escrever, lecionar, dar palestras ou entrevistas e proferir sermões.

A ideia de que Bento XVI teria sido o grande inimigo da TL no entanto é considerada extrema por alguns estudiosos, inclusive Clodovis Boff, irmão de Leonardo Boff e um dos fundadores da TL, que em 2007 deixou de seguir a ideologia e passou a renegar o passado ao publicar artigos e em 2023 o livro: *A Crise na Igreja Católica e a Teologia da Libertação*. Em entrevista à Folha de São Paulo, em 2013, declarou:

Isso é uma caricatura. Nos dois documentos que publicou, Ratzinger defendeu o projeto essencial da Teologia da Libertação: compromisso com os pobres como consequência da fé. Ao mesmo tempo, critica a influência marxista. Aliás, é uma das coisas que eu também crítico. No documento de 1986, ele aponta a primazia da libertação espiritual, perene, sobre a libertação social, que é histórica. As correntes hegemônicas da Teologia da Libertação preferiram não entender essa distinção. Isso fez com que, muitas vezes, a teologia degenerasse em ideologia. (GONÇALVES, 2013)

Ainda de acordo com Clodovis Boff, “Bento XVI garantiu a fidelidade ao concílio”, e teria atuado sim para a não secularização da Igreja. O teólogo aponta ainda que Bento XVI se equivocou ao dar mais importância a problemas teológicos do que aos administrativos da Cúria Romana, que não tinha o carisma de João Paulo II e “que não resolveu um problema que se arrasta desde o Concílio Vaticano II: a necessidade de se criarem canais para a cúpula escutar e dialogar com as bases” (GONÇALVES, 2013).

Já para o especialista latino-americano e ex-chefe da Misereor (Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento), Josef Sayer, Bento XVI não era o principal opositor da Teologia da Libertação. Havia influência de poderosos nas suas recomendações.

É exatamente disso que se trata. Também havia latino-americanos na Cúria Romana que agiam contra a teologia da libertação. A teologia da libertação criticava os poderosos econômica e politicamente. Participavam também círculos em torno do então presidente dos EUA segundo o qual a teologia da libertação não deveria apenas ser mantida sob observação, mas combatida. Sob Ronald Reagan, apareceu o documento secreto - Santa Fé -, que pedia combater a teologia da libertação, porque prejudicava os supostos interesses dos Estados Unidos. (RAUCH, 2023)

De acordo com Sayer, ele mesmo teve a oportunidade de mediar diálogos entre Ratzinger e Gutiérrez, que era contra o uso da força para implementar mudanças. Este uso da força era um argumento muito utilizado por opositores para minar a TL e a opção pelos pobres, o cerne da teologia da libertação, e representou a categoria chave em muitos debates. “Os opositores dessa teologia queriam derrubar, com a ajuda de Roma, essa opção, marcadamente contrária ao sistema político e econômico vigente” (RAUCH, 2023).

Sayer, lembra que em 2007, já como Papa, Bento XVI inaugurou a 5ª Conferência Geral do CELAM em Aparecida com um incisivo discurso já na abertura.

Os opositores queriam abandonar a opção pelos pobres de uma vez por todas. Mas Bento, teólogo reconhecido em toda parte e naquele momento papa, decidiu encerrar definitivamente o debate afirmando, justamente no início da Conferência, que “a opção pelos pobres” está enraizada na própria cristologia. (RAUCH, 2023)

O tema, inclusive fez parte do documento final de Aparecida, que à época foi lavrado pelo cardeal Jorge Mário Bergoglio. “Além disso, foi Bento quem também deu sua aprovação ao documento final de Aparecida, o que significa que aceitou as peculiaridades da Igreja na América Latina ao não apoiar de forma alguma as posições dos opositores” (RAUCH, 2023).

2.5.1 A Era Bento XVI

Já como Papa, podemos destacar as três encíclicas de Bento XVI. A primeira delas, *Deus caritas est* (2005), fala do amor. O amor de Deus, o amor romântico, o amor incondicional, entre amigos. O Papa revela o papel da Igreja Católica na prática da caridade, na promoção do amor cristão no mundo. Isso passa pela responsabilidade dos cristãos e da própria Igreja em promover a justiça social na assistência aos irmãos necessitados e da importância da iniciativa individual na busca do bem comum.

A segunda encíclica é mais voltada à esperança. *Spe Salvi* (2007) ressalta que a salvação está na esperança do encontro com Deus na vida eterna. Sobre as questões contemporâneas, o Papa sugere o papel da ciência e da tecnologia na busca da felicidade humana, e traz ainda as ameaças à esperança, como o niilismo e o materialismo. É então que Bento XVI questiona a “salvação” proposta por Marx como a revolução capaz de promover o “Reino de Deus” na Terra.

Com pontual precisão, embora de forma unilateralmente parcial, Marx descreveu a situação do seu tempo e ilustrou, com grande capacidade analítica, as vias para a revolução. E não só teoricamente, pois com o partido comunista, nascido do manifesto comunista de 1848, também a iniciou concretamente. A sua promessa, graças à agudeza das análises e à clara indicação dos instrumentos para a mudança radical, fascinou e não cessa de fascinar ainda hoje. E a revolução deu-se, depois, na forma mais radical na Rússia. (Bento XVI, 2007).

O papa complementa:

Com a sua vitória, porém, tornou-se evidente também o erro fundamental de Marx. Ele indicou com exatidão o modo como realizar o derrubamento. Mas, não nos disse como as coisas deveriam proceder depois. Ele supunha simplesmente que, com a expropriação da classe dominante, a queda do poder político e a socialização dos meios de produção, ter-se-ia realizado a Nova Jerusalém. Com efeito, então ficariam anuladas todas as contradições; o homem e o mundo haveriam finalmente de ver claro em si próprios. Então tudo poderia proceder espontaneamente pelo reto caminho, porque tudo pertenceria a todos e todos haviam de querer o melhor um para o outro... Marx não falhou só ao deixar de idealizar os ordenamentos necessários para o mundo novo; com efeito, já não deveria haver mais necessidade deles. O facto de não dizer nada sobre isso é lógica consequência da sua perspectiva. O seu erro situa-se numa profundidade maior. Ele esqueceu que o homem permanece sempre homem. Esqueceu o homem e a sua liberdade. Esqueceu que a liberdade permanece sempre liberdade, inclusive para o mal.

Pensava que, uma vez colocada em ordem a economia, tudo se arranjará. O seu verdadeiro erro é o materialismo: de facto, o homem não é só o produto de condições económicas nem se pode curá-lo apenas do exterior criando condições económicas favoráveis. (Bento XVI, 2007).

O Papa reconhece que é necessário buscar condições económicas justas e igualitárias, mas resume que a esperança não está nessa busca e sim em Deus. “A verdadeira e grande esperança do homem, que resiste apesar de todas as desilusões, só pode ser Deus – o Deus que nos amou, e ama ainda agora « até ao fim », « até à plena consumação » (cf. *Jo* 13,1 e 19,30)”. (Bento XVI, 2007).

A última e muito aguardada encíclica, *Caritas in veritate* (2009), trata das consequências da solidariedade nas relações sociais e políticas, com ênfase nas questões económicas. O Papa aborda assuntos como subdesenvolvimento, a pobreza, as exclusões sociais, a crise financeira e os relaciona ao âmbito moral do homem. “Para ele, a sociedade necessita da economia da gratuidade e da fraternidade, não somente no âmbito da sociedade civil, mas também no âmbito do mercado e do Estado”. (Cavalcanti, 2010).

Bento XVI reconhece as iniciativas económicas como legítimas e chega a dizer que não nega o lucro, porém questiona a lógica da troca de equivalentes e do lucro como fim em si mesmo. O Papa sugere iniciativas ligadas à economia solidária, às organizações sem fins de lucro e todo o âmbito da responsabilidade social das empresas. “Para que haja desenvolvimento económico, é necessário dar espaço ao princípio da gratuidade como expressão da fraternidade, ou seja, da caridade, ou seja, da solidariedade”. (Cavalcanti, 2010).

2.5.2 Comunicação e formalização

Bento XVI não foi um entusiasta da comunicação, mas seguiu os passos do seu predecessor nesse campo. (Zanon, 2022). Não chegou a emitir nenhuma encíclica específica sobre o tema comunicação, mas seguiu a tradição da divulgação da mensagem anual no Dia das Comunicações no mês de maio, Dia Mundial das Comunicações Sociais (DMCS), criado a partir de 1966, com primeira mensagem no ano seguinte. A comemoração da data oferece reflexão sobre o papel da

comunicação na difusão do Evangelho e na construção de pontes entre a Igreja e o mundo contemporâneo. (Hooper e Neto, 2023).

Bento XVI estreou com uma mensagem para o Dia mundial da comunicação cujo tema foi: “A mídia: rede de comunicação, comunhão e cooperação” (2006). Na primeira mensagem assinada pelo pontífice, Bento XVI reconheceu ambiguidades que podem ser geradas pela imprensa e até distorções promovidas na sociedade causadas por uma mídia egoísta e movida a lucro, o que causa o distanciamento do “senso de responsabilidade sobre o bem comum” (Bento XVI, 2006).

Já no ano seguinte, o foco foi o desafio para a educação das crianças, que ele já havia adiantado na primeira, quando pediu aos jornalistas que trabalhassem em veículos que ajudassem os pais na tarefa de ensinar. Logo depois, o desafio de partilhar a verdade no mundo da comunicação, antecipando assim o tema da sua encíclica *Caritas in veritate*, publicada em 2009.

Em suas mensagens o Papa diversificava os destinatários como cartas direcionadas à imprensa, aos padres, famílias, jovens e até mesmo crianças, mas tinha sempre um apontamento para a consciência no meio digital. Bento XVI reconheceu as mudanças geradas pela tecnologia e o acesso à informação e exortava aos católicos que utilizassem os meios para o anúncio e testemunho do Evangelho. Motivou a Igreja a estar presente nesse ambiente virtual e ele mesmo se fez presente. Em dezembro de 2012 inaugurou a primeira conta do sumo-pontífice no então Twitter, em formato de bênçãos e mensagens digitais via @Pontifex. (Zanon, 2022).

A jornada de Ratzinger como Papa terminou antes de seu falecimento em 31 de dezembro de 2022. Ele renunciou ao pontificado em 11 de fevereiro de 2013, após escândalos de corrupção do Vaticano e casos de abusos sexuais por parte de religiosos em diversos lugares do mundo. Antes de morrer, porém, Bento XVI havia enviado uma carta a seu biógrafo, o alemão Peter Seewald, relatando que sua decisão de desistir do cargo mais importante da Igreja foi a insônia. (G1, 2023)

2.6 Francisco (2013 – atual)

Jorge Mario Bergoglio nasceu em 1936 na capital Argentina, Buenos Aires. Aos 32 anos se ordenou padre. Em 1992, com 55 anos de idade, tornou-se bispo auxiliar da Arquidiocese de Buenos Aires. Cinco anos mais tarde sagrou-se arcebispo desta arquidiocese. Foi criado Cardeal em 2001 pelo Papa João Paulo II. Em 2013 foi eleito o Papa e escolheu para si o nome Francisco. (Santos, 2020, p. 238).

O novo Papa Argentino surge como um sopro de esperança na recuperação da credibilidade da Igreja em meio a uma crise gerada pela renúncia do seu antecessor. Antes das sugestões de mudanças na Cúria Romana, a própria eleição do novo Papa e sua primeira aparição dão pistas de qual linha de comando vai adotar em seu pontificado.

Francisco, cujo nome já antecipava efeitos de sentido ao trazer à lembrança o nome do santo homônimo, conhecido por largar a fortuna para se dedicar à causa dos mais pobres, usava uma batina totalmente branca, dispensando a murça vermelha – espécie de capa que cobria os ombros – a estola (símbolo do poder eclesiástico). (Santos, 2020, p. 239).

Segundo os jornais, a escolha de um Papa argentino foi uma surpresa para o mundo. No radar dos cardeais até existia um nome latino, mas era do brasileiro Odilo Scherer. No entanto, a escolha do brasileiro agradava apenas uma parte do episcopado, enquanto do outro lado a indicação era do italiano Angelo Scola.

Esses dois Cardeais representavam justamente esses dois grupos – Scola era figurativizado como contrário à manutenção da política atual da Cúria e Scherer era a favor dessa estrutura organizacional da Cúria Romana. Especialistas ouvidos pelo jornal acreditavam que os Cardeais escolheram “[...] o ‘Papa possível, que deverá conduzir a Igreja para uma transição que se acreditava finalizada com a renúncia de Bento XVI”. O governo de transição era esperado por Bergoglio ter sido eleito, assim como Ratzinger, com idade bem avançada – o alemão tinha 78 e o argentino 76. (Santos, 2020, p.241)

O primeiro papa americano da história era também latino. Como bispo, se destacou por andar de metrô e ônibus por Buenos Aires, ao dispensar o direito ao carro e motorista ao se tornar bispo. Preparava seu próprio jantar e trabalhou pela evangelização e olhava os pobres como ele mesmo se definia: “O meu povo é pobre e eu sou um deles”. (VATICAN, 2024).

Como arcebispo de Buenos Aires, diocese com mais de três milhões de habitantes, desenvolveu um projeto missionário cujo objetivo principal era difundir

a comunhão e a evangelização. Tinha quatro linhas principais: trabalhar as comunidades abertas e fraternas; o protagonismo de um laicato consciente; evangelização destinada a cada habitante da cidade; assistência aos pobres e aos enfermos. (VATICAN, 2024).

É importante destacar que na Argentina emergiu um outro desdobramento da Teologia da Libertação, que é a Teologia do Povo, na qual não se utilizam fundamentos marxistas e sim experiências mais pautadas na cultura popular. Diferentemente dos papados de João Paulo II e Bento XVI, podemos dizer que essa variável da TL chega até o Vaticano após Jorge Mario Bergoglio, o Papa Francisco, assumir a direção da Igreja. Apesar da manutenção da posição conservadora do Papa Francisco em assuntos que são indiscutíveis para os cristãos, como aborto, direito das mulheres de controlar seus corpos e a moral sexual em geral, apesar de receber pessoas LGBTQIA+ em encontros públicos e noticiados pelo Vaticano, Francisco tem assumido posições políticas e sociais que desafiam a lógica do consumismo.

Sua formação intelectual, espiritual e política é sustentada pela Teologia do Povo, uma variante não marxista da Teologia da Libertação argentina. Ele adotou o nome de São Francisco, considerado um amigo dos pobres. Ele fez uma importante homilia no porto italiano de Lampedusa, um porto de entrada para imigrantes ilegais, denunciando a “globalização da indiferença”. (ANDRADE, LÖWY, SOFIATI, 2020)

Alguns movimentos do Papa indicam sua abertura ao diálogo com correntes da TL sob o aspecto popular não-marxista. São exemplos: o encontro com Gustavo Gutierrez, em setembro de 2013; a beatificação em 2015 e a canonização em 2018 de Dom Oscar Romero, ex-bispo de San Salvador (capital de El Salvador) e ativista dos direitos humanos, assassinado enquanto celebrava a missa, em 24 de março 1980, por um atirador de elite do exército salvadorenho, a homenagem à memória de Luis Espinal Camps em julho de 2015 na Bolívia; o discurso de aversão ao capitalismo na Bolívia, na cidade de Santa Cruz, por ocasião do Encontro Mundial de Movimentos Sociais em 2015; a recepção no Vaticano, em 2014, dos militantes de esquerda Alexis Tsipras e Walter Baier para o início de um processo de diálogo entre marxistas e cristãos, cujo último encontro ocorreu na Grécia em agosto de 2018. (ANDRADE, LÖWY, SOFIATI, 2020)

Apesar da abertura ao diálogo e o posicionamento social atual, Bergoglio foi duramente criticado por não se posicionar contra o regime militar na Argentina enquanto era arcebispo de Buenos Aires. De acordo com BBC News Brasil, jornais e autores de livros acusam Bergoglio de omissão da defesa de perseguidos pelas Forças Armadas, incluindo o desaparecimento de crianças e mulheres. Em sua defesa, o Papa e seu biógrafo oficial justificaram que na ocasião Bergoglio, arcebispo de Buenos Aires, atuou de forma restrita, assim como outros religiosos argentinos, que mais tarde reconheceram as limitações da época. Mas, ainda assim, afirmaram que a Igreja argentina deu proteção a alguns perseguidos e atuou de forma a condenar excessos dos militares. (BBC, 2013)

2.6.1 Encíclicas de Francisco

Ao assumir como Papa, Bergoglio retoma em sua primeira encíclica o documento deixado incompleto por Bento XVI após sua renúncia. "*Lumen Fidei*" (A Luz da Fé), em português, foi publicada em 5 de julho de 2013. A mensagem marca os 50 anos de realização do Concílio Vaticano II e reconhece tal evento como "Concílio sobre a Fé". (FRANCISCO, 2013)

O documento enfatiza a harmonia entre fé e razão, no sentido de que uma não anula a outra e sim podem se complementar. No entanto, fica claro que a fé não é algo a ser depositado em homens, regimes políticos ou intelectuais, e reconhece a importância de confiar em Deus em tempos de dificuldade. A encíclica cita ainda que a fé autêntica se manifesta em ações benevolentes, ou seja, a fé deve ser a inspiração na construção de uma sociedade mais justa. Ao abordar a natureza da fé e seu papel na vida individual e social, o Papa convida a transformar essa fé em luz com o mundo ao redor.

Já na segunda encíclica de Francisco, *Laudato Sí* (2015), o Papa convida a todos a refletirem sobre a Casa Comum, o Planeta Terra. Ao colocar todos num mesmo lugar, ou seja, uma casa comum, sugere o espírito comunitário para o cuidado com a Terra. A encíclica destaca a responsabilidade moral de proteger o meio ambiente e cuidar da criação que é de Deus. Destaca ainda a importância da ecologia integral, mas não trata apenas da preocupação com a natureza, inclui ainda a reflexão sobre a dignidade humana, a justiça social e a solidariedade global. O

Papa critica as superpotências e empresas por negligenciarem a preservação e o cuidado com o meio ambiente e recursos naturais, uma vez que o principal objetivo desse modelo de negócios é maximizar a riqueza dos acionistas, utilizando recursos naturais apenas como insumos essenciais para conduzir suas operações e alcançar resultados econômicos e financeiros.

Na encíclica o Papa destaca ainda a grande desigualdade social patrocinada por essas grandes empresas a serviço do capital. Ele explica que os países em desenvolvimento acabam sendo utilizados na exploração de mão de obra, por exemplo, e quando não há mais utilidade e rendimento financeiro, as empresas se retiram do local, ocasionando desemprego, desequilíbrio e pobreza. Além disso, Francisco denuncia como alguns países são utilizados como verdadeiros depósitos de resíduos tóxicos e chama a atenção das superpotências para o cuidado integral do planeta.

A dívida externa dos países pobres transformou-se num instrumento de controle, mas não se dá o mesmo com a dívida ecológica. De várias maneiras os povos em vias de desenvolvimento, onde se encontram as reservas mais importantes da biosfera, continuam a alimentar o progresso dos países mais ricos à custa do seu presente e do seu futuro. A terra dos pobres do Sul é rica e pouco contaminada, mas o acesso à propriedade de bens e recursos para satisfazerem as suas carências vitais é-lhes vedado por um sistema de relações comerciais e de propriedade estruturalmente perverso. É necessário que os países desenvolvidos contribuam para resolver esta dívida, limitando significativamente o consumo de energia não renovável e fornecendo recursos aos países mais necessitados para promover políticas e programas de desenvolvimento sustentável. (Francisco, 2015)

Já a terceira encíclica do Papa Francisco é inspirada dos escritos de São Francisco de Assis. "*Fratelli Tutti*" (2020), em português, "Todos Irmãos", fala sobre fraternidade e amizade social. O documento destaca a importância da solidariedade, da compaixão e do respeito mútuo na construção de um mundo mais justo e pacífico. Surge da realidade de pandemia, num período de polarizações políticas entre católicos do mundo inteiro. Ao longo da encíclica, o Papa aborda uma variedade de questões, incluindo a crise social e econômica, a migração, o diálogo inter-religioso, a política, a economia, a globalização e os desafios da tecnologia. Papa Francisco sempre utilizou a metáfora da construção de pontes para falar da necessidade de superar divisões e promover uma cultura do encontro e do

diálogo. Nesta encíclica, aponta para o reconhecimento da dignidade e da igualdade de todas as pessoas.

2.6.2 Comunicação de Francisco

Desde 2013, quando eleito, Papa Francisco publicou apenas três encíclicas, sendo uma delas muito mais de Bento XVI do que de sua própria elaboração. Outros documentos foram produzidos pelo Papa, como as exortações apostólicas. A “*Evangelii gaudium*” (2013) é uma exortação apostólica que aborda a natureza e os desafios do trabalho missionário da Igreja Católica no mundo contemporâneo. O pontífice sugere que o trabalho cristão é um trabalho em saída, ou seja, extrapola os muros dos templos religiosos. Com base crítica ao sistema econômico atual, o Papa afirma que muitas vezes os ricos se favorecem em detrimento dos pobres, e apela por uma maior distribuição de riqueza e recursos.

A comunicação de Francisco é “pessoal e conjuntural” (Sbardelotto, 2023). O Papa utiliza os meios de comunicação presentes na sociedade pós-moderna para levar a sua mensagem como líder da Igreja Católica. Com sua imagem e testemunho, vivencia a fé que defende, sem fazer proselitismo. Na sua primeira mensagem pelo Dia Mundial das Comunicações Sociais, o Papa falou de proximidade por meio da comunicação, em se fazer presente. Quando o Papa Francisco, em 2018 elevou a Comunicação a nível de Dicastério¹¹ no Vaticano, reunindo as mídias vaticanas num mesmo organismo, teve noção de todo o aparato comunicacional que dispunha. “Mais que um divulgar de discursos, a força dos veículos de comunicação está na figura do líder máximo dos católicos” (Sbardelotto, 2023).

Para Marcello Zanluchi, em entrevista ao Vatican News, site do Vaticano, a percepção mundial sobre o novo pontífice mudou a partir daquela apresentação na sacada da Basílica de São Pedro, dos gestos, roupas e o próprio discurso em tom próximo e popular. O primeiro momento demonstrava como seria a comunicação desse novo Papa. Um pontificado caracterizado pelo contato direto, a começar pela

¹¹ É o nome dos departamentos e das autoridades da Igreja Católica que compõem a Cúria Romana

“mídia primária, o corpo, para comunicar; mas sobretudo, consegue transpor essa mídia para a era tecnológica”. (VATICAN NEWS, 2023)

Francisco é um líder religioso, cujo olhar não está inclinado a uma massa indistinta, mas que fixa sua atenção em pessoas, compartilhando seus gestos, abraços e sorrisos personalizados. Acrescenta o fato de que Bergoglio utiliza, pela oralidade, sua capacidade de falar, usando uma linguagem metafórica, para se conectar com seus interlocutores. Por conta disso, sua comunicação tende a ser, imediatamente, eficaz. É essa comunicação voltada às pessoas que traz uma abertura, de parte midiática, ao papado de Francisco e, conseqüentemente, à visibilidade institucional da Igreja Católica. Essa atenção dada pelos meios a Francisco, sobretudo, é originária de sua capacidade de inserir uma imprevisibilidade em seus atos previsíveis de líder religioso. Um silêncio, um gesto, uma imagem ou expressão do Papa colocam a mídia na condição de dever acompanhá-lo. (ZANLUCHI para VATICAN NEWS, 2023)

CAPÍTULO 3

O BOLETIM DIOCESANO

“O Diocesano” é um informativo da Igreja Católica da diocese de Barra do Pirai – Volta Redonda, distribuído em 12 cidades do Sul Fluminense atualmente. Neste capítulo, tratamos do boletim em seu contexto nos dois períodos escolhidos para fazer, no capítulo seguinte, a análise do conteúdo.

3.1 Dos períodos escolhidos

A primeira fase a ser analisada é de criação do informativo (1970 -1973). No período da criação do material, liderada pelo bispo diocesano, dom Waldyr Calheiros, a Igreja local se adaptava às orientações do Concílio Vaticano II (1962-65) e da Conferência Episcopal de Medellín (1968) e enfrentava diversos conflitos com os militares. Ancorada na Teologia da Libertação, a diocese ficou conhecida nacionalmente pela atuação pastoral atenta à realidade político-pastoral, sobretudo em Volta Redonda, sede da Mitra Diocesana, na defesa dos direitos humanos, entre eles a liberdade de expressão em época de censura e manipulação dos grandes veículos de comunicação.

O segundo período que analisamos é referente aos anos de 2020 a 2023. Nesta nova fase o boletim, que agora é revista, deixa de ser impresso para se tornar apenas a versão digital. No contexto social, o mundo vivia uma pandemia e os meios de comunicação mais uma vez tomam um papel importante na sociedade devido ao isolamento das pessoas por conta do risco de contaminação pela doença e à enxurrada de notícias falsas - fake news que circularam por meio das mídias digitais. O contexto político também foi levado em consideração, uma vez que, após a retomada da democracia pós-ditadura foi a época em que se registrou no país um significativo aumento da defesa de regimes autoritários e atos antidemocráticos em momentos como o 7 de Setembro de 2021, durante o período eleitoral de 2022 e em 08/01/23 com os atos antidemocráticos em Brasília.

3.2 Do contexto da primeira fase de análise

O tema comunicação surgiu com mais ênfase na América Latina na primeira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), realizada no Rio de Janeiro, em 1955. (TEIXEIRA, 2015). Mas os registros da organização da comunicação católica de maneira institucionalizada no Brasil e, de modo geral, na América Latina, se dão mais fortemente após o decreto Inter Mirifica, publicado pelo Concílio Vaticano II, em 1963. O documento oficializa o posicionamento da Igreja sobre o assunto (PUNTEL, 2012. p. 11). Mais tarde, a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín (1968), na Colômbia, reforçou a necessidade de uma nova proximidade da Igreja com a sociedade moderna. Nesta mesma época, em 8 de dezembro de 1966, toma posse como bispo titular da diocese de Barra do Piraí - Volta Redonda dom Waldyr Calheiros.

A Diocese de Barra do Piraí foi criada pelo Papa Pio XI em 4 de dezembro de 1922. Por Decreto Consistorial, do dia 26 de janeiro de 1965, essa Igreja particular¹² passou a denominar-se diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, sendo Volta Redonda a cidade escolhida como nova sede administrativa da diocese, deixando a cidade de Barra do Piraí. A decisão está diretamente ligada ao crescimento de Volta Redonda, que passa a ser reconhecida nacionalmente após o desenvolvimento da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), inaugurada em abril de 1941. Esse foi o motivo principal para a transferência da Cúria Diocesana para Volta Redonda em 1965. “Trata-se, portanto, de uma diocese com uma identidade marcadamente operária, fortemente vinculada à proposta da Teologia da Libertação e assentada na ideia da ‘Igreja dos pobres’”. (ESTEVEZ, 2013)

Dom Waldyr propôs um “novo modelo” da figura do bispo. Quebrou protocolos e diminuiu a distância com seus fiéis, a começar por suas roupas. Apresentava-se de maneira simples, camisa, calça e um chapéu de palha ou boina, sem os chamados paramentos de bispo. Dizia que era preciso “Que o bispo fosse mais humano, às vezes ele se vestia de tantas coisas que era difícil descobrir quem

¹² Segundo a Lumen Gentium 23 e 27, um dos documentos finais do Vaticano II, a Igreja particular é uma comunidade episcopal, isto é, guiada pelo bispo e seu presbitério.

era bispo dentro daquilo”¹³. Essa forma simples de se vestir já mostrava como seria seu projeto pastoral e isso chamou a atenção dos militares, que enxergavam como um sinal de subversão. “Nós éramos tidos como comunistas, agitador, vermelho, até mesmo dentro da Igreja”¹⁴

De acordo com Serbin (2001), já no início do episcopado do bispo iniciaram os conflitos com os militares. Dom Waldyr se recusou a celebrar uma missa por ocasião do 3º aniversário da “Revolução”. No ano seguinte, em 1968, dom Waldyr se recusou a celebrar o dia 31 de março em virtude das prisões de quatro jovens da Judica (Juventude Diocesana Católica) meses antes.

Nesta primeira fase de análise de O Diocesano vigorava a interrupção do processo democrático, época em que o governo militar criou órgãos destinados ao controle de dados e informações. Como já explicado no primeiro capítulo, entre esses órgãos se encontrava o Serviço Nacional de Informações (SNI), fundado em junho de 1964 com o objetivo de supervisionar e coordenar as atividades de informações e contrainformações no Brasil e no exterior. Mais tarde, passaram a fazer parte dessa rede de controle da informação o Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que se incumbia de prender, sequestrar e torturar pessoas que agissem contra o regime, o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e as Segundas Seções das Forças Armadas (FICO, 2004). (Moraes, 2014).

Barra Mansa, cidade do interior do estado do Rio de Janeiro, que faz parte do território da diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda, abrigou o 1º Batalhão de Infantaria Blindada (1º BIB), o principal centro de repressão e tortura do sul do estado do Rio de Janeiro nos anos de 1970, conforme apontam os depoentes da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda – Dom Waldyr Calheiros (Bedê, 2015). O local já havia abrigado atividades cafeeiras durante o período escravista, da produção de café no Vale do Paraíba Fluminense e depois foi utilizado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CNS) para manter a ordem através do controle da força de trabalho dos operários vindos do campo para trabalhar na

¹³ Verbo Filmes, ‘Do Pacto das Catacumbas a Francisco’ disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5Hh5NWWBZgQ>. Acesso em: 15/10/2020.

¹⁴ Idem.

siderúrgica (LANDIM; POLL, 2015, p.215). No território da diocese de Barra do Pirai – Volta Redonda também havia, e existe até os dias atuais, a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) na cidade de Resende. A localização da diocese atraía os olhares dos militares, presidente do Brasil e a imprensa nacional.

Panfletos e cartas como primeiras estratégias de divulgação

Em 1967 quatro jovens da Judica (Juventude Diocesana Católica) foram presos por utilizarem uma Kombi que pertencia ao bispado para espalhar panfletos com transcrição de denúncias publicadas na imprensa. O material divulgava notícias sobre a ditadura militar na América Latina e tinha como fonte uma rede criada por bispos, como dom Hélder Câmara (Arquidiocese de Olinda e Recife (PE) – 1964 - 1985) e dom Pedro Casaldáliga (São Félix do Araguaia (MT) 1971 a 2005), que inclusive se uniram durante a ditadura para refugiar presos políticos perseguidos pelo regime militar. (SOARES, 2019). Os quatro jovens foram interrogados no 1º BIB e acusados de “subversão”, “terrorismo” e formação de guerrilha em Cuba, segundo depoimentos.¹⁵

Esse foi um dos acontecimentos que levaram dom Waldyr a iniciar uma série de denúncias contra os militares. Primeiro o bispo tentou dialogar com o exército, mas, sem sucesso, dom Waldyr se aproveitou da relevância do local onde a diocese estava inserida para chamar a atenção e comunicar o que estava acontecendo. O bispo iniciou a denúncia pela própria Igreja, mantendo os fiéis informados sobre o que estava acontecendo na diocese, além do que já divulgava sobre a realidade latino-americana. Em formato de cartas, as comunicações eram direcionadas aos diocesanos e lidas durante as missas.¹⁶ A primeira carta com denúncia também foi enviada para o Jornal Última Hora e publicada no Jornal do Brasil com o título “Os sete pecados capitais”. Nela o bispo justificou suas ações e desafiou os militares, relatando as precárias condições econômicas dos trabalhadores e da cidade. “Além de denunciar a prisão dos jovens da Judica, enumerei os sete pecados capitais praticados em Volta Redonda, onde o Exército comandava a repressão” (COSTA, PANDOLFO, DERBIN, 2001). Essa foi uma da

¹⁵ Arquivo Nacional, ‘Brasileiro’, panfleto da Judica, 06/11/1967

¹⁶ Arquivo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, Carta de Dom Waldyr a Frei Marcos, em 18/1/1967.

série de cartas que o bispo direcionou à imprensa para denunciar o cenário local, e foi a primeira experiência em comunicação de divulgação de notícias sobre os fatos que ocorriam no Sul Fluminense e que, por vezes, não chegavam ao conhecimento do restante do país.

3.3 Repercussão na mídia

Com o avançar da censura, suas cartas pararam de ser publicadas pela imprensa local e grandes veículos. Dom Waldyr passou a ser criticado por uma ala da Igreja Católica, intelectuais, autoridades, imprensa local e até mesmo na imprensa nacional. Nelson Rodrigues na coluna ‘Confissões de Nelson Rodrigues’, dedicou alguns artigos à oposição ao bispo.¹⁷ No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, Gustavo Corção também criticou o bispo no jornal O Globo.¹⁸

De acordo com Estevez (2013) a diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda foi, durante os anos 1960 e 1970, uma das mais atuantes do Brasil. Dom Waldyr, ao lado de outros bispos expoentes, foi também um dos mais perseguidos pela instituição militar. “Sabendo dispor habilmente das ferramentas ao seu alcance, soube utilizar a imprensa e a opinião pública para libertar líderes de movimentos católicos ou não, ganhando em legitimidade frente à sociedade civil.” (Estevez, 2013, p.19).

Quem reafirma a influência do bispo é Luiz Alfredo Vieira, fundador do jornal Opção, um dos veículos alternativos de maior expressão do Sul Fluminense, criado em 1976 e posteriormente vendido para o ex-deputado Roberto Pires. O jornalista que hoje comanda o jornal aQui em Volta Redonda nos concedeu entrevista por meio de perguntas enviadas por e-mail, após primeiro contato pelo whatsapp, sobre a imprensa da época, uma vez que tivemos dificuldade em

¹⁷Arquivo da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, jornal O Globo, de 21/01/69. Nelson Rodrigues publicou quatro crônicas entre setembro de 1968 e janeiro de 1969 criticando e ironizando Dom Waldyr. As crônicas foram ‘Daria seu reino, não por um cavalo, mas por chica-bom’ e ‘Inocente útil, bobo ou criminoso’. Em plena ditadura, elas foram rebatidas por um padre carioca, Helvídeo Martins, que reivindicou direito de defesa e cuja carta foi publicada no mesmo jornal, O Globo, em 31/12/1969.

¹⁸Arquivo da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, jornal O Globo, de 27/01/1972. Anteriormente, em 27 de julho de 1969, Gustavo Corção já havia criticado Dom Waldyr na crônica ‘O meta protestantismo de alguns padres’. Jornal O Globo, de 27/06/1968.

encontrar materiais e pesquisas específicos sobre os meios de comunicação no Sul Fluminense entre os anos de 1970 e 1973. Quando perguntado sobre a atuação da Igreja Católica e dos movimentos sociais na época, Luiz Alfredo afirmou que “Tudo girava em torno de D. Waldyr. Ele era a pauta, a fonte, a solução” e “Resumia-se a D. Waldyr”.

Por isso reafirmamos a importância do boletim O Diocesano, criado por dom Waldyr, como comunicação alternativa na época e fonte documental relevante para se entender o contexto histórico marcado pela censura da ditadura. Ainda de acordo com o jornalista, a imprensa na região praticamente não existia, já que eram considerados apenas dois ‘jornais’: o Corujão, que de acordo com Luiz Alfredo trazia as fofocas sociais, e o Sul do Estado, que tinha um apelo mais informativo. “Eram jornais semanais, com pequena tiragem e péssima impressão. Eram bem amadores e suas ‘notícias’ não geravam impacto nenhum junto à população”, destacou.

Quando perguntado sobre a censura à imprensa regional e as comunicações alternativas, Luiz explica que na época não existiam comunicações alternativas, apenas os jornais impressos.

A pressão era velada, partia do comando do 22 BIB, localizado em Barra Mansa. Era comum sermos chamados para almoçar no quartel, onde ouvíamos os conselhos dos comandantes militares. Na cidade, tínhamos a presença de agentes do SNI junto à direção da CSN com trânsito na prefeitura de Volta Redonda, que era área de segurança nacional (VIEIRA, 2024).

Jornais e um passado em branco.

Durante a pesquisa notou-se a falta de informações sobre a imprensa regional entre os anos de 1970 e 1973. Nem mesmo no relatório da Comissão da Verdade de Volta Redonda ficam explícitos quais seriam os veículos da época na cidade e região Sul Fluminense, apenas define como imprensa falada e escrita. Procuramos o Centro de Memória do Sul Fluminense - ICHS-UFF, mas também não há registros sobre a imprensa na primeira fase da nossa análise, dado esse que evidencia a importância de o Diocesano como fonte de memória da época da ditadura.

De acordo com o jornal Correio da Manhã, em 1900 foi lançado o primeiro jornal da cidade, "O Cometa". Em julho de 1926, "A Aurora", depois "O boletim

do serviço da CSN" em 1942, depois surgiram "O Siderúrgico" e o "Lingote" em 1953. Anos mais tarde, em 5 de outubro de 1992 foi fundado o jornal Diário do Vale, o primeiro jornal da região Sul Fluminense com circulação diária. (Carvalho, 2022).

De acordo com arquivos do Jornal A Voz da Cidade, esse foi o primeiro jornal diário da região Sul Fluminense, criado em 3 de outubro de 1970, fundado pelo jornalista João Batista Pançardes. Circulou em caráter quinzenal e semanal, até que se tornou diário, no primeiro semestre de 1973. No dia 4 de outubro de 2017 o portal de internet de A Voz da Cidade publicou matéria em comemoração aos 47 anos de sua fundação. Na ocasião, o jornal se definiu como “órgão oficial de várias prefeituras, Câmara de Vereadores, entre outros.”.¹⁹

Anos mais tarde, em 1976 surgiu o jornal Opção. Na região, esse é o arquivo de jornal mais expressivo da época da ditadura nos anos 1970. É utilizado por estudantes e pesquisadores até os dias atuais. Foi criado quando Luiz Alfredo Vieira retornou do exterior e, com formação oriunda do jornal O Estado de São Paulo, encontrou “a cidade do aço sem jornais, com mercado todo a explorar”. Atuou ao lado de amigos, como o jornalista José Carlos Tedesco, hoje comandando a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça, Araquém Alcântara, fotógrafo de renome mundial e o jornalista Vicente Melo, já falecido.

Era no formato tablóide, com impressão em offset, usava fotos em todas as suas páginas, e a diagramação era ousada para a época. O estilo também foi novidade com as suas pequenas notas (os grampos do aqui de hoje, adotados – com outros nomes - por nove entre 10 jornais brasileiros) e reportagens ousadas e polêmicas para a época, pois Volta Redonda era considerada área de segurança nacional e nem elegia os seus prefeitos municipais. Eram todos indicados por Brasília a partir de indicações de pessoas próximas ao regime militar e ao antigo BIB (Batalhão de Infantaria Blindada), cujo quartel existia em Barra Mansa. (Vieira, 2024)

3.4 A motivação para a criação

O bispo, para se defender das acusações de subversão, manter os católicos informados sobre o que ocorria e motivado por novas correntes da Igreja Católica, sobretudo na América Latina, após o Concílio Vaticano II (1963) e Medellín

¹⁹idem

(1968), cria o próprio veículo de comunicação, que utilizava um discurso litúrgico-pastoral para se sobrepor às críticas da imprensa, autoridades e religiosos e, principalmente para deixar os católicos informados sobre o que ocorria no Brasil e na América Latina durante a ditadura.

O informativo foi criado para circular além de Volta Redonda, era distribuído no início aos padres dos municípios de Barra do Piraí, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Piraí, Barra Mansa, Resende, Rio Claro, Volta Redonda, Angra dos Reis e Paraty. Em março de 1980, com a criação da diocese de Itaguaí, deixaram a diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda os municípios de Angra dos Reis e Paraty. Mais tarde, com a emancipação de alguns distritos ao longo das décadas de 80 e 90, foram acrescentadas à diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda os municípios de Quatis, Itatiaia, Porto Real e Pinheiral. Ao todo, atualmente, a diocese contempla 12 municípios: Barra do Piraí, Barra Mansa, Volta Redonda, Resende, Pinheiral, Piraí, Itatiaia, Porto Real, Quatis, Mendes, Paulo de Frontin e Rio Claro.

O padre Antônio Alves de Melo, designado por dom Waldyr na época para ser responsável pelo informativo, destaca que mesmo antes dos conflitos com os militares existia por parte de dom Waldyr a vontade de ampliar a divulgação de notícias dentro da Igreja. “O boletim diocesano foi um desejo de dom Waldyr Calheiros para que a diocese tivesse um veículo de comunicação para passar as informações sobre a vida da diocese e outras informações sobre a Igreja que não eram transmitidas pelos outros meios de comunicação”. (Melo, 2020)²⁰.

Com a o Ato Institucional Número 5 (AI-5) em 1968, e conseqüentemente com a violência e censura instauradas na época, o informativo passou a ser um meio de divulgação, dentro da Igreja, sobre as perseguições que os padres e outros membros sofriam. O controle governamental em Volta Redonda se agravou quando ela se tornou Área de Segurança Nacional nos anos 1970. De acordo com Pereira (2007), Volta Redonda foi submetida ao Conselho de Segurança Nacional, órgão ligado à Presidência da República, sob o controle do Exército, sem prefeitos eleitos, apenas nomeados pelo Conselho. A cidade operária planejada a partir de 1941 com

²⁰Entrevista com o padre Antônio Alves de Melo, concedida a mim em 20 de setembro de 2020. Mesmo depois de deixar a edição do jornal, Melo continuou contribuindo com artigos ao informativo.

a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), mais tarde emancipada de Barra Mansa, em 1954, era considerada área estratégica para o Regime Militar.

3.5 “Se calarem a Voz dos profetas, as pedras falarão” (Lc, 19, 40)

O Diocesano foi uma experiência de mídia alternativa que se contrapôs à concentração midiática na América Latina. Brittos, em 2010, retoma sua pesquisa sobre o padrão tecno-estético dos veículos de comunicação e a necessidade de olhá-los a partir das suas sub-áreas. Kalikoske (2010) *apud* Brittos (2010) propôs uma classificação, dividindo os padrões em: hegemônico, contra-hegemônico, anacrônico, emergente, periférico e alternativo. O Diocesano pode ser classificado como alternativo, e assume o padrão contra-hegemônico na primeira fase analisada e depois assume um padrão anacrônico.

O padrão alternativo que dará origem, por sua vez, a uma classificação específica, considerando a existência na mídia alternativa de diferentes formas de gerência e construção de conteúdo, que definiram as seguintes categorias: não-hegemônico, público-estatal, institucional, popular e contra-hegemônico (BRITTOS; MENEZES, 2011). O objetivo do boletim era auxiliar os movimentos populares e sindicatos “a visualizarem o seu próprio processo de atuação política, em meio ao complexo universo da comunicação alternativa” (BRITTOS; MENEZES, 2011).

A utilização dos conglomerados de comunicação que foram criados ou serviam para legitimar a ditadura militar demonstra o que Antônio Gramsci classifica como tão determinantes como os aspectos político e econômico: a cultura, a produção da fantasia, a arte, a religião, a filosofia e a ciência para atuar na produção de um pensamento determinante e dominante (PAIVA, 2002). Nesse sentido, a mídia alternativa, que neste trabalho é apresentada no formato do nosso objeto de estudo, O Diocesano, atua para contrapor as ideias dominantes e mostrar a realidade dos fatos por vezes censurados, escondidos ou deturpados.

A criação deste veículo alternativo fez parte do momento em que, autoridades ligadas à Igreja ampliaram o olhar para a comunicação institucional como algo indispensável. Também nesse período, a Igreja Católica começa a

reconhecer e se posicionar contra os processos de dominação política e ideológica que tinham profunda influência da grande imprensa.

Em direção aos mercados internos ou externos, as indústrias culturais expandem-se, procedendo a alianças, realizando sinergias capazes de aumentar a rentabilidade de seus produtos e encontrando novos espaços. Diante disso, mídias e pequenas corporações são absorvidas, sucumbem, com menos intensidade, assumem posições mercadologicamente inferiores, dirigindo suas ações a públicos restritos, desejosos de estéticas alternativas (BRITTOS, 2005)

A partir de então, o relato do cenário que por vezes era censurado na imprensa passou a fazer parte do informativo. Ao normatizar as informações em um informativo, marca-se o início da “Rede de Mídias Católicas” da diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda. A comunicação passa a ser tratada como divulgação de notícias internas, locais e externas. Para isso, a diocese define quem serão os responsáveis por separar e organizar as informações a serem repassadas aos fiéis. As matérias eram produzidas por padres e integrantes dos movimentos sociais e refletiam uma apresentação textual e iconográfica típica dos periódicos e publicações de movimentos católicos, sobretudo aqueles ligados à Ação Católica especializada. (ESTEVEZ, 2013). O bispo fez do informativo um meio onde todos poderiam participar, se informar, aprender e dividir suas experiências.

No início as notícias não se limitavam à realidade local. Na verdade, o Diocesano atuava como um meio de comunicação em que a comunidade católica recebia as notícias do Brasil e do mundo por meio do informativo, já que a imprensa convencional estava comprometida com o regime militar e as outras mídias alternativas recebiam tratamento duro da censura. Criou-se junto com outros informativos da América Latina uma rede de bispos que se comprometiam em comunicar o que acontecia nas diferentes ditaduras. (COSTA, PANDOLFO, DERBIN, 2001).

Na condição de bispo de nossa Igreja diocesana, Dom Waldyr empenhou-se para que ela se tornasse uma comunidade da qual todos os fiéis participassem, uma realização aqui e agora do povo de Deus. Para que isto acontecesse, ele se empenhou na concretização de uma pastoral de conjunto com a valorização crescente das comunidades, a introdução dos ministérios leigos, o surgimento de um laicato consciente do batismo recebido e sua consequente participação na vida da Igreja, a criação de espaços para que essa participação se tornasse efetiva, o cuidado com a formação teológica e pastoral desse laicato. (Melo, 2023)

O sucesso do informativo estava intrinsecamente ligado à abrangência das CEBs, fruto do CVII e à sua capacidade de capilaridade, como explicou Pedro Ribeiro.

Sua capilaridade social é a chave para explicar sua capacidade de mobilizar pessoas: formadas por pessoas de liderança local e respeitadas por sua prática solidária com pessoas necessitadas e com as lutas populares, elas são capazes de mobilizar a vizinhança para campanhas ou movimentos de reivindicação social. (Ribeiro, 2023, p. 23)

Os fiéis organizados nas CEBs passam a olhar para fora da Igreja para comunicar o que acontecia ao redor utilizando o veículo que circulava dentro da Igreja. Com a presença cada vez mais forte dos veículos de comunicação católicos, a Igreja Católica passa a se preocupar com o que vem sendo produzido e divulgado e passa a se organizar a partir de orientações unificadas. E então nasce a ideia de uma pastoral ligada à Comunicação.

No Brasil, a Pastoral da Comunicação (Pascom) conta com uma coordenação nacional e representantes em cada estado. As equipes são compostas por leigos e, na maioria das vezes, coordenadas por padres. (PASCUM BRASIL, 2024).

Santos (2013) sugere que a ideia de criação de uma pastoral ligada à comunicação surgiu a partir da carta encíclica *Miranda Prorsus* (Os maravilhosos progressos), escrita pelo papa Pio XII em 1957. “O documento reflete diretamente as primeiras recomendações da Igreja Católica relacionado à comunicação”. (Santos, 2013, p 53). Essas recomendações nascem também da preocupação da Igreja com o avançar da modernização dos meios de comunicação em relação ao uso das mídias e seus desdobramentos na sociedade, conforme dito no Capítulo II. A qualidade das produções midiáticas e as mensagens que eram transmitidas pela mídia abriram o debate sobre a comunicação no seio da Igreja (Gomes 2001 *apud* Santos, 2013).

Posteriormente, o documento *Inter Mirifica* (1963), do Vaticano II, ao qual nos referimos também no Capítulo II, marca as principais questões relacionadas à organização da comunicação de forma mais efetiva dentro da Igreja, sobretudo em relação à utilização e formação dos católicos para utilizarem os meios de comunicação e marcarem presença cristã no mundo das comunicações.

Coloca-se a necessidade de reunir pessoas capacitadas na área para transmitir as mensagens evangélicas ou institucionais da Igreja aproveitando todas as possibilidades que os meios oferecem, ou seja, a integração do trabalho pastoral com a comunicação, e vai além: propõem a elaboração de planejamentos pastorais para a área da comunicação. (Rodrigues, 2013, p. 32)

Já em 1971, o documento *Communio et Progressio*, assinado por arcebispos e chancelado por Paulo VI, traz como um dos pontos a instrução mais específica de como produzir e criar conteúdo no interior da Igreja. O documento justifica a utilização dos meios de comunicação para “estretar os laços de união entre homens e mulheres” (CP 6) e garantir que a evangelização se propague por meio de ferramentas de comunicação e do “Empenho dos católicos no campo dos meios de comunicação”. É neste momento que o documento propõe uma estrutura pastoral adequada para a formação de organizações que desenvolvam trabalhos específicos com os meios de comunicação. As publicações e orientações vindas de Roma têm sempre um ponto em comum: desenvolver uma comunicação que propague a fé católica.

A Igreja evoluiu na ampliação da utilização dos meios de comunicação, mas como forma de mostrar sua presença nesse campo, ou seja, divulgando o que acontece dentro da Igreja para o mundo exterior. Já o Diocesano da primeira fase analisada mostra um movimento inverso, quando o veículo era utilizado para informar os fiéis sobre o que acontecia fora da Igreja, inclusive o que era censurado pela ditadura, mantendo os católicos informados e articulando as Comunidades Eclesiais de Base.

3.6 Do contexto da segunda fase de análise

O segundo período de análise de O Diocesano atravessa um período conturbado historicamente, porém desta vez, além da questão política, se dá na gestão da saúde devido à pandemia de COVID-19, a partir da de 11 de março de 2020. “O termo ‘pandemia’ se refere à distribuição geográfica de uma doença e não

à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo.”²¹

Os primeiros registros da pandemia foram em 31 de dezembro de 2019, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Uma semana depois, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus. Ao todo, sete coronavírus humanos (HCoV) já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causa síndrome respiratória do Oriente Médio) e o SARS-CoV-2, responsável por causar a doença COVID-19.²²

Segundo dados do Ministério da Saúde, até 4 de junho de 2024 foram confirmadas 712.258 mil mortes por Covid-19 no Brasil. Os casos no Sudeste ultrapassam mais da metade desse índice, foram 343.352 óbitos confirmados, e o Estado do Rio de Janeiro teve 78.132 mortes confirmadas em decorrência da doença²³.

A gravidade dos casos de COVID-19 alertou líderes do mundo inteiro. No Brasil, o presidente da República à época, Jair Messias Bolsonaro, agiu, segundo especialistas, autoridades políticas e imprensa, inclusive internacional, adotando uma postura omissa e até criminoso ao lidar com a situação, como a recusa e consequente atraso na compra das vacinas e a troca de médicos por um militar como ministro da Saúde. Em seu governo, encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram 693.883 óbitos pela doença.

O insucesso brasileiro no enfrentamento à pandemia está associado a uma multiplicidade de fatores, como a limitada governança nacional, a ausência de articulação entre setores e esferas de governo para o controle da epidemia, o ineficiente fortalecimento do sistema de saúde, a insuficiência das medidas de apoio social e econômico, além de lacunas na comunicação e diálogo entre autoridades nacionais e a sociedade^{3,4}. Acrescente-se, ainda, o protagonismo do presidente da república à frente da corrente negacionista, que minimizou a gravidade da pandemia, estimulando comportamentos inadequados, disseminando

²¹Histórico da pandemia de COVID-19, Organização Mundial de Saúde - <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2011%20de%20mar%C3%A7o%20de,pa%C3%ADses%20e%20regi%C3%B5es%20do%20mundo.>

²² Idem

²³Ministério da Saúde - <https://covid.saude.gov.br/>

informações falsas e mantendo posição contrária às medidas de enfrentamento cientificamente embasadas e recomendadas pelos organismos sanitários internacionais⁵⁻⁷. Essa combinação configurou uma verdadeira tragédia, medida pelo excesso de casos e óbitos, pela deterioração das condições de vida de amplas parcelas da população e pela incerteza com relação ao futuro imediato. (Teixeira e Santos, 2023, p.)

Somou-se a esse comportamento o descrédito imputado pelo Governo Federal à imprensa brasileira e a falta de transparência dos dados oficiais do Ministério da Saúde com o intuito de não alarmar a população e não interferir de forma significativa no sistema econômico do país. Havia então uma polarização entre os que defendiam as medidas de isolamento para salvar vidas e os que defendiam os interesses do mercado e a circulação de pessoas para salvar a economia. (Caponi; Brzozowski; Hellmann; Bittencourt, 2021)

Como forma de manter a população informada, veículos jornalísticos brasileiros criaram um consórcio em junho de 2020 para coordenar os esforços em busca dos dados atualizados sobre a pandemia. As plataformas G1, O Globo, Extra, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e UOL formaram uma parceria com o objetivo de um trabalho colaborativo para a coleta dos números pandêmicos nos 26 estados e no Distrito Federal. (Gomes e Santos, 2021).

Os veículos se valeram da lei 12.527, a Lei de Acesso à Informação Pública – ou LAI, que obriga os órgãos públicos a divulgar dados como receitas, contratos, licitações, relatórios, entre outras informações relevantes e pressionaram para a divulgação dos dados referentes à COVID-19. Mas alguns dados não puderam ser divulgados devido a alteração da Lei em 2019, que consistiu na ampliação do número de servidores que podiam decidir sobre o sigilo de seus dados, tornam alguns dados sigilosos, secretos e ultrassecretos.

É neste ponto que notamos certa semelhança com a época da ditadura. Não há censura formal e perseguição declarada à imprensa devido ao regime democrático, porém o Governo Federal imprimiu esforços para dificultar o trabalho dos jornalistas. Paralelamente, as fake News, como mencionamos no primeiro capítulo, tentam tomar o lugar da imprensa tradicional. Mais uma vez, assim como na época da ditadura, as mídias alternativas passam a colaborar desmentindo as fake News e sendo ponto de apoio na divulgação da realidade, desarticulando estratégias

utilizadas em plataformas digitais, a fim de estabelecer a verdade dos fatos em defesa da democracia e do bem-estar social.

No contexto político foram levados em consideração principalmente os períodos entre 2021 a 2023 quando ficou constatado o desrespeito ao processo eleitoral e a ameaça ao regime democrático em três situações: nas demonstrações de intenção de golpe a partir de declarações do então presidente da República, Jair Bolsonaro, durante os preparativos para as comemorações de 7 de Setembro de 2021, e durante o período eleitoral de 2022, o que culminou em 08/01/23 com os atos antidemocráticos em Brasília.

O primeiro caso aconteceu quando Bolsonaro incitou apoiadores para comparecerem às manifestações do 7 de setembro em 2021, buscando preparar um autogolpe. De acordo com matéria da Folha de São Paulo, o presidente Jair Bolsonaro fez declarações em tom de ameaça com a pretensão de tomar medidas radicais no feriado. “‘As oportunidades aparecem’, ‘nunca outra oportunidade para o povo brasileiro foi tão importante ou será importante’, ‘creio que chegou a hora, de nós, no dia 7, nos tornarmos independentes para valer’, foram algumas de suas falas nos dias que antecederam os atos. (FOLHA, 2021)

Mais tarde, durante as eleições de 2022, uma reunião ministerial em 5 de julho de 2022 cuja gravação acabou sendo vazada revelou o “arranjo de dinâmica golpista, no âmbito da alta cúpula do governo, manifestando-se todos os investigados que dela tomaram parte no sentido de validar e amplificar a massiva desinformação e as narrativas fraudulentas sobre as eleições e a Justiça eleitoral”. (CNN, 2024). Somam-se ao episódio outras importantes falas de Bolsonaro desacreditando o processo democrático com registros oficiais, em eventos como o discurso de 18 de agosto de 2022 contra as urnas eletrônicas diante de embaixadores em reunião transmitida pela TV estatal.

O último episódio ocorrido foram os atos antidemocráticos do dia 08 de janeiro de 2023 em Brasília, quando cerca de 3 mil extremistas invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes: Palácio do Planalto (poder Executivo), Congresso Nacional (poder Legislativo) e o Supremo Tribunal Federal (poder Judiciário). Ao todo, o prejuízo material foi calculado em mais de R\$ 20 milhões. (CORREIO BRAZILIENSE, 2024). Mais de cem pessoas já foram condenadas na operação intitulada Lesa Pátria, por abolição violenta do Estado Democrático de

Direito, golpe de Estado, associação criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. (G1, 2024)

Nossa análise então, pretende entender se na nova fase de O Diocesano, nesse cenário político, econômico e social, o informativo foi mais uma vez utilizado como espaço de elucidação do contexto nacional.

Aqui cabe mencionar que a imprensa regional não foi omissa sobre os três assuntos citados acima. Levamos em consideração a repercussão nos dois principais diários impressos da região: Diário do Vale e A Voz da Cidade. Em relação às manifestações de 2021, o Diário do Vale publicou matéria com chamada na capa e versão completa na segunda página com fotos e relato das manifestações na região. (DIÁRIO DO VALE, 2024). O jornal A Voz da Cidade publicou chamada na capa e matéria na página 3 com relato e registros das manifestações pró e contra Bolsonaro. Os dois jornais também publicaram ao longo do período eleitoral notícias sobre as ameaças à democracia. O Diário do Vale, por exemplo, emitiu um editorial em 28 de setembro de 2022 defendendo a imprensa livre.

Estamos vivendo um momento no qual a democracia no Brasil e no mundo está em risco. Uma das maiores evidências disso são as constantes retaliações sofridas pela imprensa, onde jornalistas estão sendo agredidos tanto por cidadãos comuns quanto por governantes e autoridades. No entanto, na verdade eles se apresentam como guardiões da democracia, sobrevivendo bravamente a um clima hostil nunca vivido após a redemocratização. No entanto, é preciso ficar claro que sem liberdade de imprensa não há democracia. (Diário do Vale, 2022).

Apesar de ainda resistirem às pressões políticas, os jornais locais acabam sofrendo pressão do ponto de vista econômico. Quando questionado sobre a realidade da mídia local atualmente, Luiz Alfredo Vieira (2024) ressalta que em termos comerciais, nada mudou. “A região é péssima para a mídia impressa. Todos querem usar e sair nos jornais, mas poucos anunciam nos veículos que circulam na cidade. Destinam verbas para rádios e, principalmente, TV e entopem as redações com releases que querem ver publicados, desde que saiam de graça”.

Ainda de acordo com ele, o pior desafio é manter a qualidade do noticiário, das edições impressas que sofrem a concorrência dos ‘repórteres do celular’ ou ‘repórteres do zap’, “que tudo copiam e divulgam como se fossem deles, sem dar crédito ao profissional que escreveu ou fotografou e ao jornal que publicou. Pior: espalham falsas notícias e não enfrentam o rigor das leis”, finalizou.

3.7 Evolução do informativo

Quando surgiu em 1970, o boletim possuía oito páginas e era distribuído a padres. Posteriormente passa a ser distribuído também aos fiéis. Nesta fase inicial tinha periodicidade mensal. Apesar de notarmos a repetição de certas editorias como: editorial, Igreja universal (relativa aos acontecimentos da Igreja Católica no mundo), igreja do Brasil e América Latina, notícias da diocese e mensagem final, nesta fase o jornal não segue bem padrões de tamanho de textos e destinação de espaço, por exemplo. Na verdade, nesta fase, a estética importava bem menos do que o conteúdo, sendo este o elemento mandatório da publicação. Notamos isso uma vez que alguns periódicos do início têm quatro páginas, outros cinco, dependendo muito do que se queria comunicar e não de como. A partir de outubro de 1973 passa a ter periodicidade quinzenal. Em setembro de 1997, o boletim ganha uma impressão colorida na capa e última página. Em março de 1999, muda sua estética e passa a se apresentar como um jornal com oito páginas. Em 2001 preserva sua estética de jornal, porém passa a contar com 12 páginas e mais tarde 24 páginas. Com a contratação de um jornalista em 2002, a linha editorial ganha mais profissionalização e a Pastoral da Comunicação passa a ter uma coordenação estilo comunicação comunitária, recebendo na cúria sugestões de matérias e eventos de movimentos sociais com espaço de intervenção na comunidade católica. Esse modelo de jornal permaneceu até 2013, quando o jornal passa a ter 24 páginas, editorias pré-definidas e é colorido e o setor de comunicação passa a contar com a assessoria de uma agência de publicidade especializada em mídia católica à diocese. Em 2016, o jornal vira revista.

Ao longo dos anos, o boletim sofreu várias transformações, inclusive no nome e seguiu acompanhando as tendências de comunicação.

Tabela 1: de evolução de o Diocesano com o passar dos anos

1970 a 08/1997	O informativo utilizava uma estética simples e alternativa. Em primeiro momento foi rodado em mimeógrafos em preto e branco. A paginação variava entre quatro e cinco páginas. Apesar de sessões no jornal, não havia edições engessadas, sendo o conteúdo mandatório para a diagramação.
09/1997 a 2000	Passa a ter a diagramação estilo jornal.
2001 a 2013	Passa a ter 12 páginas. Estilo jornal. Editorias pré-definidas. Colorido.
2013 a 2015	Passa a ter 24 páginas. Estilo jornal. Editorias pré-definidas. Colorido.
2016 -03/2020	Passa a ser revista com 24 páginas. Editorias pré-definidas. Colorido. Versões impressa e digital.
04/2020 - 03-2021	Tem sua produção interrompida por conta da pandemia
03/2021 - atualmente	Retorna como revista com 24 páginas. Editorias pré-definidas. Colorido. Apenas na versão digital.

Fonte: Elaborado pela autora

Rede de Mídias Católicas Diocesana

A partir da atuação da agência de publicidade, em 2013, novos veículos são incorporados e formou-se o que chamaremos de “Rede de Mídias Católicas Diocesana”. Essa rede é formada por: periódico mensal (O Diocesano), um portal na internet (www.diocesevr.com.br), mídias digitais (Facebook e Instagram @diocesebpvr) e canal no YouTube (diocesebpvr) e uma rádio comercial Sintonia do Vale 98,9 FM (www.sintoniadovale.com.br).

A criação da Rede de Mídias Católicas Diocesana foi pensada como forma de unificar o discurso, uma vez que O Diocesano e a Rádio Sintonia do Vale não eram integrados. Não pareciam pertencer à mesma diocese e, portanto, geravam ruídos, duplicidade e erros de informações aos fiéis. A necessidade de unificar os meios de comunicação, integrou não apenas os veículos e os equipamentos, mas, sobretudo, os recursos humanos, sem demissões. Ao elaborar o plano de ação de unificação, houve uma reformulação dos meios existentes e conseqüentemente a sistemática de trabalho, os gastos com a produção de conteúdo e distribuição.

Para manter os custos, cada vez maiores, foi implementada uma ação de captação de verba com o lançamento da campanha de sócio evangelizador. A campanha se deu após o bispo da época, dom Francisco Biasin, “comprar” uma emissora de rádio para a diocese a partir de doações dos fiéis, que se incomodavam com o fato de não existir uma emissora católica legalizada na região. Em 2020, com a pandemia, a produção de O Diocesano foi suspensa. Nem mesmo a sua versão digital foi mantida neste momento. A campanha de sócios perdeu fôlego e a diocese se viu com menos recursos financeiros para manter os meios de comunicação. É nesta época que rompe com a agência de publicidade local e diminui o quadro de funcionários ligados ao setor de comunicação. Com a necessidade de evitar novos prejuízos, investe em divulgação de patrocínio e venda de anúncios para os seus veículos. Para isso, abre espaço na sua programação da rádio com venda de horário para um locutor da região Sul Fluminense, que mais tarde acaba por assumir toda a parte comercial da rádio. Esse locutor foi líder de audiência em outra rádio, ligada aos evangélicos, por décadas. Teve uma passagem breve pela rádio católica da diocese entre os anos de 2013 e 2015. Deixou a rádio para assumir a sociedade de uma outra empresa radiofônica. (MASSARO, 2015 porém o empreendimento não durou muito. O sócio dele, Gothardo Netto, ex-prefeito de Volta Redonda pelo Partido Verde (2005-2008), foi preso em 2020 acusado de ligação com um esquema de contratação de serviços de saúde de forma irregular pelo governo do Estado. Gothardo é dono de um hospital em Volta Redonda. “Segundo as investigações, o Hospital Hinja, que é de propriedade de Gothardo, teria depositado mais de R\$ 550 mil nas contas do escritório de advocacia da mulher do governador no período de agosto de 2019 e maio de 2020”. (G1, 2020).

Após o ocorrido, o locutor negocia a sua volta à rádio Sintonia do Vale em 2020. E desta vez, além do seu programa, assumiu também a parte comercial da

rádio católica até os dias atuais. Em 2022, esse mesmo locutor gravou um vídeo para apoiar ato durante a campanha de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais. Apesar de ter estúdio próprio, ao gravar o vídeo deixou que a logo da rádio católica aparecesse no vídeo, dando a impressão de que esse era um posicionamento da Igreja. Tal vídeo gerou uma série de manifestações contrárias e de cobrança da Igreja por parte de leigos e padres. Na época, a diocese chegou a emitir uma carta se isentando da participação, mas nenhuma sanção foi imposta ao locutor pela veiculação do material com a logo da rádio católica. Os benefícios econômicos trazidos pelo seu retorno e atuação comercial falam mais alto.

Figura 1: Nota de Esclarecimento emitida pela Diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda para se isentar de vídeo



**DIOCÊSE DE
BARRA DO PIRAI
VOLTA REDONDA**

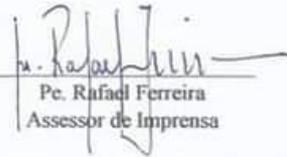
NOTA DE ESCLARECIMENTO

A Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, proprietária legal da Rádio Sintonia do Vale 98,9 FM, vem a público esclarecer sua posição acerca de um determinado vídeo viralizado nos últimos dias nas redes sociais.

Esclarecemos que o referido vídeo foi gravado e veiculado por iniciativa particular do Sr. Dário de Paula, locador do horário matinal e que tem toda a responsabilidade sobre o conteúdo do programa por ele mesmo apresentado. Ressaltamos que o vídeo em questão foi gravado nos estúdios particulares do Sr. Dário de Paula, divulgado em suas mídias pessoais e **em nenhum momento foi apresentado na programação da Rádio Sintonia do Vale.**

Embora o nome de nossa rádio pudesse ser lido no painel ao fundo no momento da gravação, afirmamos e reiteramos que, mesmo salvaguardando, em nome da democracia, o direito de todo cidadão expressar suas convicções políticas, enquanto instituição não assumimos posições político-partidárias, apesar de reconhecer a importância da política enquanto “a forma mais sublime de viver a caridade”, como afirmou o Papa Pio XI e ratificou São Paulo VI.

Volta Redonda, 01° de agosto de 2022.



Pe. Rafael Ferreira
Assessor de Imprensa





Pe. Raphael G. Duque
Assessor Diocesano da PASCOM



Douglas Gonçalves
Diretor da Rádio Sintonia do Vale

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DE CONTEÚDO DE O DIOCESANO

Este capítulo é dedicado à análise do boletim O Diocesano, utilizando a metodologia de pesquisa qualitativa com Análise de Conteúdo. A organização desta análise segue, portanto, as etapas de pré-análise e exploração do material, seguidas do tratamento e interpretação dos dados (BARDIN, 2011).

Para tanto analisamos as 32 edições impressas do boletim entre 1970 e 1973 disponíveis para consulta na Cúria Diocesana e 36 edições entre 2020 e 2023, disponíveis para acesso no site da diocese. Listamos os termos mais recorrentes, sobretudo no que diziam respeito à democracia, Governo e segurança nacional, que ganharam maior relevância na nossa pesquisa e no contexto que analisamos, conforme será explicado em detalhes no item 4.10.

Realizamos pesquisa quantitativa, ou seja, verificando a quantidade de vezes que certas palavras e expressões aparecem em ambas as fases analisadas. Apesar de utilizar a pesquisa quantitativa, não se trata daquele modelo da primeira metade do século XX, que o método da Análise de Conteúdo estava fortemente marcado pela quantificação. Na dissertação mesclamos os dois tipos de pesquisa, uma vez que entendemos que as abordagens quantitativa e qualitativa não têm o mesmo campo de ação, mas podem dialogar. (BARDIN, 2016).

4.1 – A pré-análise

A Pré-Análise é a primeira etapa da organização da Análise de Conteúdo. Nesta fase, o pesquisador começa a organizar o material de maneira a separar o que será útil à pesquisa. Para tanto sistematizamos as ideias preliminares nas seguintes etapas: a leitura flutuante; escolha dos documentos; constituir o *corpus* com base na exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência e formulações de objetivos e hipóteses e a formulação de indicadores, as quais darão fim à preparação do material como um todo (BARDIN, 2004).

Durante a leitura flutuante observamos quais documentos poderiam ser de fato utilizados na análise de conteúdo e quais teriam melhor utilidade como fontes bibliográficas, devido à variedade de documentos sobre o tema. Nesta etapa classificamos documentos, relatórios e arquivos de algumas instituições como fontes bibliográficas. Sendo elas: a Comissão da Verdade, cartas divulgadas e arquivadas no Museu Memória e História, fotos, depoimentos e estudos presentes no acervo sobre o bispo e a época da ditadura, depositados nos Centro de Memória do Sul Fluminense e em outros arquivos nacionais.

Foi nesta fase de leitura flutuante que percebemos que o jornal O Diocesano era um ponto comum de citação dessas instituições. O informativo foi usado por estudantes e pesquisadores, sobretudo nas áreas de estudos ligadas à memória e historicidade, porém não encontramos pesquisas aprofundadas ligadas à comunicação e mídias que falassem sobre o informativo, apesar de também ter sido utilizado como fonte da imprensa na época. Foi então que concluímos a relevância do informativo e a pertinência da análise mais aprofundada sobre ele, sob os aspectos e teorias da comunicação. Definimos assim o limite do nosso corpus, ou seja, que usaríamos a metodologia de análise de conteúdo focada em O Diocesano, e os demais materiais (entrevistas, cartas, reportagens, livros e outros trabalhos) como fonte complementar para entender o contexto social, político e histórico do nosso objeto de estudo. Desta forma, foi preciso ampliar o nosso período da análise.

Não seria mais, como no início do projeto, centrado na época da ditadura militar, mas faríamos uma análise comparativa de dois momentos diferentes do informativo: primeira fase - anos 1970 -1973 e segunda fase - anos de 2020 - 2023. Essa ampliação do período analisado do informativo e apoio das demais fontes nos auxiliaram na proposta de representatividade sugerida por Bardin, ou seja, amostra adequada de materiais que capturem a diversidade do nosso estudo.

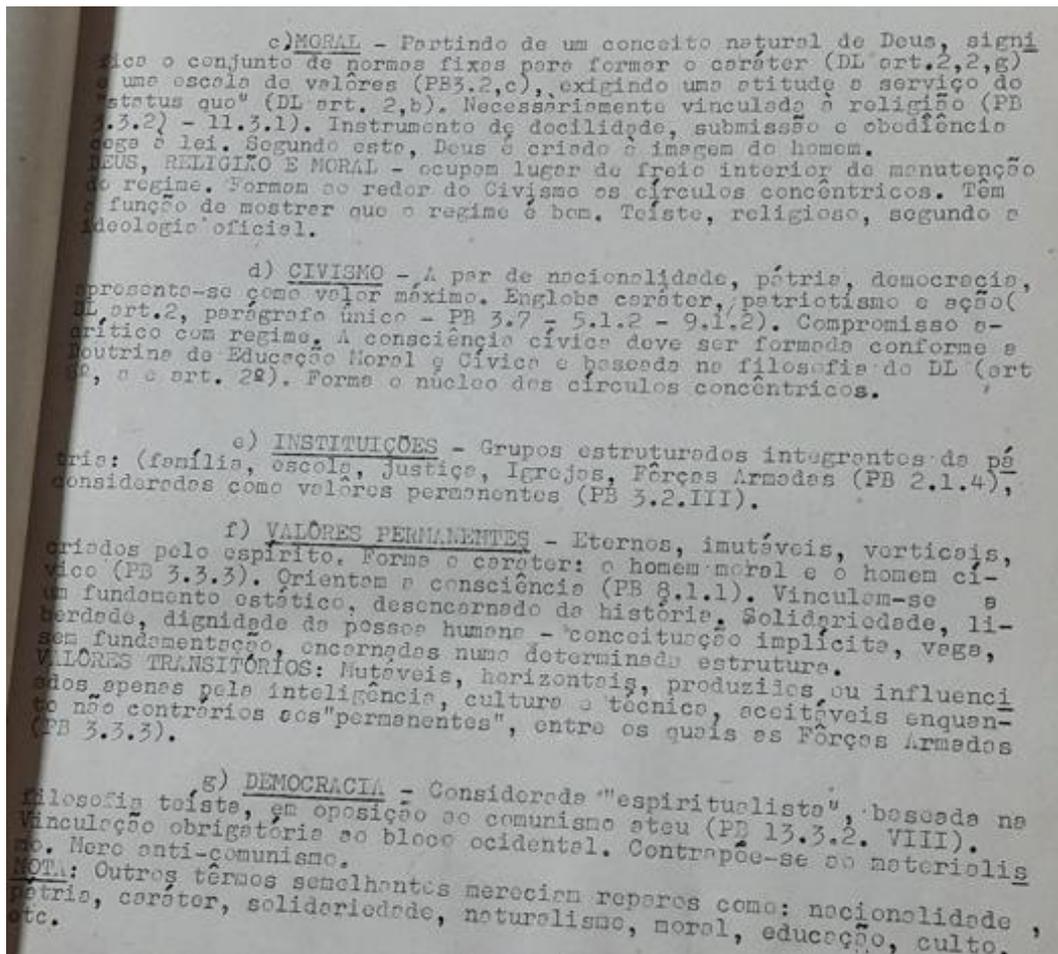
Os períodos de amostragem propostos também seguiram critérios para estabelecer um equilíbrio e uma justa interpretação. São analisados três anos de informativos de cada fase. Ambas as fases são de lançamentos. A primeira trata-se da criação de um informativo impresso e a segunda do lançamento desse informativo agora em versão unicamente digital: dois projetos que seguiam as tendências das épocas em que estavam inseridos. Ambas as etapas acontecem num cenário de descredibilização da democracia, num contexto de defesa do autoritarismo, com discursos sociais ligados à ditadura. Portanto, definimos como

critérios de inclusão e exclusão, da codificação dos dados de maneira uniforme e da aplicação consistente dos procedimentos de análise, o emprego ou exclusão de palavras ligadas a esse cenário. Ou seja, nossa pré-análise foi organizada de maneira a fornecer informações úteis e significativas para responder às suas perguntas de pesquisa e alcançar os objetivos analíticos, ou seja, tentar entender se há interferência do neoliberalismo e, em que intensidade se dá, para investigar as principais causas que modificaram o discurso de O Diocesano ao longo dos anos.

4.2 Exploração do material

Dando continuidade, chegamos a próxima etapa da análise de conteúdo: a exploração do material. Esta etapa tem por finalidade definir a categorização ou codificação do estudo proposto. Desta forma, a descrição analítica procura evidenciar o estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). No método de Bardin (2010) as categorias podem ser definidas a priori ou a posteriori. Nesse estudo, definimos as categorias a posteriori, ou seja, após a sistematização de elementos e do resultado progressivo das palavras definidas diante do processo analítico. Para tanto analisamos 32 edições impressas do boletim entre 1970 e 1973 e 36 edições entre 2020 e 2023. As edições impressas foram fotografadas no arquivo da diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda na cúria diocesana. As edições de versão digital foram acessadas e salvas do arquivo disponível no site da diocese. Estabelecemos análise baseada em elementos utilizados dentro do universo da democracia, direito, justiça comunicação e liberdade social. Para isso utilizamos a contagem das palavras: Anticomunismo, Bem-comum, Censura, Comunicação, Comunismo, Comunista, Democracia, Democrático (a), Desenvolvimento econômico, Direito, Direitos humanos, Forças Armadas, Governo, Imprensa, Independência, Jornal (ais), Justiça, Liberdade, Luta, Marx, Marxismo/marxista, Militar, Nazi-fascismo, Pátria, Povo de Deus, Segurança, Vaticano II, Violência e as palavras próprias das diferentes épocas analisadas: AI-5, Fake News, Notícias Falsas, Covid e Pandemia. Para ilustrar, elaboramos uma nuvem de palavras com os termos mais recorrentes nas fases analisadas.

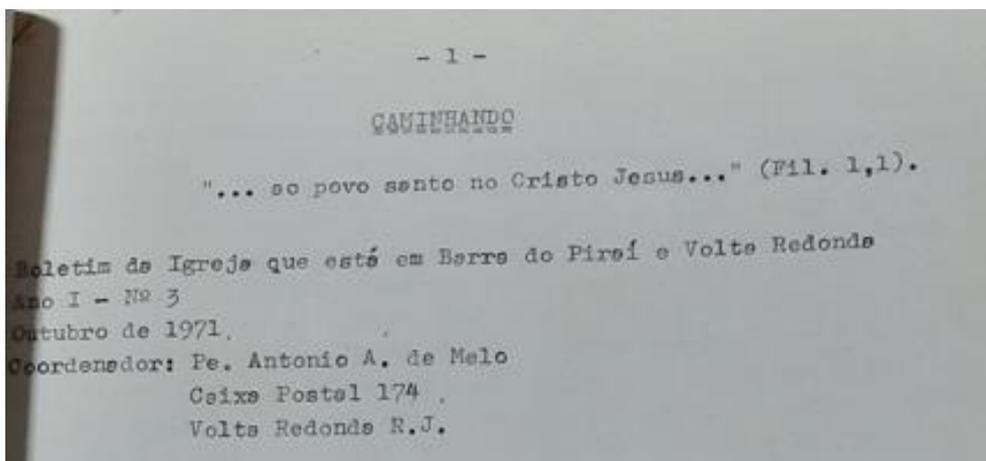
Figura 3: Dicionário de termos pertinentes à época



Fonte: Arquivo Boletim O Diocesano - Volume I - 1970 - 1073 - Edição de setembro de 1970, página 22.

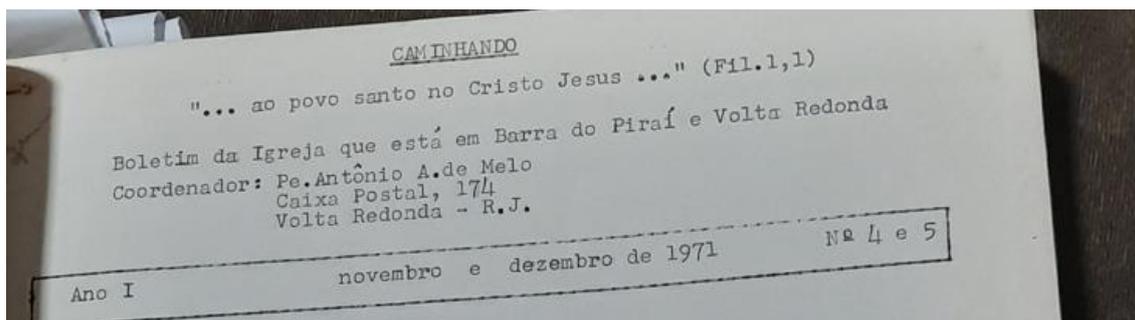
Já no segundo ano do jornal, em 1971, O Diocesano passa a se chamar "Caminhando". Na ocasião, além da mudança de nome, no cabeçalho inclui-se uma citação bíblica, informações como ano, número da edição, data de publicação, nome do responsável e caixa postal. Também inicia-se um processo contínuo de mudança estética e de organização do boletim. Nos meses de outubro e novembro de 1971 há duas mudanças no cabeçalho do boletim. Depois a mudança ocorre no mês de janeiro de 1972.

Figura 4: Cabeçalho com o nome Caminhando



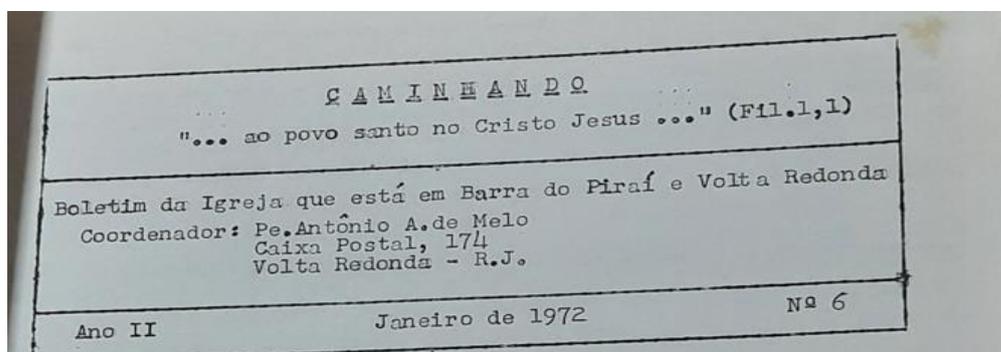
Fonte: Arquivo Boletim O Diocesano - Volume I - 1970 – 1073 - - Edição de outubro de 1971,
 página 75.

Figura 5: Cabeçalho modificado com o nome Caminhando



Fonte: Arquivo Boletim O Diocesano - Volume I - 1970 – 1073 - Edição de novembro de 1971,
 página 87.

Figura 6: Cabeçalho modificado mais uma vez com o nome Caminhando

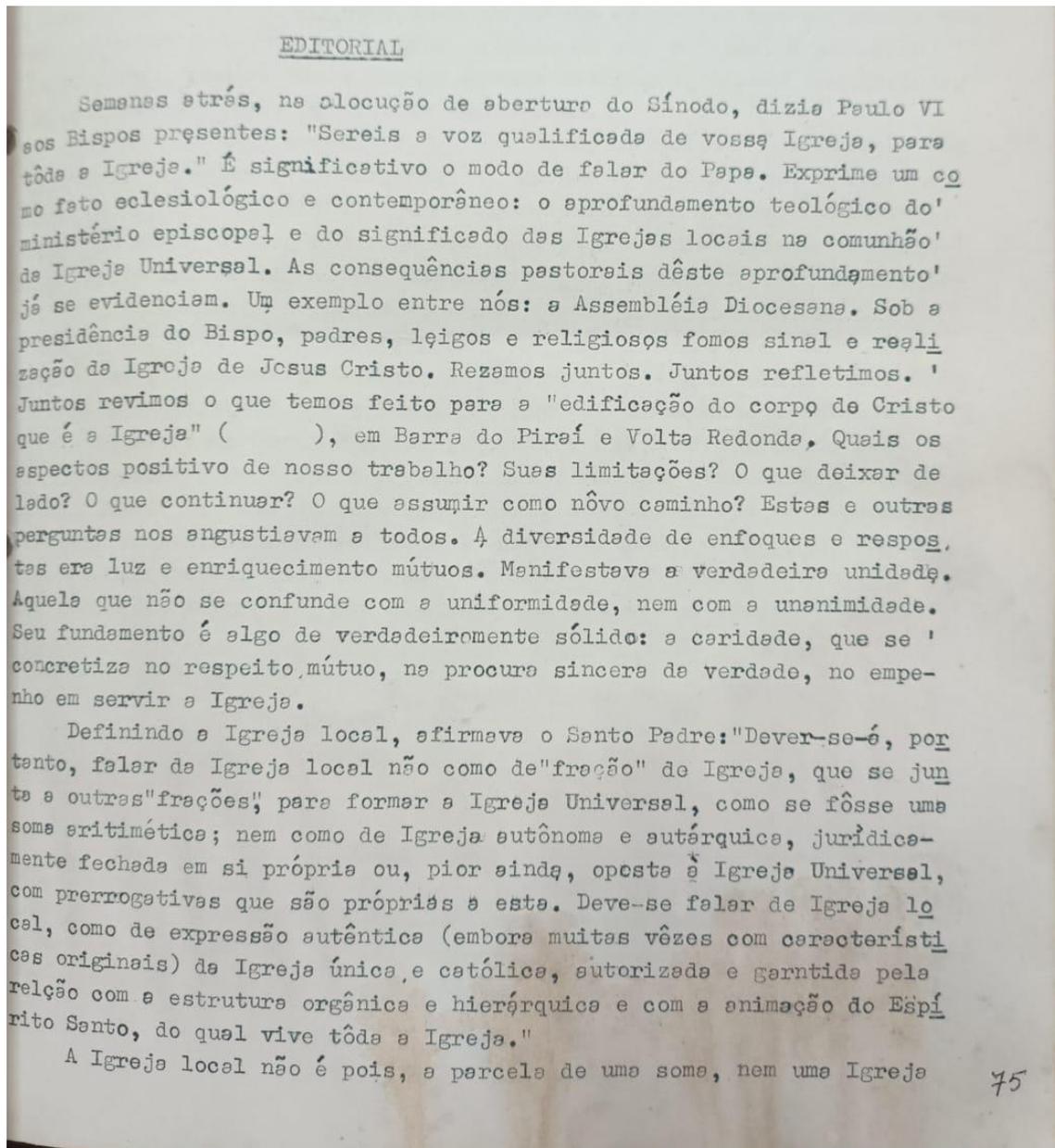


Fonte: Arquivo Boletim O Diocesano - Volume I - 1970 – 1073 - - Edição de janeiro de 1972,
 página 92.

4.2.1.1 Editoriais:

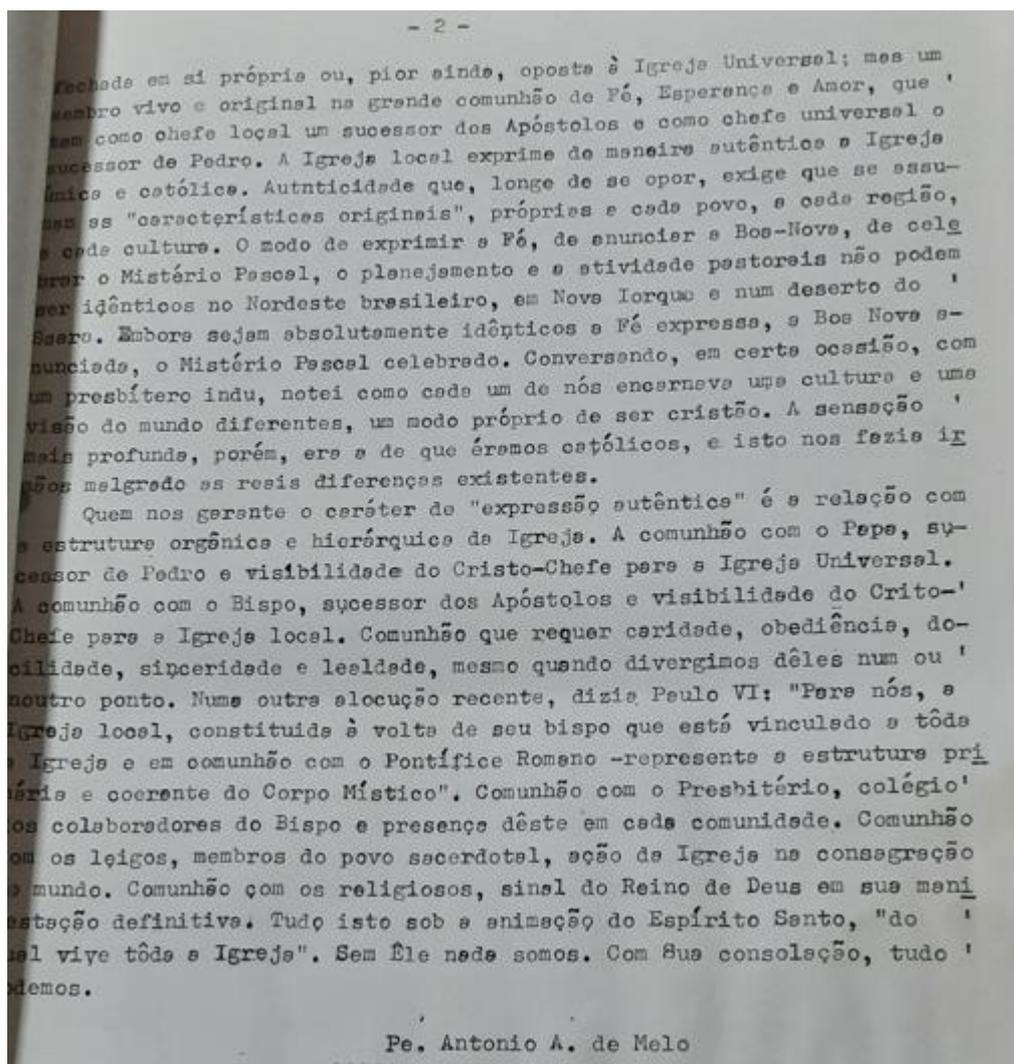
Em relação ao conteúdo, os editoriais são, em sua maioria, escritos pelo padre responsável pelo informativo. São dotados de textos que mesclam ora consciência política e econômica, ora indicações relativas à vida na Igreja e a novos procedimentos que surgem a partir do Vaticano II. No primeiro exemplo abaixo é apresentado um texto sobre indicações do Papa Paulo VI e como elas podem ser colocadas em prática pela Igreja de Barra do Piraí – Volta Redonda. A edição é de outubro de 1971. Quase um ano depois, em setembro de 1972, o editorial tem um caráter completamente diferente. Apresenta um texto crítico sobre os 150 anos de Independência do Brasil e os motivos pelos quais não podiam comemorar a data. “Como festejar 150 anos de independência política se estamos amordaçados? Se vemos a dignidade dos nossos irmãos desrespeitados ao máximo em nome de uma pretensa ‘segurança nacional’?”, diz parte do texto assinado pelo padre Antônio Alves de Melo, responsável pelo boletim na época.

Figura 7: Editorial de outubro de 1971 (parte 1)



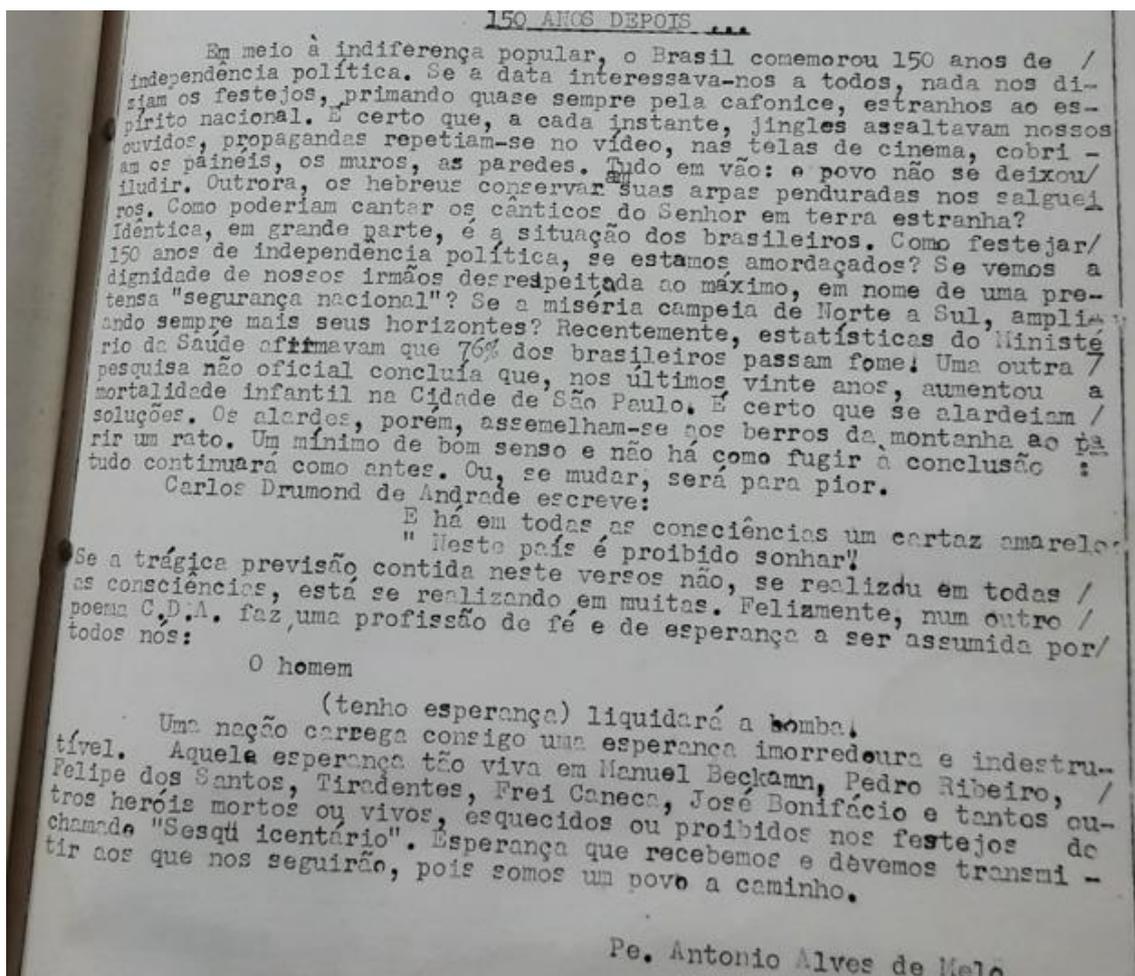
Fonte: Arquivo Boletim O Diocesano - Volume I - 1970 - 1073 - - Edição de outubro de 1971, página 75.

Figura 8: Editorial de outubro de 1971 (parte 2)



Fonte: Arquivo Boletim O Diocesano - Volume I - 1970 - 1073 - - Edição de outubro 1971, página 76.

Figura 9: Editorial – 150 anos depois

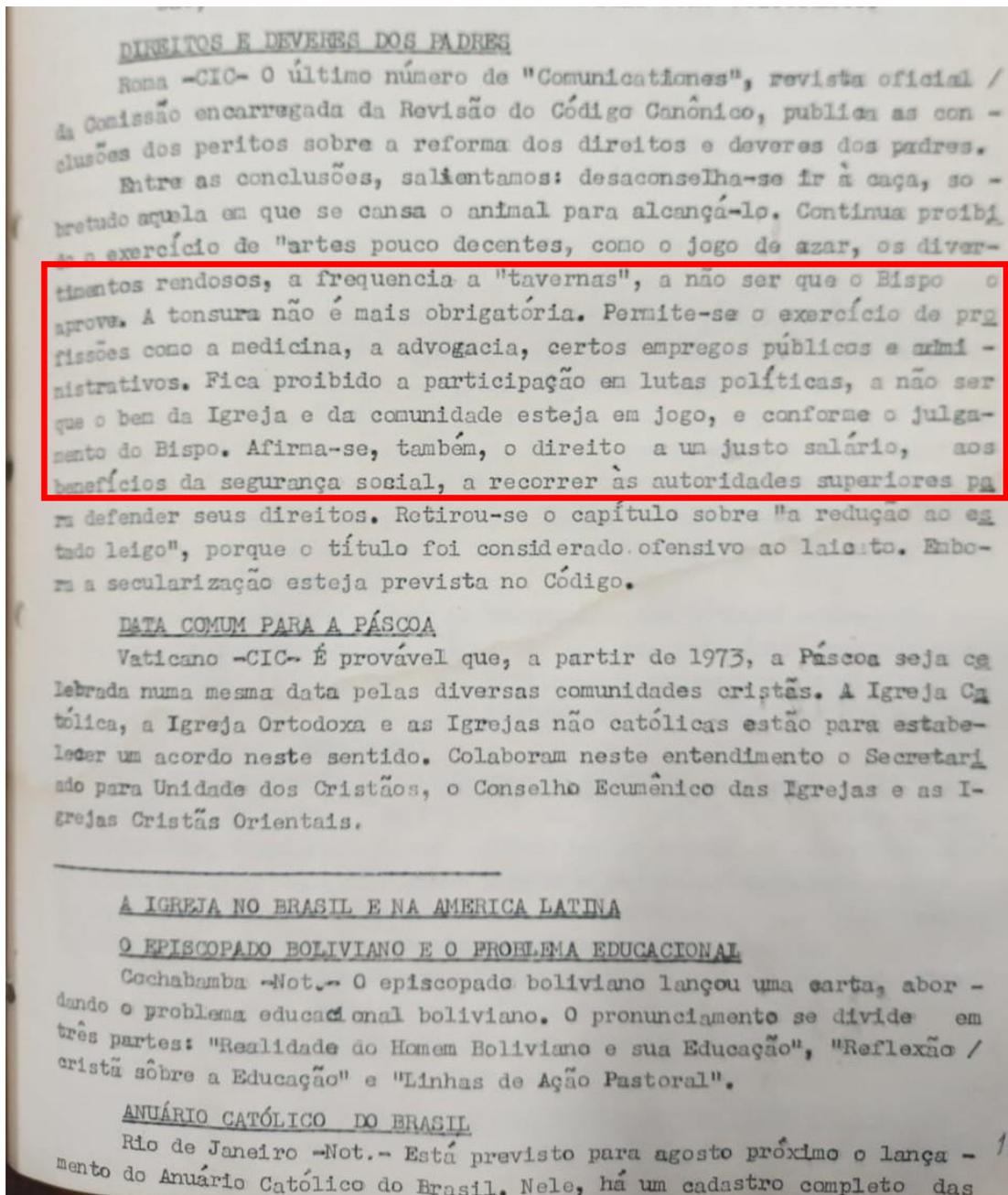


Fonte: Arquivo Boletim O Diocesano - Volume I - 1970 – 1073 - - Edição de setembro de 1972,
página 154.

4.2.1.2 Notícias e orientações

Nesta época, as orientações do Vaticano também aparecem ao longo do boletim como notícias ou mais tarde na editoria de Notícias da Igreja Universal. Era o momento vivido na Igreja. O exemplo abaixo é de fevereiro de 1972, com o título: direitos e deveres dos padres. O conteúdo traz parte das orientações do "último número de 'Communicationes', revista oficial da Comissão encarregada da Revisão do Código canônico".

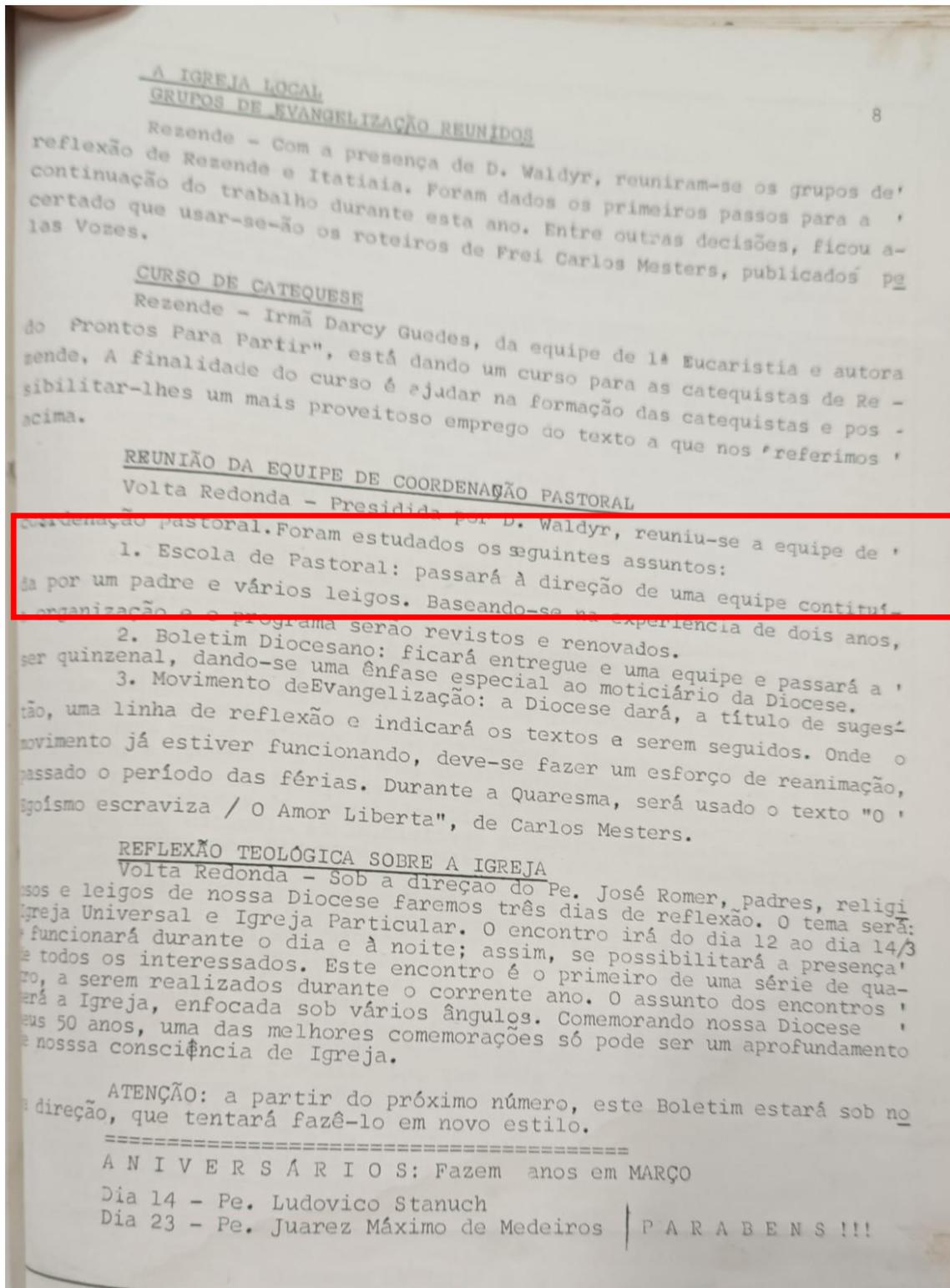
Figura 10: Orientações sobre lutas políticas



Fonte: Arquivo Boletim O Diocesano - Volume I - 1970 - 1073 - Edição de fevereiro de 1973, página 180.

Em fevereiro de 1973 comunica-se que uma equipe de leigos ficará responsável pelo Diocesano, que passará a ser quinzenal.

Figura 11: Sobre produção de O Diocesano

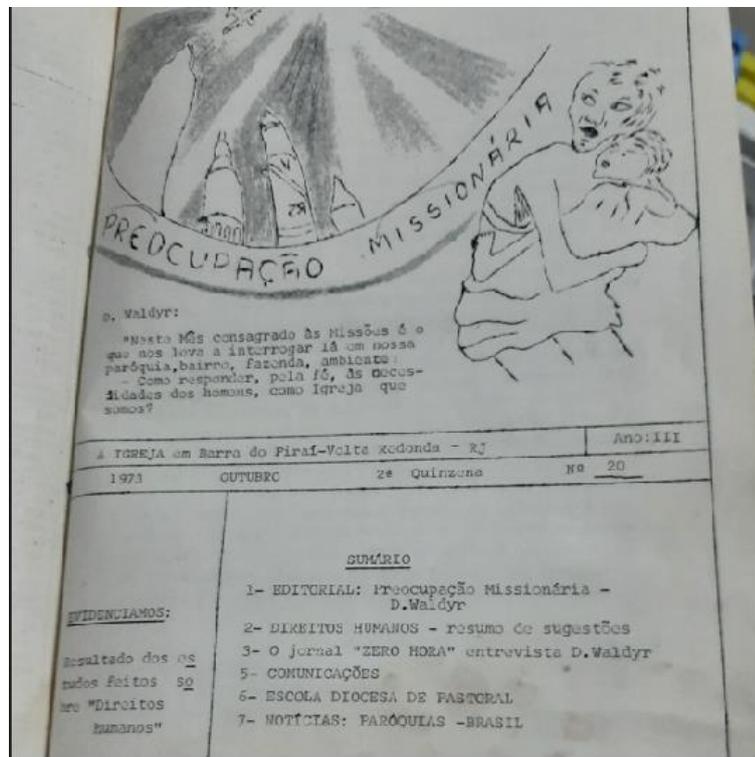


Fonte: Arquivo Boletim O Diocesano - Volume I - 1970 - 1073 - Edição de fevereiro de 1973, página 183.

4.2.1.3 Notícias internas de paróquias da diocese passam a ganhar mais destaque

Nos registros na cúria diocesana, após este informativo de fevereiro, o próximo disponível para consulta é de outubro de 1973. Não se sabe ao certo se as páginas foram arrancadas e por qual motivo. A paginação do livro volta a partir do número 214. Nesse novo formato, a capa passa a ser temática, trazendo ilustração correspondente à manchete e apresenta um sumário com o conteúdo que o leitor vai encontrar. O boletim passa a ser organizado por editorias, algumas fixas e outras que mudam de acordo com o momento. São alguns exemplos: editorial, direitos humanos, notícias do bispado, comunicações, viagens de dom Waldyr, escola diocesana de pastoral, sociais, notícias das paróquias (aqui inicia-se de maneira mais organizada a divulgação dos eventos e vida das paróquias como divulgação do trabalho que está sendo realizado em cada paróquia e menos orientações da cúria diocesana às paróquias) e notícias do Brasil.

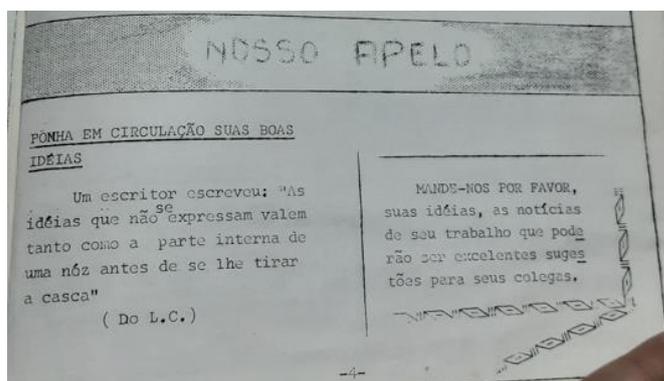
Figura 12: Mudança de capa e separação por editorias



Fonte: Arquivo Boletim O Diocesano - Volume I - 1970 - 1073 - - Edição de outubro de 1973 - 2ª quinzena, página 214.

Em novembro de 1973, o informativo passa a receber sugestões de temas e notícias vindas das próprias comunidades. É a partir de então que o veículo se volta mais para a divulgação do que acontece dentro da Igreja do que como veículo norteador do cenário nacional e local, com informações não-eclesiais.

Figura 12: Início do processo de recebimento de sugestões de notícias internas

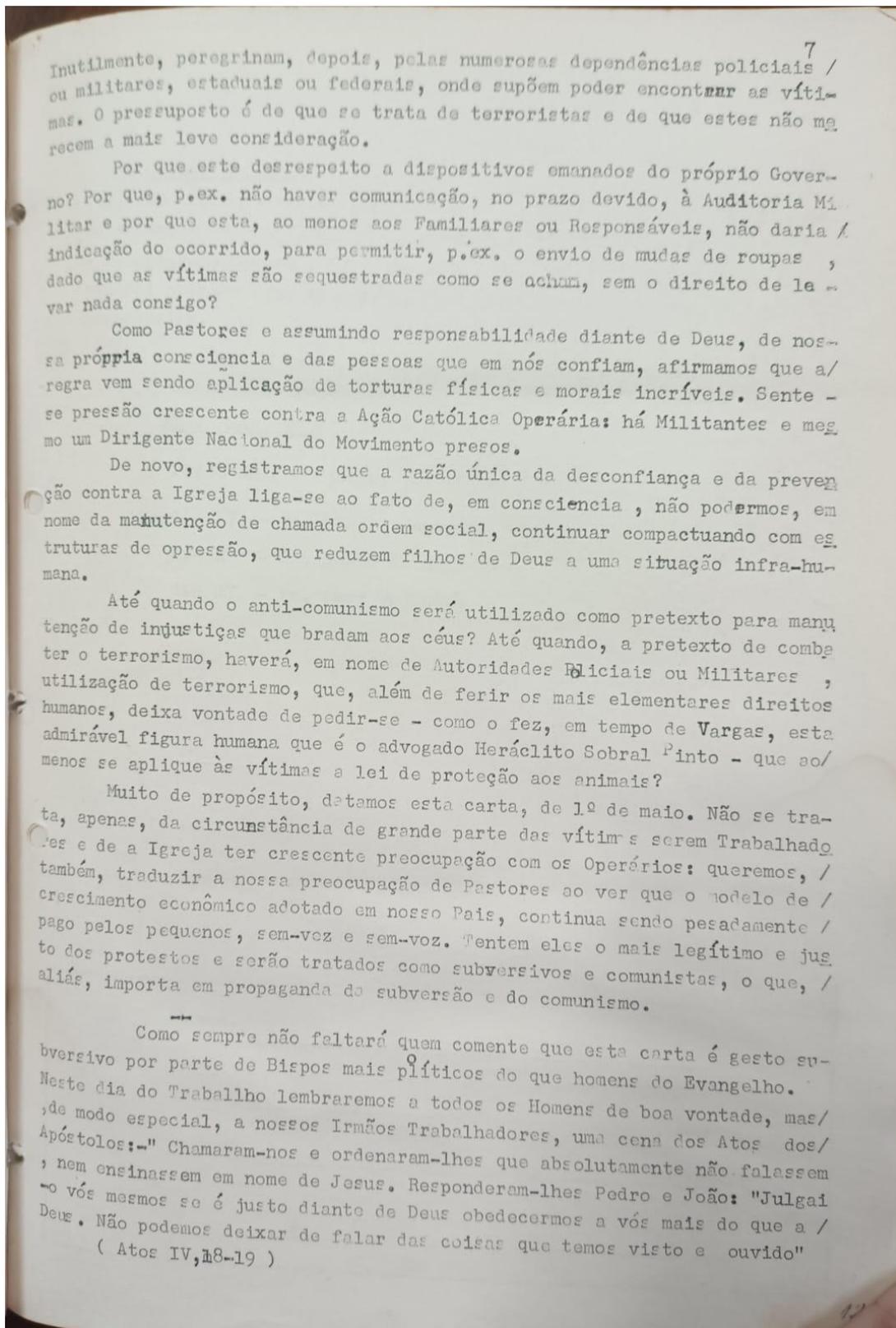


Fonte: Arquivo Boletim O Diocesano - Volume I - 1970 – 1073 - Edição de novembro de 1973, página 224.

4.2.1.4 Explicando o comunismo e o marxismo

Os temas democracia, marxismo e comunismo não deixam de ser citados no boletim católico mesmo diante do cenário de censura da ditadura da época e do medo da América Latina se tornar a nova União Soviética. A primeira edição abaixo é de junho de 1972 e questiona as arbitrariedades praticadas pelos militares para supostamente manter a ordem e a segurança nacional. Num dos trechos, o editorial pergunta: “Até quando o anticomunismo será utilizado como pretexto para manutenção de injustiças que bradam aos céus?”. Mais à frente a mensagem esclarece o posicionamento da Igreja em relação aos trabalhadores e modelo econômico vigente. “Muito de propósito, datamos esta carta de 1º de maio. Não se trata, apenas, da circunstância de grande parte das vítimas serem trabalhadores e de a Igreja ter crescente preocupação com os operários: queremos também traduzir a nossa preocupação de pastores ao ver que o modelo de crescimento econômico adotado em nosso país continua sendo pesadamente pago pelos pequenos, sem-vez e sem-voz”.

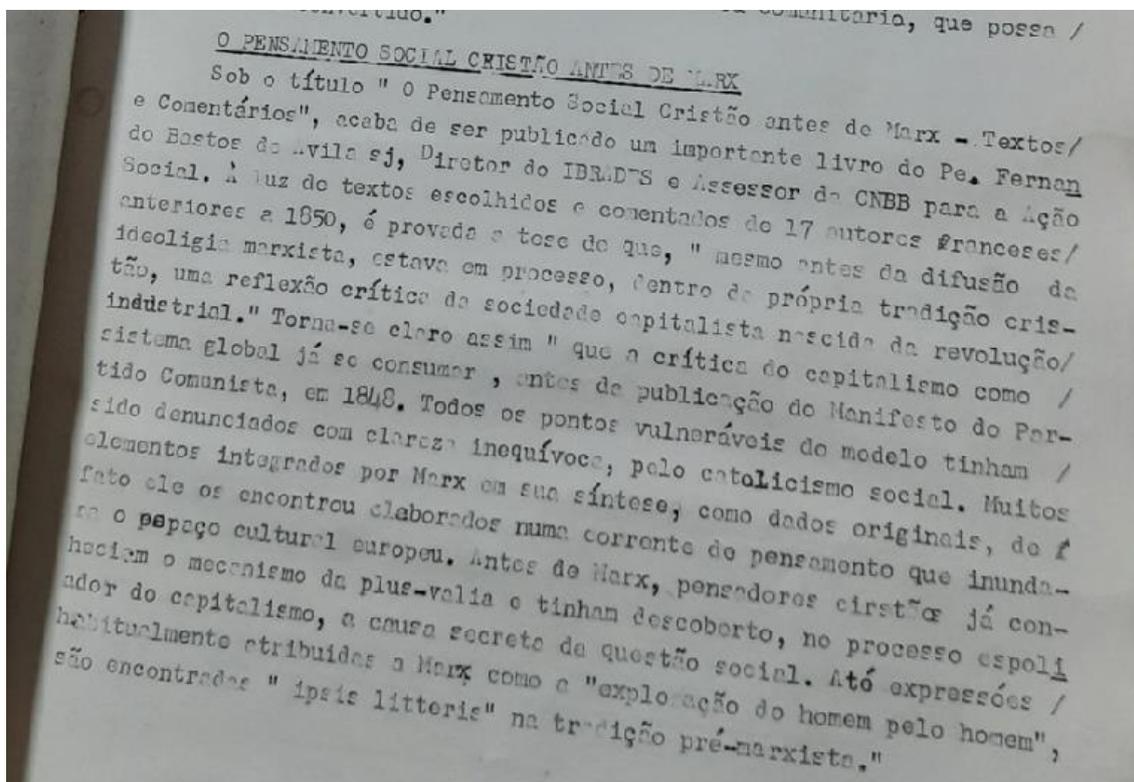
Figura 13: Texto sobre comunismo



Fonte: Arquivo Boletim O Diocesano - Volume I - 1970 - 1073 - Edição de junho de 1972, página

Um mês após o conteúdo acima, é redigida uma nota sobre uma publicação lançada por um padre, explicando que o pensamento social católico existe antes mesmo da teoria marxista. “Antes de Marx, pensadores cristãos já conheciam o mecanismo plus-valia e tinham descoberto, no processo espoliador do capitalismo, a causa secreta da questão social. Até expressões habitualmente atribuídas a Marx como a 'exploração do homem pelo homem' são encontradas *ipsis litteris* na tradição pré-marxista”, destacou a nota. Podemos notar uma necessidade de se distanciar do marxismo, embora não haja medo de falar sobre o assunto. Não é um tema censurado.

Figura 14: O pensamento Social Cristão antes de Marx

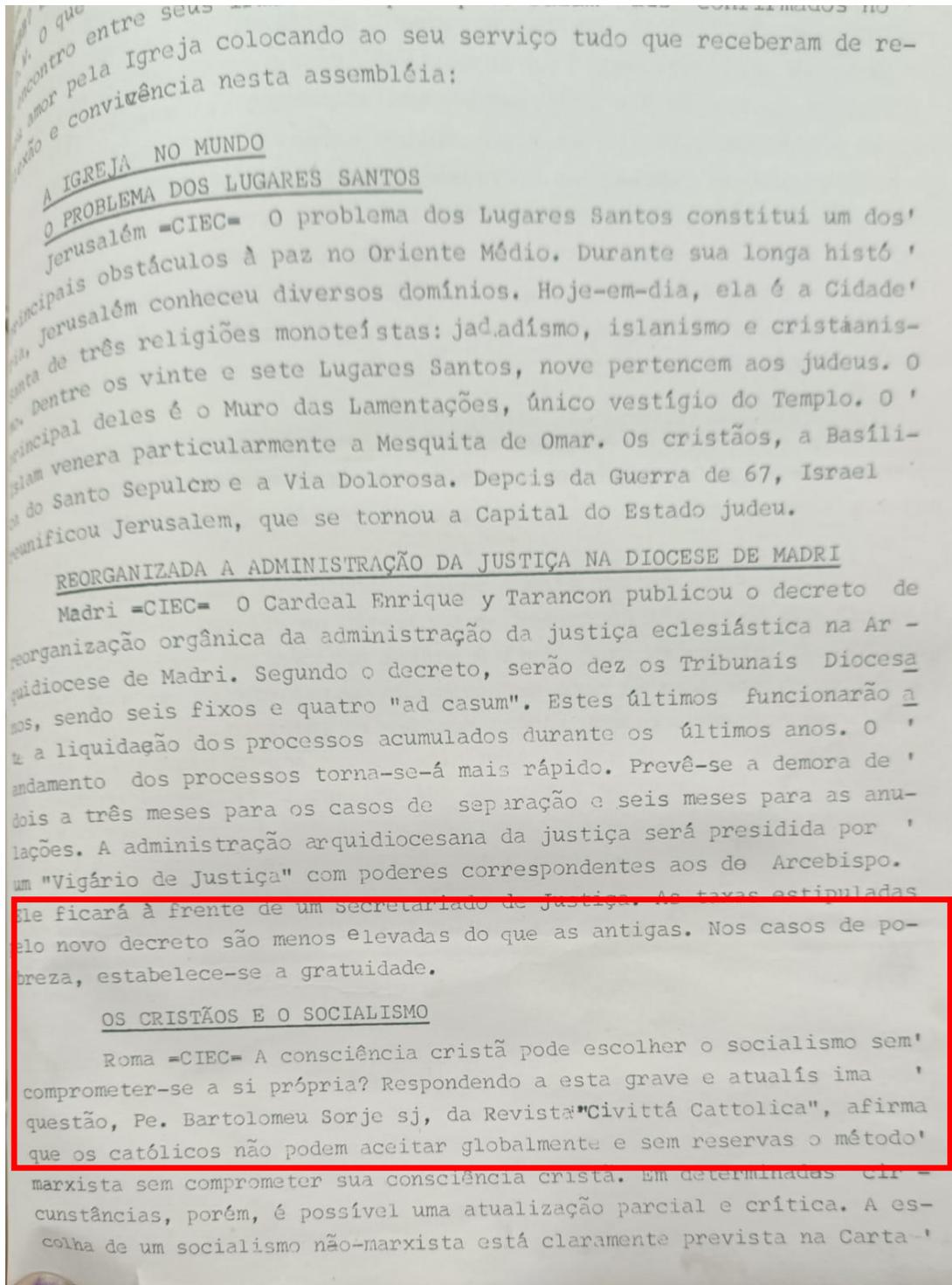


Fonte: Arquivo Boletim O Diocesano - Volume I - 1970 – 1073 - Edição de junho de 1972, página 135.

O mesmo acontece na edição de janeiro de 1973, quando o boletim apresenta, de certa forma, um diálogo entre socialismo e Igreja. Traz como pergunta: “A consciência cristã pode escolher o socialismo sem comprometer-se a si própria?”. Como resposta a afirmação de que não é possível se comprometer de forma global alinhada ao marxismo, mas é possível “uma atualização parcial e

crítica” sobre a realidade. Desde que “as liberdades fundamentais do homem sejam garantidas”.

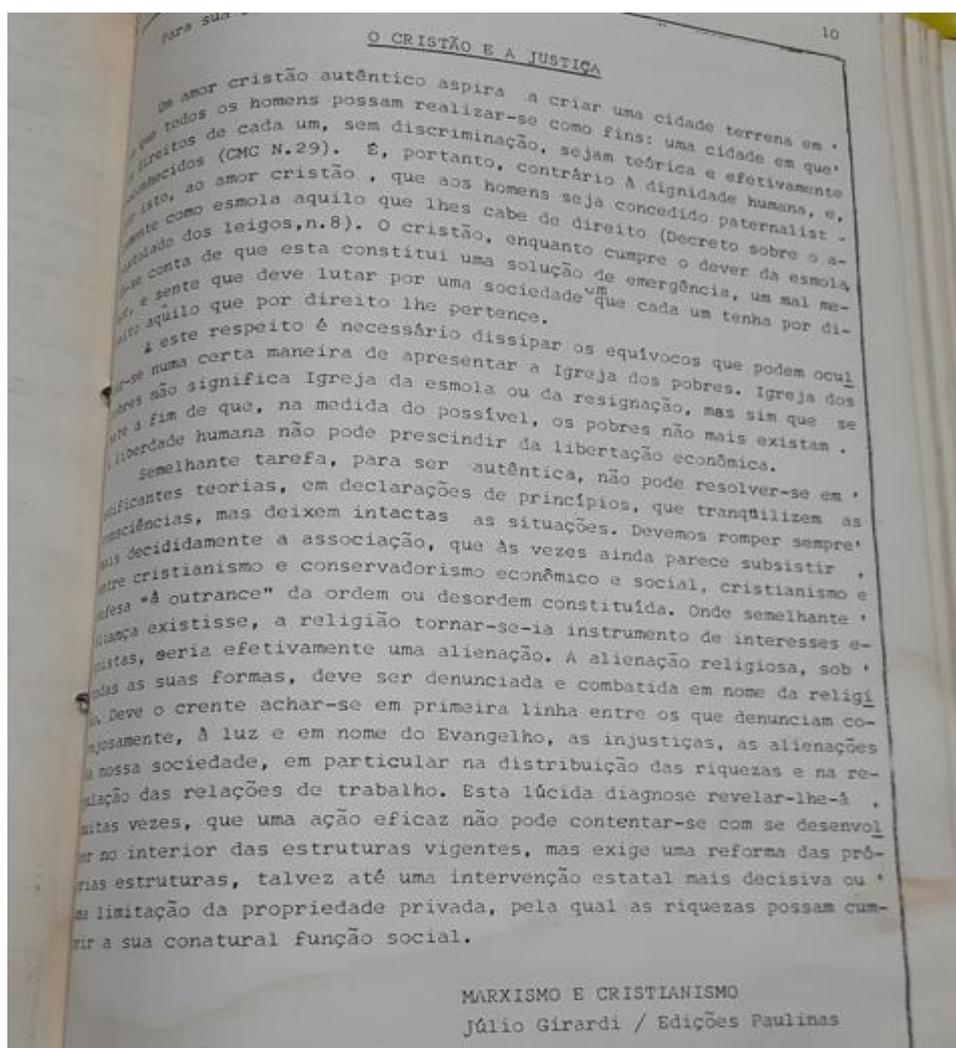
Figura 15: Os Cristãos e o socialismo



Fonte: Arquivo Boletim O Diocesano - Volume I - 1970 – 1073 - Edição de janeiro de 1973, página

Na edição de fevereiro de 1973 o Diocesano traz o texto de Júlio Girardi sobre marxismo e cristianismo. Classifico esse como o texto que resumiria o que se espera de um cristão comprometido com o social, independentemente de qualquer corrente ideológica, a fim de aproximar a prática social daquilo que prega o evangelho. O autor chama para a consciência de luta para a igualdade. “É, portanto, contrário à dignidade humana, e, por isto, ao amor cristão, que aos homens seja concedido paternalistamente (*sic*) como esmola aquilo que lhes cabe de direito (Decreto sobre os leigos, n.08)”. Aqui me lembra a famosa frase de dom Hélder Câmara: “Quando dou comida aos pobres, me chamam de santo. Quando pergunto por que eles são pobres, chamam-me de comunista”.

Figura 16: O Cristão e a Justiça



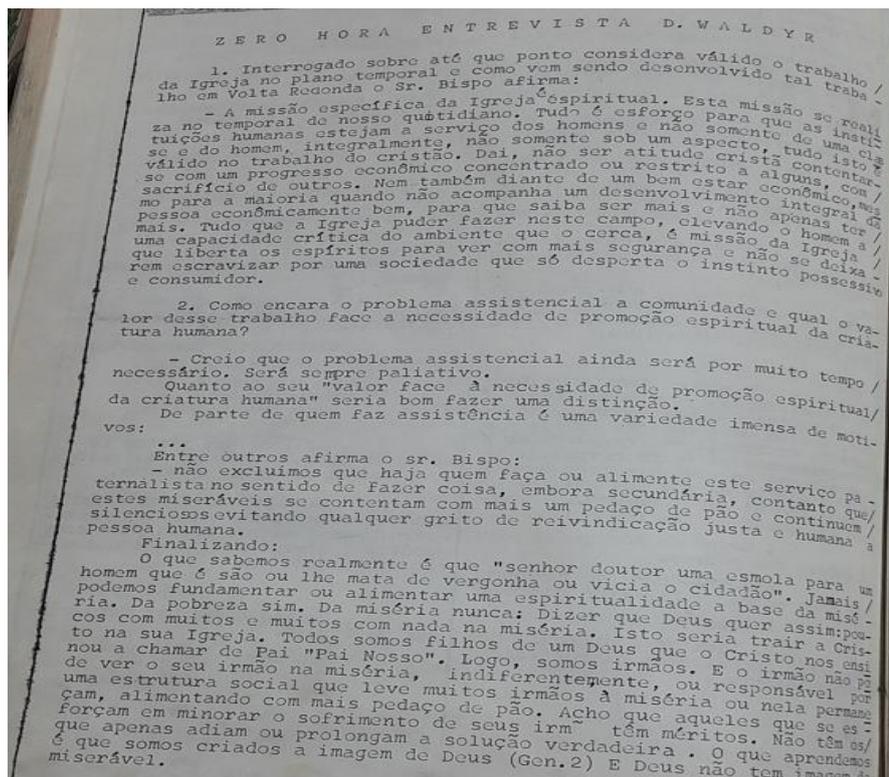
Fonte: Arquivo Boletim O Diocesano - Volume I - 1970 – 1073 - Edição de fevereiro de 1973, página 174.

4.2.1.5 Comunicação e liberdade:

Os temas: comunicação, imprensa, boletim, jornalista e censura aparecem com frequência nas edições entre 1970 e 1973. O informativo revela conteúdos com denúncia de censura por parte do Regime Militar, fortalecimento da comunicação dentro das comunidades católicas, apoio à imprensa comprometida com a verdade e mídias alternativas como o próprio boletim e ainda denúncias de notícias falsas publicadas em jornais pró-ditadura e contra a Igreja Católica. Assim como mencionado neste trabalho, dom Waldyr era fonte e notícia para os veículos de comunicação. Ora para aclamá-lo como opositor ao regime, ora para acusá-lo de subversão.

Na edição de novembro de 1973, o boletim reproduziu entrevista que dom Waldyr Calheiros concedeu ao jornal Zero Hora²⁴.

Figura 17: Zero Hora entrevista dom Waldyr

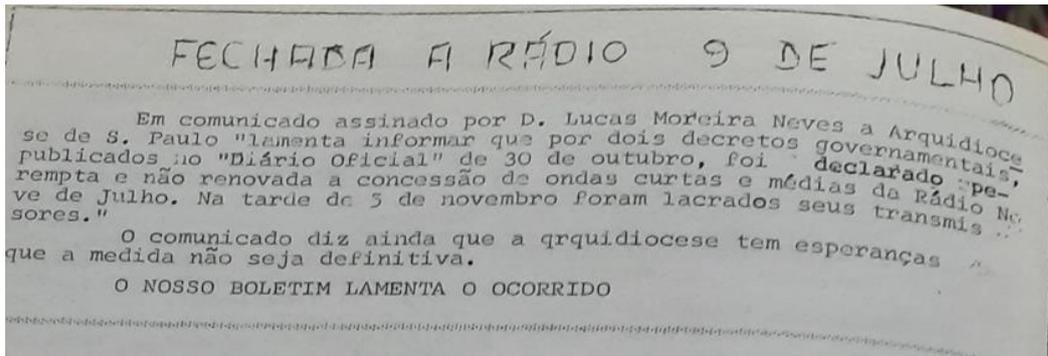


Fonte: Arquivo Boletim O Diocesano - Volume I - 1970 – 1973 - Edição de novembro de 1973, página 216.

²⁴Zero Hora é um jornal brasileiro de circulação diária, com base em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O jornal foi fundado em 1964 por Ary de Carvalho, e é controlado pelo Grupo RBS.

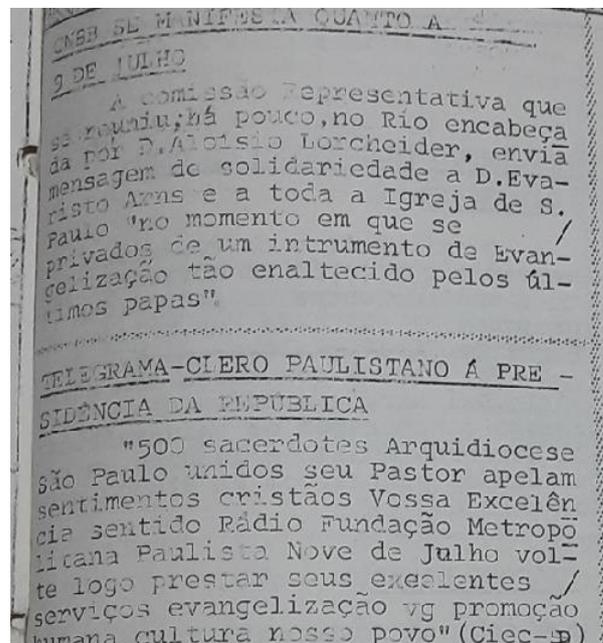
Na mesma edição, o boletim traz Denúncia de censura na rádio 9 de julho. A rádio pertencia à Arquidiocese de São Paulo, sob o comando de dom Evaristo Arns.

Figura 18: Fechada a rádio 9 de julho



Fonte: Arquivo Boletim O Diocesano - Volume I - 1970 – 1073 - Edição de novembro de 1973, página 225.

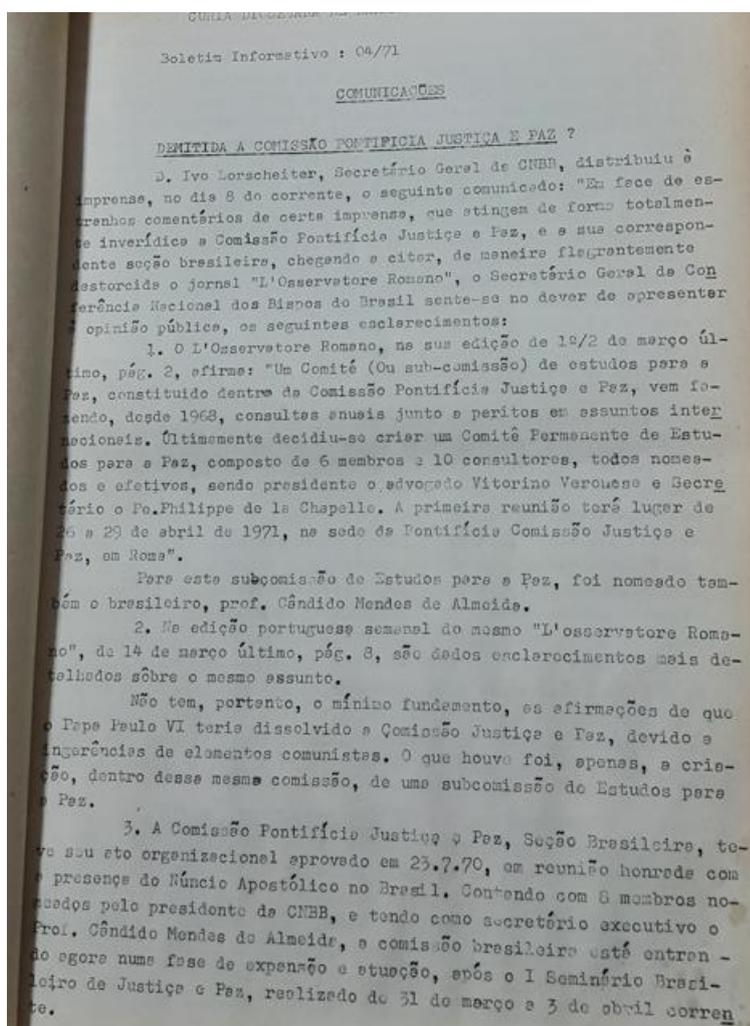
Figura 19: CNBB se manifesta quanto a rádio 9 de julho



Fonte: Arquivo Boletim O Diocesano - Volume I - 1970 – 1073 - Edição de novembro de 1973, página 227.

O diocesano também faz críticas à imprensa. Como em abril de 1971, na edição que apresenta um texto sobre notícia falsa que teria sido veiculada por “certa imprensa”. Não detalhando a qual veículo se referia, porém informa que diferentemente do que foi veiculado, a Comissão Pontifícia Justiça e Paz não foi demitida por Paulo VI. “Não tem, portanto, o mínimo fundamento as afirmações de que Paulo VI teria dissolvido a comissão justiça e paz devido à ingerência de elementos comunistas”.

Figura 20: Demitida a Comissão Pontifícia Justiça e Paz

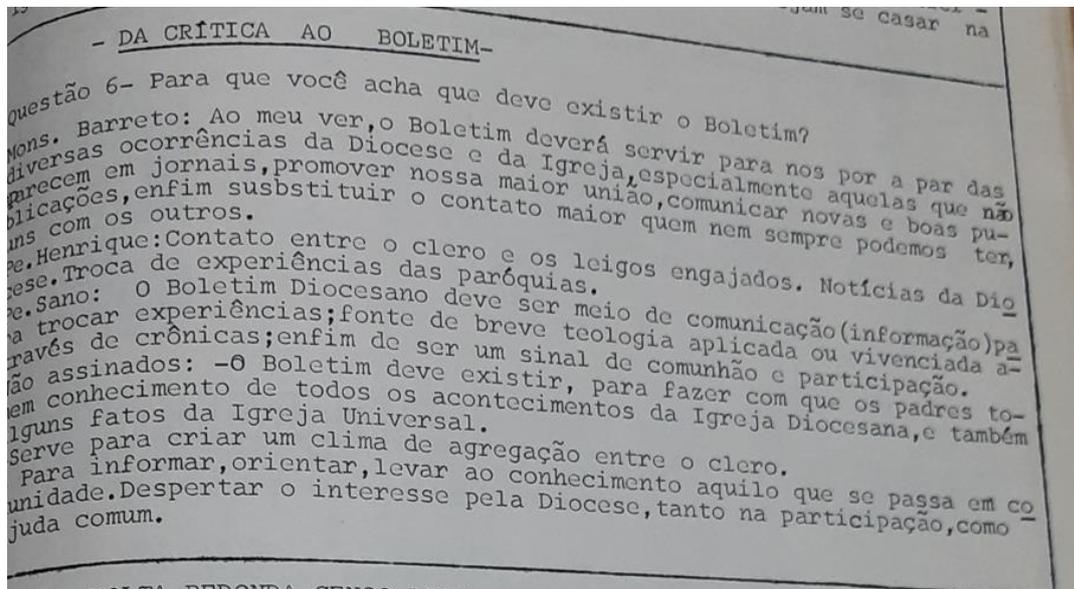


Fonte: Arquivo Boletim O Diocesano - Volume I - 1970 – 1073 - Edição de novembro de 1973, página 57.

Na edição de dezembro de 1973, o informativo apresenta a opinião e vontade do clero sobre a linha editorial do veículo. É interessante observar que os padres solicitam uma maior divulgação de notícias da diocese e da Igreja. E não

citam, por exemplo, as notícias do Brasil e contexto social. O que indica uma inversão da proposta inicial de O Diocesano.

Figura 21: Da crítica ao boletim



Fonte: Arquivo Boletim O Diocesano - Volume I - 1970 – 1073 - Edição de dezembro de 1973, página 228.

Na análise de conteúdo dessa primeira fase, observamos dois elementos principais: o texto e como esse texto é disponibilizado. Os textos trazem temas pertinentes à época e provocações do ambiente externo à Igreja. A maior motivação em relação à divulgação de denúncias surgiu após a perseguição de padres e leigos. Quando a Igreja passa a se posicionar contra a ditadura, surge uma indagação dos conservadores, sugerindo que se a Igreja é contra os militares e manutenção da ordem, ela pode estar a favor do comunismo e da filosofia marxista. Então, os textos passam a explorar essa temática, de forma a justificar o posicionamento do Igreja e distanciá-lo de uma ideologia meramente marxista. Notamos que alguns textos mostram que existe alguma convergência do pensamento do Evangelho e de Marx, mas explicita que o modo de pensar o social pela Igreja existe antes de Marx. A questão é que a Igreja não deixa de se posicionar por conta do medo de ser mal-interpretada. Ela se explica em vez de se omitir. Em relação à disposição do texto, notamos uma liberdade no escrever, em certos casos até mesmo com erros. Nesta

época, o diocesano era coordenado por um padre e a equipe era formada por leigos, mas nenhum profissional de comunicação. O veículo é datilografado e com o passar do tempo sofre modificações estéticas e de diagramação. Apesar de estabelecer editorias, o jornal não delimita seu conteúdo a elas. O texto, a mensagem e importância da publicação da época são mais importantes do que se enquadrar no padrão de diagramação.

4.2.2 Conteúdo Revista 2020 – 2021

Iniciamos a análise de conteúdo partindo da ausência dele. Com a pandemia, criou-se o receio de recebimento de pessoas e de correspondências em casa. Com o passar do tempo, porém, os serviços ligados aos Correios tiveram aumento na procura, gerando inclusive transtornos.²⁵ Esse foi um dos fatores geradores da decisão de interromper a distribuição da revista O Diocesano na casa dos sócios evangelizadores. As revistas chegariam com atraso e, conseqüentemente, os boletos para pagamento também. Somado a isso, ocorre também a interrupção do trabalho presencial e a redução de mão de obra em comunicação da diocese, além da redução de gastos gerados pela impressão da revista, e a preocupação com a arrecadação foi maior do que os benefícios que essa comunicação poderia gerar, mesmo que se fosse disponibilizado apenas na versão digital.

²⁵<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/02/populacao-reclama-de-demora-na-entrega-de-pedidos-pelos-correios-em-sao-paulo-durante-a-pandemia.ghtml>

Figura 22: Capa de retorno de O Diocesano durante a pandemia



Fonte: Arquivo Digital Boletim O Diocesano - Edição de março de 2021. Capa.

4.2.2.1 A pandemia em O Diocesano

Na primeira edição de retorno da revista O Diocesano em março de 2021, após o período suspenso durante a pandemia, o editorial do bispo não emitiu nenhuma palavra sobre coronavírus, cenário político, econômico ou social. O editorial trata da Campanha da Fraternidade, evento realizado pela Igreja Católica sempre para marcar o início da quaresma no Brasil. A orientação sobre a pandemia apareceu na página 3, redigida por outro padre que orienta quem ainda não sente segurança em retornar às missas que tome outro tipo de ritos e acompanhamento pelos meios de comunicação da diocese que, na época, investiu em transmissão da missa on-line. Como já vinha fazendo desde a criação da rede de mídias católicas diocesana, com mencionamos.

Figura 23: Editorial de março de 2021

ORIENTAÇÃO PASTORAL BISPO DIOCESANO SOBRE CAMPANHA DA FRATERNIDADE ECUMÊNICA 2021

Volta Redonda, 19 de fevereiro de 2021.

Prezados presbíteros, diáconos, religiosos e religiosas; Estimados seminaristas;

Amados irmãos e irmãs leigos, força viva da evangelização na Igreja e no mundo; Graça e paz!

Ao iniciar a Quaresma, conforme a vasta e rica caminhada litúrgica da Igreja, esse tempo se apresenta como um especial caminho de conversão. Essa, por sua vez, deve alcançar todas as dimensões da nossa vida, de tal maneira que experimentemos uma conversão total e nunca parcial ou superficial. Para isso, a Igreja Católica Apostólica Romana que está no Brasil, a cada ano, ao longo do período quaresmal, se debruça sobre algum tema de significativa relevância pastoral e social.

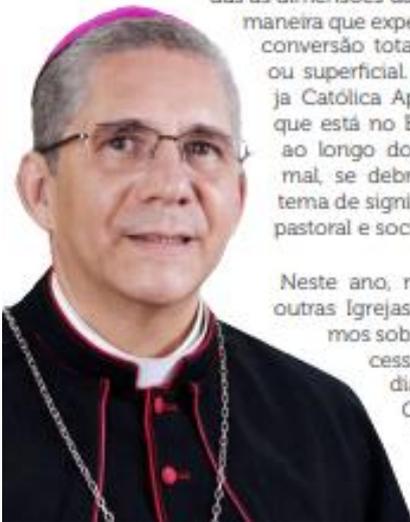
Neste ano, na companhia de outras Igrejas Cristãs, refletiremos sobre o urgente e necessário exercício do diálogo. O tema da Campanha da Fraternidade 2021 é, portanto, **"fraternidade**

e diálogo: compromisso de amor". Como não poderia deixar de ser, todas as nossas reflexões estarão sobre a guia da Palavra de Deus, com especial destaque para o versículo bíblico que será o nosso lema, **"Cristo é a nossa paz: do que era dividido fez uma unidade"** (Ef 2,14).

A Campanha da Fraternidade, assim sendo, se apresenta como um instrumental a mais na nossa busca sincera de conversão e mudança de vida. A Campanha da Fraternidade não é a Quaresma e a Quaresma não é a Campanha da Fraternidade. São caminhos que podem ser percorridos simultaneamente e com a possibilidade, já comprovada pela experiência, de colhermos frutos espirituais, pastorais e sociais. Pois, ambos os caminhos apontam para a realidade irrenunciável de que Deus é amor; aquele amor já desconhecido em muitos âmbitos da sociedade e sem o qual cairemos na desordem e no caos.

Prova disso é a importância que o Texto-Base reconhece e atribui ao santo tempo de preparação para a Páscoa: *"Quaresma, na tradição cristã, é período de conversão e autoreflexão. São 40 dias dedicados à oração, ao jejum, à partilha do pão e à conversão pela revisão de nossas práticas e posturas diante da vida, do planeta e das pessoas. É a prática da contrição, isto é, o momento de arrependimento dos pecados cometidos e o reconhecimento de que esses pecados são uma ofensa ao Deus amor"* (Texto-base da CFE 2021, n. 13).

Faz-se necessário, contudo a seguinte observação: por se tratar de uma Campanha da Fraternidade Ecumênica, sua preparação – e tudo aquilo que uma preparação requer – se deu através da mútua colaboração entre as Igrejas membros do CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs). Desse modo, o texto-base deste ano é um texto predominante ecumênico. No entanto, é sempre bom recordar a natureza desse texto: ele é um subsídio pastoral; não é um texto dogmático e não é um trecho do Magistério, embora possa conter elementos da nossa dogmática e do nosso Magistério. Sendo assim, ao lê-lo ou adotá-lo não estamos em ruptura com a nossa Igreja, justamente pelo fato que sua leitura se dará à luz do mesmo Magistério, de forma que, certas imprecisões doutrinárias ou morais, não serão assumi-



das. Ao nos aproximarmos desse subsídio pastoral, já estamos exercitando o **diálogo**.

Alguns poderiam argumentar o perigo de um relativismo em nossas posições quando dialogamos com os irmãos de outras denominações cristãs. A Igreja, sem pretender fechar as portas para o diálogo construtivo, ensina que o ecumenismo não significa trair nossas convicções. Neste aspecto, as palavras do Papa Francisco são muito claras em relação ao perigo do relativismo: *"E gostaria ainda de aludir a algo que sempre se apresenta como um fantasma: o relativismo, «tudo é relativismo». A este respeito, devemos ter em mente um princípio claro: não se pode dialogar, se não se parte da própria identidade. Sem identidade, não pode haver diálogo. Seria um diálogo-fantasma, um diálogo com os pés no ar: não vale nada. Cada um de nós tem a própria identidade religiosa, é fiel a ela. Mas o Senhor sabe como faz caminhar a história. Começemos cada um da própria identidade, não fingindo que temos outra, porque não vale e nem ajuda. Isto é relativismo. Aquilo que nos é comum é a estrada da vida, é a vontade de partir da própria identidade para fazer o bem aos irmãos e irmãs. Fazer o bem! E assim, como irmãos, caminhamos juntos. Cada um de nós oferece o testemunho da identidade ao outro e dialoga com o outro. Depois, o diálogo pode avançar sobre questões teológicas, mas o que é mais importante e belo é caminhar juntos sem atraiçoar a própria identidade, sem disfarçar, sem hipocrisia. Faz-se bem pensá-lo"* (Papa Francisco, em encontro com líderes de outras religiões e outras denominações cristãs na Universidade Católica Nossa Senhora do Bom Conselho, Tirana, 21 de setembro de 2014).

Suplico a todos fixar nossos olhares naquilo que o tema e o lema nos propõem. Pois, dialogar é uma atitude de grande profundidade e riqueza espiritual. Façamos isso amparados pela Palavra, pelos documentos do Magistério, com especial atenção à Encíclica Fratelli Tutti do Papa Francisco. Seria de grande utilidade uma leitura serena e atenta do capítulo VI da referida Encíclica, intitulado "Diálogo e Amizade Social". Nesse capítulo o Papa recorda que *"entre a indiferença egoísta e o protesto violento, há uma opção sempre possível: o diálogo"* (Fratelli Tutti n. 199). E, atento as "guer-

ras e combates virtuais", Papa Francisco nos orienta a não confundir o **diálogo** com algo muito diferente: *uma troca de opiniões exaltadas nas redes sociais, muitas vezes causada por uma informação da mídia nem sempre confiável* (Fratelli Tutti n. 200).

Coisa, que com o coração ferido, vejo acontecer entre membros das nossas comunidades, o que se configura como um claro e doloroso contratestemunho.

Ressoa, neste momento de graves e perigosas polarizações, o sábio conselho do Apóstolo do **diálogo**, Paulo de Tarso, que indicava aos tessalonicenses a necessidade de analisar tudo e reter o que nos é oportuno: *"examinai tudo: abraçai o que é bom"* (1Ts 5,21). Assim, nós, cristãos católicos, iremos viver a iminente Campanha da Fraternidade à luz da Palavra de Deus, da Sagrada Tradição e do riquíssimo Magistério da Igreja e dos documentos propostos para nossa reflexão.

Por fim, como Bispo desta Igreja Particular, que do Romano Pontífice recebeu a missão inalienável de ensinar, governar e santificar, exorto: vivamos o Tempo santo da Quaresma com autênticos propósitos de profunda transformação do coração. Essa é a via pela qual alcançaremos a "Civilização do amor", na qual estaremos livres de todos os tipos de preconceitos, do racismo, de fanatismos cegos, de propostas que visam a desconstrução da família, da violência midiática, de campanhas abortistas, da eutanásia e outras técnicas de interrupção da vida, da intolerância religiosa que fere também aos cristãos. Enfim, de todas as situações que conhecemos e experimentamos e que revelam a grave enfermidade da sociedade.

Diálogo: é o que nos pede o Senhor; é o que pedem as circunstâncias históricas nas quais nos encontramos; é o que vos pede o vosso Bispo.

O Senhor é nossa força.

+ *Luiz Henrique*

Fonte: Arquivo Digital Boletim O Diocesano - Edição de março de 2021, página 3.

Em outras edições durante a pandemia, o Diocesano traz orientações de como os fiéis devem se portar com o retorno das missas presenciais, campanhas de doações de alimentos e dinheiro para ajudar as famílias prejudicadas com a pandemia, porém sem tocar em assuntos como a política, economia e as fake news. O fato que mais se aproximou de uma opinião sobre a pandemia foi a notícia com foto do bispo diocesano recebendo a primeira dose da vacina, afastando, embora sem mencionar diretamente o termo, o negacionismo ligado à vacina.

Figura 24: Editorial de março de 2021

**DOM LUIZ HENRIQUE
RECEBE PRIMEIRA DOSE
DA VACINA**

No dia 11 de maio o bispo diocesano recebeu a 1ª dose da vacina contra a Covid-19. A ocasião é importante para ressaltar a importância do incentivo à vacinação. "Agradeço a Deus a oportunidade de poder tomar a 1ª dose da vacina, incentivando a todos a acolherem esse sinal da bondade de Deus através da inteligência e ciência em defesa da vida", salientou o bispo.



Fonte: Arquivo Digital Boletim O Diocesano - Edição de março de 2021, página 7.

4.2.2.2 Ditadura e golpe militar na nova versão de O Diocesano

Ao analisar as edições dessa nova fase de O Diocesano, encontramos este texto de março de 2022, escrito por um seminarista, em que notamos o emprego das palavras ditadura, tortura, golpe militar, caos político e econômico. Foi o texto mais próximo que encontramos relembrando a época do regime autoritário, porém em El Salvador, onde foi assassinado Dom Oscar Romero, por defender os oprimidos pelo golpe.

Figura 25: Sentir com a Igreja

SENTIRE CUM ECCLESIA (Sentir com a Igreja)



Com este lema, Santo Oscar Arnulfo Romero inicia seu ministério episcopal.

No próximo dia 24 de março, celebramos este grande santo, patrono do nosso Seminário Maior. Convido você a conhecer um pouco mais sobre a história deste grande homem.

Óscar Arnulfo Romero y Galdámez nasceu em Ciudad Barrios, El Salvador, no dia 15 de agosto de 1917. Ingressou no seminário com apenas 13 anos e, em abril de 1942, foi ordenado presbítero.

Sacerdote dedicado, zeloso, com um olhar sempre muito cuidadoso e generoso para com os pobres. Um homem simples, do povo. Conheceu a miséria mais profunda que existia em seu país. Ordenado bispo auxiliar em 1970, ganhou fama de prelado teimoso e reacionário.

Em fevereiro de 1977, Oscar Romero foi nomeado Arcebispo de El Salvador, uma escolha surpreendente. No ano de 1979, o país sofreu um golpe militar e a ditadura se instalou, acirrando assim, pouco a pouco, a violência, o caos político, econômico e institucional. Do púlpito da Catedral, o arcebispo Romero tornou-se a voz do povo sem voz. Denunciou os

assassinatos, as torturas, as injustiças. Criou projetos de assistência jurídica e programas pastorais para apoiar os vitimados pela violência. Entre os meses de janeiro a março de 1980 foram assassinados 1015 salvadorenhos, dentre os quais dois sacerdotes, por defenderem os camponeses que pediam abrigo em suas paróquias.

No dia 24 de março de 1980, na Capela do Hospital de Câncer da Divina Providência, Dom Romero foi assassinado, enquanto presidia a Santa Missa.

Em 23 de maio de 2015, Dom Oscar Romero foi beatificado e, no ano de 2018, no dia 14 de outubro, Dom Romero foi canonizado.

Recordo aqui as palavras do Papa Francisco ao povo salvorenho, um dia após sua canonização:

"São Oscar Romero soube encarnar com perfeição, a imagem do Bom Pastor que dá a vida pelas suas ovelhas."

E ainda, ao se dirigir aos sacerdotes e religiosos, pediu:

"Queridos irmãos, esforcem-se, sem cessar, para realizar este infinito anseio

de Deus de perdoar os homens, que se arrependem de suas misérias, e abrir os corações de seus irmãos à ternura do amor de Deus, também mediante a denúncia profética dos males do mundo."

Em nossa diocese, Santo Oscar Romero foi escolhido para ser o patrono do nosso seminário. Desde o ano de 2015, o até então Beato Oscar Romero, foi o nome escolhido entre os seminaristas para ser aquele que seria o patrono da casa de formação. Na época, o lema escolhido para nortear a formação do nosso seminário, foi "O amor deve triunfar". Porém, com o passar dos anos, viu-se a necessidade de adotar como lema de nossa formação o lema episcopal de Santo Oscar Romero, "Sentire cum Ecclesia". Assim, somos chamados a cada dia, em nosso processo formativo, **a vermos as coisas como vê e sente o próprio Cristo**, e buscar em tudo, os mesmos sentimentos da Igreja, por uma fé viva, atenta aos detalhes e que não se deixa seduzir pelos ventos contrários ou influências que encontra.

Santo Oscar Romero, rogai a Deus por nossos seminaristas, vocacionados e toda a Igreja!

Alisson Rodrigues Moura

Fonte: Arquivo Digital Boletim O Diocesano - Edição de março de 2022, página 14.

A edição de outubro de 2022 traz um texto histórico explicando como foi a escolha de Volta Redonda como sede oficial da Mitra Diocesana. O artigo demonstra a primeira intenção de construção de uma siderúrgica voltada para o fornecimento de aço para armas e instrumentos bélicos, justificando que depois, em tempos de paz, ajudaria no desenvolvimento do Brasil. Foi sob essa perspectiva que o bispo diocesano da época dom Agnelo Rossi (citado nos anos de 1970 em O Diocesano como bispo que fugia de conflito com os militares quando bispo em São Paulo e, que mais tarde fora substituído por dom Evaristo Arns) fez alguns acordos com militares para a troca da sede da diocese.

Numa carta dirigida ao general Eduardo Macedo Soares, dom Agnelo oficializa os pedidos de apoio, pedindo que seja ordenada a transferência, por uma etapa posterior. A partir das negociações bem

sucedidas com a companhia, a empresa cumpre o que havia sido prometido. (O Diocesano, outubro de 2022, p. 5).

O que os militares não esperavam era que logo em 1966 chegaria um bispo nordestino para mudar de vez as relações entre CSN e Volta Redonda, se tornando o bispo referência nas causas operárias e contra os desmandos da empresa na cidade: dom Waldyr Calheiros.

Figura 26: A Extensão da Sede Episcopal (parte 1)

A Extensão da Sede Episcopal

Como bem sabemos, quando da criação de nossa diocese em 1922, escolheu-se como sede episcopal o município de Barra do Pirai, dada sua importância social e econômica no período, sobretudo em função da economia cafeeira e da preponderância do transporte ferroviário, do qual a cidade barrense concentrava um grande entroncamento.

A partir dos anos de 1930, o Brasil começou a passar por significativas mudanças no que se refere também a esses fatores. Com o fim da chamada "República Velha", a economia agrícola cede lugar à industrialização e, também, a malha ferroviária perde terreno para as estradas de rodagem, favoráveis às montadoras automobilísticas que, mesmo ainda timidamente, abrem suas filiais no novo Brasil industrial.

Essa mudança impactou diretamente nossa região. Em 1939, durante o Estado Novo, instaurado por Getúlio Vargas, inicia-se a Segunda Guerra Mundial e o Brasil, ainda que de início adotasse uma posição de "neutralidade", passou a colaborar com os Aliados. Por meio dos chamados "Acordos de Washington", assinados em 1941 pelos governos brasileiro e estadunidense, previu-se a cons-

trução de uma usina siderúrgica que desse suporte para os instrumentos bélicos e, em tempos de paz, ajudar no desenvolvimento do Brasil.

O coronel Edmundo Macedo Soares, que presidia a comissão responsável pelos estudos para instalação da siderúrgica, defendia a instalação de uma usina na região do Vale do Paraíba, que se encontrava decadente com o declínio da cultura do café. Tal situação também encontrava apoio em Amaral Peixoto, interventor do estado e genro de Getúlio Vargas.

O local efetivamente escolhido foi o pacato distrito de Santo Antônio da Volta Redonda, ligado ao município de Barra Mansa e que recebera esse nome em razão do patronato do santo, abrigado em uma singela capela do povoado, e por sua localização junto à curva do Rio Paraíba do Sul. A instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), assinada por Vargas em 9 de julho de 1941, transformaria definitivamente a localidade bucólica. Ao redor da colossal usina, surgiram os inúmeros bairros operários, que posteriormente se desenvolveram à proporção de uma das primeiras cidades planejadas do país.



A Igreja Católica naturalmente não estaria alheia a tamanho progresso. Sua presença em Volta Redonda, já marcada desde as origens pela acanhada, porém afetivamente significativa capela de Santo Antônio, ganharia novo centro de irradiação com a construção da Igreja de Santa Cecília, construída em local de destaque no novo cenário municipal por iniciativa da CSN. Dom José André Coimbra, a inaugurou em 1943 e, certamente já por essa época, ouviu dos diretores da Companhia a ousada proposta de transferir para Volta Redonda a sede do bispado local. Afinal, Volta Redonda, em pleno e vertiginoso crescimento, era realmente a "cidade do futuro" no panorama da região. Contudo, a proposta não foi levada adiante por Dom José, que a manteve "in pectore" (em segredo).

Fonte: Arquivo Digital Boletim O Diocesano - Edição de outubro de 2022, página 7.

Figura 27: A Extensão da Sede Episcopal (parte 2)

Dom Agnelo Rossi, ao ser empossado no ano de 1956, registra que foi também procurado pelos diretores da CSN, em particular por Macedo Soares, para retomar a proposta, da qual ele mesmo já havia tomado conhecimento por meio de terceiros. Naturalmente, dada a repercussão que tal realização geraria, nenhuma decisão foi tomada nos primeiros anos de seu episcopado. Outrossim, com a promessa explícita de um apoio incondicional por parte da Companhia, Dom Agnelo inicia contatos com a Sagrada Congregação Consistorial, durante sua primeira visita à Roma, em fevereiro de 1958.

Numa visita ao Núncio Apostólico, Dom Armando Lombardi, em 1959, o Bispo registra que foi o próprio Núncio quem espontaneamente colocou a questão, sugerindo a ideia de uma extensão da sede episcopal ao invés de uma transferência. Desse modo, o processo não só poderia tramitar mais facilmente na Cúria Romana, como também evitaria maiores dissensões. Dom Armando propõe-se a visitar pessoalmente Volta Redonda para averiguar as reais possibilidades e disposições de colaboração da direção da CSN. Embora o prelado desejasse que a visita tivesse um caráter mais reservado, a empresa não a entendeu dessa forma, noticiando em seu principal jornal: "Volta Redonda - Sede de Cobispado". Em uma carta enviada ao Núncio Apostólico em 21 de março de 1959, Dom Agnelo formalizou

o desejo de estender a sede episcopal para o município de Volta Redonda e dava as principais razões: geográfica, pois Volta Redonda estava no centro do território diocesano; econômica, pois o crescimento do maior centro siderúrgico do país deveria ser acompanhado pela presença da Igreja; populacional, pois Volta Redonda e Barra Mansa concentravam mais da metade da população da diocese; além, é claro, do fato de a Companhia estar plenamente disposta a colaborar com isso. Por outro lado, Barra do Pirai não ficaria prejudicada, visto que aí se manteria a Catedral, o Seminário Diocesano e a Residência Episcopal.

Numa carta dirigida ao general Edmundo Macedo Soares, Dom Agnelo oficializa os pedidos de apoio, pedindo que seja ordenada a transferência, por



escritura, de doação à Mitra Diocesana de Barra do Pirai, dos terrenos escolhidos junto à Praça Brasil. Comenta na carta que expôs seus planos ao Engenheiro Fest, arquiteto da CSN, para que elaborasse o primeiro projeto das construções necessárias ao Bispado em Volta Redonda, a saber: a nova Residência Episcopal, no Bairro Laranjal, e a nova Co-Catedral, na área central junto à Praça Brasil. A preferência seria dada à construção da Residência Episcopal, ficando a Co-catedral para uma etapa posterior.

A partir das negociações bem sucedidas com a Companhia, a empresa cumpre o que havia sido prometido. A doação foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Siderúrgica Nacional, em 29 de dezembro de 1960. Entretanto, os planos foram atrasados devido às mudanças na diretoria da empresa e à transferência de Dom Agnelo para Ribeirão Preto em 1962. Desse modo, seria seu sucessor, Dom Altivo Pacheco Ribeiro, quem levaria a termo a extensão da sede episcopal.

Por meio do Decreto Consistorial de 26 de janeiro de 1965, consolidou-se a nova configuração da Diocese, que a

partir daquele momento passaria a denominar-se "Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda". Ao mesmo tempo, o decreto erigia a Igreja de Nossa Senhora das Graças como Co-catedral provisória, até que a nova e definitiva fosse concluída. Por fim, determinava que o Bispo diocesano deveria residir por seis meses em cada uma das sedes.

A partir daquele momento passaria a denominar-se "Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda".

As cerimônias de instalação da "Co-Diocese de Volta Redonda", foram realizadas no dia 9 de abril de 1965, data do 24º aniversário da CSN, e contaram com a presença do Núncio Apostólico, do Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara,

Arcebispo do Rio de Janeiro e, em particular, de um de seus bispos auxiliares, Dom Waldyr Calheiros de Novaes, que providencialmente, alguns meses depois, seria eleito para dar continuidade a essa história.

4.2.2.3 Sem polêmicas: O chamado à unidade

Em novembro de 2021 o editorial chama atenção para a unidade da Igreja, convidando os fiéis católicos a desprezarem ideologias que os separem. Retoma a expressão Povo de Deus, mas sob uma ótica do Corpo Místico de Cristo, para justificar que na Igreja existem várias funções.

Neste aspecto é preocupante perceber movimentos teológicos que parecem privilegiar visões excludentes, parcializadas e reducionistas sobre o mistério da Igreja, a partir do momento que somente destacam uma imagem da Igreja, ignorando outras que, no seu conjunto, apresentam uma eclesiologia mais completa. Refiro-me, por exemplo, a compreensão da Igreja como Povo de Deus que está no capítulo II da *Lumen Gentium*, muito justa e adequada, porém quando contaminada por uma visão moderna de “luta de classes”, esquema piramidal, parece contrapor leigos e pastores, onde o perigo do chamado “clericalismo” se torna presente nas disputas de poder, não só no ambiente clerical, como também em alguns leigos que se apropriam deste esquema e transformam as comunidades em seus feudos. (O Diocesano, novembro de 2021, p. 5)

Importante salientar que neste trecho o editorial traz o termo “luta de classes”, utilizado para se referir comumente à inclinação da Teologia da Libertação ao marxismo, porém emprega a expressão para se referir a uma disputa pelo poder entre leigos e pastores dentro da Igreja, em vez de trabalhadores e capitalistas.

Atualmente há uma insatisfação por parte de alguns movimentos sociais em relação ao posicionamento omissivo e desinteressado politicamente falando por parte do comando da diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda. Ao justificar que na Igreja existem várias funções, retoma o sentido de Igreja anterior ao Vaticano II, dividindo-a em funções, hierarquia e até mesmo fazendo alusão à luta de classes termo que causa boa parte do conflito entre católicos que aderem à Teologia da Libertação e aos que dela tomam distância.

Figura 28: Sinodalidade, caminho de comunhão eclesial (parte1)



SINODALIDADE, CAMINHO DE COMUNHÃO ECLESIAL



Prezados diocesanos,

No dia 17 de outubro, conforme as indicações vindas da Santa Sé, que nos preside na caridade, iniciamos o processo de escuta. Para que esse caminho seja realmente autêntico, todas as realidades eclesiais existentes em nossa diocese são chamadas a participar.

Desejo reafirmar o que o Papa Francisco nos exorta: este processo sinodal seja feito de forma que realmente o Espírito Santo fale em nossos corações e, a partir de uma caminhada orante, contemplativa e colaborativa, possamos contribuir, enquanto Igreja Particular, neste caminho desejado pelo Papa. Sempre bom recordar o que nos pede o Santo Padre: *"O Sinodo é um caminho de discernimento espiritual, de discernimento eclesial, que se realiza em adoração, em oração, em contato com a Palavra de Deus"*. Sinodalidade comporta Espírito de fé, comunhão, amor eclesial, do contrário este evento de suma importância se parecerá mais com um encontro de grupos ideológicos que se querem anular. Tal mentalidade empobrece o sentido de sinodalidade onde uma certa sanha reformista na Igreja, deformará sua missão. Neste sentido as palavras do prefeito emérito da Congregação para a Doutrina da Fé, Cardeal Miller, nos ajudam neste discernimento ao dizer *"a Igreja não é nem pode se tornar uma organização religiosa-social a caminho de um paraíso terrestre que vai faltar; em vez disso, a Igreja é um organismo vivo, o Corpo de Cristo, que é sua Cabeça universal e o seu Salvador. As pessoas não podem reformar*

ou reconstruir a Igreja a seu bel-prazer; é Deus quem nos reforma, nos renova, para sermos bons cristãos, membros vivos do Seu corpo (eclesial). Cristo é a Cabeça. Os bispos, e também o bispo de Roma, são apenas Seus servos. Esta palavra divina deve ser a máxima do próximo sinodo".

Antes de tudo, torna-se de fundamental importância refletir sobre o sentido de uma autêntica eclesiologia pós-conciliar já que muito se fala sobre este assunto, onde cada visão eclesial se esforça no impor seu modelo como único e exclusivo. Entendemos que o caminho sinodal é justamente superar esses esquemas ideológicos e tão prejudiciais para o bem da nossa comunhão.

Considero ser muito necessário retornar a época de ouro de nossa Igreja, isto é, o período patrístico, a começar por Inácio de Antioquia, discípulo do Apóstolo João, que nos recorda a importância da unidade em torno do bispo e da Eucaristia. Sobre o sucessor dos apóstolos, o santo mártir recorda: *"onde está o bispo, aí está a comunidade, assim como onde está Cristo Jesus aí está a Igreja Católica"* a ser também corroborada esta reflexão na Constituição Apostólica *Lumen Gentium* do Concílio Vaticano II *"...por instituição divina, sucederam aos Apóstolos como Pastores da Igreja, e quem os ouve, ouve a Cristo, e quem os despreza, despreza a Cristo e Aquele que enviou Cristo"* (LG 20). Em relação a Eucaristia, Inácio oferece belíssimo testemunho de coragem e fé inabalável na presença real de Cristo no Sacramento da Eucaristia: *"não encontro mais prazer no alimento incorruptível nem nos gozos desta vida, o que desejo é o pão de Deus, este pão que é a carne de Cristo e, por bebida, quero seu sangue, que é o amor incorruptível"*. Neste aspecto considero fundamental aprender com Santo Inácio de Antioquia como expressão de autêntica sinodalidade amar a Igreja e viver em comunhão conforme autêntica espiritualidade eucarística.

São muitos e valiosos para nossa reflexão os textos patrísticos, de modo que, dentre tantos, ressalto também, as reflexões do grande bispo de Hipona. Seus escritos primam pelo caminho da comunhão. Iluminamos esse grande bispo africano, muito habituado ao exercício da sinodalidade, a nos exortar que a missão da Igreja é buscar a unidade, apolada na sólida rocha da comunhão que encontra seu modelo sublime no mistério da Trindade.



Fonte: Arquivo Digital Boletim O Diocesano - Edição de novembro de 2021, página 4.

Figura 29: Sinodalidade, caminho de comunhão eclesial (parte2)

5 | Palavra do Pastor

Neste aspecto é preocupante perceber movimentos teológicos que parecem privilegiar visões excludentes, parciais e reducionistas sobre o mistério da Igreja, a partir do momento que somente destacam uma imagem da Igreja, ignorando outras que, no seu conjunto, apresentam uma eclesiologia mais completa. Refiro-me, por exemplo, a compreensão da Igreja como Povo de Deus que está no capítulo II da *Lumen Gentium*, muito justa e adequada, porém quando contaminada por uma visão moderna de **clero de classes**, esquema piramidal, parece contrapor leigos e pastores, onde o perigo do chamado "clericalismo" se torna presente nas disputas de poder, não só no ambiente clerical, como também em alguns leigos que se apropriam deste esquema e transformam as comunidades em seus feudos. A Igreja, nos seus primórdios, não tinha essa visão deturpada sobre o ministério sacerdotal e os fiéis. Ao mesmo tempo tinham presentes a importância do *munus* episcopal, confirmado pelos documentos do Concílio Vaticano II na *Lumen Gentium* cap. III ao falar da constituição hierárquica da Igreja ressaltando "... os bispos, fossem os pastores na Sua Igreja até ao fim do mundo" (LG 18). Vê-se claramente que não é o bispo um "soberano de nação monárquica constitucional onde é chefe de estado, mas não governa". O bispo deve servir como pastor que conduz, ensina, governa por ser "dentre os vários ministérios que, desde os primeiros tempos, se exercem na Igreja, ocupa o primeiro lugar conforme a tradição comprovada, o *munus* daqueles que, constituídos no episcopado, por uma sucessão que decorre desde o princípio, são transmissores do *munus* apostólico" (LG 20) e que possuem o gravoso encargo "de promover e defender a unidade da fé e a disciplina comuns a toda a Igreja, instruir os fiéis no amor de todo o corpo místico de Cristo, especialmente dos membros pobres, dos que sofrem, e dos que são perseguidos por causa da justiça; devem, enfim, promover toda a atividade comum à Igreja inteira, em ordem sobretudo a dilatar a fé e a fazer brilhar para todos os homens a luz da verdade total" (LG 23).

Agostinho nos ajuda nesta reflexão, quando escreve: "Aterroriza-me o que sou para vós; consola-me o que sou convosco. Pois para vós sou bispo; convosco, sou cristão. Aquele é nome do ofício recebido; este, da graça; aquele, do perigo; este, da salvação..." (Sermão 340,1 S. Agostinho), para dizer que está inserido no conjunto dos fiéis, novo Povo de Deus e possui uma missão pastoral de governo e ensino, à serviço desta Igreja que é Corpo Místico de Cristo, cada um a exer-

Entendo que, para compreender bem o caminho sinodal precisamos refletir sobre a Igreja não só como Povo de Deus, mas também Corpo Místico de Cristo, muito bem apresentada no documento conciliar LG em seu primeiro capítulo ao falar do Mistério da Igreja como Sacramento em Cristo e afirmar que "na edificação do corpo de Cristo há diversidade de membros e de funções... *Dentre esses dons sobressal a graça própria dos Apóstolos, a cuja autoridade o mesmo Espírito sujeitou até mesmo os carismáticos cf. 1Cor 14*", cuja inspiração tem como fonte as profundíssimas reflexões de Paulo.

Agostinho ao demonstrar ter este mesmo apreço sobre a Igreja como Corpo Unido à Cabeça, nosso Mestre e Senhor Jesus Cristo nos ajuda a refletir que "... os membros de Cristo não estão em contraposição, todos aqueles que formam o seu corpo cumprem, cada um, o próprio ofício... a fim de que não haja divisões no corpo, mas unidade, e os membros sejam solícitos uns com os outros" (Serm 24,5).

Poderia citar muitos outros textos patrísticos e do Concílio Vaticano II sobre o tema, no entanto, acredito que as reflexões apresentadas nos servirão de motivação para que o processo sinodal, iniciado em todas as Igrejas Particulares, contribuindo assim para uma caminhada eclesial, onde a caridade e a comunhão sejam a tônica principal em meio a este mundo tão dilacerado por divisões ideológicas e parciais.

" "

**Que o Santo Espírito
realmente conduza
nosso caminhar juntos
a serviço do Reino.**

" "

O Senhor é nossa força!

+ Luiz Henrique
Dom Luiz Henrique
Bispo Diocesano

4.2.2.4 Comunicação e jornalismo

Na nova fase de O Diocesano não encontramos textos sobre a imprensa. Sobre a comunicação, as matérias tratam sempre sobre os meios de comunicação diocesano. Nesta edição de abril de 2022, o Diocesano faz referência ao trabalho da Pastoral da Comunicação durante a pandemia. Foi por meio desta pastoral que os católicos puderam continuar participando do maior de todos os ritos da Igreja, a missa. Porém, em nenhum momento a matéria faz menção à importância da comunicação fora da Igreja. E sim, apenas como meio tecnológico de garantir a participação dos católicos na missa.

Figura 30: a pastoral a serviço das outras pastorais

PASCOM: A pastoral a serviço das outras pastorais

Segundo o Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil, a PASCOM pode ser entendida como um conjunto de ações de comunicação realizadas dentro de uma comunidade eclesial. Além disso, trata-se de uma pastoral com vocação para integrar as demais pastorais, movimentos e comunidades. Durante o período pandêmico, as equipes da PASCOM das paróquias tiveram que se adaptar à nova realidade, introduzindo em sua rotina a evangelização pelas mídias digitais.

O Diretório explica ainda que a expressão "Pastoral da Comunicação" parte justamente da premissa da comunicação e pastoral:

"O universo da comunicação abrange as distintas dimensões da realidade humana, enquanto o universo da pastoral envolve a dimensão sócio eclesial, relacionada aos diferentes ambientes da Igreja em sua missão de evangelizar".

Assim como as demais pastorais, a PASCOM é formada por leigos voluntários, que se dispõem a evangelizar pelos meios de comunicação. **Lúcia Paula**, agente da PASCOM da Paróquia São Sebastião, em Barra Mansa, contou que é uma



Não tínhamos quase nada além da fé e boa vontade para servir.

"Foi e está sendo muito difícil. A PASCOM, como pastoral de leigos, não tinha uma representação a nível de atuação. De repente, os holofotes se viraram para nós, que sempre atuamos por trás das pilstras, ocultos. Nos faltava tudo no momento. Não tínhamos quase nada além da fé e boa vontade para servir. Igreja fechada, falta de equipamentos, de pessoas que pudessem nos ajudar. Vieram as cobranças e daí começou a correria para montar tudo, entrar nas redes sociais, criar uma forma de chegar aos lares, mostrar para nosso povo que estávamos ali, que estávamos junto de todos. Então, com um tripé, um celular e uma internet, aconteceu nossa primeira Missa. Logo vieram as necessidades de aprimorar, melhorar, tentar adquirir equipamentos, fazer transmissão com qualidade, não só de

Missas, mas também de formação junto a todas as pastorais, os informativos... E ainda estamos nesta luta diária, na graça de Deus", compartilhou.

Apesar das dificuldades, os agentes se mantiveram na caminhada do servir. A missão pastoral foi cumprida: o Evangelho chegou às pessoas. "Com o passar dos dias e meses, com alguns equipamentos melhores, aconteceu que, durante uma transmissão da Santa da Missa, senti um silêncio total. As pessoas estavam lá e vi que estavam. Perguntei: Meu Deus será que caiu a transmissão? O povo está tão quieto. Foi então que entendi que todos estavam de fato participando da Santa Missa e não mais apenas da transmissão. Neste dia senti uma paz interior muito grande, pois a missão estava sendo cumprida", finalizou Lúcia.

Agora, com o retorno gradual das atividades, as paróquias reduziram o número de transmissões, mas a missão de evangelizar ainda é grande! Se você deseja colaborar com essa nobre missão, se tornando um agente da PASCOM, entre em contato com a secretaria paroquial e informe-se sobre os horários e encontros. Participe!

Fonte: Arquivo Digital Boletim O Diocesano - Edição de abril de 2022, página 12.

4.2.2.5 Social, político e econômico

Do ponto de vista social, ainda resiste uma editoria de uma página dedicada às questões de cunho social. Observamos que os conteúdos que eram encontrados ao longo do boletim, hoje concentram-se nesta editoria. Nesta edição de junho de 2023, a coordenadora das pastorais sociais fala, inclusive, sobre redistribuição de renda.

Figura 31: Políticas Públicas: entenda o que são e para que servem

Setor Social

Políticas Públicas: entenda o que são e para que servem

Políticas Públicas são o conjunto de ações e planos que os governos usam para a solução de problemas que precisam ser resolvidos para garantir o bem-estar da comunidade. A construção de uma coletividade mais justa, sustentável e democrática demanda uma sociedade civil capaz de implementar estratégias efetivas de incidência nas políticas públicas.

Para que serve a Política Pública?

Políticas públicas são ações e programas que são desenvolvidos pelo estado para garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal de 1988 e outras leis vigentes. Podemos dizer que são medidas e programas criados pelos governos dedicados a garantir a satisfação da população.

As Políticas Públicas Sociais são destinadas a população, mas com caráter distributivo, destinado principalmente às camadas de menor renda da sociedade, em situação de pobreza ou pobreza extrema, visando principalmente, o desenvolvimento econômico, a eliminação da pobreza, a redução da mortalidade infantil e a vulnerabilidade social extrema.

Quais são as políticas Públicas Sociais no Brasil?

As Políticas Sociais instituídas no Brasil abrangem diferentes áreas e segmentos como a: transferência de renda: saúde, previdência, assistência social, (trípé da seguridade social) habitação/urbanismo, saneamento básico, trabalho e renda, educação, desenvolvimento rural, bem como políticas sociais focalizadas conforme idade, gênero e etnia.

Elas são, no entanto, ações, programas, decisões dos governantes nas esferas nacionais, estaduais ou municipais. Ou seja, as Políticas Públicas estão diretamente associadas às questões políticas e governamentais que mediam a relação entre estado e sociedade. Podem ter a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que tem como objetivo assegurar determinado direito para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico. Fazendo jus aos direitos assegurados na Constituição.

Nossa atuação em lutar para conscientizar e mobilizar a sociedade, os formadores de opinião e o Poder Público, é conhecida mais formalmente pelo termo "advocacy". Nós temos o intuito de sensibilizar e influenciar governantes para que promovam políticas públicas transformadoras, almejando uma democracia mais justa. Influenciar Políticas Públicas não é algo simples que pode ser atingido de forma casual, sem uma estratégia bem definida e um processo de aprendizado contínuo. A existência de uma estratégia é fundamental para que as ações tenham o maior impacto possível, além de permitir processos de monitoramento e avaliação.

As mudanças climáticas são um desafio para todas as cidades, que têm de se tornar mais resilientes para proteger as vidas e acolher a população urbana em crescimento – 70% da humanidade estará nas cidades em 2050. A relação da cidade com suas árvores e florestas é uma pauta que extrapola as secretarias de meio ambiente. Os programas podem ser atrelados a Políticas Públicas – por exemplo, incluídos nos Planos de Arborização Urbana que os municípios têm elaborado.

O engajamento da população é crucial para tornar efetivas as políticas de arborização, seja solicitando novos plantios, cuidando de mudas ou apoiando a prefeitura nessas ações. A vida da população é impactada diretamente e cotidianamente pela arborização, em relação à saúde física (áreas de lazer, esportes, sombra) e mental (qualidade ambiental e paisagística), mas também em relação à condição das calçadas e à iluminação. No sentido de garantir que os plantios gerem os benefícios esperados, é preciso que tenham sucesso.

Podemos perguntar, o que você tem a ver com política públicas?

As Políticas Públicas dão forma ao país que queremos e, por isso, é tão importante estarmos de olho nelas. Se estabelecemos uma política pública de redistribuição de renda, por exemplo, estamos sinalizando o enfrentamento da dura desigualdade econômica brasileira, de maneira mais imediata – o que é importante para a parcela da população mais pobre, como os das milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza.

"Quando o povo é descartado, fica privado não só do bem-estar material, mas também da dignidade de agir, de ser protagonista de sua história, de seu destino, de se expressar com seus valores e sua cultura, sua criatividade, sua fecundidade. Portanto, para a Igreja, é impossível separar a promoção da justiça social do reconhecimento dos valores e da cultura do povo, incluindo os valores espirituais que são a fonte de seu sentido de dignidade. Nas comunidades cristãs, estes valores nascem do encontro com Jesus Cristo, que incansavelmente busca quem está desanimado ou perdido, que vai até dos limites da existência, para ser o rosto e a presença de Deus, para ser Deus conosco." (Papa Francisco)

Clemilde Dalbone
Coordenadora das Pastorais Sociais

Fonte: Arquivo Digital Boletim O Diocesano - Edição de junho de 2023, página 7.

Ao analisar o conteúdo de O Diocesano, que atualmente é uma revista de 25 páginas no formato digital, percebemos a inclinação quase que total do que era um boletim e um jornal de cunho informativo para uma revista de voltada ao conteúdo religioso e devocional e uma diminuição expressiva de pautas ligadas à política e economia.

A revista O Diocesano analisada nesta segunda fase da pesquisa se tornou uma revista completamente institucional, e porque não dizer, com padrão tecnocrático que busca se assemelhar ao padrão dominante dos grandes veículos de comunicação, considerados hegemônicos. O editorial assume um caráter de conteúdo completamente interno. Atualmente permeiam basicamente orientações da vida interna da Igreja aos seus fiéis, e sem muito comprometimento político e econômico quando o texto aponta para as questões sociais.

Uma vez que os católicos, assim como todo o mundo, estavam sem explicações concretas do que acontecia na época, ou pior, imersos em uma rede de notícias falsas, as chamadas fake news, fazia-se necessária uma comunicação institucional expressiva, como a criada outrora com O Diocesano, para combater a falta de informação sobre o cenário brasileiro, ou seja, na época da ditadura. Ao retornar, em 2021, quando a revista não é mais impressa e passa a ser exclusivamente digital, não há também nenhuma retomada do assunto de maneira aprofundada esclarecendo o período que foi vivido do ponto de vista político e econômico, apenas relatando como foi a vida da Igreja durante a pandemia.

4.3. Um olhar quantitativo:

Para tentar identificar semelhanças e diferenças entre os dois períodos analisados, listamos palavras e expressões comuns às duas épocas no ponto de vista do cenário vinculado à ideologia de segurança nacional, como explicamos no primeiro capítulo, e de ameaça à democracia. Buscamos identificar por meio do emprego, intencionalidade e intensidade dos elementos se o veículo O Diocesano se posicionou nas duas épocas:

- 1 – Na defesa da democracia;
- 2 – Contra a censura e notícias falsas e a favor da imprensa (jornais) livre;

3 – De que forma aborda temas sensíveis à Igreja em benefício do bem comum, como comunismo, marxismo, direitos humanos e ainda sobre luta popular, apoio à imprensa livre, liberdade e independência, entre outros.

4 – Para finalizar incluímos expressões atuais, levando em consideração a importância da época pandêmica e contra a manipulação de notícias e criação das chamadas fake news. Abaixo o quadro comparativo:

Tabela 2: contagem das palavras nas diferentes fases

1970 a 1973	2020 a 2023
Anticomunismo: 3	Anticomunismo: 0
Bem comum 7	Bem comum: 0
Censura: 4	Censura: 0
Comunicação: 8	Comunicação: 10
Comunismo: 5	Comunismo: 0
Comunista: 7	Comunista: 0
Democracia: 7	Democracia: 4
Democrático (a): 6	Democrático: 3
Desenvolvimento econômico: 3	Desenvolvimento econômico: 0
Direito: 16 (relativos à justiça)	Direito: 19 (15 delas são relativas ao tema direito canônico)
Direitos humanos: 19	Direitos humanos: 4
Forças armadas: 5	Forças armadas: 0
Governo: 13	Governo: 9
Imprensa: 19	Imprensa: 0
Independência: 6	Independência: 4
Jornal (ais): 18	Jornal(ais): 3
Justiça: 58	Justiça: 51

Liberdade: 38	Liberdade: 16
Luta: 8	Luta: 9 (7 delas utilizadas para falar de luta espiritual e dificuldades terrenas)
Marx: 5	Marx: 0
Marxismo/marxista: 6	Marxismo/marxista: 0
Militar: 18	Militar: 2
Nazi-fascismo: 1	Nazi-fascismo: 0
Pátria: 18	Pátria: 1
Presidente do Brasil: 4	Presidente do Brasil: 0
Povo de Deus: 18	Povo de deus: 61
Segurança: 6	Segurança: 1
Segurança Nacional: 2	Segurança Nacional: 0
Vaticano II: 21	Vaticano II: 24
Violência: 15	Violência: 15
Palavras da época AI-5 - 2	Palavras da época Fake News: 0 Notícias Falsas: 0 Covid: 17 Pandemia: 99

Fonte: Elaborado pela autora

A principal análise dessa segunda fase de O Diocesano é sobre a falta. A falta de informação externa, a falta de combate às notícias falsas, a falta de informações pertinentes à vida em sociedade. Mesmo nos períodos considerados críticos pelos jornais e cientistas políticos, ou seja, quando há verbalização por parte

do presidente Jair Bolsonaro sobre tentativas de golpe e descrédito das eleições democráticas, o Diocesano não apresentou nenhum conteúdo se opondo à posição do presidente. Nem mesmo as cartas escritas pela CNBB em defesa da democracia foram reproduzidas pelo Diocesano.

Uma clara diferença quando comparada à fase de 1970, em que o boletim trazia informações muito mais explicativas, sem medo de ser mal interpretado. Apenas pela motivação de informar.

CAPÍTULO 5

O Diocesano por quem faz

Fizemos ainda pesquisa por meio de questionários semiestruturados, utilizando formulário do Google direcionado para representantes da Igreja local, onde o Diocesano é produzido. Aos jornalistas da região Sul Fluminense fizemos contato via whatsapp e, posteriormente, foram enviadas as perguntas por e-mail. Para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) enviamos um e-mail solicitando as respostas e um outro cobrando o retorno. Já para os comunicadores de dioceses e veículos católicos de outros estados do Brasil, também utilizamos questionários semiestruturados com formulário do Google.

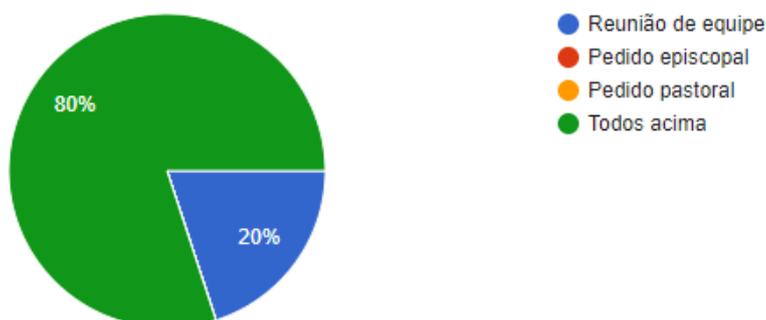
5.1 Entrevistas com os comunicadores:

Perguntamos a membros da equipe responsável pela produção do conteúdo da nova fase analisada, a quem vamos garantir o anonimato da identidade, como é/era a condução dos assuntos ligados a essa temática político-social-econômica no período. Para tanto foi utilizado questionário semiestruturado via formulário google.

Gráfico 1: Pesquisa sobre definição de Pauta em O Diocesano

Como são/eram definidas as pautas a serem desenvolvidas?

5 respostas

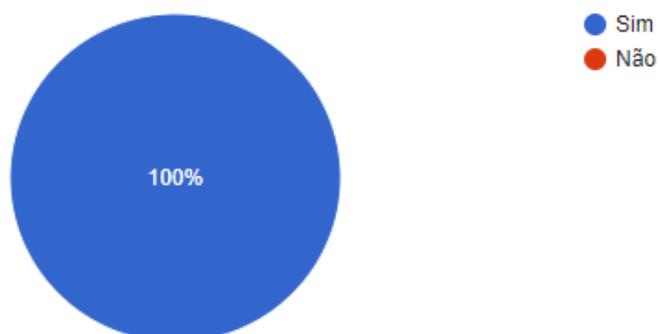


Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 2: Pesquisa sobre mudança editorial em O Diocesano

Você notou algum tipo de mudança na linha editorial com o passar dos anos?

5 respostas

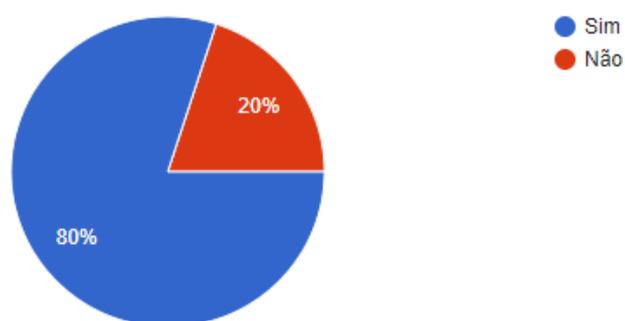


Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 3: Pesquisa sobre preocupação econômica em O Diocesano

Se notou, você acredita que possa ter a ver com a preocupação econômica da igreja em manter os meios de comunicação?

5 respostas

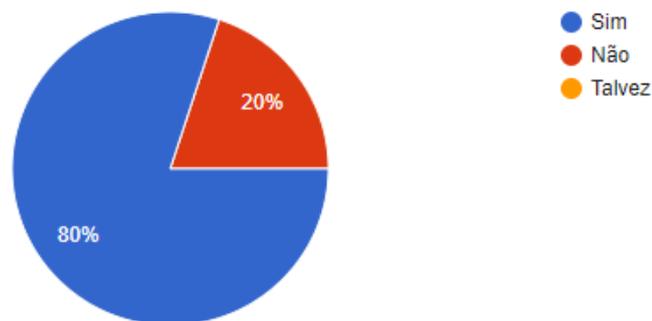


Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 4: Pesquisa sobre posicionamento político em O Diocesano

Acredita que o posicionamento político dentro da Igreja também pode impactar nos assuntos abordados?

5 respostas

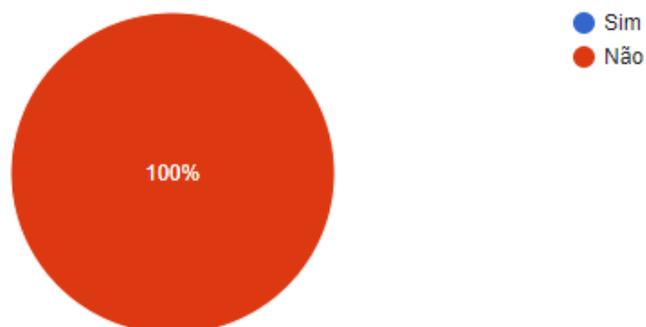


Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 5: Pesquisa sobre divulgação de atos antidemocráticos em O Diocesano

Houve alguma menção às manifestações antidemocráticas durante o governo Bolsonaro e em 08/01/2023?

4 respostas

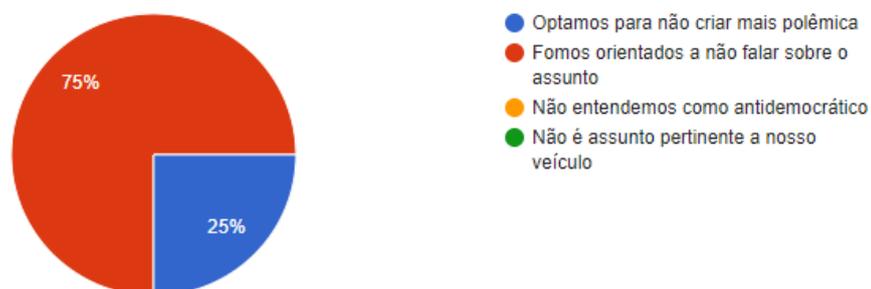


Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 6 - Pesquisa sobre o porquê de não divulgar os atos antidemocráticos em O Diocesano

Se não, por quê?

4 respostas



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 7: Pesquisa sobre frequência de pautas sociais em O Diocesano

Com que frequência escrevem sobre pautas não eclesiais ligadas à luta popular e de classe nesse veículo?

5 respostas

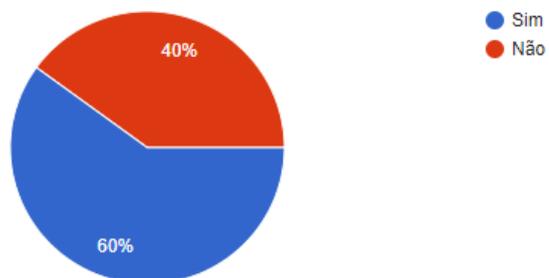


Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 8: Pesquisa sobre censura em O Diocesano

Já se sentiu censurado pela autoridade eclesial a quem responde sobre a publicação de assuntos não ligados à igreja como pauta?

5 respostas

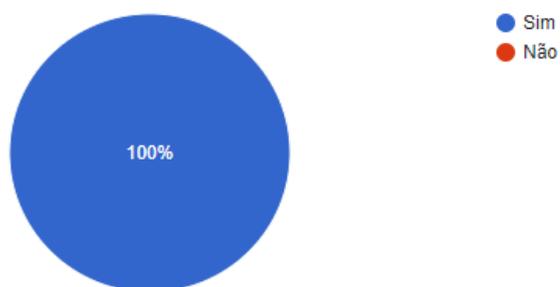


Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 9: Pesquisa sobre a utilização das mídias digitais na diocese de Barra do Pirai - Volta Redonda

Você acredita que com as mídias digitais os movimentos sociais têm mais voz dentro da Igreja?

4 respostas



Fonte: Elaborado pela autora

Na sua visão, o que dificulta que as pautas sociais sejam incluídas com mais frequência nas reuniões, homilias e meios de comunicação da Igreja?

4 respostas

Direcionamento da autoridade episcopal não permissivo ou combativo com pautas sociais.

O posicionamento político da atual gestão

A falta de abertura do clero com relação a essas pautas.

Falta de entendimento do sentido social

Fonte: Elaborado pela autora

As respostas atreladas à análise de conteúdo do boletim nos permitem identificar algumas novas perguntas que complementam a pergunta da nossa pesquisa, ou seja, se as questões econômicas envolvendo a instalação e fortalecimento do neoliberalismo influenciaram na transformação do conteúdo de O Diocesano ao longo dos anos a partir da falta de posicionamento e luta pela democracia - na primeira fase pela conquista e no segundo período pela manutenção dela. Ou seja, O Diocesano perdeu ou abriu mão de um posicionamento mais direto a favor dos mais vulneráveis, para não se expor e, assim, buscar a unidade da Igreja entre bispos, padres e fieis que tenham pensamentos ideologicamente divergentes? Se distanciou das pautas sociais para não haver suposições de associação à Teologia da Libertação e aos vieses marxistas? Todo esse comportamento é influenciado pela aceitação e dependência do modelo neoliberal de economia e o padrão hegemônico de comunicação?

Falam sobre o processo de produção e escolha dos assuntos do novo diocesano, todos assumem ter notado uma mudança de linha editorial ao longo dos anos, a maioria afirma que possa ter a ver com a preocupação econômica em manter os meios de comunicação, e também que posicionamento político interfere. 100% afirmou não ter noticiado as manifestações antidemocráticas durante o governo Bolsonaro e em 08 de janeiro. A maioria foi orientada a não falar sobre o assunto. Os participantes falaram ainda que o líder atual não permite a abordagem das pautas sociais devido ao seu posicionamento político, e a falta de abertura também dos próprios padres e do entendimento do sentido social.

5.2 Mudanças que atravessam o Brasil

Após analisar o conteúdo de O Diocesano e as entrevistas com os comunicadores que atuaram ou atuam no periódico nesta segunda fase de análise, buscamos entender se essa é uma particularidade da Igreja do Sul Fluminense, ou se é uma realidade da Igreja Católica no Brasil. Para isso analisamos as iniciativas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) durante o período eleitoral de 2022. O Observatório da Comunicação Religiosa da CNBB²⁶ elaborou um guia prático para checar as mensagens e identificar as notícias falsas sobre pleito e elaborou uma cartilha de orientação política. Além disso, a CNBB e a TV Aparecida produziram um programa especial para discutir fé e política para um Brasil melhor. Houve a elaboração de um protocolo para as audiências com os candidatos aos cargos eletivos que a procurassem. O documento foi elaborado com o apoio das Assessorias Política e de Comunicação, após ouvir regionais e analisar propostas com o Conselho Permanente da CNBB. O material norteou o atendimento a candidatos e foi enviado a bispos “no desejo de que, em contínua aprendizagem, consigamos atravessar o período eleitoral contribuindo para o bem comum, com especial atenção aos mais fragilizados e evitando, dentro do possível, as sequelas da divisão e do pecado”. (CNBB, 2022).

A instituição divulgou uma carta como conclusão da 59ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, em 31 de agosto de 2022. Na carta, direcionada a todo povo brasileiro, se posiciona a favor da democracia.

Como se não bastassem todos os desafios estruturais e conjunturais a serem enfrentados, urge reafirmar o óbvio: Nossa jovem democracia precisa ser protegida, por meio de amplo pacto nacional. Isso não significa somente “um respeito formal de regras, mas é o fruto da convicta aceitação dos valores que inspiram os procedimentos democráticos [...] se não há um consenso sobre tais valores, se perde o significado da democracia e se compromete a sua estabilidade” (Compêndio da Doutrina Social da Igreja, 407). (CNBB, 2022).

²⁶O Observatório da Comunicação Religiosa é uma iniciativa da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), com a adesão da Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), e está a serviço da Comissão Episcopal Pastoral para a Comunicação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Mais à frente a carta relembra os perigos das notícias falsas e da corrupção.

É motivo de preocupação a manipulação religiosa e a disseminação de *fake News* que têm o poder de desestruturar a harmonia entre pessoas, povos e culturas, colocando em risco a democracia. A manipulação religiosa, protagonizada por políticos e religiosos, desvirtua os valores do Evangelho e tira o foco dos reais problemas que necessitam ser debatidos e enfrentados em nosso Brasil. É fundamental um compromisso autêntico com o Evangelho e com a verdade. A corrupção, histórica, contínua e persistente, subtrai o que pertence aos mais pobres. A Lei da Ficha Limpa, que proíbe que condenados por órgãos colegiados possam se candidatar a cargos políticos, é uma conquista popular e democrática, que deve ser promovida, juntamente com outros mecanismos de controle que garantam a ética na política. (CNBB, 2022).

E continua claramente posicionada contra falas e atos antidemocráticos.

Mesmo com todos esses desafios, a dinâmica da democracia nos coloca, mais uma vez, num processo eleitoral. Tentativas de ruptura da ordem institucional, veladas ou explícitas, buscam colocar em xeque a lisura desse processo, bem como, a conquista irrevogável do voto. Pelo seu exercício responsável e consciente, a população tem a capacidade de refazer caminhos, corrigir equívocos e reafirmar valores. Reiteramos nosso apoio incondicional às instituições da República, responsáveis pela legitimação do processo e dos resultados das eleições. (CNBB, 2022).

Após as eleições, na mensagem os bispos convocam os fiéis para a reconciliação para encarar um novo ciclo.

Agora, todos, indistintamente, precisam acompanhar, exigir e fiscalizar aqueles que alcançaram êxito nas urnas. O exercício da cidadania não se esgota com o fim do processo eleitoral. A CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – cumprimenta candidatos eleitos, deputados, senadores, governadores e presidente da República. Parabeniza ainda o Tribunal Superior Eleitoral por sua atuação no zelo de todo o processo democrático. Todos possam caminhar unidos para a construção da política melhor, aquela que está a serviço do bem comum, conforme define o nosso amado Papa Francisco. São os votos da CNBB. É o que suplicamos em preces para o nosso país. (CNBB, 2022)

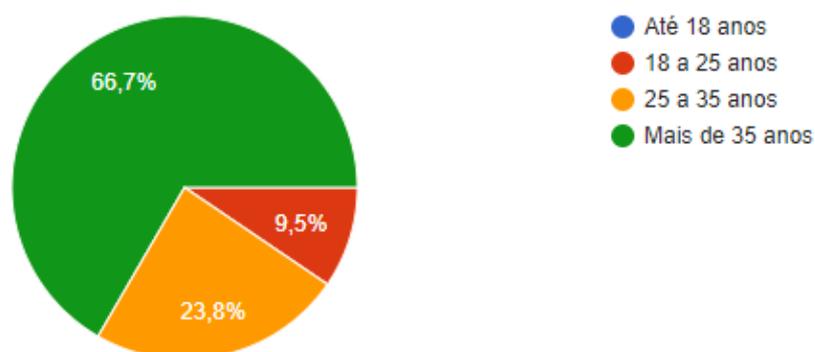
Mesmo diante de todas essas manifestações da CNBB, nenhuma mensagem foi replicada em O Diocesano.

Assim como em outras instituições, com o passar dos anos, observa-se uma postura de maior omissão relativa a assuntos externos, os chamados não-eclesiais em veículos de comunicação da Igreja. Para entender se essa mudança foi sentida pelos próprios comunicadores que trabalham na Igreja, realizamos pesquisa com um grupo de comunicadores de igrejas católicas do Brasil. A pesquisa seguiu linha semelhante à realizada com os comunicadores da diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda. Foi aplicada por meio de formulário de questionário do google forms e contou com a participação de representantes dos estados de Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Natal, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Gráfico 10: Faixa etária

Faixa etária

21 respostas



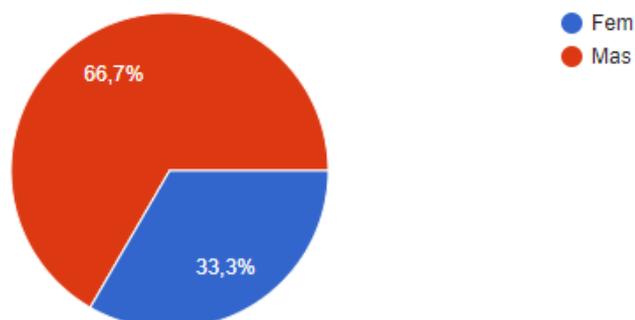
Fonte: Elaborado pela autora

Maioria com mais de 30 anos.

Gráfico 11: Gênero

Gênero

21 respostas



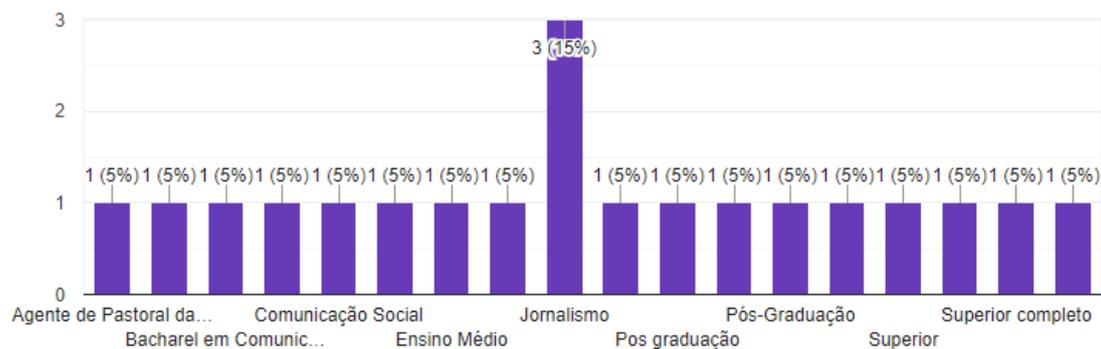
Fonte: Elaborado pela autora

Maioria masculina.

Gráfico 12: Formação

Qual a sua formação?

20 respostas



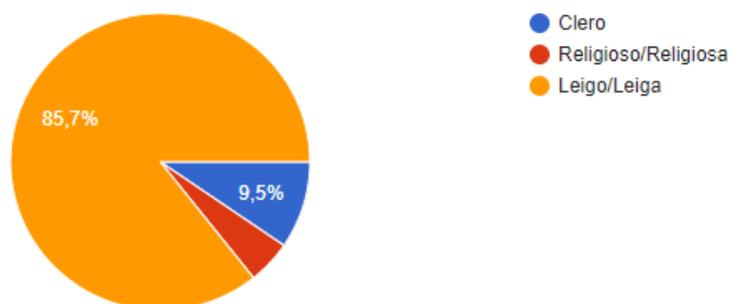
Fonte: Elaborado pela autora

Maioria jornalista.

Gráfico 13: Identidade eclesial

Qual sua identidade eclesial?

21 respostas



Fonte: Elaborado pela autora

Maioria leigo.

Gráfico 14: Função no departamento de comunicação

Qual a sua função no departamento de comunicação?

21 respostas



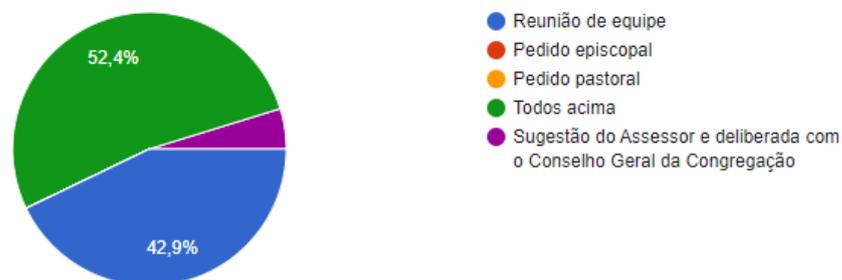
Fonte: Elaborado pela autora

Diversidade de funções, sendo a maioria assessor de imprensa.

Gráfico 15: Pesquisa sobre definição de Pauta em veículos católicos

Como são definidas as pautas a serem desenvolvidas?

21 respostas



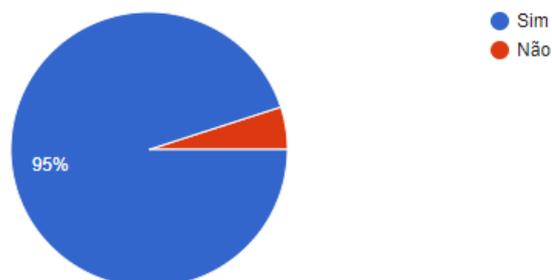
Fonte: Elaborado pela autora

Predominância de todos os métodos durante escolha da pauta.

Gráfico 16: Pesquisa sobre mudança editorial em veículos católicos

Você notou algum tipo de mudança na linha editorial com o passar dos anos?

20 respostas



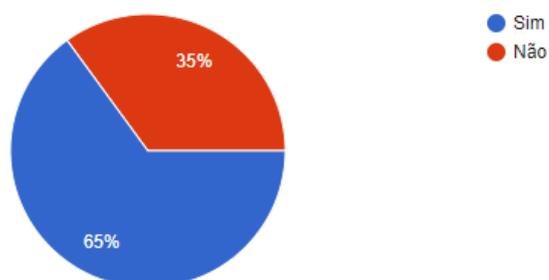
Fonte: Elaborado pela autora

A maioria notou mudança na linha editorial

Gráfico 17: Pesquisa sobre preocupação econômica em veículos católicos

Se notou, você acredita que possa ter a ver com a preocupação econômica da igreja em manter os meios de comunicação?

20 respostas



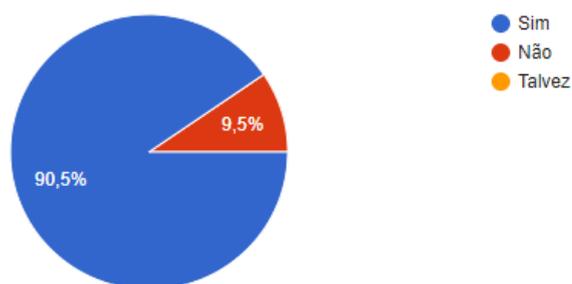
Fonte: Elaborado pela autora

A maioria acredita que a preocupação econômica com a manutenção dos meios possa ser um motivo para a mudança de linha editorial.

Gráfico 18: Pesquisa sobre posicionamento político em veículos católicos

Acredita que o posicionamento político dentro da Igreja também pode impactar nos assuntos abordados?

21 respostas



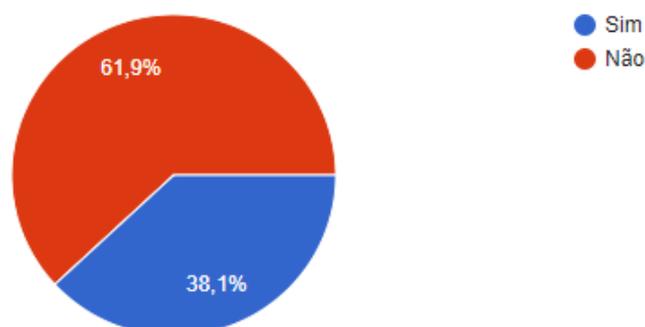
Fonte: Elaborado pela autora

A maioria acredita que o posicionamento político influencia na escolha dos assuntos

Gráfico 19: Pesquisa sobre divulgação de matérias sobre as eleições de 2022 em veículos católicos

O veículo em que trabalha noticiou algo referente às eleições presidenciais de 2022?

21 respostas



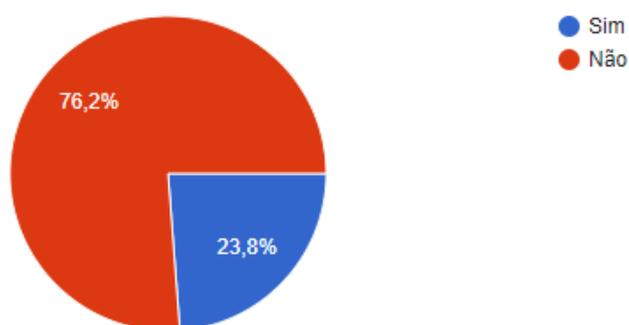
Fonte: Elaborado pela autora

A maior parte dos veículos não noticiou nada relacionado às eleições presidenciais de 2022.

Gráfico 20: Pesquisa sobre divulgação de atos antidemocráticos em veículos católicos

Houve alguma menção às manifestações antidemocráticas de 08/01/2023?

21 respostas



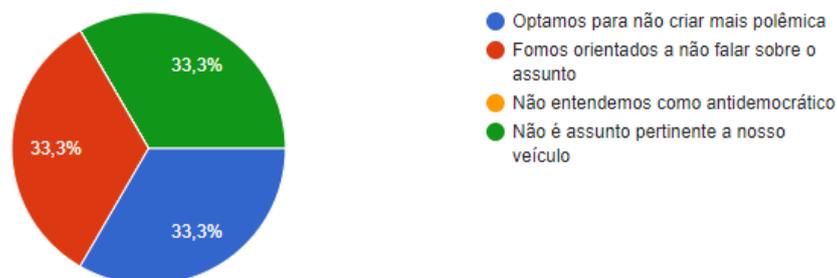
Fonte: Elaborado pela autora

76,2% não fizeram menção às manifestações antidemocráticas de 08/01/2023.

Gráfico 21: Pesquisa sobre o porquê de não divulgar os atos antidemocráticos em veículos católicos

Se não, por quê?

15 respostas



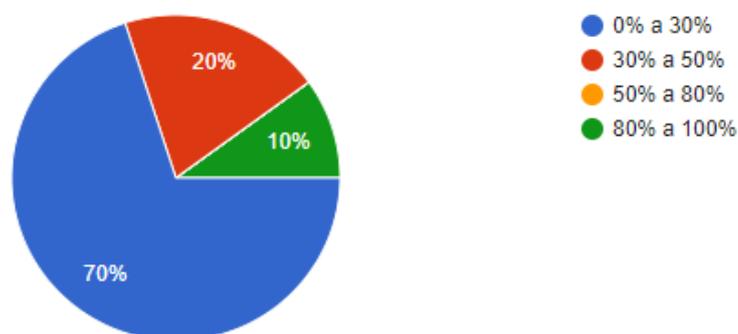
Fonte: Elaborado pela autora

As causas para a não veiculação ficam divididas entre: optamos para não criar mais polêmica; não reconhecem como assunto pertinente ao veículo e foram orientados a não falar sobre o assunto.

Gráfico 22: Pesquisa sobre frequência de pautas sociais em veículos católicos

Com que frequência escrevem sobre pautas não eclesiais ligadas à luta popular e de classe nesse veículo?

20 respostas



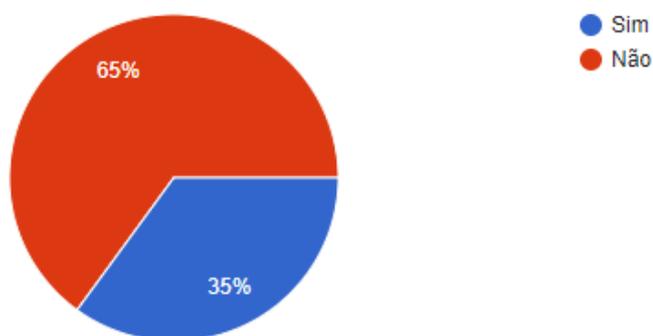
Fonte: Elaborado pela autora

A maior parte dos entrevistados disse que a frequência de pautas sobre luta popular e de classe correspondem a até 30% das veiculadas.

Gráfico 23: Pesquisa sobre censura em veículos católicos

Já se sentiu censurado pela autoridade eclesial a quem responde sobre a publicação de assuntos não ligados à igreja como pauta?

20 respostas



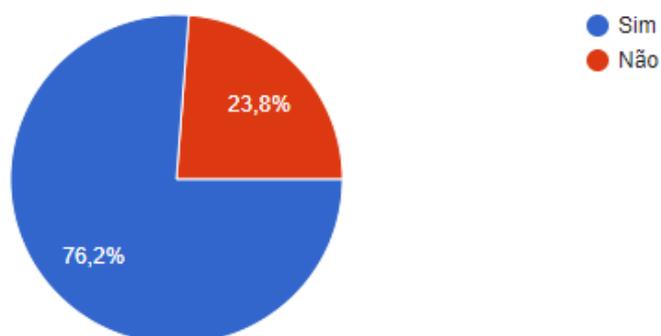
Fonte: Elaborado pela autora

Apesar dos resultados acima, 65% dos entrevistados não se consideram censurados

Gráfico 24: Pesquisa sobre a utilização das mídias digitais em veículos em dioceses no Brasil

Você acredita que com as mídias digitais os movimentos sociais têm mais voz dentro da Igreja?

21 respostas



Fonte: Elaborado pela autora

A maioria acredita a saída para maior divulgação dos movimentos sociais pode estar nas mídias digitais.

Gráfico 25: Respostas sobre a dificuldade de veículos católicos incluírem pautas sociais em sua rotina de pautas

Na sua visão, o que dificulta que as pautas sociais sejam incluídas com mais frequência nas reuniões, homilias e meios de comunicação da Igreja?

19 respostas

Falta de identificação com a causa e fulga do profetismo.

Falta de profetismo!

Por conta dos estigmas que a tematica normalmente suscita. A dificuldade se dá também pela quase inexistente formação e conscientização das pessoas da relação existente entre fé cristã e política

Falta de conhecimento, mas também opção por colocar o tema em debates

O receio de perder os fiéis por questões de alinhamento político.

O medo causado pela cultura do ódio, levando lideranças e membros do clero a não se posicionarem por medo de sofrerem perseguições e até mesmo atos de violência.

Um posicionamento político ligo à direita por parte do clero "dominante", ou seja, daqueles que ocupam cargos e funções administrativas na cúria. Além disso, o arcebispo foge de pautas político-sociais para evitar conflitos internos com o próprio clero.

Em nosso caso, não encontramos dificuldades. O veículo arquidiocesano busca trazer sempre assuntos sociais, mesclando com os que eclesiais, com a proposta de, também, mostrar ações sociais e trazer reflexões de assuntos em pauta na sociedade, sempre prezando pelos valores de valorização da vida e da pessoa humana.

O clero, simples! O Clero é quem Co-manda! Então, se eles querem, eles pautam, se não, não se importam. Então, o clero as vezes é a dificuldade.

Falta de diálogo

Acredito que seja reflexo de uma mudança sociocultural com o avanço de pautas conservadoras. Isso fortaleceu posições que já existiam dentro da Igreja, mas que não eram tão expressas claramente. Hoje, há uma liberdade maior de fazer a sua exposição em pautas de costume, família, dentre outras, foi gerando um enfraquecimento das pautas mais sociais - geralmente atribuídas ou atreladas ao campo progressista. É notável, também, que estes grupos conservadores conseguiram se apropriar com mais eficiência da lógica do ambiente digital do que os que têm a pauta mais progressista.

Falta de aparelhos adequados, aceitação da comunidade e compreensão da forma de trabalho em meio às plataformas.

Polarização das opiniões. Ódio que nasce nas pessoas por opiniões diferentes expressas pela igreja. Tanto de um lado como de outro. É mais fácil guardar a opinião.

Ainda não formei uma opinião precisa sobre isto.

A polarização partidária e a definição na formação político-social.

A dificuldade em interpretar de forma errônea, ou falta de catequese social. Abordando os assuntos de forma correta.

Falta de conhecimento e/ou a proposital desprezo sobre o aspecto teológico sobre fé e vida e seus impactos na realidade da comunidade eclesial.

Penso que seja importante haver mais clareza do que são, de fato, as pautas sociais e como as instituições eclesiais podem abordá-las levando em consideração aquilo que é próprio da sua missão, tendo sempre como critério os fundamentos da doutrina social da Igreja e não apenas reproduzindo narrativas que não estão em sintonia com tais critérios. Além disso, é importante oferecer ao público elementos que ajudem no aprofundamento dos temas e na formação da sua opinião, deixando sempre claro o posicionamento oficial da instituição.

Fonte: Elaborado pela autora

Podemos verificar como resultado das entrevistas que, embora a maioria dos entrevistados tenha afirmado ter sofrido interferência na execução do seu trabalho, sobretudo com as respostas em relação às orientações sobre a não veiculação de ameaça de golpe durante as manifestações antidemocráticas em 08/01/23 e omissão em relação às eleições presidenciais, não se consideram censurados, ou seja, se incluem como parte que decidiu pela omissão de informações sobre acontecimentos políticos importantes no país e que poderiam ter mudado a vida dos brasileiros, inclusive da comunicação e da própria Igreja Católica. Verificamos que a maioria dos entrevistados é formada por homens, leigos, ou seja, não são padres, e são formados em jornalismo. A idade predominante é acima de 30 anos, ou seja, pessoas que nasceram entre a redemocratização e a ditadura e, possivelmente, estudaram sobre o tema ditadura na escola e na faculdade. A maioria dos entrevistados diz ter notado mudança na linha editorial e acredita que a preocupação econômica com a manutenção dos meios de comunicação da Igreja possa ser um motivo para a mudança dessa linha editorial. Além disso, a maioria acredita que o posicionamento político influencia na escolha dos assuntos e sugere algumas possíveis causas para essa mudança de posicionamento. São elas: falta de profetismo; medo da cultura do ódio, perseguições e atos de violência, que acaba silenciando membros da Igreja, inclusive líderes como bispos que fogem de assuntos polêmicos para evitar conflitos com o próprio clero; estigmas relacionados à temática social, lemos aqui

como os relacionados à Teologia da Libertação e o medo de ser chamado de comunista; receio de perder fiéis por questões de alinhamento político, e a falta de formação e conscientização das pessoas sobre a relação entre fé cristã e política.

Além dos que assumiram em pesquisa que foram orientados por superiores a não falar sobre o assunto, acharam melhor não criar polêmica e outros julgaram não ser tema pertinente ao veículo da Igreja, alguns jornalistas fizeram contato explicando que não iriam responder por medo de perder o emprego. Apesar de não ser parte da nossa pesquisa em profundidade, notamos que também na Igreja cresce a demanda por contratação de agências, prestadores de serviço sem vínculo empregatício, como os empreendedores, pejetizados, MEIs (microempreendedores), etc. Isso torna o trabalho com carteira assinada um benefício para os jornalistas e comunicadores que trabalham na Igreja e podem se sentir ameaçados se expõem mais do que o recomendado pela sua chefia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação analisamos o conteúdo do boletim O Diocesano, meio de comunicação da Igreja Católica, mais precisamente da diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda, que abrange atualmente 12 municípios do Sul Fluminense: Barra do Piraí, Barra Mansa, Volta Redonda, Resende, Pinheiral, Piraí, Itatiaia, Porto Real, Quatis, Mendes, Paulo de Frontin e Rio Claro. Comparamos 1970 a 1973 – época de sua criação impressa, quando O Diocesano foi o principal documento utilizado pela diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda para orientar e articular padres e formadores de opinião católicos do Sul Fluminense em assuntos sociais, econômicos e políticos. Característica perdida nos últimos anos, como evidenciamos na segunda fase de nossa análise (2020 a 2023), perdendo espaço ainda para as mídias digitais, avanços tecnológicos e na sua própria composição.

Levamos em consideração o contexto social, político e econômico das épocas para estabelecer semelhanças no cenário brasileiro e buscar entender a mudança do conteúdo do ponto de vista editorial, principalmente e tecno-estético. Notamos neste contexto sócio-político-econômico uma forte utilização da Ideologia de Segurança Nacional como ponto convergente entre as épocas, com a utilização de aparatos em comunicação para enganar, esconder ou censurar (este último na ditadura militar) conteúdos importantes nos meios de comunicação tradicionais, alternativos e privados, estes utilizados pelos governos, partidos e empresas para convencer a população de que o desenvolvimento econômico promovido pelo capitalismo e mais tarde, o capitalismo neoliberal, é a alternativa mais viável para a vida próspera dos brasileiros.

Na primeira fase de análise, o movimento de defesa do capitalismo esteve ligado ao capital estrangeiro e à derrubada do governo de João Goulart, com a imposição da ditadura militar, financiada pelos Estados Unidos. E no segundo momento, entre 2020 e 2023, com as ameaças de golpe pela retomada da ditadura, durante as eleições de 2022 e após a derrota de Jair Bolsonaro, presidente da República entre 2018 – 2022, declaradamente a favor de uma política neoliberal e movimentação de capitais internacionais para operações específicas, como fusões e aquisições de empresas no país.

Para defender esse modelo capitalista negocia-se, inclusive, a democracia. É neste sentido que buscamos entender como O Diocesano foi utilizado e se seguiu sendo uma ferramenta de defesa desta democracia no Sul Fluminense. Na primeira fase, época de sua criação (1970 – 1973) notamos que o veículo atende a uma série de recomendações vindas do Concílio Vaticano II, da Conferência de Medellín, da realidade latino-americana e dos documentos voltados para a abertura ao diálogo de uma nova era marcada pela comunicação e pelo serviço aos pobres. É um movimento que abraça a realidade local e traz a luta para dentro da Igreja. Porém, com o passar dos anos e, principalmente, com a divisão da Igreja na América Latina, entre os que são adeptos à Teologia da Libertação e os que a condenam por entenderem, de maneira equivocada, que é uma teologia que nasce em Marx e não em Jesus Cristo, a Igreja passa a se posicionar de maneira mais comedida e até se isentar de questões outrora essenciais para o debate católico. Assim, ao se afastar da imagem de Igreja comunista, acaba por desprezar os efeitos de uma democracia neoliberal que faz opção preferencial pelos ricos e atua na manutenção e ampliação das desigualdades.

Notamos isso ao evidenciar que, em pleno cenário pandêmico, com divulgação de notícias falsas e movimentos pró-golpe pedindo pela volta da ditadura, O Diocesano não só é retirado de circulação, como quando retoma suas atividades não cita nenhuma vez as expressões “notícias falsas” ou “fake news”. Mal defende a democracia ao se furtar em divulgar orientações e posicionamento claro da CNBB em defesa da democracia. Mesmo quando há presença de assuntos mais voltados para o cenário externo da Igreja, notamos um posicionamento contido, de quem não pretende se comprometer com questões alheias à religiosidade. A omissão desse posicionamento presente no conteúdo dessa segunda fase é vista como uma maneira de manter a unidade e não incitar defesas acaloradas de opiniões contrárias dentro da Igreja, embora a defesa da democracia devesse ser unanimidade dentro de uma instituição perseguida, que teve fiéis, padres e bispos ameaçados, sequestrados e torturados na época da ditadura brasileira. Como estratégia, a Igreja do Sul Fluminense passa a se fechar nas próprias pautas eclesiais, ou seja, vira uma divulgadora de sua própria estrutura, eventos, e passa a usar os aparatos de comunicação para falar de si mesma.

Historicamente, a Igreja Católica, tanto no clero quanto entre os seus fiéis, sempre foi dividida. A ideia de união dos bispos do Brasil tenta ser passada, por

exemplo, quando se reúnem e emitem cartas sobre cenário político-econômico-social em reuniões e assembleias, como a que emitiram nas eleições de 2022 e que não foram divulgadas em O Diocesano.

Apesar de não ser o foco principal de nossa pesquisa, pudemos notar também que esse movimento é sentido em outros lugares do Brasil, ao realizar a pesquisa com jornalistas e comunicadores responsáveis por assessorias de e veículos de comunicação na Igreja em 12 estados brasileiros, em 2023. A pesquisa foi direcionada a comunicadores dos 26 estados e do Distrito Federal, mas alguns comunicadores relataram que tiveram insegurança na hora de responder com medo de retaliações por parte da própria Igreja. Esse também é o sentimento que leva alguns profissionais e comunicadores populares a repensarem e não insistirem em pautas polêmicas que possam gerar alguma conotação partidária ou considerada extremista nos veículos da Igreja. Podemos compreender que existe uma autocensura.

A exigência de formação de profissionais em comunicação dentro da Igreja também altera o caráter emocional das notícias. Antes, por ser escrito por leigos e integrantes de movimentos sociais, o informativo era carregado de emoção, intenção e mobilização próprios do trabalho das CEBs. Com a contratação de jornalistas e agência de publicidade, a notícia toma a forma jornalística de notícia, passa pelo crivo profissional e se distancia da parcialidade. As pautas são mais analisadas, a própria autocensura do profissional, claro que influenciado pelas lideranças religiosas da época, acabam por “esfriar” o informativo combativo.

Assim como o padrão tecno-estético empregado, a partir dos anos 2000, O Diocesano rompe com o estilo alternativo. As editoriais passam a ser desenhadas, as páginas padronizadas e os textos seguem as tendências dos limites aceitáveis de tamanho para não se tornar uma leitura cansativa. Com isso, prioriza-se a estética baseada num novo padrão, ou seja, na tentativa de imitar o padrão hegemônico da época, em detrimento de seu conteúdo. O Diocesano passa a se parecer com os jornais e, mais tarde, revista, seguindo as tendências ditadas por uma comunicação neoliberal e hegemônica. Vira assim um produto que divulga a vida da Igreja e abre as portas, inclusive, para a captação de anunciantes, para que possa arcar com os gastos gerados por um novo padrão de comunicação.

Em 2021, ao deixar de ser impresso, mais uma vez segue os passos de uma tendência neoliberal, que corta os custos com a produção – com o enxugamento

de profissionais – e com os gastos com o papel motivados pela pandemia e consolidado após o período pandêmico. Neste ponto deixa de ser um produto utilizado para captar sócios evangelizadores, que são os assinantes da revista O Diocesano e contribuintes dos meios de comunicação da diocese. A captação de anúncios passa a ganhar destaque e está diretamente ligada a outras mídias diocesanas que passam a ser comercializadas por terceiros, incluindo plataformas digitais. A estratégia está presente em outras comunicações alternativas, que acabam por recorrer à internet como maneira de difundir, com custos reduzidos, suas propostas, com utilização de sites e mídias digitais. Porém, para que seja eficiente, é preciso ser livre e de fácil acesso. Uma vez que a internet dá agilidade ao processo, colocando-se disponível a todos, ela assume seu próprio limite, que é o de estar acessível somente para aqueles que têm os meios para tal. E mais uma vez é preciso ter acesso aos meios difundidos pelo capitalismo para se chegar às informações desejadas.

Portanto, melhorar o aparato comunicacional não necessariamente melhora a comunicação realizada. Por vezes dá a falsa impressão de amplitude, porém divulga-se sempre o mesmo em diferentes formatos, neste caso o cotidiano dentro da Igreja Católica do Sul Fluminense. Esse seria um dos efeitos do modelo pentecostal dentro da Igreja Católica, com o surgimento da Renovação Carismática Católica (RCC), em 1967? Ou seja, a instituição teria voltado os olhos para dentro de si mesma, como uma espécie de individualismo da fé?

Assim terminamos a dissertação após responder às seguintes perguntas da pesquisa: As questões econômicas influenciaram na transformação do conteúdo de O Diocesano ao longo dos anos? Ele perdeu o caráter de luta pela democracia, conquistada após a ditadura e mantida mesmo com tentativa de golpe em 2023? O próprio modelo de produção das notícias e profissionalização da área de comunicação dentro da Igreja teria mudado? Existe ligação com o liberalismo e neoliberalismo no Brasil? A resposta, em resumo, é sim. Os investimentos para criar e manter modelos de comunicação que mais se parecem com os hegemônicos influenciaram no padrão tecno-estético, na produção do informativo, na profissionalização para mantê-lo atrativo dentro e fora da Igreja. A ligação com o neoliberalismo está na percepção de que a comunicação alternativa contra-hegemônica é atrasada e precisa se adequar ao formato considerado e aceito no mundo atual, assim como a necessidade de criação de uma Rede de Mídias

Católicas, para se fazer presente no que João Paulo II chamou de “novos areópagos”. A Igreja passa a marcar presença nos “novos areópagos” e não mais divulgando e dando ênfase ao que acontece no Brasil e no mundo para os católicos que se informam em O Diocesano. Esta missão cabe às mídias tradicionais e hegemônicas ou, infelizmente, aos grupos de whatsapp. Sendo assim, o conteúdo de O Diocesano perde o caráter combativo, uma vez que assume um posicionamento centrado no crivo profissional de jornalistas contratados, orientados para uma linha editorial que preserve, sobretudo, as relações intra-eclesiais, ou seja, com a omissão de conteúdo que possa acarretar na sua própria demissão e para que intelectuais, bispos e padres preservem a teologia própria desta Igreja para que ela não se misture demasiadamente ou se assemelhe a uma teoria política. Ficam os católicos comprometidos com o social em conflito pela necessidade de lutar ativamente no meio do povo sem ser rotulados como esquerdistas, comunistas, vermelhos. É ser comum, porém sem perder suas características eclesiais. Mais uma diferença entre os dias atuais e os anos de chumbo, como evidencia o posicionamento de dom Waldyr Calheiros até sua emeritidade²⁷ e morte.

O pentecostalismo não tem compromisso com a libertação dos pobres. Não é fácil fazer para os pobres. Dando-lhes assistência. Não é fácil libertá-los para que sejam atores do seu próprio destino. O que resta fazer aos que não têm saúde, não têm onde morar, não têm escolas? Apelar para Deus, sem saber que são os homens, com suas políticas, os responsáveis pela situação em que vivem. Não é fácil para o excluído descobrir a causa da sua exclusão. Para o sistema é interessante que eles continuem não sabendo. Se tomassem consciência das causas não votariam em políticos e partidos responsáveis por elas, nem pagariam para receber bênçãos. (Dom Waldyr Calheiros, 2001).

²⁷Emeritidade: o processo de aposentadoria de Padres e Bispos Diocesanos após completarem 75 anos de idade.

Referências Bibliográficas

ABREU, A. A. **Companhia Siderúrgica Nacional**. (1982-1995). Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/5787>. Acesso em: 02 jan. 2023.

ALBERIGO, G. O anúncio do concílio. In: ALBERIGO, G.; BEOZZO, J.O. (Coords.) **História do Concílio Vaticano II**. v. I, p. 21, apud MELLONI A. “Questa festiva ricorrenza”. *Prodromi e preparazione del discorso di annuncio del Vaticano II*. RSLR 28 (1992). p. 607.

ALVARENGA, R. C.; KUNSCH, D. A. **A Comunicação Social nos Documentos Conclusivos das Conferências Gerais do Celam**: uma proposta de trabalho em construção. In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2019, Belém. Fluxos Comunicacionais e a crise da democracia. São Paulo: Intercom, 2019. v. 1. p. 1-15. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0100-1.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

ALVARENGA, R. C. **Igreja Católica e os meios de comunicação social**: apontamentos sobre as fases da relação Igreja-comunicação a partir dos documentos pontifícios. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-2222-1.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

ALVARENGA, R. C. **A Comunicação Social nos Documentos conclusivos das Conferências Gerais do Celam**: uma proposta de trabalho em construção, Belém, 2019. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0100-1.p>. Acesso em: 23 jan. 2024.

ALVES, M. M. **A Igreja e a Política no Brasil**. Editora Brasiliense, 1979. Disponível em: https://estudoscolaborativos.sei.ba.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/ALVES_A-IGREJA-E-A-POL%C3%8DTICA-NO-BRASIL.pdf. Acesso em: 12/12/23.

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil**: 1964-1984. Bauru: EDUSC, 2005.

ANDRADE, LÖWY, SOFIATI. **Cristianismo da Libertação e Teologia da Libertação na América Latina**. Sociedade e Cultura. Revista de Pesquisa e Debates em Ciências Sociais, vol. 23, e64381, 2020. UFG - Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/703/70363367031/html/>. Acesso em: 01 jan. 2024.

ARAÚJO, Etyelle Pinheiro de. **Cada luto, uma luta : narrativas e resistência de mães contra a violência policial** / Etyelle Pinheiro de Araújo; orientadora: Liliana Cabral Bastos ; coorientadora: Liana de Andrade Biar. – 2021. 258 f.: il. color.; 30 cm Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54816/54816.PDF>

ARQUIVO NACIONAL, Presidência da República, SNI. **Memorando 185/SI Gab.** de 04 de fevereiro de 1971.

ASSIS, J. M. F; RODRIGUES, D. S. (Org.). **Cidadania, movimentos sociais e religião:** abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. Disponível em: <https://portaldascebs.org.br/a-igreja-e-a-ditadura-militar/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

BAGGIO, K. G. **Conexões ultraliberais nas Américas:** o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/7536/Conex%C3%B5es%20ultralibera%20nas%20Am%C3%A9ricas%20o%20think%20tank%20norte-americano%20Atlas%20Network%20e%20suas%20vincula%C3%A7%C3%B5es%20com%20organiza%C3%A7%C3%B5es%20latino-americanas%20E2%80%93%20K%C3%A1tia%20Baggio.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BEDÊ, E. D. A. T. **Relatório Final.** Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros. Volta Redonda, p. 589. 2015.

BEOZZO, J. O. **Pacto das catacumbas: por uma igreja servidora e pobre.** São Paulo: Paulinas, 2015. Disponível em: http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/primeiro_site/dhc/textos/52846-3_pacto_das_catacumbas.pdf. Acesso em 12 mai. 2023.

BENTO XVI, Papa. **Audiência Geral Praça de São Pedro.** 10 de outubro de 2012. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2012/documents/hf_ben-xvi_aud_20121010.html#:~:text=O%20Conc%C3%ADlio%20recorda%2Dnos%20que,a%20nossa%20bem%2Daventuran%C3%A7a%20eterna. Acesso em: 10 mai. 2024.

BETTO, F. **Gustavo Gutiérrez, pai da teologia da libertação.** Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/611080-gustavo-gutierrez-pai-da-teologia-da-libertacao>. Acesso em: 01 jan. 2024.

BÍBLIA, N. T. João. Português. **Bíblia Sagrada**. Reed. Versão de Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. das Américas, 1950. Cap. 10, vers. 10.

BÍBLIA, N. T. Lucas. Português. **Bíblia Sagrada**. Reed. Versão de Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. das Américas, 1950. Cap. 19, vers. 40.

BÍBLIA, N. T. Mateus. Português. **Bíblia Sagrada**. Reed. Versão de Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. das Américas, 1950. Cap. 28, vers. 18-20

BOFF, L. **Quarenta anos da Teologia da Libertação**. Disponível em: <https://leonardoboff.org/2011/08/09/quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BOFF, L.; BOFF, Clodovis. **Como fazer teologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOLAÑO, C. R. S. **Indústria Cultura, Informação e Capitalismo**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

BOLAÑO, C. **Trabalho Intelectual, Informação e Capitalismo**. A reconfiguração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 15, n. 11, p. 53-78, 2002. Disponível em: <http://eptic.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Trabalho-intelectual-comunica%C3%A7%C3%A3o-e-capitalismo-Bola%20.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

BBC - **Polônia: perfil do país conhecido por belas cidades e os horrores da guerra**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56517526#:~:text=1947%20%2D%20A%20Pol%C3%B4nia%20torna%2Dse,no%20de%20Jo%C3%A3o%20Paulo%20%2C%20BA>. Acesso em: 25 jan. 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia**. Ensaio para livro sobre Getúlio Vargas organizado por Pedro Cezar Dutra Fonseca e Pedro Paulo Bastos. Versão de 4 de de junho de 2009. Disponível em: https://bresserpereira.centrodeeconomiapolitica.org/papers/2009/09.02.Vargas_Estadista.Junho2009.pdf. Acesso em 15 dez. 2023.

BRITTOS, V. C. Aportes teórico-conceituais de Valério Cruz Brittos à Economia Política da Comunicação. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. e5120, 2020. <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i1.5120>.

BRITTOS, V. C.; MENEZES, E. S. Do vídeo popular às especificidades do padrão tecno-estético alternativo. **Revista Eptic**, São Cristóvão, v. 13, n. 3, p. 1-17, set.-dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/302/846>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRITTOS, V. C. Televisão e barreira: as dimensões estética e regulamentar. In: JAMBEIRO, Othon; BOLANHO, César; BRITTOS, Valério Cruz (Orgs.). **Comunicação, informação e cultura: dinâmicas globais e estruturas de poder**. Salvador: Edufba, 2004. p. 15-42, p. 15.

BROEZE, A.; FREZZATO, A. **Desenvolvimento da Doutrina Social da Igreja no Magistério de João Paulo II**. Disponível em: <https://revista.fuv.edu.br/index.php/reflexus/article/view/2603/2421>. Acesso em: 21 fev. 2024.

CAPONI, S; BRZOZOWSKI, F. S; HELLMANN, F; BITTENCOURT, S. C. O uso político da cloroquina: COVID-19, negacionismo e neoliberalismo. **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 9, núm. 21, 2021, Enero-, pp. 78-102. Sociedade Brasileira de Sociologia Aracaju, Brasil.

CARVALHO, M. **Os primeiros jornais voltaredondenses**. Disponível em: <https://contextolivre.blogspot.com/2009/09/jornal-sul-fluminense-1951.html>. Acesso em: 09 fev. 2023.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CAVALCANTI, T. (org.). **A solidariedade no ensino social da Igreja: um percurso para o amor na verdade, Economia e vida na perspectiva da Encíclica Caritas in Veritate**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2010. Disponível em: <https://www.pucsp.br/fecultura/livros/pdf/livroA4.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2023.

CELAM. **Conclusões de Medellín**. São Paulo: Paulinas, 1979.

COMISSÃO PONTIFÍCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Instrução Pastoral Communio et progressio** (1971). 3ª Ed. São Paulo: Paulinas, 2000.

CONCÍLIO VATICANO II. **Gaudium et Spes**. Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no Mundo de Hoje. São Paulo: Paulinas, 1966.

CONCÍLIO VATICANO II. **Inter Mirifica**. Decreto do Concílio Vaticano II Sobre os Meios de Comunicação Social. São Paulo: Paulinas, 2001

CONCÍLIO VATICANO II. **Lumen Gentium**. Constituição dogmática do Concílio Vaticano II Sobre a Igreja. São Paulo: Paulinas, 2005.

CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43, 2020, virtual. **Anais eletrônicos**. São Luís: [s. n.], 2020. p. 1-16. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-2222-1.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CORREIO BRAZILIENSE, **8 de janeiro: veja cronologia dos fatos no dia dos atos antidemocráticos**. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/01/6780839-8-de-janeiro-veja-cronologia-dos-fatos-no-dia-dos-atos-antidemocraticos.html>. Acesso em: 13 abr. 2024.

COSTA, C. M. L. PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Keneth (Orgs.). **O Bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

COSTA, M. E. B. Grupo Focal. In DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. (p. 180-192) 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CHESNAIS, F. **A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século**. Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 4, n. 2, p. 1–30, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643195>. Acesso em: 02 jul. 2023.

CNN, 2024. **Tempus Veritatis: a hora da verdade em tempos de pós-verdade**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/iuri-pitta/politica/tempus-veritatis-a-hora-da-verdade-em-tempos-de-pos-verdade/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª. ed. Porto Alegre, Artmed Bookman, 2006. Disponível em <https://bds.unb.br/handle/123456789/863>. Acesso em 12 dez. 2023.

DESCALZO, J. L. M. **El Concílio de Juan y Pablo**. Documentos pontificios sobre la preparación, desarrollo e interpretación del Vaticano II. BAC, Madrid, 1967, p. 699.

DIÁRIO DO VALE, 2024. **Volta Redonda e Barra Mansa têm manifestações a favor de Bolsonaro**. Disponível em: https://issuu.com/diariodovale/docs/9712_-_diario_-_quinta-feira_-_09.09.2021. Acesso em: 13 mar. 2024.

DOCUMENTO DE PUEBLA. **Documentos do Celam**. São Paulo: Paulus, 2004.

DORNELES, V. **'E toda a terra se maravilhou'**: a contribuição de João Paulo II para a restauração do poder. 2005, São Paulo. Disponível em: <https://circle.adventistlearningcommunity.com/files/unaspres/parousia2005011910.pdf>. Acesso em: 04 mai 2023.

DUSSEL, E. **Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

EMMERICK, R. As relações Igreja/Estado no Direito Constitucional Brasileiro: um esboço para pensar o lugar das religiões no espaço público na contemporaneidade. **Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, 2010.

EPIFANIA, A. G. **Encontros e desencontros entre o sagrado e o urbano no cotidiano de Candeias**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de PósGraduação em Geografia- Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19348>. Acesso em: 01 jun 2023.

ESPÍNDOLA, M. **Não há democracia sem imprensa**. Disponível em: <https://diariodovale.com.br/opiniao/nao-ha-democracia-sem-imprensa/>. Volta Redonda, 2022. Acesso em: 07 jun. 2023.

ESTEVEZ, A. L. M. **Projetos católicos e movimentos sociais: A Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda (1966-2010)** / Alejandra Luisa Magalhães Estevez – 2013. 260f.: il.; 30 cm.

FENAJ. **FENAJ recebe relatório sobre jornalistas perseguidos na ditadura**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-11/fenaj-recebe-relatorio-sobre-jornalistas-perseguidos-na-ditadura>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FERREIRA, G. **Jornalismo de esgotamento: Estudo sobre a Precarização do jornalístico na pandemia** / Gabriela Matos Ferreira Fernandes; orientadora: Patrícia Maurício Carvalho. – 2021. 335 f.: il. color. 30 cm. Disponível em: <file:///C:/Users/Gabriela%20Misael/Desktop/MESTRADO%202023/PATRICIA/gabriela%20ferreira.PDF>. Acesso em: 20 out. 2023.

FIGUEIREDO, C. **Jornalismo E Economia Política Da Comunicação: elementos para a construção de uma teoria crítica do jornalismo**. 6 n. 1, 2019. In: *Jornalismo, Ciências Humanas E Sociais: intersecções, transversalidades e fronteiras*. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-375X.2019v6n1.46582>. Acesso em: 17 jun. 2023.

FRANCISCO, Papa. **Lúmen Fidei**. 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20130629_encyclica-lumen-fidei.html. Acesso em: 10 fev. 2024.

G1, 2020. **Gotardo Netto, ex-prefeito de Volta Redonda, é preso em operação que investiga corrupção no governo do Rio**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2020/08/28/gothardo-netto-ex-prefeito-de-volta-redonda-e-preso-em-operacao-que-investiga-corrupcao-no-governo-do-rio.ghtml>. Acesso em: 08 mai. 2024.

G1, **2023**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/01/27/papa-bento-xvi-renunciou-por-cao-de-uma-insonia-que-durava-8-anos.ghtml>. Acesso em: 13 jan. 2024.

G1, 2023. **8 de janeiro: STF condenou 101 acusados de participação nos atos em julgamentos em 2023 e 2024**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/02/24/8-de-janeiro-stf-condenou-101-acusados-de-participacao-nos-atos-em-julgamentos-em-2023-e-2024.ghtml>. Acesso em: 13 mar. 2024.

GABRIG, Patricia Souza. **Desinformação: a intencionalidade de enganar como forma de obtenção de lucro**. 2021. 126 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GAUTHIER, Paul. **Jesus, l'Église et les Pauvres. Réflexions nazaréennes pour le Concile**. Paris, 1962.

GIBELLINI, Rosino. **A Teologia no século XX**. São Paulo: Loyola, 1988.

GODOY A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, mar-abr, p. 57-63, 1995.

GOMES, M. C. M, CRISPINO SANTOS F. **A atuação do Consórcio de Veículos de Imprensa na pandemia de COVID-19 no Brasil**. Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/ij01/mylla-claudia-marcolino-dos-santos-gomes.pdf>. Acesso em: 20 mar 2024.

GONÇALVES, Alexandre. **Essência da Teologia da Libertação foi defendida pelo papa Bento XVI**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/98023-essencia-da-teologia-da-libertacao-foi-defendida-pelo-papa.shtml>. Acesso em: 02 fev. 2024.

GUTIERREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação - Perspectivas**. Edições Loyola, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1984.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOEVELER, Rejane Carolina. **René Dreifuss e o golpe de 1964**: sobre teorias e “conspiracionismos”. In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 2014, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, 2014.

HOOPER, Neto. **Dia Mundial das Comunicações Sociais**: direcionamento institucional e “lugar de memória” a partir do decreto Inter Mirifica. Disponível em: <https://periodicos.puc-rio.br/index.php/pesquisasemteologia/article/view/2004/1074>. Acesso em: 23 mar. 2024.

JAMBEIRO, Othon; BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério Cruz (Orgs.). **Comunicação, informação e cultura**: dinâmicas globais e estruturas de poder. Salvador: Edufba, 2004. p. 15-42, p. 15.

JOÃO PAULO I, Papa. **Discurso do papa João Paulo I às missões especiais presentes no início do seu pontificado**. 1978. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-i/pt/speeches/documents/hf_jp-i_spe_04091978_special-missions.html. Acesso em: 23 mar. 2024.

JOÃO PAULO II, **Carta Encíclica Laborem Exercens**. AAS 73, 1981, n. 3. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091981_laborem-exercens.html. Acesso em: 20 mar. 2024.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta Encíclica Redemptoris Missio**. São Paulo: Loyola, 1991. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_07121990_redemptoris-missio.html. Acesso em: 20 mar. 2024.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica Mater et Magistra**. São Paulo: Paulinas, 1961. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html. Acesso em: 09 fev. 2024.

JOÃO XXIII, Papa. **Constituição Apostólica Humanae Salutis: Para a Convocação do Concílio Vaticano II**. Vaticano: 1961. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost_constitutions/1961/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis.html. Acesso em: 07 set. 2023.

KALIKOSKE, A. **Padrões tecno-estéticos e hegemonia televisiva no Brasil**. Trabalho apresentado no DT 8 – Interdisciplinas do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul e realizado de 17 a 19 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2010/resumos/r20-1313-1.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2024.

KLOPPENBURG, Boaventura. **Concílio Vaticano II. Vol. I. Documentário pré-conciliar**. Petrópolis, Vozes, 1962, p. 13.

LANDIM, Luiz Ricardo C.; POLL, A.P. **Memória Social e Esquecimento, o papel da escola em um caso concreto**, ICHS/UFF, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/entreletras/article/view/12373>. Acesso em: 06 out. 2023.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Rerum Novarum**. São Paulo: Loyola, 1991. https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 09 out. 2023.

LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. In: Obras Escolhidas em três tomos. Lisboa: Edições "Avante", 1981.

LIBANIO, João Batista. **Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão**. São Paulo: Loyola, 2005. p. 41-47.

LÖWY, Michel. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, R.M. **A Crise do desenvolvimento**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1994/mes/90.htm>. Acesso em: 05 mar. 2023.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia, religião e sociedade: das palavras às redes digitais** — São Paulo: Paulus, 2016. — Coleção Comunicação.

MARTINS, Helena; VALENTE, Jonas. **Desafíos y paradojas de la Comunicación en América Latina: las ciudadanías y el poder**. In: Desafíos y paradojas de la comunicación en América Latina: las ciudadanías y el poder. ALAIC, 2020. p. 141-151. Disponível em: <https://bit.ly/3fA2G5f>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, K., 1818-1883 **Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843** / Karl Marx; tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; [supervisão e notas Marcelo Backes]. - [2.ed revista]. - São Paulo: Boitempo, 2010

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSARO, Carlos. **Sistema Sul Fluminense vende duas rádios no interior do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://tudoradio.com/noticias/ver/12470-sistema-sul-fluminense-vende-duas-radios-no-interior-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 18/03/2024.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2011, v. 3. (Coleção Igreja na História).

MAURÍCIO, Patrícia. **Conflitos na TV digital brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2022. Disponível em: <http://www.editora.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=1057&sid=3>. Acesso em: 15 dez. 2023.

MAURÍCIO, Patrícia; DE QUEIROZ ALMEIDA, Raquel; SOARES JR., Creso. O Brasil na periferia da disputa geopolítica sobre o 5G. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristovão, v. 23, n. 2, p. 124–138, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epic/article/view/15695>. Acesso em: 7 maio 2024.

MELO, A. A. **Dom Waldyr ser humano, cristão, profeta e pastor**. Discurso em ocasião do simpósio do centenário de dom Waldyr Calheiros. Volta Redonda, 2023.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Comissão Nacional da Verdade**. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/comissao-nacional-da-verdade/>. Acesso em: 14 mar 2023.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25. ed. **rev. atual**. Petrópolis: Vozes, 2007. 108p.

MORAES, L. A. Ditadura militar: a memória jornalística como parte da revisão histórica. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)** - v.3, n.2, jul./2014 - dez./2014 - ISSN 2238-5126.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, RS, v. 22, n. 37, p. 7- 32, 1999

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOSCO, V. Economia política da comunicação: uma perspectiva laboral. Comunicação e Sociedade I: **Cadernos do Noroeste**, Braga, v. 12, n.1/2, 97-120, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964 - 1969. **Revista A Topoi**. Rio de Janeiro. vol.14, nº26, 2013, pp 62-85.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, jul./ago. 2011

MUNDO EDUCAÇÃO. **Aliança para o Progresso**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historia-america/alianca-para-progresso-anticomunismo.htm>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MUNHOZ, S. J. **Guerra Fria: um debate interpretativo**. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. O século sombrio: uma história geral do século XX. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

NAPOLITANO, M. **Latinskaya Amerika**: as relações entre a União Soviética e a América Latina (1957-1962). Artigo foi elaborado com apoio da bolsa “Produtividade em Pesquisa” (CNPq), Processo Nº 301618/2017-8. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/3465/2842>. Acesso em: 12 nov. 2023.

NORONHA, C. U. A. **Teologia da libertação: origem e desenvolvimento** - Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 185-191, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/2307>. Acesso em: 20 fev. 2024

NOVAES, 2022. **De padre pró-armas a cardeal ambientalista**: como eleição divide a Igreja Católica. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63323875>. Acesso em: 20 jan. 2024.

O BRASIL DE FATO, **Privatizada por Bolsonaro, Eletrobrás volta ao foco após apagão**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/17/privatizada-por-bolsonaro-eletobras-volta-ao-foco-apos-apagao>. Acesso em: 04 jan. 2024.

O DIA. **Morto há 60 anos, Getúlio Vargas foi estadista e ditador**, 2014. Disponível em <https://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2014-08-23/morto-ha-60-anos-getulio-vargas-foi-estadista-e-ditador.html>. Acesso em: 10 nov. 2023.

O'DONNELL, G. **Delegative Democracy?** Kellogg Institute, 1992.

OBSBAWM, E. **A era dos extremos**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 11-26; 223-252; 363-390

OLIVEIRA NEGRÃO, J. J. **O governo FHC e o neoliberalismo**. Lutas Sociais, [S. l.], n. 1, p. 103–112, 2004. DOI: 10.23925/ls.v0i1.18809. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18809>. Acesso em: 7 maio 2024.

OLIVEIRA, E. M. Dom Waldyr Calheiros e o protagonismo de homens e mulheres na década de 1980: uma resistência pela comunicação em Volta Redonda. In: Ramos, F. A.; Teixeira, L. (Orgs.) **Igreja Católica, comunicação e cidadania no Brasil: entre a tradição e o novo**. Porto Alegre: Ed. PPGCom, 2020.

PAIVA, Raquel. **Minorias flutuantes – novos aspectos da contra-hegemonia**. Campo Grande: Intercom, 2004.
<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/4969/1/NP13PAIVA.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2024.

PANSARELLI, D. Enrique Dussel e a pedagogia latino-americana. In: BOTO, C., ed. **Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados** [online]. Uberlândia: EDUFU, 2019, pp. 245-265. História, Pensamento, Educação collection. Novas Investigações series, vol. 9. ISBN: 978-65-5824-027-3. Available from: <http://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto9786558240273-12.pdf>. <https://doi.org/10.14393/edufu-978-85-7078-472-8>. Acesso em: 08 mai 2024.

PASCOM BRASIL, **PASCOM**. Disponível em: <https://pascombrasil.org.br/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

PAULO VI, Papa. **Mensagem à humanidade**. 22 de junho de 1963. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/vatican/pt.html>. Acesso em: 7 jul. 2023

PEREIRA, S. E. M. **Sindicato e Privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia, UFRJ, 2007, p. 23.

PERUZZO, C. M.K. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor**. Reelaborações no setor Palavra Clave, vol. 11, núm. 2, diciembre, 2008, pp. 367-379 Universidad de La Sabana Bogotá, Colombia

PINHEIRO, Martha M. K.; BRITO, Vladimir P. **Em busca do significado da desinformação**. DataGramZero, v. 15, n. 6, 2014. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/45886>. Acesso em: 30 maio 2023

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2005.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ **Documento de Aparecida**. São Paulo: Loyola, 2007.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Documento de Puebla**. São Paulo: Loyola, 1982.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ .**Documento de Santo Domingo**. São Paulo: Loyola, 1992.

PUNTEL, J. T. **Inter Mirifica**. Texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2012.

PUNTEL, J. T. **Vaticano II: uma nova perspectiva para a Comunicação**. DOI: <https://doi.org/10.23925/rct.i99.55754>. Acesso em: 24 ago. 2023.

PFETSCH, Birgit. (2020). **Democracy and Digital Dissonance: The Co-Occurrence of the Transformation of Political Culture and Communication Infrastructure**. Central European Journal of Communication, 13(1), 96–110. [https://doi.org/10.19195/1899-5101.13.1\(25\).7](https://doi.org/10.19195/1899-5101.13.1(25).7). Acesso em: 18 out. 2022.

RATZINGER, J. **Instrução sobre alguns aspectos da ‘teologia da libertação’**. Vaticano, 6 ago. 1984. Não paginado. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_po.html. Acesso em: 04 ago. 2023

RAUCH, R. **Teologia da Libertação: Ratzinger não era o problema**. Instituto Humanitas Unisinos, 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/625611-teologia-da-libertacao-ratzinger-nao-era-o-problema>. Acesso em: 04 jan. 2024.

RIBEIRO, P. **CEBs: O despontar da 4ª geração**. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/632134-cebs-o-despontar-da-4-geracao-artigo-de-pedro-a-ribeiro-de-oliveira>. Acesso em: 28 jun. 2024.

RODRIGUES, H. **Dos meios à pastoral**. São Paulo: Paulus, 2015. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7589/1/2013_HenriqueAntonioCavalheiroRodrigues.pdf. Acesso em: 01 jun 2023.

RODRIGUES, H. A. C. **O papel da comunicação organizacional na igreja católica: Uma análise da Pastoral da comunicação no Brasil**. UNB, 2013. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7589/1/2013_HenriqueAntonioCavalheiroRodrigues.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

RUSSO, D. **O papa e a história**. Superinteressante, São Paulo, 31 out. 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/o-papa-e-a-historia/>. Acesso em: 17 nov. 2022.

SANTOS, B. S. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, C., 2013. **Os meios de comunicação na igreja católica: um olhar sobre a pastoral da comunicação da paróquia nossa senhora das candeias**. Disponível: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32685/1/TCC->

%20Os%20meios%20de%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20na%20Igreja%20Cat%C3%B3lica.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023.

SARTOR, B. A. **A noção de interesse público no jornalismo**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/140712>. Acesso em: 09 jan. 24

SILVA, A. O. **Desenvolvimento? Para quem?** relações estratégicas entre empresa e sociedade: o lado obscuro da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) / Anádia Oliveira da Silva – 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/read/a/dhpLBpkKZ9LMKDTMQmzjDNF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SILVA, A. C. **Resenha do livro: Aprendizagem Multimídia**. Ens. Pesqui. Educ. Ciênc. (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 19, e2757, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epec/a/8ZxWStqZgsVqZrfbfRwdbbh/>. Acesso em 23 maio 2021.

SILVA, D. R. **Mudanças climáticas: uma questão de relações públicas?** Comunicación, ambiente y ecologias. 2017. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/14858/1/REXTN-Ch136-10-Simeone.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

SILVA, M. G. D.; MACHADO R. T. C. O Populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 86–107, 2021. DOI: 10.5433/2176-6665.2021v26n1p86. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/42098>. Acesso em: 7 maio 2024.

SILVA, M. S. **Midiatização e a relação fé-religião: estratégias de constituição da Igreja Católica no espaço midiático**. 2013. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/6143/1/MIDIATIZACAO_E_A_RELACAO_FE_RELIGIAO ESTRATEGIAS_DE_CONSTITUICAO_DA_IGREJA_CATOLICA_NO_ESPACO_MIDIATICO.pdf. Acesso em: 02 abr. 2023.

SOARES, Paulo Célio. **Encontros e confrontos na frágua: Igreja, esquerdas e militares em Volta Redonda (1967-1979)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

SOUSA, S. **O Brasil já teve uma ditadura fascista?** Série sobre 100 anos do fascismo discute influência da ideologia no Brasil. Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

SBARDELOTTO. **A comunicação do Papa Francisco: 10 anos em 10 pontos.** Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/626887-a-comunicacao-do-papa-francisco-10-anos-em-10-pontos> Acesso em: 06 mar. 2024.

TEIXEIRA, C.F, SANTOS, J. S. **Análise estratégica da atuação do governo federal brasileiro na pandemia de COVID-19: 2020-2021.** Ciência & Saúde Coletiva2023-05 Journal article Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023285.10502022>. Acesso em: 19 abr. 2023.

TEIXEIRA, José Paulinele. **A Comunicação na Igreja Católica Latino-Americana: Dos meios à pastoral.** São Paulo: Paulus, 2015. Rodrigues, https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7589/1/2013_HenriqueAntonioCavalheiroRodrigues.pdf. Acesso em: 02 abr. 2023.

TEPEDINO, Ana Maria. Celebrando os 40 anos da Lumen Gentium: vivemos as flores da inesperada primavera. In: TAVARES, Sinvaldo S. (org.). **Memória e profecia: a Igreja no Vaticano II.** Petrópolis, Vozes, 2005, p. 46.

VATICANO. 6 ago. 1984. Não paginado. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_po.html. Acesso em: 04 ago. 2023

VATICANO. **Biografia do Papa João XXIII.** Disponível em: <http://www.vatican.va/content/vatican/pt.html>. Acesso em: 7 Jun. 2024.

VEIGA, Edison. **Os 40 anos do livro brasileiro condenado pelo Vaticano que hoje inspira Papa Francisco.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57492089>. Acesso em: 12 abr. 2023

VICTOR, R. L. (2012). **Getúlio Vargas e o Integralismo: histórias de pescador.** Revista Angelus Novus, (3), 63-82. <https://doi.org/10.11606/ran.v0i3.88854>. Acesso em: 04 abr. 2023.

ZANON, D. **Bento XVI e a Comunicação.** Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2022-12/bento-xvi-comunicacao.html> Acesso em: 02 mar. 2023.